

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

ANTONIO GASPARETTO JÚNIOR

**DIREITOS SOCIAIS EM PERSPECTIVA: SEGURIDADE, SOCIABILIDADE E
IDENTIDADE NAS MUTUAIS DE IMIGRANTES EM JUIZ DE FORA (1872-
1930).**

JUIZ DE FORA (MG)

2013

ANTONIO GASPARETTO JÚNIOR

**DIREITOS SOCIAIS EM PERSPECTIVA: SEGURIDADE, SOCIABILIDADE E
IDENTIDADE NAS MUTUAIS DE IMIGRANTES EM JUIZ DE FORA/MG
(1872-1930).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito
para o título de mestre.

Orientadora: Cláudia Maria Ribeiro Viscardi.

Juiz de Fora
2013

Antonio Gasparetto Júnior

**Direitos Sociais em Perspectiva: seguridade, sociabilidade e identidade nas
mutuais de imigrantes em Juiz de Fora (1872-1930).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito
parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Juiz de Fora, 11 de junho de 2013.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Cláudia Maria Ribeiro Viscardi – Orientadora

Profa. Dra. Mônica Ribeiro de Oliveira – Presidente

Prof. Dr. Marcelo Mac Cord – Membro Titular

**Ficha catalográfica elaborada através do Programa de geração automática da Biblioteca
Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

Gasparetto Júnior, Antonio.

Direitos Sociais em Perspectiva : Seguridade,
sociabilidade e identidade nas mutuais de imigrantes em Juiz
de Fora (1872-1930) / Antonio Gasparetto Júnior. -- 2013.
210 f.

Orientadora: Cláudia Maria Ribeiro Viscardi

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de
Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-
Graduação em História, 2013.

1. Mutualismo Imigrante. 2. Juiz de Fora. 3. Direitos
Sociais. I. Viscardi, Cláudia Maria Ribeiro, orient. II.
Título.

*Who's gonna work for the working man?
Hurt for the working man?
Get your hands in the dirt, who's gonna work off the curse?
Brother, I'll be damned, if I don't raise a hand
Who's gonna work work work for the working man?
(Work For The Working Man – Bon Jovi)*

Sumário

Agradecimentos	P. 6
Resumo	P. 9
Abstract	P. 10
Relação de Gráficos	P. 11
Relação das Tabelas	P. 12
Relação das Imagens	P. 13
Lista de Anexos	P. 15
Introdução	P. 16
Capítulo 1: Uma Breve História da Imigração no Brasil.	P. 25
1.1. A Política Imigratória na Transição entre os Séculos XIX e XX	P. 25
1.2. Minas Gerais e a Imigração	P. 40
1.3. Juiz de Fora e os Imigrantes	P. 50
Capítulo 2: Associativismo Urbano: das características do mutualismo às práticas dos imigrantes em Juiz de Fora (MG).	P. 63
2.1. Um Panorama até as Organizações de Socorro Mútuo de Alemães, Italianos e Portugueses em Juiz de Fora.	P. 63
2.1.1 Trajetórias e Feições do Mutualismo no Brasil.	P. 63
2.1.2 A Inserção do Mutualismo na Historiografia.	P. 71
2.1.3 Juiz de Fora, Mutualismo e Imigrantes	P. 76
2.2. Equilíbrio das Contas: administração e a dimensão econômica entre as receitas e as despesas.	P. 82
2.3. Precariedade de Direitos: auxílio e seguridade no ambiente das associações mutualistas.	P. 107
Capítulo 3: Aspectos Culturais e Inserção Cívica do Mutualismo Imigrante em Juiz de Fora.	P. 115
3.1. Identidade, Símbolos e Rituais.	P. 115
3.2. Sociabilidade e Instrução	P. 139
3.3. Dimensão Cívica: relações com o poder público e com associações de resistência, recreativas e de assistência social.	P. 146
Conclusão	P. 167
Anexos.....	P. 174
Fontes Primárias	P. 189
Referências Bibliográficas	P. 196

Agradecimentos

Já se vão cinco anos desta pesquisa. Desde o início, foram inúmeros os momentos de solidão, compartilhados apenas com documentos e livros. No entanto, eles só foram possíveis graças ao auxílio e a solidariedade de outras pessoas, que contribuíram de maneiras diversas, porém sempre importantes, para o desenvolvimento do trabalho. O agradecimento que presto a todas elas jamais caberia em páginas, pois não dariam conta de mensurar o real significado de gratidão. Entretanto, reservo este espaço para identificá-las orgulhosamente.

Agradeço, em primeiro lugar, à Heliane Casarin, diretora do Setor de Memória do Centro Cultural Murilo Mendes, pelos intensos esforços que foram de grande validade para a pesquisa, pelo companheirismo, pelas indicações e pelo interesse, elementos que garantiram o florescimento de fontes que enriqueceram a análise sobre a presença italiana em Juiz de Fora.

Agradeço ao Wanderley de Oliveira, que, com muita simpatia e atenção, recebeu-me na Associação de Cultura Luso-Brasileira e fez com que esta pesquisa se tornasse mais rica ao me apresentar fontes e pessoas valiosas da história portuguesa no município.

Da mesma forma, agradeço também ao Roberto Dilly e à Rita Couto, responsáveis pelo Instituto Teuto-Brasileiro, que, através de ótimas conversas, muita simpatia e inesperado interesse, indicaram-me caminhos e fontes que foram de suma importância para compreensão da história dos alemães em nossa cidade.

Agradeço aos bolsistas do Laboratório de História Política e Social (LAHPS), da Universidade Federal de Juiz de Fora, que atuaram antes da minha entrada, em 2009, participando de amplos projetos de pesquisa que ajudaram a mapear e revelar documentos que se tornariam muito importantes para minha pesquisa.

Agradeço ao casal Jackeline Lisboa e Salcio del Ducca, que conheci no final do desenvolvimento deste trabalho, mas que contribuiu com fontes inesperadas e me recebeu em sua casa com muita hospitalidade e interesse pela história dos imigrantes em nossa cidade.

Agradeço aos colegas de graduação e de pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, com quem tive ótimos momentos, acadêmicos ou não, que tornaram a caminhada mais estimulante e proveitosa. Agradeço também aos

professores e às professoras dos respectivos cursos, que se tornaram grandes exemplos profissionais a quem rendo toda minha admiração.

Mais próximos de meu cotidiano estiveram algumas pessoas que contribuíram para o meu crescimento pessoal, tornando as responsabilidades mais leves e agradáveis, ou profissional, corrigindo meus defeitos e orientando a ampliação de meus conhecimentos. Agradeço aos amigos Luiz César de Sá Júnior e Gabriela Fazolato Guedes pelos muitos dias de conversas e reflexões sobre a carreira e também pelos muitos momentos de diversão compartilhados. Ele, sempre muito competente. Ela, embora iniciando a caminhada acadêmica, sempre muito companheira e dedicada. Agradeço também à Virna Braga, grande amiga e parceira em desafios profissionais, que também figura na galeria dos meus grandes exemplos. Ao seu lado está o também grande amigo Leandro Gonçalves, que tive o privilégio de encontrar em momentos diferenciados da vida, porém sempre digno de admiração. E agradeço ainda aos inúmeros colegas do Centro Acadêmico de História Galba di Mambro com quem compartilhei importantes momentos acadêmicos e que muito contribuíram para o meu amadurecimento pessoal e profissional.

Presto um agradecimento especial à minha mãe, Maria Luzia Gonçalves da Silva, que sempre me apoiou e confiou em mim, fornecendo-me todos os amparos necessários para que batalhasse pelos meus sonhos. Todas as conquistas da minha vida são graças a ela.

Por último, mas muito importante e também especial, registro meus honrados agradecimentos à banca examinadora de minha qualificação e de minha defesa. Agradeço à Professora Doutora Mônica Ribeiro de Oliveira, que sempre foi uma profissional exemplar e que, orgulhosamente, se tornou uma grande amiga nos últimos anos. Agradeço pelos importantes conselhos acadêmicos, pelos revigorantes momentos de descontração e pelos deliciosos jantares que marcam a memória dos amigos com diversão e sabores. Agradeço ao Professor Doutor Marcelo Mac Cord, que atendeu prontamente aos convites e fez contribuições fundamentais para esta pesquisa. Sem abandonar suas raízes, com muita naturalidade, simpatia e honestidade, Marcelo Mac Cord foi uma grande descoberta em minha caminhada e se tornou um dos maiores exemplos acadêmicos de minha vida. Thrash 'till death!

Registro meus maiores agradecimentos à Professora Doutora Cláudia Maria Ribeiro Viscardi, minha orientadora e grande amiga. Tive o prazer de ser convidado para integrar sua equipe de trabalho no Laboratório de História Política e Social quando

estava na graduação e, assim, conheci o verdadeiro trabalho de um historiador. É exemplo e inspiração para minha caminhada com sua dedicação e paixão pelo ofício. Agradeço por toda atenção prestada, por todos os conselhos acadêmicos e pessoais, pelas oportunidades profissionais e também por todos os momentos de descontração que foram igualmente ricos.

Por fim, agradeço a CAPES, que financiou este projeto com subsídios fundamentais para sua execução.

Resumo

As associações mutualistas consistiram em alternativas de auxílio para os trabalhadores, nacionais e imigrantes, na ausência de políticas públicas que fornecessem o amparo necessário para suprir algumas de suas necessidades. Em geral, as mutuais ocupavam a lacuna provocada pela ausência de seguridade dos trabalhadores e se organizavam sob as mais diversas categorias. Este trabalho tem como objetivo investigar as práticas das maiores associações de imigrantes italianos, portugueses e alemães em Juiz de Fora. É analisado o cotidiano da Sociedade Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro Umberto I, formada por italianos; da Sociedade Auxiliadora Portuguesa, constituída de portugueses; e da Sociedade Alemã de Beneficência, que agregava alemães. O recorte temporal é marcado pelo ano de fundação da primeira mutual de imigrantes em Juiz de Fora, 1872 – data de fundação da Sociedade Alemã de Beneficência – e o ano de 1930, que representa muitas mudanças estruturais para os trabalhadores no Brasil. O intuito é analisar como essas associações de imigrantes forjaram direitos sociais que o Estado ainda nem havia formulado.

Palavras-Chave: Mutualismo imigrante; Juiz de Fora; Direitos Sociais.

Abstract

The mutualistic associations consisted of alternatives do aid workers, nationals and immigrants, in the absence of public policies that provide the necessary support to some of their needs. In general, mutual occupied the gap caused by the lack of safety of the workers and were organized under different categories. This study aims to investigate the practices of the largest associations of Italians, Portuguesees and Germans in Juiz de Fora. It examines the daily of Sociedade Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro Umberto I, formed by Italians, Sociedade Auxiliadora Portuguesa, made by Portuguesees, and Sociedade Alemã de Beneficência, formed by Germans. The time frame is marked by the founding of the first year of mutual immigrants in Juiz de Fora, 1872 – date of founding of Sociedade Alemã de Beneficência - and the year 1930, which represents many structural changes to workers in Brazil. The aim is to analyze how these immigrant associations forged social rights that the State had not even formulated.

Keywords: Immigrant Mutualism; Juiz de Fora; Social Rights.

Relação dos Gráficos

- Gráfico I:** Entrada de Imigrantes Alemães, Italianos e Portugueses no Brasil (1870-1930). P. 34
- Gráfico II:** Entrada de Imigrantes Alemães, Italianos e Portugueses no Brasil por Décadas (1870-1930). P. 35
- Gráfico III:** Fluxo de Imigrantes no Segundo Reinado e na Primeira República. .. P. 40
- Gráfico IV:** Comparativo do Fluxo de Imigrantes no Brasil, em São Paulo e em Minas Gerais (1888-1930). P. 48
- Gráfico V:** Registro de Entrada de Associados na Sociedade Auxiliadora Portuguesa por Década (1891-1930). P. 94
- Gráfico VI:** Disposição dos Associados na Sociedade Auxiliadora Portuguesa por Categoria. P. 95
- Gráfico VII:** Enquadramento Profissional dos Associados da Sociedade Auxiliadora Portuguesa. P. 96
- Gráfico VIII:** Divisão por Faixa Etária dos Associados da Sociedade Auxiliadora Portuguesa. P. 97
- Gráfico IX:** Divisão por Estado Civil dos Associados da Sociedade Auxiliadora Portuguesa. P. 97

Relação das Tabelas

Tabela I: População de Juiz de Fora.	P. 61
Tabela II: Estrangeiros em Juiz de Fora em 1920.	P. 62
Tabela III: Relação de Presidentes da Associação Umberto I.	P. 84
Tabela IV: Relação de Presidentes da Sociedade Auxiliadora Portuguesa.	P. 85
Tabela V: Relação de Presidentes da Sociedade Alemã de Beneficência.	P. 86
Tabela VI: Ocupação Profissional de Alguns Presidentes das Mutuais.	P. 86
Tabela VII: Quantidade e Modalidade das Mutuais em Juiz de Fora.	P. 119

Relação de Imagens

Imagem I: Colônia Dom Pedro II em 1865.	P. 52
Imagem II: Sede da Sociedade Umberto I.	P. 103
Imagem III: Fachadas do Projeto de Construção da Sede da Sociedade Auxiliadora Portuguesa.	P. 104
Imagem IV: Sede da Sociedade Auxiliadora Portuguesa.	P. 105
Imagem V: Villagem em 1856.	P. 106
Imagem VI: Rei Umberto I.	P. 122
Imagem VII: José Maria Latino Coelho.	P. 123
Imagem VIII: Diploma da Sociedade de Beneficência Mariano Procópio.	P. 125
Imagem IX: Diploma da Sociedade de Beneficência Mariano Procópio Conferido a Luiz André Hagen em Janeiro de 1918.	P. 126
Imagem X: Diploma da Sociedade Alemã de Beneficência Conferido a Luiz Andreas Hagen em Janeiro de 1918.	P. 126
Imagem XI: Diploma da Sociedade de Beneficência Mariano Procópio Conferido a Henrique Surerus Sobrinho em Maio de 1922.	P. 127
Imagem XII: Diploma da Sociedade Alemã de Beneficência Conferido a Henrique Surerus Sobrinho em Maio de 1922.	P. 127
Imagem XIII: Diretoria da Sociedade Alemã de Beneficência no Aniversário de 60 Anos da Mutual.	P. 130

Imagem XIV: Sede da Real Sociedade Auxiliadora Portuguesa (1903).	P. 132
Imagem XV: Sede da Sociedade Umberto I.	P. 132
Imagem XVI: Dom Carlos I de Portugal.	P. 133
Imagem XVII: Presidente Manuel de Arriaga.	P. 134
Imagem XVIII: Diretoria da Sociedade Alemã de Beneficência em 1905.	P. 135
Imagem XIX: Diretoria da Sociedade Alemã de Beneficência em 1919.	P. 136
Imagem XX: Diretoria da Sociedade Alemã de Beneficência em 1921.	P. 137
Imagem XXI: Diretoria da Sociedade Alemã de Beneficência em 1925.	P. 137
Imagem XXII: Diploma da Sociedade Alemã de Beneficência em 1903.	P. 139
Imagem XXIII: Escola Alemã em 1921.	P. 141
Imagem XXIV: Escola Italiana Umberto I e a Turma da Professora Teresa E. Brevigheri na Década de 1910.	P. 143
Imagem XXV: Enchente em 1906.	P. 151
Imagem XXVI: Enchente em 1940.	P. 152

Lista de Anexos

- Anexo I:** Entrada de Imigrantes Alemães, Italianos e Portugueses no Brasil entre 1870 e 1930. P. 174
- Anexo II:** Comparativo do Fluxo de Imigrantes no Brasil, em São Paulo e em Minas Gerais (1888-1930). P. 177
- Anexo III:** Salário Médio de Funcionários da Companhia de Fiação e Tecelagem Industrial Mineira em Maio de 1897. P. 179
- Anexo IV:** Salário Médio de Algumas Profissões em Juiz de Fora em 1921 e 1922/25. P. 181
- Anexo V:** Valores de Joias e Mensalidades da Sociedade Auxiliadora Portuguesa, Sociedade Beneficente Umberto I Associações de Imigrantes de Juiz de Fora. P. 182
- Anexo VI:** Extrato do Estatuto da Sociedade Umberto I (1891). P. 183
- Anexo VII:** Extrato do Estatuto da Sociedade Auxiliadora Portuguesa (1892). ... P. 185
- Anexo VIII:** Associações de Portugueses, Italianos e Alemães em Juiz de Fora (1872-1940). P. 187

Introdução

O estudo do mutualismo assumiu notoriedade recentemente na historiografia brasileira. Ainda que houvesse uns poucos trabalhos antes da década de 1990, o mutualismo, em geral, era tratado como pré-história dos sindicatos ou como associações de valor reduzido na história do movimento operário e dos trabalhadores no Brasil. De lá para cá, a temática tornou-se foco da atenção de muitos pesquisadores e o mutualismo passou a ser avaliado segundo seus próprios méritos.

As associações mutualistas proliferaram no país na segunda metade do século XIX e na primeira metade do século XX, com mais vigor, em linhas gerais, entre os anos 1890 e 1940. Funcionavam proporcionando auxílio aos trabalhadores, nacionais e imigrantes, em um contexto de inexistência de políticas públicas de amparo e seguridade social¹. As mutuais ocupavam a lacuna deixada pelo Estado brasileiro, prestando serviços médicos ou auxílio com pensões em caso de doenças, acidentes, aposentadoria e falecimento, concedendo-o, neste caso, à família. Essas organizações se estruturavam em torno de categorias como: ofícios, patronais, étnicas, regionais, literárias e de lazer, científicas e mistas². Seus associados contribuía com mensalidades e, assim, usufruíam do direito de obter os recursos necessários em momentos de carência. Também chamadas de sociedades de socorro mútuo ou simplesmente mutuais, essas associações existiram predominantemente no contexto urbano, eram organizadas e administradas por trabalhadores e foram efetivas, por muito tempo, aliviando o fardo do trabalho desprovido de assistência social no Brasil.

As práticas apresentadas por essas associações, contudo, iam além do auxílio médico e de pensões. Algumas delas demonstravam destacado interesse em contribuir com a instrução e a formação moral de seus associados. Para isto, criavam e mantinham escolas, aulas independentes, atividades culturais instrutivas como palestras e debates e conselhos formados por alguns associados que se encarregavam da lapidação moral dos demais sócios. Além disso, as mutuais organizavam, rotineiramente, atividades recreativas como bailes e quermesses para proporcionar momentos de lazer aos seus associados. Tendo em vista a amplitude de atividades dessas sociedades de socorro

¹ VISCARDI, Cláudia M. R. & GASPARETTO JÚNIOR, Antonio. O Mutualismo em Juiz de Fora: as experiências da Associação Beneficente dos Irmãos Artistas. In: **À Margem do Caminho Novo**. VISCARDI, Cláudia M. R. & OLIVEIRA, Mônica R. de. (Orgs). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

² JESUS, R. P. de. História e Historiografia do Fenômeno Associativo no Brasil Monárquico (1860-1887). In: **Nomes e Números: alternativas metodológicas para a história econômica e social**. ALMEIDA, C. M. C. & OLIVEIRA, M. R. (Orgs.). Juiz de Fora: EDUFJF, 2006.

mútuo, elas possuíam uma função social muito além do suposto pré-sindicalismo, eram entidades ativas que influenciavam na expansão da cidadania através da cultura cultivada com a prática associativa.

O sociólogo Thomas Humphrey Marshall conquistou grande notoriedade no mundo acadêmico com seu trabalho publicado na década de 1940 no qual avalia a evolução da cidadania na Inglaterra ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX. Sua abordagem influenciou muitas outras pesquisas acadêmicas, sobretudo no que se refere ao conceito de cidadania ligado à conquista de direitos civis, políticos e sociais. Para Marshall, esses direitos possuem momentos históricos relativamente definidos na Inglaterra e se acumularam cronologicamente até permitir que o indivíduo se reconheça com o status de cidadão. Inicialmente, século XVIII, ocorreu a conquista dos direitos civis, muito em função do Iluminismo, que permitiram ao homem a liberdade individual para ir e vir, professar sua fé, defender seus pensamentos e reunir-se em associações. No século seguinte, a conquista dos direitos políticos abriu espaço para participação no exercício do poder público. Por fim, os direitos sociais são pertinentes ao século XX, conferindo ao homem a proteção social básica na ausência de recursos econômicos e a possibilidade de usufruir de um sistema educacional público³.

Thomas Marshall traçou o panorama cronológico e cumulativo dos direitos na Inglaterra, porém sua análise é tida como referência nas pesquisas acadêmicas que dialogam com o conceito de cidadania. Evidentemente, nem todos os países do mundo comungam do mesmo processo histórico de conquista de direitos vivido pelos ingleses. Na verdade, é mais prudente dizer que a Inglaterra é uma exceção condicionada por fatores históricos próprios e de origem remota em relação a outras localidades. Wanderley Guilherme dos Santos avaliou o processo de conquista de direitos no Brasil e notou que, inicialmente, houve grande ênfase na concessão de direitos sociais, que se destacaram em relação aos demais⁴. Seu momento histórico também foi o século XX, ainda na Primeira República. Nesta época, foram introduzidas leis de proteção contra acidentes de trabalho e auxílios previdenciários, mas tudo de forma muito limitada. Práticas, contudo, que já eram exercidas previamente pelas associações mutualistas.

³ MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (P. 63-64)

⁴ SANTOS, Wanderley G. dos. **Cidadania e Justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

O título desta dissertação interage com o título do livro de Vitor Manuel Marques da Fonseca, *No Gozo dos Direitos Civis*⁵. Este ressalta, além de uma prerrogativa básica de condição civil para que um indivíduo fosse aceito nas mutuais, a liberdade de ir e vir e de se reunir em associações. *Direitos Sociais em Perspectiva*, no entanto, faz referência às práticas das mutuais enquanto ambientes que forneciam seguridade, lazer e instrução a seus associados, vislumbrando o que Thomas Marshall definiria como direitos sociais. A união dos dois trabalhos é bem ilustrativa para demonstrar em que proporção o cotidiano das associações mutualistas se adequou ao conceito de cidadania adotado.

Em certa medida, as mutuais influenciaram as políticas sociais através do exemplo dado durante os vários anos de atividades. De acordo com Reinhard Bendix, os limites entre a sociedade e os órgãos que representam as autoridades são sempre tênues e mutáveis⁶, o que permite que ações sociais organizadas possam influenciar na postura do Estado. Estudos mais recentes têm demonstrado que, a partir das décadas finais do Império, a sociedade civil estava se organizando mais do que se imaginava na historiografia tradicional. Estava a cargo de associações literárias, científicas, artísticas, esportivas, mutualistas e filantrópicas, por exemplo, resistir às mudanças que não convinham à sociedade e oferecer um canal de defesa contra a pobreza generalizada⁷. Nesse sentido, os trabalhos sobre o mutualismo reforçam a ideia de que tal fenômeno organizativo foi importante para formação de uma cultura cívica e associativa de contribuições sociais importantes.

As mutuais também eram importantes espaços de sociabilidade. A historiografia relacionada ao mutualismo utiliza o termo “sociabilidade” para se referir a ambientes que proporcionam contatos variados em suas variadas atividades. Essa sociabilidade era mais intensa entre imigrantes, pois suas associações celebravam a terra natal, reunindo indivíduos que comungavam de mesma origem cultural em terras distantes das de sua proveniência. Suas associações tendiam a ser mais duradouras, uma vez que o reforço da identidade étnica precedia a proteção social. A cultura associativa, neste caso, demonstra como os membros de uma associação percebem o mundo e a si mesmos,

⁵ FONSECA, Vitor M. M. **No Gozo dos Direitos Civis: associativismo no Rio de Janeiro (1903-1916)**. Rio de Janeiro: Faperj e Muiraquitã, 2008.

⁶ BENDIX, Reinhard. **Construção Nacional e Cidadania**. São Paulo: EDUSP, 1996. (P. 51)

⁷ VISCARDI, Cláudia M. R. Trabalho, Previdência e Associativismo: as leis sociais na Primeira República. In: **Trabalho, Proteção e Direitos: o Brasil além da Era Vargas**. LOBO, Valéria M.; DELGADO, Ignacio G. & VISCARDI, Cláudia M. R. (Orgs). Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010. (P. 53)

atendendo bem a uma das explicações que Cláudio Batalha dá ao termo⁸. Por isso o subtítulo desta dissertação aponta o aspecto da identidade, fundamental elemento para compreensão de associações formadas por trabalhadores imigrantes.

A escolha pela análise de sociedades de socorros mútuos de estrangeiros na cidade de Juiz de Fora (MG) é proveniente de uma pesquisa que se estende por mais de quatro anos. O projeto aqui desenvolvido teve início na metade final do curso de graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora sob orientação de Cláudia Maria Ribeiro Viscardi. Na época, a pesquisa desenvolvida como Iniciação Científica integrava um amplo projeto da pesquisadora que visava avaliar a implantação da República no Brasil e a expansão da cidadania. O mutualismo era um dos vetores dessa expansão e o envolvimento com o tema resultou em uma monografia de bacharelado. Ao longo desse tempo, realizamos uma ampla coleta de fontes que permitiram diversificações na perspectiva de abordagem. Esta dissertação absorve e amplia o panorama sobre o associativismo na cidade mineira e insere-se no debate nacional alavancando várias questões pertinentes à sua estruturação e às suas práticas.

A pesquisa impulsionada a partir de 2011 com o ingresso no Programa de Pós-Graduação em História da mesma universidade destaca as três maiores associações mutualistas de imigrantes fundadas em Juiz de Fora na segunda metade do século XIX: a Sociedade Alemã de Beneficência (1872), a Sociedade de Mútuo Socorro e Beneficência Umberto I (1887) e a Sociedade Auxiliadora Portuguesa (1891). A escolha destas três mutuais se tornará clara no decorrer do texto. Mas, para uma justificativa direta, foram as maiores entidades em quantidade de associados e as mais longevas pertinentes a cada nacionalidade.

É característico das pesquisas sobre o associativismo mutualista o enfoque regional. Trabalhos iniciais foram realizados em São Paulo, no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. A partir da pesquisa de Tânia Regina de Luca, publicada em 1990, na qual a historiadora abordou as mutuais e suas atuações nas cidades de São Paulo e Santos⁹, a temática ganhou novo fôlego e foi central em sequentes teses e dissertações. Nesta segunda década do século XXI, já contamos com publicações que avaliam o fenômeno mutualista em todas as regiões do Brasil,

⁸ BATALHA, C. H. M. Cultura Associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: **Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. BATALHA, C. H. M.; SILVA, F. T.; FORTES, A. (Orgs.) Campinas: Editora UNICAMP, 2005. (P. 96-97)

⁹ LUCA, Tânia Regina de. **O Sonho do Futuro Assegurado**. São Paulo: Contexto Brasília, 1990.

permitindo uma observação de maior amplitude sobre a relevância e as características globais desse tipo de prática associativa dos trabalhadores.

Cláudio Batalha divide a produção atual sobre o mutualismo em duas abordagens. Uma delas concebe o fenômeno como amplo e pluriclassista, dando destaque à dimensão previdenciária das associações. Sendo que seus autores interpretam o mutualismo como um tipo de organização diversificada e aberta a diferentes segmentos sociais e não como predecessor dos sindicatos, mas como contemporâneos. Já a segunda abordagem do mutualismo entende o fenômeno como forma de organização dos trabalhadores em função das intenções em suas práticas¹⁰. As pesquisas são baseadas em conjuntos documentais completos de uma ou mais associações, em situações que inexistem tais fontes e, por isso, utiliza-se fontes alternativas ou em uma terceira via que faz a mescla dos dois primeiros casos. Esta pesquisa concebe o trabalho como amplo e pluriclassista, mas não se prende somente à dimensão previdenciária. A abordagem inclui todas as práticas que forjam melhores condições de vida ao associado, concedendo-o o mínimo de bem-estar e inclusão social através da educação, do trabalho, do lazer e também da seguridade. As associações em foco ofereceram conjuntos documentais lacunares que foram complementados, na medida do possível, com fontes alternativas.

No que se refere ao debate acerca do fenômeno mutualista, esta pesquisa inclui-se através da abordagem que é dada às associações de imigrantes no país. Até o momento, verifica-se a existência de poucos trabalhos focados em mutuais de estrangeiros. No entanto, esta é a primeira pesquisa a se dedicar a associações de diferentes grupos étnicos em uma mesma localidade. Em geral, os trabalhos enfocam uma associação ou uma etnia, com destaque para italianos e portugueses. Em outros casos, até insere-se etnias variadas, porém não atendendo a um estudo exclusivo da prática do imigrante. A tese de Doutorado e alguns artigos de Adhemar Lourenço da Silva Júnior, por exemplo, consideram diversas categorias profissionais e também grupos étnicos distintos no estado do Rio Grande do Sul, porém esta dissertação inova ao reduzir o foco e comparar práticas de grupos étnicos distintos em Juiz de Fora, avaliando sua relevância e afinidade com o contexto do mutualismo no Brasil e as características cotidianas vividas no município.

¹⁰ BATALHA, Cláudio H. M. Relançando o Debate sobre o Mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente. In: **Revista Mundos do Trabalho**, Vol. 2, n. 4, agosto-dezembro de 2010, p. 12-22. (P. 13-14)

Justifica-se também a escolha do associativismo imigrante em Juiz de Fora em função da notória participação desses indivíduos na história do município. Os primeiros imigrantes chegaram a Juiz de Fora poucos anos depois da emancipação da cidade em 1850. Eram centenas de trabalhadores alemães que chegavam para participar da construção da Estrada União & Indústria. Mais tarde, chegaram outros imigrantes, com destaque para italianos e portugueses, que integraram, inicialmente, um movimento voluntário, e, depois, a grande leva que viria subsidiada por iniciativas imigrantistas. A presença desses imigrantes na cidade mineira deixaria marcas na arquitetura, na cultura, no trabalho e na economia, importantes elementos constituintes da história de Juiz de Fora e fundadores de vários trabalhos acadêmicos. O estudo em atenção especial a seu movimento associativo, contudo, é outro fator inédito de pesquisa neste município.

Devido ao escopo do trabalho, cabe ressaltar o recorrente uso dos termos etnia e nacionalidade. Ao abordar italianos, alemães e portugueses é preciso recordar que os dois primeiros grupos constituíram seus respectivos Estados Nacionais tardiamente. Enquanto Portugal tem sua unificação política pertinente ao século XIII, Itália e Alemanha persistiram por muitos séculos como coleções de pequenos reinos submetidos a potências estrangeiras. A unificação italiana é fruto do movimento ocorrido no século XIX identificado como *Risorgimento* que reuniu esses pequenos reinos, declarando em 1870 a existência do Reino da Itália. Embora problemas de identificação tenham se mantido entre regiões, só a partir desta data que pode se dizer sobre a nacionalidade italiana. Processo muito semelhante ocorreu com a Alemanha que também estava dividida em pequenos estados germânicos até a segunda metade do século XIX. Graças ao processo liderado pelo Primeiro Ministro prussiano, Otto von Bismarck, a unificação alemã foi declarada em 1871. Logo, é conveniente tratar desses dois povos como etnias antes da formação de seus Estados Nacionais, o que acarreta no corriqueiro uso do termo no texto.

O termo etnia também é recorrentemente utilizado em seu aspecto mais amplo, que, segundo Fredrik Barth, designa uma população que se autoperpetua biologicamente, compartilha valores culturais fundamentais, constitui um campo de comunicação e interação e que é formada por indivíduos que se identificam e são identificados por outros¹¹.

¹¹ BARTH, Fredrik. **O Guru, O Iniciador e Outras Variações Antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000. (P. 27).

O texto que se segue está dividido em três capítulos, cada qual subdividido em outras três partes. O primeiro capítulo contextualiza a presença do imigrante italiano, alemão e português nos âmbitos nacional, estadual e municipal. O objetivo é apontar a política imigratória promovida no final do século XIX e na primeira metade do século XX que ofereceu condicionantes para a presença de quantidade significativa de trabalhadores estrangeiros na cidade mineira de Juiz de Fora. Este capítulo dialoga com questões pertinentes à imigração, como política imperial e republicana para atração de mão-de-obra, emprego do trabalhador estrangeiro, o início da desqualificação do imigrante e aspectos gerais de sua participação na formação histórico-social de Juiz de Fora.

Compreendida a relevância do trabalhador imigrante no Brasil, o segundo capítulo inicia a análise acerca das associações mutualistas no país. De início, pretende-se conceitualizar e diferenciar alguns tipos de associativismo urbano, destacando a singularidade do fenômeno mutualista. Sua produção historiográfica é revisada, apresentando a dimensão e as perspectivas sobre o tema. Neste momento também traça-se um panorama evolutivo da formação do sistema previdenciário brasileiro nas primeiras décadas do século XX, contexto que interage com o refluxo das associações mutualistas. A exemplo do primeiro capítulo, essa análise do mutualismo inicia-se com o contexto nacional até se concentrar na descrição mais detalhada da realidade verificada no município de Juiz de Fora e na apresentação em específico das três mutuais analisadas.

A segunda parte deste capítulo dedica-se à avaliação do cotidiano das associações mutualistas de imigrantes em Juiz de Fora no que se refere ao fator financeiro. Analisamos seus métodos de obtenção de receita, suas despesas, a administração de seus bens e a participação dos associados na construção do patrimônio de suas respectivas mutuais. O terceiro tópico desta etapa concentra-se no emprego dessas receitas em práticas de seguridade definidas nos estatutos das associações. Este item nos oferece uma compreensão mais detalhada da importância dessas sociedades na vida dos trabalhadores, lembrando que o Estado não concedia nenhum tipo de auxílio. A assistência prestada por essas mutuais pautava-se, em grande medida, pelo fator identidade, suprimindo carências no dia a dia de trabalhadores provenientes de mesma origem étnica ou nacional.

O terceiro e último capítulo da dissertação aborda as práticas culturais e a dimensão cívica das associações analisadas. No primeiro momento, exploramos o

aparato simbólico cultuado pelas mutuais de imigrantes, que passa fundamentalmente pelo culto da identidade. Em seguida, demonstramos a pluralidade de ambientes compartilhados por esses trabalhadores, permitindo sociabilidades diversas. Dentre as várias atividades oferecidas pelas mutuais, estão bailes, quermesses, celebrações de datas e ídolos, palestras e peças de teatro. Concedemos especial atenção ainda ao forte teor instrutivo que essas associações se propunham a ter. No intuito de assegurar uma formação educacional e patriótica a seus associados, eram mantidas escolas, aulas regulares e robustas bibliotecas nas sedes das sociedades. A formação moral e a capacitação básica para integrar o mercado de trabalho eram atributos que não podiam ser dispensados nessas organizações.

Por fim, destacamos o amplo espectro de relações cívicas dessas associações. Inseridas no amplo contexto urbano que se estruturava a partir do final do século XIX em Juiz de Fora, essas mutuais de imigrantes relacionavam-se com o poder público, com associações recreativas, outras associações de assistência social e também associações de resistência. Também mantinham contato com as instituições que representavam a terra natal e, às vezes, o próprio governo do país de origem também estava inserido nesse leque de relacionamentos. Convivências diversas que permitiram uma harmônica e influente participação das mutuais na sociedade juiz-forana.

Todos esses aspectos são retratados sob um recorte que se inicia com a fundação da Sociedade Alemã de Beneficência, em 1872, e se estende até o início da década de 1930, período em que o país passou por significativas mudanças estruturais. O governo de Getúlio Vargas iniciou um novo marco cronológico na República brasileira e foi divisor de águas na formulação de direitos sociais. A maior parte do sistema previdenciário e seus fundamentos foram definidos ao longo dessa década, o que causaria a contração das mutuais nas décadas seguintes, repercutindo no encerramento de suas atividades ou na conversão das mutuais em sociedades recreativas. Como nos interessa vislumbrar as práticas das associações mutualistas anteriores à introdução de políticas públicas de seguridade mais amplas e abrangentes, demonstrando que suas atividades eram uma perspectiva do que viria a ser constituinte dos direitos sociais, a década de 1930 em diante exigiria outra abordagem e contextualização do cenário social acerca dos imigrantes e também dos trabalhadores em geral. Ainda que em alguns momentos sejam citados fatos ou apontadas características além dos marcos definidos, a intenção é apenas ilustrar com traços gerais que auxiliam na compreensão do contexto enfocado.

Para responder aos intuitos da pesquisa, dispomos de conjuntos documentais incompletos provenientes da Sociedade Auxiliadora Portuguesa, da Sociedade Beneficente Umberto I e da Sociedade Alemã de Beneficência. Fontes alternativas como jornais, relatórios ministeriais e correspondências foram usadas para preenchimento das lacunas. As informações auferidas nos permite revelar as diferenças do cotidiano e as características relativas a cada etnia, identificando seus artifícios para superar as adversidades.

Buscamos em diferentes arquivos as fontes para cada associação, que se apresentam com irregularidade. Para a Sociedade Alemã de Beneficência, dispomos de fontes digitalizadas que foram colhidas no Instituto Teuto-Brasileiro e no Arquivo Histórico Municipal. São relatórios das atividades produzidos pela própria associação, fotografias variadas, diplomas, documentos diversos (cartas, notas fiscais, recibos, etc.) e recortes de jornais do período.

Para a Sociedade Beneficente Umberto I, as fontes foram colhidas no Arquivo Histórico Municipal, no Arquivo do Setor de Memória da Funalfa e no Arquivo da Casa d'Itália. São estatutos, correspondências diversas, notas fiscais, recibos e recortes de jornais de época.

Para a Sociedade Auxiliadora Portuguesa, utilizamos fontes disponíveis no Arquivo Histórico Municipal e na Sociedade Portuguesa, local este onde estão guardados alguns arquivos remanescentes da associação. O conjunto documental contém estatutos, correspondências diversas, fichas dos associados e recortes em jornais do período trabalhado.

Acerca da imigração em Minas Gerais, utilizaremos os relatórios dos presidentes da província e relatórios do Ministério da Agricultura, que estão todos disponíveis na internet¹². Além de documentos diversos, colhidos no Arquivo Histórico Municipal de Juiz de Fora, que englobam correspondências do governo provincial com o imperial sobre o fim da escravidão, documentos da Associação Promotora de Imigração e da Hospedaria de Imigrantes. Essas fontes foram úteis para a construção do contexto da chegada dos imigrantes na cidade mineira, para compreensão dos esforços feitos pelos governos municipal e provincial para atrair os estrangeiros e para conceber o contexto no qual os imigrantes estavam incluídos na virada do século XIX para o XX.

¹² A Universidade de Chicago disponibiliza documentos brasileiros oficiais no seguinte endereço: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil> (acessado em 25 de setembro de 2010).

1. Uma Breve História da Imigração no Brasil.

1.1. A Política Imigratória na Transição entre os Séculos XIX e XX

Em meados do século XIX, o Império Brasileiro começou a adotar medidas jurídicas para erradicar o trabalho escravo no Brasil. As movimentações favoráveis à abolição já aconteciam em terras brasileiras desde a Independência, mas o país era baseado tradicionalmente no sistema escravista, o que dificultava o avanço do processo. Por volta da metade do século, o café se tornou o principal produto da economia brasileira, tendo sua produção destacada nas províncias de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. A mão-de-obra utilizada na lavoura de tal produto era justamente a escrava, a qual correspondia satisfatoriamente aos interesses dos cafeicultores.

Do outro lado do Atlântico, a Inglaterra, já avançada em seu processo de industrialização, pressionava pela extinção do trabalho escravo, defendendo por interesses próprios o trabalhador livre e assalariado. Influente no mundo da época, o parlamento inglês promulgou a Lei *Bill Aberdeen*, em 1845, proibindo o tráfico negreiro no Oceano Atlântico. A marinha britânica aumentou a pressão e a vigilância sobre o comércio de escravos e chegou a prender vários navios brasileiros suspeitos de transportar negros vindos da África. A medida inglesa teve forte impacto no Brasil, já que o tráfico no Atlântico sustentava a mão-de-obra nas lavouras de café e pelo fato de que o país era politicamente ligado à Inglaterra e não podia resistir às agressões britânicas. A consequência foi a promulgação da Lei *Eusébio de Queirós*, determinando, também na lei brasileira, o fim do tráfico negreiro. A medida passou rapidamente pela câmara e pelo senado e foi consolidada pelo imperador Dom Pedro II como lei no dia quatro de setembro de 1850. A importação de escravos tornava-se pirataria e punia os infratores com o aprisionamento das embarcações e a obrigação de exportação dos negros para o continente africano. Leslie Bethell afirma que alguns desembarques ainda ocorreram nos anos posteriores à publicação da lei, mas o tráfico de escravos pode mesmo ser dado como extinto no final da década de 1850. Entretanto, para amenizar o problema da mão-de-obra dentro de uma realidade escravista, os fazendeiros se prepararam ao longo dos anos estimulando o comércio de escravos dentro do Brasil de tal modo que permitisse o deslocamento de negros das áreas urbanas para as áreas

rurais, de agriculturas de subsistência para culturas de exportação e a migração de cativos das regiões empobrecidas Norte e Nordeste para as regiões Sul e Sudeste¹³.

Assim, a lei promulgada também no Brasil contra o tráfico no Atlântico não colocou fim ao trabalho escravo, o que só aconteceria definitivamente em 1888. Mas a medida brasileira criou o pressuposto jurídico que semeou a busca pelo trabalho livre¹⁴. Deve-se notar, contudo, que a mão-de-obra escrava continuou presente, inclusive com incrementos numéricos do plantel escravista em alguns lugares até a lei de abolição¹⁵. Os cafeicultores usaram seus métodos políticos para evitar a extinção do trabalho escravo pelo maior tempo possível. A apontada rearticulação do mercado interno de negros aproveitou-se das crises causadas pelo declínio da produção açucareira e pelas secas prolongadas nos estados ao norte e abasteceu com mão-de-obra os fazendeiros mais abastados do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Minas Gerais, localidades que passaram a contar com a maior concentração de escravos no Império¹⁶. Embora as manifestações contra o escravismo fossem claras e crescentes, uma nova lei contra a escravidão só foi promulgada na década de 1870, especificamente em 1871.

A chamada Lei do Ventre Livre previa a liberdade para filhos de escravos nascidos a partir de sua publicação. Embora a lei tenha sido contestada e tenha enfrentado opositores, a medida ampliava legalmente a extinção do trabalho escravo. Porém, como argumenta Ademir Gebara, não se tratava do adiantamento da abolição, mas da prorrogação do desfecho da questão escravista. Isso porque o objetivo principal da lei era criar um longo período para a libertação de escravos e permitir as melhores manobras possíveis para os senhores¹⁷. A própria liberdade dos recém-nascidos não era tão direta como o nome da lei pode supor. Incapazes de se sustentarem autonomamente no mundo, as crianças eram cuidadas pelos senhores de suas mães até os oito anos de idade. Então o senhor poderia escolher entre receber uma indenização do governo pelos encargos da criação e entregar a criança às instituições que dariam continuidade ao

¹³ BETHELL, Leslie. **A Abolição do Comércio Brasileiro de Escravos**. Brasília: Senado Federal, 2002. (P. 423)

¹⁴ MONTEIRO, Norma de Góes. **Imigração e Colonização em Minas Gerais (1889-1930)**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1994. (P. 14)

¹⁵ MARTINS, Roberto. **A Economia Escravista de Minas Gerais no Século XIX**. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1982.

¹⁶ FLAUSINO, Camila Carolina. **Negócios da Escravidão: tráfico interno de escravos em Mariana, 1850-1886**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFJF. Juiz de Fora, 2006. (P. 62-63)

¹⁷ GEBARA, Ademir. **O Mercado de Trabalho Livre no Brasil**. Brasília: Brasiliense, 1986. (P. 60)

processo de criação ou utilizar os serviços do futuro liberto até sua maioridade, que na época era alcançada aos 21 anos de idade, como forma também de reaver os gastos.

A Lei do Ventre Livre foi a primeira que interveio de forma efetiva nas relações escravistas, pois enfraqueceu o controle absoluto dos senhores sobre seus escravos. A medida levantou questões que tinham como ponto central a organização do mercado de trabalho de maneira que não prejudicasse a agricultura e os fazendeiros. O processo político iniciado em 1871 foi seguido por uma nova lei em 1879 que tinha como objetivo criar condições mais atrativas para imigrantes, oferecendo-os algumas garantias e proteções legais. A relação entre a Lei do Ventre Livre e a chamada Lei de Locação de Serviços é fundamental para se compreender a estratégia para organização do mercado de trabalho livre no Brasil, impulsionado pela imigração europeia. Em 1837, o Império já havia tentado, através da Lei nº 108, combater o tráfico africano criando condições para a atração de imigrantes, porém a medida demonstrou-se incapaz de corresponder aos anseios naquela época¹⁸. As condições criadas com a nova lei, de 1879, foram além, criando melhores condições para o empregado, e ajudam a explicar o início da grande onda de imigração no país.

No cenário criado a partir da década de 1870, justificava-se a necessidade da imigração pela escassez de mão-de-obra que as medidas abolicionistas criavam e o melhor preparo do imigrante para o trabalho assalariado. Celia Maria Marinho de Azevedo adverte que os obstáculos acusados para incorporação dos negros, dos mestiços e dos nacionais não eram intransponíveis e que, em muitas ocasiões, os imigrantes é que apresentavam condições inadequadas para os grandes interesses agrários¹⁹. Só que alguns discursos foram forjados para desqualificar o trabalho assalariado de nacionais e de ex-cativos e endossar o argumento de escassez de mão-de-obra. O trabalhador livre nacional era julgado como desfavorável, tido como ocioso, vagabundo e instável. Este, contudo, era um tema superficial que servia para encobrir o descontentamento dos proprietários com a não submissão dos nacionais a um “tempo burguês”, o arbítrio dos governantes a entravar a própria possibilidade de disciplina de trabalho livre e o poder de barganha dos nacionais pelo que os senhores julgavam “altos salários”. Ou seja, os imigrantistas resumiam a questão sobre os trabalhadores nacionais definindo-os como vagabundos, incapacitados para o trabalho e em número

¹⁸ Idem. (P. 81)

¹⁹ AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites do século XIX**. São Paulo: Annablume, 2004. (P. 108)

insuficiente²⁰. Já os libertos eram considerados inadequados para as relações livres e contratuais porque não se entendia bem e nem se aceitava por completo a possibilidade de manter relações jurídicas de igualdade com negros. A recusa de nacionais e libertos, em geral, ajudava a sustentar o argumento sobre a falta de braços, o qual não possuía embasamento quantitativo, mas qualitativo em favor do imigrante europeu. Inicialmente, a estratégia imigratória era ampla e abrangia também os chineses, que eram considerados trabalhadores com boas capacidades técnicas, de baixo custo, possíveis de serem tratados em condições semelhantes a dos escravos e isolados da população brasileira em função das grandes diferenças culturais. Mas a oposição não gostava dos trabalhadores asiáticos em geral e temia uma suposta “mongolização” do Brasil. Esses opositores preferiam apostar no trabalho dos libertos e dos trabalhadores nacionais. Como questões diplomáticas interferiram na imigração chinesa, os europeus estabeleceram-se como imigrantes preferidos no Brasil²¹. Na visão dos imigrantistas, eles possuíam a capacidade de “branquear” a população brasileira, o que impulsionava o embargo à entrada de asiáticos e africanos no Brasil. O discurso imigrantista foi incorporado de tal forma na busca pela futura nacionalidade brasileira que, em fins do século XIX, a preocupação com o destino dos ex-cativos e dos pobres foi praticamente ignorada em favor da discussão em torno do imigrante ideal e do tipo racial mais adequado para purificar a nação brasileira e garantir a identidade nacional almejada²², branca de hábitos europeus.

Foi nesse contexto que o trabalhador livre e estrangeiro ganhou terreno no Brasil. A alternativa foi a preferida, especialmente em São Paulo, para substituir o trabalho escravo nas fazendas. A Lei do Ventre Livre acabou articulando tanto a abolição quanto a transição para o trabalho livre. A iniciativa de 1871 completou-se em 1888, com o fim do trabalho escravo no Brasil, e, ao mesmo tempo, permitiu o estabelecimento de uma estratégia para formação do mercado de trabalho livre. Abolicionistas e imigrantistas se complementaram no desenvolvimento do processo, uma vez que os primeiros contribuíram para consolidar o controle social e a sujeição do negro ao interesse dos grandes proprietários, e os imigrantistas participaram da substituição dos negros por brancos imigrantes nas atividades rurais e urbanas.

²⁰ Idem. (P. 119-120)

²¹ LAMOUNIER, Maria Lúcia. **Formas da Transição da Escravidão ao Trabalho Livre: a Lei de Locação de Serviços de 1879**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UNICAMP. Campinas, 1986.

²² AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites do século XIX**. São Paulo: Annablume, 2004. (P. 30)

Mas o fluxo imigratório também teve um desenvolvimento lento e condicionado por fatores políticos brasileiros e internacionais, iniciando-se com a extinção do tráfico e passando, depois, pela abolição, pelas crises econômicas do Brasil e pela Primeira Guerra Mundial²³. Manuel Diegues Júnior distingue três momentos na história da imigração no Brasil. O primeiro deles, compreendido entre 1808 e 1850, seria caracterizado pela perturbação no fluxo imigratório por causa da forte presença do trabalho escravo. O segundo, entre 1850 e 1888, seria marcado pelas medidas que visavam extinguir o trabalho compulsório no país e abriam possibilidades mais claras para entrada de trabalhadores estrangeiros. E o terceiro desses momentos, a partir de 1888, que representaria um campo aberto para imigração²⁴. Esta entrada de estrangeiros no país seria ocasionada por condicionantes diferentes as dos dois primeiros momentos, já que o trabalho escravo havia sido abolido, o capitalismo dava seus primeiros passos no Brasil e o regime republicano possuía características diferentes daquelas do período Imperial.

Na atividade de contratação dos imigrantes, quatro personagens estavam envolvidos no processo. Eram eles: o Governo Imperial, os governos provinciais, os fazendeiros – que muitas vezes se associavam em empresas para promoção da imigração – e os próprios imigrantes que faziam uso de seus recursos para tentar viver em condições melhores do que em suas terras natais. A imigração se tornou mais atraente aos olhos de fazendeiros e do Império tão logo se notou o declínio do trabalho escravo. Milhares de imigrantes desembarcaram nos portos brasileiros pela nova necessidade de mão-de-obra e, segundo Gladys Sabina Ribeiro, em decorrência dos problemas advindos do avanço das relações capitalistas na Europa²⁵.

A imigração se tornou atividade de grande importância para o Governo Imperial, que buscava garantir o sustento da produção do principal produto brasileiro no mercado internacional, o café. As novas dificuldades enfrentadas para manutenção do trabalho compulsório impulsionavam medidas para atração de trabalhadores estrangeiros. O Império incentivava a imigração e pagava pessoas para fazer propaganda do Brasil no exterior, com o intuito de incentivar a emigração nos países europeus. Ao mesmo tempo, fazia propaganda também de companhias de navegação específicas em troca de

²³ DIEGUES JR, Manuel. **Imigração, Urbanização, Industrialização**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1964. (P. 23)

²⁴ Idem (P. 25-26)

²⁵ RIBEIRO, Gladys Sabina. **Mata Galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha**. São Paulo: Brasiliense, 1990. (P. 14)

uma porcentagem sobre cada emigrado²⁶, já que a atividade tornava-se muito presente e lucrativa.

Entretanto, as condições que os imigrantes encontravam no Brasil eram bem diferenciadas do que eram apresentadas nas propagandas desses agentes de emigração. É verdade que os imigrantes viviam situações delicadas em seus respectivos países na Europa, o que facilitava a atração para o Brasil, mas desde a saída da terra natal em sentido ao Novo Mundo, a cruel realidade já se expressava. O transporte de tais pessoas era feito de forma grosseira em navios sobrecarregados de gente e os contratos de trabalho encontrados no Brasil não ofereciam as sonhadas perspectivas das propagandas. Assim, nas palavras de Gladys Sabina Ribeiro, “o imigrante trabalharia para a sua libertação, redenção e para destruir a própria exploração baseada no trabalho excessivo”²⁷.

O trabalhador estrangeiro, em geral, era considerado superior ao nacional. Nessa escala de importância, ainda era preciso ressaltar a especialidade do imigrante branco europeu, cuja política imigratória brasileira se dedicou com mais afinco a partir de 1875. O trabalhador de cor negra, por exemplo, chegou a ter sua entrada proibida no Brasil²⁸, assim como ocorreu com os chineses.

A participação do imigrante na vida brasileira começou em 1808 com a Abertura dos Portos. É no período que se estende deste evento até a *Lei Eusébio de Queirós*, em 1850, que se verificam as primeiras experiências de entrada de imigrantes no Brasil, os quais se estabeleceram, sobretudo, em núcleos coloniais. A vinda da Corte Real portuguesa trouxe muitos indivíduos de Portugal que, até então, apenas se deslocavam dentro do Império. Os primeiros imigrantes efetivos chegaram apenas em 1819, eram suíços que se estabeleceram em Nova Friburgo²⁹. Os grupos de imigrantes que chegaram ao Brasil ao longo das décadas de 1820 e 1830 estabeleceram-se, principalmente, na região Sul do país, ocupando as terras através de núcleos coloniais. O já Governo Imperial dirigia os imigrantes para a região com o intuito de povoá-la. Em 1848, o Império concedeu às províncias também o direito de colonizar suas terras

²⁶ BIGAZZI, Anna Rosa Campagnano. **Italianos: história e memória de uma comunidade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006. (P. 31)

²⁷ RIBEIRO, Gladys Sabina. **Mata Galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha**. São Paulo: Brasiliense, 1990. (P. 29)

²⁸ Idem (P. 26)

²⁹ DIEGUES JR, Manuel. **Imigração, Urbanização, Industrialização**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1964. (P. 26)

devolutas, através da Lei nº 514³⁰. Já havia passado três anos da publicação da já citada lei inglesa *Bill Aberdeen*, a qual já refletia nas discussões do governo brasileiro. Ao mesmo tempo, os movimentos de caráter liberal caracterizavam o ambiente europeu em 1848 e ajudavam aglutinar fatores que contribuía para a imigração no Brasil.

Dentre os imigrantes europeus, o Brasil recebeu principalmente alemães, italianos e portugueses. Os primeiros alemães chegaram ao Brasil em 1824 e participaram da referida colonização da região Sul. No decorrer da década de 1820, os alemães se estabeleceram, sobretudo, em Santa Catarina. Mas a virada da década já colocaria o primeiro empecilho no fluxo imigratório alemão, pois o próprio imperador Dom Pedro I proibiu que o Império tivesse qualquer despesa com importação de colonos. Medida essa que permaneceu até 1837³¹. Mesmo assim, o fluxo de alemães só tomou real incremento a partir de 1847, quando quantidades maiores de indivíduos seguiram caminho para Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Espírito Santo³². Em Minas Gerais, foi Teófilo Ottoni que trouxe os primeiros colonos alemães abrigando-os na colônia Nova Filadélfia, às margens do Rio Mucuri³³.

O Império se aproveitou do êxodo de alemães no decorrer do século XIX que esteve ligado, segundo Luiz José Stehling, a fatores como: o regime feudal existente na Alemanha, a fome de 1815 após a retirada dos franceses, a luta religiosa, o alto índice de natalidade entre os camponeses e as falsas promessas das agências colonizadoras³⁴. A Prússia, em 1859, proibiu a propaganda franca de emigração em seu território e também a emigração para o Brasil através do Rescrito de Heydt. Baden e Wurttemberg também adotaram a mesma medida. A proibição que, inicialmente, restringia-se à província de São Paulo, passou a valer para todo o território brasileiro em 1871³⁵. Mas, apesar das proibições de emigração em certas regiões da Alemanha, Mônica Ribeiro de Oliveira ressalta que as condições dos camponeses alemães não eram satisfatórias. Eles estavam submetidos à proletarização com baixos salários e péssimas condições de vida, moradia e alimentação por força da expansão do capitalismo. A partir da década de

³⁰ BIGAZZI, Anna Rosa Campagnano. **Italianos: história e memória de uma comunidade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006. (P. 196-197)

³¹ STEHLING, Luiz José. **Juiz de Fora, a Companhia União & Indústria e os Alemães**. Juiz de Fora: FUNALFA edições, 1979. (P. 98)

³² DIEGUES JR, Manuel. **Imigração, Urbanização, Industrialização**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1964. (P. 27)

³³ STEHLING, Luiz José. **Juiz de Fora, a Companhia União & Indústria e os Alemães**. Juiz de Fora: FUNALFA edições, 1979. (P. 88)

³⁴ Idem (P. 83)

³⁵ DIEGUES JR, Manuel. **Imigração, Urbanização, Industrialização**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1964. (P. 46-47)

1870, quando a Alemanha passou por lutas para sua efetiva unificação, o ambiente de rápida industrialização e de conflitos estimulou uma nova fuga expressiva de trabalhadores³⁶.

Os italianos representaram o segundo fluxo a contribuir com mais imigrantes ao longo do Império e da República. Os primeiros italianos se dirigiram para Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul para se estabelecerem em núcleos coloniais da região Sul do Império. Segundo Almir de Oliveira, houve uma primeira corrente imigratória italiana a partir de 1836 e uma segunda a partir de 1877³⁷. O fluxo de italiano no Brasil esteve entre os três grupos mais significativos. Em termos gerais, foi o segundo grupo a contribuir com imigrantes ao longo do Império e da República, mas, para o recorte temporal desta pesquisa, 1870-1930, a entrada de italianos superou numericamente a entrada de portugueses no Brasil. Isto se justifica pela discrepante diferença na quantidade de imigrantes italianos e portugueses registrada nas décadas de 1880 e 1890. Nesta ocasião, o número de italianos desembarcados no Brasil foi muito superior ao de portugueses. Embora estes tenham imigrado em maior quantidade nas décadas seguintes até 1930, a diferença registrada nas duas décadas finais do século XIX foi suficiente para manter a superioridade absoluta de indivíduos italianos no período pesquisado (Ver anexo I). O Brasil se beneficiou da fácil adaptação italiana com o clima do país para suprir a necessidade de trabalhadores em lavouras.

Semelhante ao caso dos germânicos, os camponeses das regiões da Itália penavam com a prepotência dos proprietários de terra, com os baixos salários, as inadequadas condições de vida e as tensões sociais, fazendo com que o Brasil se abrisse como um horizonte de expectativas para tais indivíduos³⁸. A miséria foi o grande fator da emigração italiana, já que a agricultura não recebeu a devida atenção após a unificação da Itália, em 1861. Mas também fatores como aumento das pragas nas plantações de pimenta-preta, vinhedos, arrozais e oliveiras influenciaram os camponeses a buscar melhores condições de vida em outros lugares. Enquanto o capitalismo se expandia no Norte da Itália, os trabalhadores conviviam com piores condições de vida e

³⁶ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Imigração e Industrialização: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1929)**. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 1991. (P. 59-60)

³⁷ OLIVEIRA, Almir de. Os Períodos Históricos de Juiz de Fora. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora**. Juiz de Fora, 2009. (P. 28)

³⁸ TRENTO, Angelo. Miséria e Esperanças: a emigração italiana para o Brasil (1887-1902). In: **Trabalhadores do Brasil**. ROIO, José Luiz Del. (Org.) São Paulo: Ícone, 1990. (P. 25)

buscavam mais afoitos a emigração. Os emigrantes dessa região preferiam a América Latina e, especialmente os oriundos do Vêneto, dirigiam-se ao Brasil³⁹.

Houve também na Itália um descontentamento com os índices de emigração. A Igreja Católica manifestou-se contrariamente e o governo baixou medidas proibindo a seleção direta de trabalhadores e a propaganda em território italiano. As medidas do governo italiano aumentaram em 1875 com uma Circular que tentava impedir a emigração baseando-se nas más condições que encontrariam os italianos em terras brasileiras⁴⁰. Após essa data, contudo, a emigração assumiria características de grande êxodo, deixando vilas inteiras despovoadas. Na década de 1880, o governo italiano apresentaria fortes medidas de restrição da emigração. O Primeiro Ministro Francesco Crispi percebeu que seria difícil frear a emigração e promoveu uma política rígida para regulamentá-la. Seu decreto, em 1889, suspendia de vez a emigração para o Brasil e obteve o êxito com a redução dos índices nos anos de 1889 e 1890. Só que, no ano seguinte, a imigração italiana no Brasil voltaria em larga escala, batendo recordes no país⁴¹.

Em 1902, foi a vez do ministério de Giovanni Giolitti promulgar o Decreto Prinetti proibindo a emigração subsidiada para o Brasil, tendo como argumento as condições que os italianos eram submetidos nas fazendas de café⁴². Em 1903 houve novo fechamento dos portos italianos para fins de emigração para o Brasil. O problema migratório persistiu até a Primeira Guerra Mundial, pois Brasil e Itália tinham interesse em controlar a corrente migratória, as condições de vida e os direitos de cidadania dos italianos residentes no Brasil⁴³.

Já os portugueses possuíam uma relação histórica com o Brasil diferenciada de alemães e italianos. O Brasil foi parte do território de Portugal por mais de três séculos, estabelecendo, naturalmente, um grande fluxo de portugueses para terras brasileiras. Mesmo considerando a imigração portuguesa como movimento populacional entre

³⁹ Idem (P. 38)

⁴⁰ CERVO, Armando Luiz. As Relações Diplomáticas Entre Brasil e Itália desde 1861. In: **A Presença Italiana no Brasil**. BONI, Luis A. de. (Org.). Porto Alegre: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. (P. 26)

⁴¹ TRENTO, Angelo. Miséria e Esperanças: a emigração italiana para o Brasil (1887-1902). In: **Trabalhadores do Brasil**. ROIO, José Luiz Del. (Org.) São Paulo: Ícone, 1990. (P. 20)

⁴² BIGAZZI, Anna Rosa Campagnano. **Italianos: história e memória de uma comunidade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006. (P. 28)

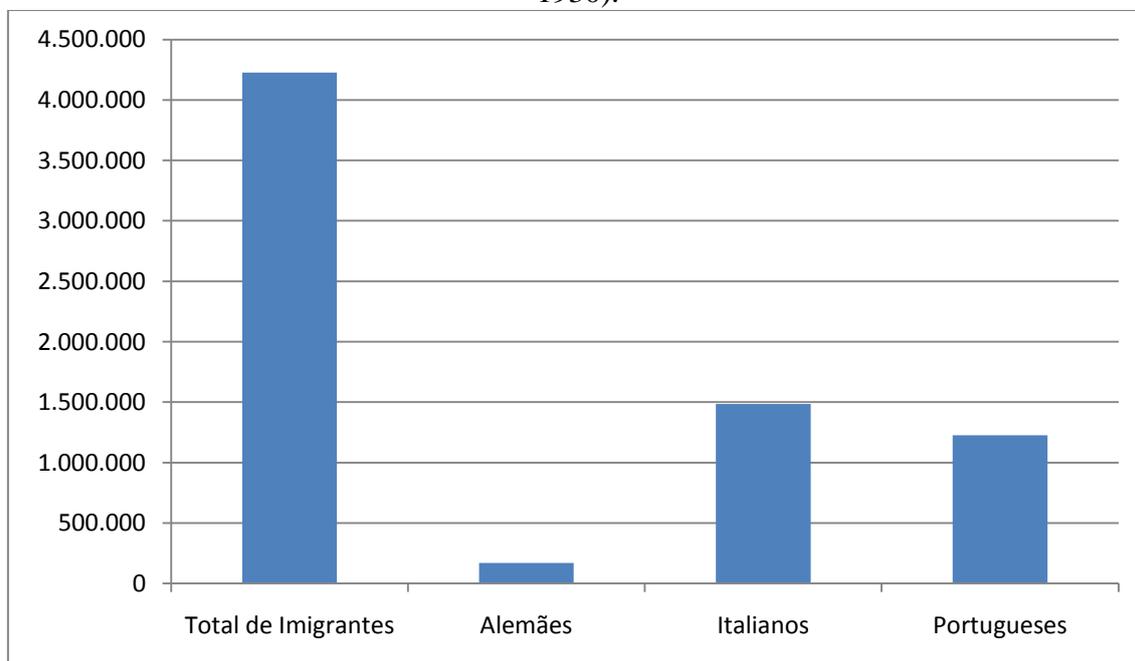
⁴³ CERVO, Armando Luiz. As Relações Diplomáticas Entre Brasil e Itália desde 1861. In: **A Presença Italiana no Brasil**. BONI, Luis A. de. (Org.). Porto Alegre: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. (P. 34-35)

Estados distintos, os portugueses mantiveram o maior fluxo imigratório, em termos gerais, em terras brasileiras.

Em contrapartida aos casos de alemães e italianos, que foram inicialmente para o Sul do Brasil, os portugueses permaneceram na região Sudeste, com grande concentração no Rio de Janeiro. Porém a situação dos portugueses na terra natal não era muito diferente dos casos comentados. O Código Civil de Portugal fragmentou as propriedades rurais deixando trabalhadores sem terra enquanto os preços e os impostos aumentavam. Os precários processos de industrialização e urbanização portuguesa influenciaram na emigração de trabalhadores⁴⁴. Esses trabalhadores vinham do campo e formavam a grande corrente imigratória no Brasil a partir da década de 1880. A região de Portugal que mais expulsou trabalhadores foi a Norte. Os lusitanos seguiam especialmente para os centros urbanos nos arredores do Rio de Janeiro, incluindo Juiz de Fora (MG).

Os gráficos abaixo ilustram o fluxo de imigrantes alemães, italianos e portugueses desembarcados no Brasil entre 1870 e 1930:

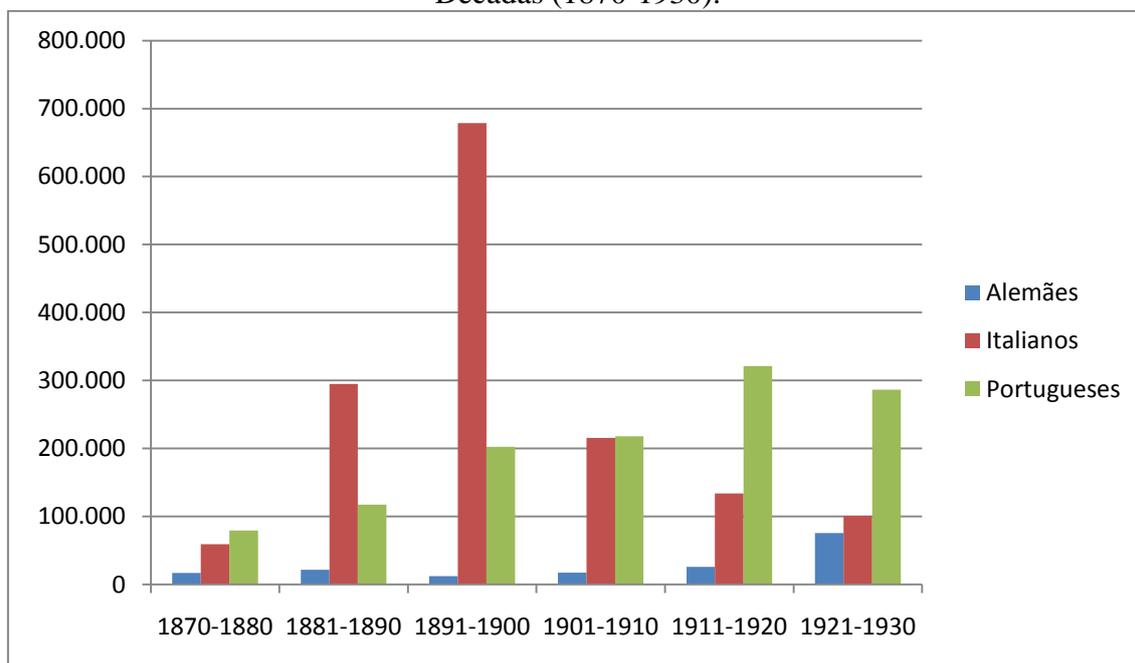
Gráfico I: Entrada de Imigrantes Alemães, Italianos e Portugueses no Brasil (1870-1930).



Fonte: MARQUES, Ana Paula Dias. **Evolução da Imigração no Brasil**. Disponível em http://www.diasmarques.adv.br/artigos/Artigo_Imigracao_Estadao2.pdf. Acessado em: sete de novembro de 2012.

⁴⁴ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O cotidiano dos portugueses de Juiz de Fora (1840-1940). In: **Solidariedades e Conflitos: História de vida e trajetória de grupos em Juiz de Fora**. BORGES, Célia Maia (Org.). Juiz de Fora: EDUFJF, 2000. (P. 24)

Gráfico II: Entrada de Imigrantes Alemães, Italianos e Portugueses no Brasil por Décadas (1870-1930).



Fonte: MARQUES, Ana Paula Dias. **Evolução da Imigração no Brasil**. Disponível em http://www.diasmarques.adv.br/artigos/Artigo_Imigracao_Estadao2.pdf. Acessado em sete de novembro de 2012.

A imigração no Brasil não teve fluxo contínuo ou estável. O próprio período Imperial, que fez o possível para apoiar a entrada de trabalhadores estrangeiros, passou por dificuldades financeiras que acarretaram em suspensões provisórias da política de subvenção à imigração. Norma de Góes Monteiro ressalta que tais dificuldades ocorreram nos momentos em que mais se precisava de mão-de-obra, deixando que a entrada dos trabalhadores ocorresse de forma espontânea⁴⁵. Na fase final do Império, o processo abolicionista se completou e os imigrantes se tornaram mais desejados para industriais e cafeicultores, pois representavam uma mão-de-obra pressupostamente disciplinada.

Ângelo Trento destaca que o financiamento feito pelo Governo Imperial para introdução de trabalhadores e o estabelecimento de contratos com empresas particulares com os mesmos fins foram esforços que se ampliaram. Cabe acrescentar também que as províncias desenvolveram seus próprios serviços de imigração na Europa⁴⁶. E, em 1884,

⁴⁵ MONTEIRO, Norma de Góes. **Imigração e Colonização em Minas Gerais (1889-1930)**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1994. (P. 22)

⁴⁶ TRENTO, Angelo. Miséria e Esperanças: a emigração italiana para o Brasil (1887-1902). In: **Trabalhadores do Brasil**. ROIO, José Luiz Del. (Org.) São Paulo: Ícone, 1990. (P. 17)

o transporte das famílias imigrantes chegou a se tornar gratuito para os estrangeiros que se interessassem em trabalhar nas fazendas ou nos núcleos coloniais⁴⁷. O Governo Imperial financiava grandes levas de imigrantes à medida que se intensificava a carência de mão-de-obra. Com isso, a imigração subvencionada liberava os fazendeiros do ônus das passagens dos trabalhadores estrangeiros, oferecendo grande contingente de mão-de-obra aos primeiros.

Logo após o fim do trabalho escravo, em 1888, chegou ao fim também a monarquia no Brasil, em 1889. O regime republicano adotado derrubou velhas leis de imigração, introduzindo outras mais liberais que ofereceram aos imigrantes, segundo Luiz José Stehling, tratamento mais humano e mais garantias, favorecendo a entrada de indivíduos de diversas nacionalidades⁴⁸. Todavia, a maior parte das leis imperiais foi mantida. O governo provisório que se estabeleceu com o fim do regime monárquico reconhecia que a imigração era um importante elemento para a República e houve um aumento do fluxo de imigrantes, especialmente para o estado de São Paulo. O novo momento político alterou gradativamente a lógica de estabilização dos estrangeiros nas colônias agrícolas, disponibilizando mão-de-obra para fazendas particulares e indústrias. Assim, os portos foram abertos às correntes imigratórias e organizou-se uma estrutura que regularizou a entrada e a localização dos imigrantes através do Decreto nº 528, de 1890, o qual impedia apenas a entrada de indivíduos de procedência asiática ou africana⁴⁹. No decorrer da mesma década, entraram no país 1.251.376 pessoas.

O Estado republicano se estruturou no decorrer do Governo Provisório. Em 1891, foi promulgada uma nova Constituição e o Governo Federal adotou como medida a transferência das responsabilidades de promoção e incremento da imigração para os estados. Mas ainda assim, ressalta Norma de Góes Monteiro, os encargos da introdução de trabalhadores estrangeiros permaneceram com o Governo Federal, em 1892, por conta dos contratos anteriores⁵⁰. Assim, foi somente no governo de Floriano Peixoto que houve aumento efetivo dos encargos imigratórios nos estados⁵¹.

⁴⁷ BIGAZZI, Anna Rosa Campagnano. **Italianos: história e memória de uma comunidade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006. (P. 62)

⁴⁸ STEHLING, Luiz José. **Juiz de Fora, a Companhia União & Indústria e os Alemães**. Juiz de Fora: FUNALFA edições, 1979. (P. 90)

⁴⁹ MONTEIRO, Norma de Góes. **Imigração e Colonização em Minas Gerais (1889-1930)**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1994. (P. 37)

⁵⁰ Idem. (P. 43)

⁵¹ DIEGUES JR, Manuel. **Imigração, Urbanização, Industrialização**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1964. (P. 50-51)

A partir de 1893, o preço do café passou a cair no mercado mundial, queda que se intensificou a partir de 1895. A Crise do Encilhamento, decorrente da alta emissão de moeda, atingiu a agricultura e a indústria nacional, sendo que seus efeitos se tornaram mais evidentes a partir de 1896. Os anos mais agudos dessa crise são compreendidos entre 1899 e 1906. Foi uma fase de muita fragilidade no fluxo migratório, especialmente no romper do novo século. A crise financeira levou o Governo Federal a reduzir seus encargos orçamentários para a imigração, rescindindo contratos com sociedades de colonização e extinguindo a Inspetoria de Terras e Colonização, a ponto de, em 1902, encerrar o financiamento de atividades de imigração.

Os governos de Afonso Pena e Nilo Peçanha contribuíram com relativo amparo à imigração. Segundo Manuel Diegues Júnior, Afonso Pena estabeleceu o Serviço de Povoamento do Solo visando a estimulação e organização de núcleos coloniais. Já Nilo Peçanha facilitou a concessão de passagens aos imigrantes. As medidas foram ampliadas com o governo seguinte, a partir de 1910, de Hermes da Fonseca, que abriu créditos em favor da imigração⁵², tanto que em 1913 o Presidente da Província de Minas Gerais, Julio Bueno Brandão, destacou em seu relatório a contratação feita pelo governo brasileiro da companhia *International See Transport Coompagnie Hayem & Cie.* para trazer trabalhadores estrangeiros ao país⁵³.

A tensão que pairava na Europa na década de 1910 contribuiu com a chegada de imigrantes ao Brasil. As pessoas fugiam de um clima hostil que se intensificava e culminaria na Primeira Guerra Mundial, gerando um êxodo em busca de paz e melhores condições de vida. Nos cinco anos anteriores ao início da guerra, desembarcaram 672.636 imigrantes no Brasil, o que, contudo, já é um número muito inferior em relação ao observado no final do século XIX. Durante os anos do conflito, a entrada de pessoas no país reduziu-se mais ainda, chegaram 190.880 indivíduos, e o Brasil declarou-se alinhado com os países que estavam em guerra contra a Alemanha, o que afetou o fluxo de estrangeiros provenientes de determinadas localidades.

Após a Primeira Guerra Mundial, o Brasil mudaria sua postura em relação ao trabalhador imigrante. No período anterior, como já demonstrado, os estrangeiros eram bem-vindos e subsidiados para ocupar postos de trabalho e formar um exército de mão-de-obra disponível em terras brasileiras, especialmente no momento em que foi preciso

⁵² Idem (P. 51)

⁵³ Relatório da Província de Minas Gerais de 1913 (P. 37). Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil>. Acessado em: 30/04/2012.

substituir o escravo nas lavouras de café. Porém, depois da guerra, o estrangeiro passou a ser visto como agitador, em função do conflito internacional gerado, e, sobretudo, corruptor do operário nacional, por causa da marcante presença de imigrantes na liderança dos movimentos grevistas ocorridos no decorrer da década de 1910⁵⁴.

Segundo Frederico Coelho, a Semana de Arte Moderna de 1922 foi o ápice da expressão de artistas e intelectuais que tinham como intenção estratégica mudar certos aspectos da produção cultural brasileira⁵⁵. Dentre as manifestações apresentadas, estava o viés nacionalista. Ou seja, à sua maneira, o movimento artístico colaborou para o crescimento da aversão ao estrangeiro no imaginário popular e em questões trabalhistas. Embora o fluxo imigratório tenha reduzido, alguns setores da elite debatiam novamente, no limiar dos anos 1930, o tipo de imigrante desejado. Este deveria contribuir para preencher os ainda grandes espaços vazios do território nacional e contribuir para a formação do povo brasileiro. As ideias eugenistas ganharam expressivo espaço nessa época e deram o tom da política imigratória do primeiro governo de Getúlio Vargas⁵⁶. A ascensão do novo presidente selou o fim do modelo político-administrativo brasileiro da Primeira República e a implantação de rígidas leis de restrição do trabalho estrangeiro em defesa de postos de trabalho para os brasileiros. O novo cenário nacional fez cair o fluxo de entrada de trabalhadores estrangeiros e também restringiu em grande medida suas atividades em território brasileiro, estabelecendo projetos nacionalistas de caráter seletivo e restricionista. Mas Fábio Koifman afirma que o sistema responsável pelo controle de entrada e permanência de estrangeiros no Brasil era precário e limitado até 1938, só assumindo características mais rígidas com a implantação do Estado Novo⁵⁷.

O contexto dos anos anteriores à Segunda Guerra Mundial repetiu, em certa medida, o panorama existente no período anterior ao primeiro conflito internacional. O Brasil recebeu vários imigrantes que fugiam do ambiente hostil que se reerguia na Europa. No ano de 1940, por exemplo, o país recebeu 18.449 estrangeiros, sendo 1.155 alemães, 411 italianos e 11.737 portugueses⁵⁸. Mas, como o Brasil se posicionou ao lado das potências aliadas, italianos e alemães foram barrados nos anos seguintes. Os

⁵⁴ CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

⁵⁵ COELHO, Frederico. **A Semana Sem Fim: celebrações e memória da Semana de Arte Moderna de 1922**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2012. (P. 33)

⁵⁶ KOIFMAN, Fábio. **Imigrante Ideal: O Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. (P. 28)

⁵⁷ Idem. (P. 162)

⁵⁸ Relatório do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio de 1938-1940 (P. 295-297). Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil>. Acessado em: 30/04/2012.

portugueses mantiveram a entrada franqueada no país, pois eram considerados compatíveis com o brasileiro e integrantes de nossa composição étnica, o que se enquadrava nos preceitos nacionalistas da época⁵⁹.

O cenário de guerra fez novamente com que a entrada de indivíduos fosse expressa em índices quase nulos. O Ministério das Relações Exteriores mantinha, em 1944, privilégios apenas para os portugueses entrarem no país⁶⁰. Exceções foram oferecidas ainda a cidadãos naturais de Estados americanos, mas também não se refletiram em números expressivos⁶¹. A política imigratória a partir do governo de Getúlio Vargas era baseada, mais uma vez, no branqueamento da população, permeada por projetos filiados ao ideal eugênico. Fábio Koifman identificou ainda na política eugenista o grande interesse pelo imigrante sueco, os quais recebiam tratamento extremamente diverso de outros imigrantes por parte do Ministério da Justiça⁶².

O conflito internacional deixou o continente europeu devastado e seus habitantes em graves situações. A Europa sofreu por uma guerra de intensa capacidade militar que foi travada, sobretudo, em seu território. Talvez pelo Plano Marshall, que destinou grande quantidade de capital para a reconstrução da Europa, o que se verificou no Brasil foi a entrada de estrangeiros em níveis mínimos no período imediato ao pós-guerra e durante a década de 1950, mas é preciso ressaltar também que o próprio governo brasileiro já não investia como antes em política imigratória.

O gráfico abaixo demonstra a diferença registrada na chegada de imigrantes ao Brasil em dois momentos: entre a promulgação da Lei Eusébio de Queirós e a Lei Áurea, período de desenvolvimento das medidas abolicionistas; e durante a Primeira República. A significativa diferença numérica nos remete à assertiva de que o trabalho compulsório foi explorado o máximo possível e de que os libertos e nacionais foram ignorados, de forma geral, em favor do imigrante.

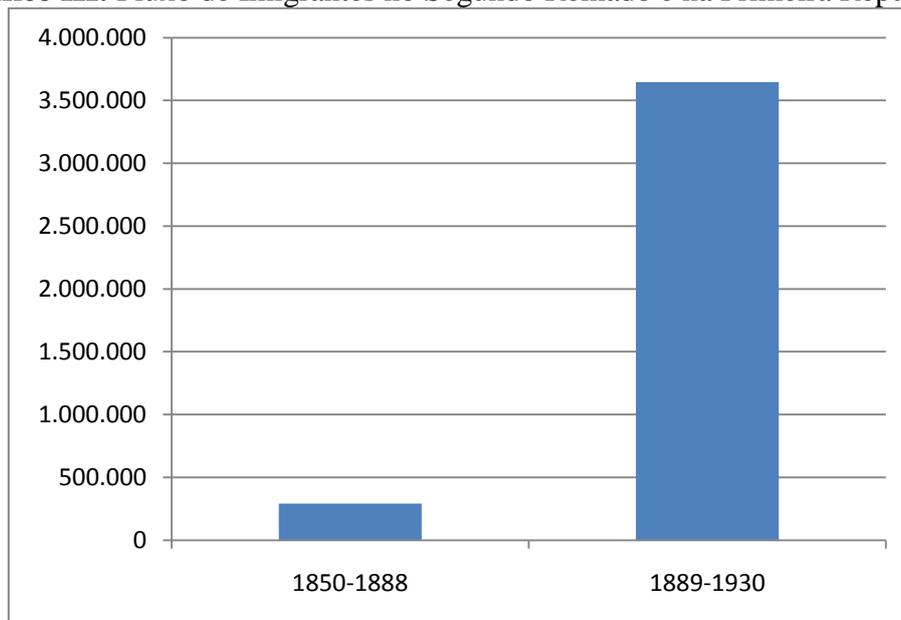
⁵⁹ KOIFMAN, Fábio. **Imigrante Ideal: O Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. (P. 31)

⁶⁰ Relatório do Ministério das Relações Exteriores de 1944 (P. 89). Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil>. Acessado em: 30/04/2012.

⁶¹ KOIFMAN, Fábio. **Imigrante Ideal: O Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. (P. 35)

⁶² Idem.

Gráfico III: Fluxo de Imigrantes no Segundo Reinado e na Primeira República.



Fontes: DIEGUES JR, Manuel. **Imigração, Urbanização, Industrialização**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1964; MARQUES, Ana Paula Dias. **Evolução da Imigração no Brasil**. Disponível em http://www.diasmarques.adv.br/artigos/Artigo_Imigracao_Estadao2.pdf. Acessado em: sete de novembro de 2012.

1.2. Minas Gerais e a Imigração

Quando se fala de política imigratória em Minas Gerais, não se pode deixar de lado o movimento em prol da imigração para colonização da província. A imigração em Minas Gerais contou com uma série de políticas públicas desenvolvida com o objetivo de ocupar o solo por meio de colônias agrícolas que eram, em grande medida, formadas por trabalhadores estrangeiros.

A iniciativa de colonização teve início na primeira metade do século XIX. A necessidade de trabalhadores em setores da agricultura e em nascentes iniciativas industriais já era presente em 1848, como alertava o presidente de Minas Gerais na ocasião, Bernardino José de Queiroga⁶³. No mesmo ano, a Lei Imperial nº 511 estabeleceu o começo de uma política de colonização que concedia às províncias o direito de ocupar suas terras devolutas com trabalhadores estrangeiros em núcleos agrícolas⁶⁴.

⁶³ Relatório de Província de Minas Gerais de 1848 (P. 9-10). Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil>. Acessado em: 30/04/2012.

⁶⁴ MONTEIRO, Norma de Góes. **Imigração e Colonização em Minas Gerais (1889-1930)**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1994. (P. 17)

Ao longo da primeira metade do século XIX, Minas Gerais desfrutou da expansão de sua lavoura cafeeira. O café se tornou o produto mais importante na pauta de exportação da província e, por conta disso, as melhores terras foram ocupadas para sua produção. Em consequência, os núcleos coloniais que surgiriam já estavam fadados a ocupar regiões mais distantes e com terras menos produtivas. A primeira das colônias criadas foi Urucu, em 1854, que tinha o objetivo de proteger a estrada que ligava Filadélfia à Santa Clara. Em 1858, foi criada a colônia Mucuri por iniciativa de Theófilo Benedicto Ottoni, o qual seria o primeiro a trazer alemães para Minas Gerais. No mesmo ano, a colônia Dom Pedro II foi criada para receber os imigrantes que vieram para trabalhar na construção da rodovia União & Indústria. O relatório provincial de 1859 relata a chegada de mais de mil pessoas, a maioria de origem alemã, para integrar esta colônia⁶⁵.

Norma de Góes Monteiro escreveu um dos primeiros trabalhos sobre a substituição da mão-de-obra escrava pelo trabalhador livre em Minas Gerais. Neste processo, aparece com grande relevância a questão dos investimentos feitos em prol do imigrante europeu. A implantação do regime republicano refletiu no aumento do fluxo de estrangeiros, segundo Norma, só que a União transferiu aos estados a competência sobre a legislação do processo imigratório. Ou seja, cabia a estes adotar as medidas necessárias para estimular a imigração em seus respectivos territórios. Analisando especialmente a política imigratória do governo de Minas Gerais de 1889 até 1930, ano em que características tradicionais do Estado brasileiro são rompidas e a imigração passa a ter outra significação, Norma indica dois momentos diferenciados quanto à política imigratória: um de 1892 até 1907, e outro que compreenderia os anos entre 1908 e 1930. O primeiro momento seria marcado pela ausência de mão-de-obra na lavoura cafeeira e os consequentes esforços para suprir tal carência. Nesta fase, embora a União não fosse mais responsável pela imigração, sua presença ainda era sentida pelos auxílios concedidos aos estados. Foi o momento de maior incremento da imigração em Minas Gerais, mas que também possui duas subdivisões. Entre 1892 e 1898, houve grande empenho pela solução da escassez de mão-de-obra, contando com o fluxo de verbas públicas. Já entre 1898 e 1907, os interesses e investimentos são reduzidos de tal forma que o fluxo imigratório quase chega a zero. Por sua vez, o segundo momento da política imigratória, que começa em 1907 e vai até 1930, é marcado pelo especial

⁶⁵ Relatório de Província de Minas Gerais de 1859 (P. 37-42). Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil>. Acessado em: 30/04/2012.

interesse na imigração como elemento para povoamento do território mineiro através da formação de núcleos coloniais. Neste período, a Primeira Guerra Mundial causou uma acentuada queda no fluxo imigratório e a década de 1920 gerou uma legislação influenciada pelo nacionalismo que começava a proteger o trabalhador nacional.

A política de constituição de núcleos coloniais não foi suficiente para gerar um fluxo satisfatório de imigrantes para Minas Gerais. Norma de Góes Monteiro conclui que a tentativa de incremento demográfico teve resultados modestos e que o grande número de medidas desde a Proclamação da República foi ineficaz. O primeiro problema que a província enfrentava era a concorrência com a província vizinha de São Paulo, a qual prosperou com seu investimento nas lavouras de café do Oeste Paulista, ganhando gradativamente mais força e mais espaço. As condições da imigração eram diferenciadas em Minas Gerais e São Paulo, porque esta província pagava melhor aos imigrantes e oferecia melhores condições de fixação em suas terras. Outro problema que Norma aponta é que os regulamentos para incremento do fluxo imigratório não eram cumpridos, o que atrasava o processo⁶⁶.

Ana Lúcia Duarte Lanna argumenta que a expansão do plantel escravista em Minas Gerais ao longo do século XIX esteve relacionada à incapacidade de compelir a mão-de-obra livre ao trabalho por causa da quantidade de terras livres disponíveis. Logo, o escravismo permaneceu presente com muita intensidade até as vésperas da abolição, pois o trabalhador escravo se adequava melhor aos interesses dos cafeicultores mineiros⁶⁷. Assim, a política de implantação dos núcleos coloniais em Minas Gerais ganhou apoio especialmente entre os liberais, a burocracia estatal e parte da intelectualidade. Segundo Luiz Antônio Valle Arantes, membros desses grupos estavam interessados em desenvolver o país contra o escravismo⁶⁸, mas tal perspectiva entrava em choque com a realidade massivamente escravista das lavouras mineiras.

Entre os núcleos coloniais criados, aquele que logrou maior desenvolvimento foi o Rodrigo Silva, que era localizado em Barbacena. Sua produção era caracterizada por

⁶⁶ MONTEIRO, Norma de Góes. **Imigração e Colonização em Minas Gerais (1889-1930)**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1994.

⁶⁷ LANNA, Ana Lúcia Duarte. **A Transformação do Trabalho**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988. (P. 26)

⁶⁸ ARANTES, Luiz Antônio Valle. Caminhos Incertos, Conflitos Religiosos e Empreendimentos: a trajetória dos alemães na cidade. In: **Solidariedades e Conflitos: História de vida e trajetória de grupos em Juiz de Fora**. BORGES, Célia Maia (Org.). Juiz de Fora: EDUFJF, 2000. (P. 92)

uma grande variedade de gêneros e por tentativas de desenvolver iniciativas industriais de seda e vinho⁶⁹.

Nos esforços empreendidos por Minas Gerais, o trabalhador estrangeiro era considerado capaz de dignificar o trabalho manual na província. O trabalhador europeu era o preferido, mas, em 1867, o Presidente de Minas Gerais, José da Costa Machado de Souza, exaltou em seu relatório a chegada de imigrantes norte-americanos também⁷⁰. O trabalhador estrangeiro era bem visto, como atesta uma circular do Palácio da Presidência da Província, em 1871, que estimulava a contratação de imigrantes para promover o trabalho livre em Minas Gerais⁷¹. A província já sentia o aumento do preço dos escravos e, mesmo que muitos não acreditassem nas vantagens do trabalhador livre, sabia que a sustentação na mão-de-obra escrava traria problemas para uma das principais lavouras de café do país. Tanto que, em fevereiro do mesmo ano, o presidente mineiro, Francisco Leite da Costa Belém, cobrou da administração imperial a promessa de ajudar na contratação de imigrantes para todo o território nacional⁷². A Lei do Ventre Livre, que foi promulgada no mesmo ano, instituiu um fundo de auxílio anual para libertação de quantos escravos fossem possíveis em cada província e, no mês de novembro do ano seguinte, foram estabelecidas regras para classificação e libertação de escravos. A medida, na verdade, visava reduzir o prejuízo dos fazendeiros com a liberação da mão-de-obra. Ainda assim, mesmo com o pagamento de uma indenização, alguns senhores demonstravam descontentamento especialmente com as regras do governo para emancipação pelo fundo, atacando prerrogativas como alforriar preferencialmente famílias de cativos, cônjuges que fossem propriedade de diferentes senhores e cativos com filhos livres, por exemplo. A contestação dessas medidas forçou uma revisão da lei, em 1876, viabilizando a efetiva aplicação do fundo de emancipação⁷³. No mesmo ano, o Presidente da Província de Minas Gerais, Barão da Villa da Barra, repassou 619:915\$715 de crédito para emancipação de escravos nos

⁶⁹ Relatório da Província de Minas Gerais de 1897 (P. 38). Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil>. Acessado em: 30/04/2012.

⁷⁰ Relatório da Província de Minas Gerais de 1867 (P. 17-20). Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil>. Acessado em: 30/04/2012.

⁷¹ Circular do Palácio da Presidência de Minas Gerais – 12/12/1871. Fundo Câmara Municipal no Período Imperial do Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora.

⁷² Circular do Presidente da Província de Minas Gerais – 16/02/1871. Fundo Câmara Municipal no Período Imperial do Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora.

⁷³ CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis Historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. (P. 227-231)

municípios mineiros⁷⁴. Assim, a província tentava se alinhar com as orientações nacionais contra o crescimento da mão-de-obra escrava e tentava mudar o pensamento dos cafeicultores, procurando causar o menor prejuízo possível aos senhores. Como a postura dos cafeicultores sobre o trabalho ainda era exploratória, principalmente porque o café crescia na economia mineira e era responsável por gerar quase que a totalidade das receitas fiscais da província, os fazendeiros não se mostravam atraídos pelos altos custos para manutenção dos trabalhadores imigrantes nas lavouras. De acordo com Camila Carolina Flausino, o vigor do regime escravista mineiro só sofreria queda na década de 1880, quando cada escravo importado para a província passaria a ser taxado com um imposto de 2:000\$000⁷⁵.

Além do desinteresse inicial, alguns empecilhos dificultavam a chegada de imigrantes em Minas Gerais. Em 1871, o presidente da província reclamava da dificuldade em transportar os trabalhadores recém-chegados de outros países e sugeria ainda a criação de associações que promovessem a imigração, da forma como já ocorria em São Paulo⁷⁶. De fato, o censo de 1872 mostrou que a província de Minas Gerais precisava ampliar suas ações para introdução e manutenção dos imigrantes em seu território, pois apenas 46.900 dos 388.459 estrangeiros recenseados estavam na província mineira⁷⁷. A população escrava continuava mantendo Minas Gerais na liderança de maior plantel escravista do Império.

A política imigratória mineira enfrentou situações desfavoráveis também com a precária condição financeira do Brasil em 1879, que suspendeu o fomento à imigração. Somente a partir de 1880 que se tentou encaminhar alguns imigrantes para as fazendas de café, segundo Ana Lúcia Duarte Lanna⁷⁸. Mas nessa ocasião, a hegemonia do café do Oeste Paulista já era notável. Em 1883, o Presidente de Minas Gerais, Antonio Gonçalves Chaves, alertava para o fim eminente da escravidão e que os cafeicultores deveriam se esforçar para contratar trabalhadores estrangeiros, destacando-se as seguintes palavras:

⁷⁴ Circular do Palácio da Presidência de Minas Gerais – 12/02/1876. Fundo Câmara Municipal no Período Imperial do Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora.

⁷⁵ FLAUSINO, Camila Carolina. **Negócios da Escravidão: tráfico interno de escravos em Mariana, 1850-1886**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFJF. Juiz de Fora, 2006. (P. 64)

⁷⁶ Relatório da Província de Minas Gerais de 1871 (P. 44-45). Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil>. Acessado em: 30/04/2012.

⁷⁷ DIEGUES JR, Manuel. **Imigração, Urbanização, Industrialização**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1964. (P. 47)

⁷⁸ LANNA, Ana Lúcia Duarte. **A Transformação do Trabalho**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988. (P. 77)

No intuito de obviar o mal que em futuro muito breve terá de sofrer a agricultura e indústria desta Província, visto já como escasseão os braços escravos e tendem a desaparecer, tem esta Presidência o maior empenho na introdução, desde já, de colonos que venhão em substituição a pouco e pouco daquelle elemento de trabalho (o escravo).⁷⁹

Em virtude do cenário criado, as solicitações de imigrantes pelos cafeicultores ganharam visibilidade no cenário mineiro e surgiram algumas iniciativas para promoção da imigração. A Sociedade de Geografia Econômica Mineira e a Sociedade Promotora de Imigração de Minas desenvolviam suas ações em busca de trabalhadores estrangeiros. Contratos para introdução de imigrantes foram firmados e hospedarias foram construídas no decorrer das décadas seguintes em Rio Verde, Mar de Espanha, São João Del-Rei, São João Nepomuceno, Soledade, Juiz de Fora e Belo Horizonte para tentar manter o imigrante em território mineiro.

O regime republicano começou com a interrupção da imigração no estado mineiro. A atividade só foi restabelecida com a Lei nº 32, de 1892. Minas Gerais investiu fortemente na política imigratória para tentar abastecer suas lavouras de trabalhadores. Várias iniciativas foram tomadas para tentar garantir um fluxo satisfatório de trabalhadores estrangeiros no estado. A partir de 1894, o então presidente do estado, Bias Fortes, criou uma agência fiscal no Rio de Janeiro para auxiliar os imigrantes com destino a Minas Gerais. O governo criou ainda o cargo de Superintendente do Serviço de Imigração de Minas Gerais, na Europa, o qual foi ocupado por David Campista. No ano seguinte, foi nomeado Rubem Tavares para ser Ajudante de Superintendência, também na Europa. O estado passou a pagar, inclusive, a passagem dos imigrantes⁸⁰. As atividades em nome do governo mineiro na Europa baseavam-se em intensa propaganda de Minas Gerais. A Superintendência passou a administrar duas agências no continente europeu, uma em Gênova e outra em Lisboa⁸¹.

Mas, apesar dos esforços do governo mineiro em tentar sanar as necessidades de mão-de-obra, o Brasil entrou em uma crise financeira que afetou as ações estaduais. O preço do café começou a cair no mercado mundial, a partir de 1893, e, em 1896, a crise se instalou no país. Minas Gerais, que era um estado altamente ligado à cafeicultura,

⁷⁹ Circular do Presidente da Província de Minas Gerais de 1883. Fundo Câmara Municipal no Período Imperial do Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora.

⁸⁰ Relatório da Província de Minas Gerais de 1895 (P. 22). Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil>. Acessado em: 30/04/2012.

⁸¹ Relatório da Província de Minas Gerais de 1897 (P. 19). Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil>. Acessado em: 30/04/2012.

não teve como escapar dos impactos da crise. Em função desta, os serviços de imigração tiveram que ser sacrificados. Já em 1897, a concessão de passagens para imigrantes foi suspensa provisoriamente⁸². As implicações da crise continuaram com a substituição de David Campista por Rubem Tavares, em 1898, e com a completa interrupção dos serviços de imigração em Minas Gerais, em 1900⁸³. A ausência de recursos e a inexistência de imigração subvencionada levaram ao fechamento da Superintendência de Imigração na Europa e a dispensa de seu agente, em 1904.

Com a paralisação do serviço de imigração no início do ano de 1904, houve um aumento do fluxo de nordestinos para Minas Gerais⁸⁴. A entrada de estrangeiros só foi facilitada novamente pelo estado mineiro em 1906, mas a ajuda oferecida pelo governo estadual fez com que entrassem em Minas Gerais apenas 76 pessoas, naquele ano⁸⁵. A situação se agravaria novamente a partir de 1910, quando o estado deixou de financiar o processo de imigração e se tornou apenas um intermediário no pedido dos colonos. O serviço de imigração passou a se concentrar nas atividades da Repartição de Povoamento do Solo⁸⁶.

Na década seguinte, a situação de instabilidade no continente europeu se agravou e favoreceu à chegada de imigrantes no estado mineiro. Nos anos anteriores ao início da Primeira Guerra Mundial, circulavam pela Europa as revistas “Les Etats Unis du Brésil”, “L’Etoile Du Sud”, “Deutsche Zeitung”, “Il Brasile”, “L’Italie Illustrée” e “L’Italie Coloniale”, que publicavam, cotidianamente, textos que faziam propaganda de Minas Gerais⁸⁷. É possível que a imagem propagandeada tenha povoado o imaginário de europeus em um momento de crescente hostilidade e tenha influenciado sobremaneira a emigração espontânea.

Apesar da recém-recuperação de uma crise e do cenário de guerra que se instalava na Europa, o estado de Minas Gerais terminou a construção da Hospedaria de Imigrantes, em 1914, a qual ficou inutilizada por longos anos. Esta só foi inaugurada

⁸² Relatório da Província de Minas Gerais de 1903 (P. 34). Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil>. Acessado em: 30/04/2012.

⁸³ Relatório da Província de Minas Gerais de 1900 (P. 41). Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil>. Acessado em: 30/04/2012.

⁸⁴ Relatório da Província de Minas Gerais de 1904 (P. 71). Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil>. Acessado em: 30/04/2012.

⁸⁵ Relatório da Província de Minas Gerais de 1906 (P. 67). Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil>. Acessado em: 30/04/2012.

⁸⁶ Relatório da Província de Minas Gerais de 1910 (P. 38-39). Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil>. Acessado em: 30/04/2012.

⁸⁷ Relatório da Província de Minas Gerais de 1914 (P. 47). Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil>. Acessado em: 30/04/2012.

para atividades em 1925⁸⁸. A guerra cessou a corrente imigratória proveniente do Velho Mundo e o governo de Minas Gerais arriscou-se na experiência de contratação de algumas famílias japonesas⁸⁹, mas algo sem grande expressão numérica.

Apesar das crescentes manifestações de nacionalismo e da mudança da imagem propagandeada sobre o trabalhador estrangeiro, o Presidente de Minas Gerais em 1922, Arthur da Silva Bernardes, alegava ter se empenhado ao máximo para aproveitar o ambiente pós-guerra na Europa e contratar trabalhadores, uma vez que reconhecia a grande necessidade de mão-de-obra na lavoura⁹⁰. Seus sucessores, Raul Soares de Moura e Fernando de Mello Vianna, ainda defendiam a imigração. O primeiro discursava favorável a uma boa política imigratória, já que acreditava ser o momento mais crítico da falta de mão-de-obra na lavoura⁹¹. Já o segundo era um entusiasmado defensor da imigração indiscriminada de brancos e amarelos⁹².

Em 1930, Minas Gerais já havia fundado 29 núcleos coloniais, que marcaram sobremaneira uma fase de introdução de trabalhadores estrangeiros na província. Dos 29 núcleos, 21 deles já tinham se emancipado e apenas oito permaneciam sob administração de Minas Gerais. Eram eles: Álvaro da Silveira, Brucutú, Francisco de Sá, Mucury, Padre José Bento, Vaz de Mello, David Campista e Raul Soares⁹³. Mas não significa que eram redutos de estrangeiros, uma vez que a dinamização da economia e a urbanização atraíram imigrantes para variadas cidades. O pequeno número de ingressantes no estado mineiro foi agravado com a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Ou seja, houve um contínuo declínio nos índices de imigração ao longo das décadas de 1930 e 1940 e que só apresentou crescimento na década de 1950, ainda assim, não significativo.

O gráfico abaixo mostra o fluxo de imigrantes em Minas Gerais para o período que foi possível apurar, entre 1888 e 1926:

⁸⁸ Relatório da Província de Minas Gerais de 1926 (P. 367). Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil>. Acessado em: 30/04/2012.

⁸⁹ Relatório da Província de Minas Gerais de 1917 (P. 67). Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil>. Acessado em: 30/04/2012.

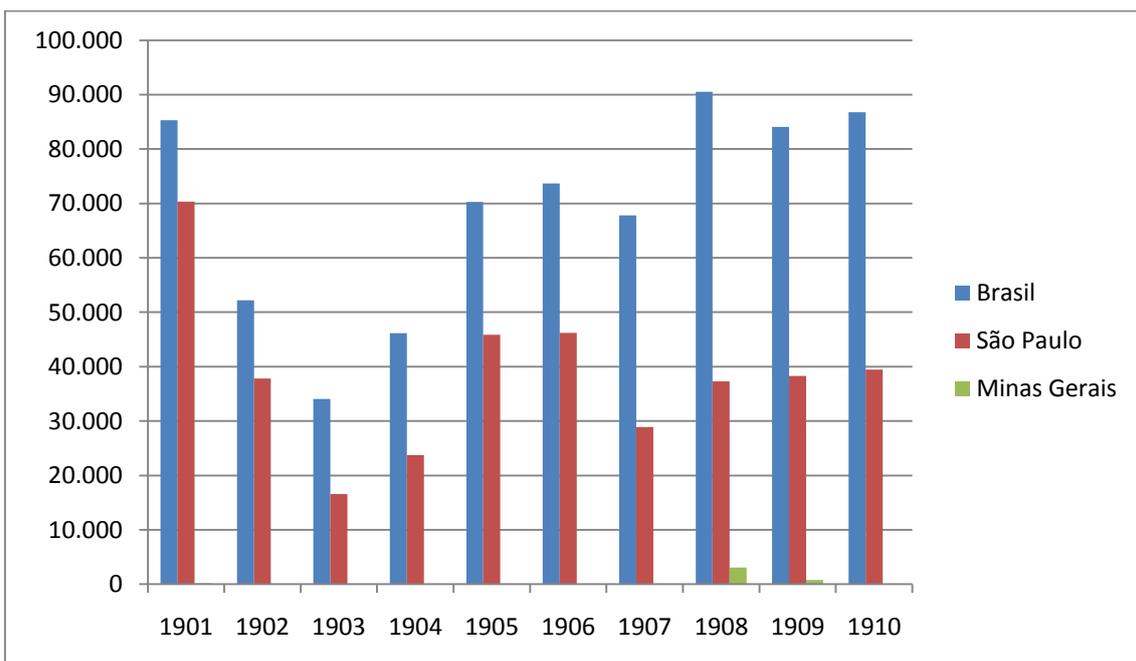
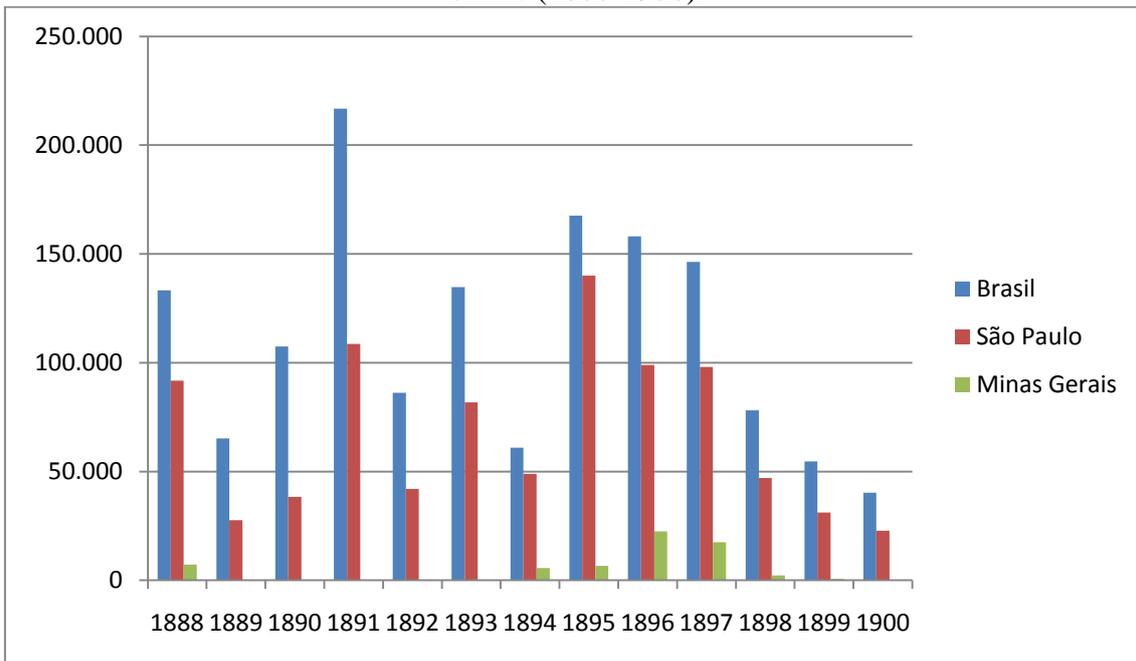
⁹⁰ Relatório da Província de Minas Gerais de 1922. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil>. Acessado em: 30/04/2012.

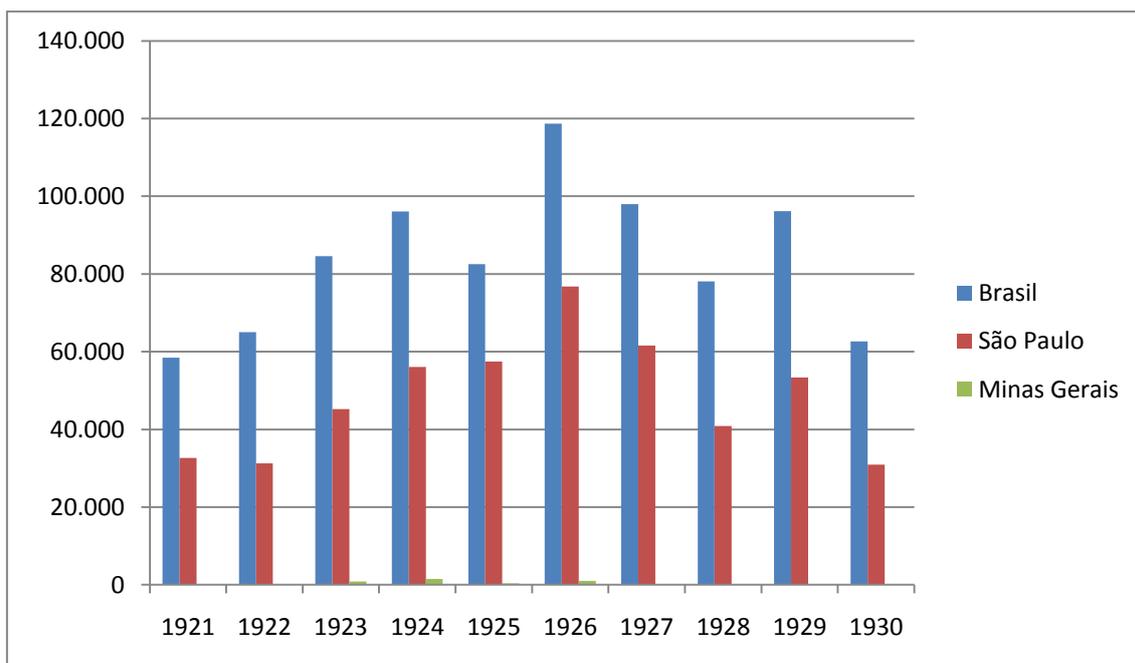
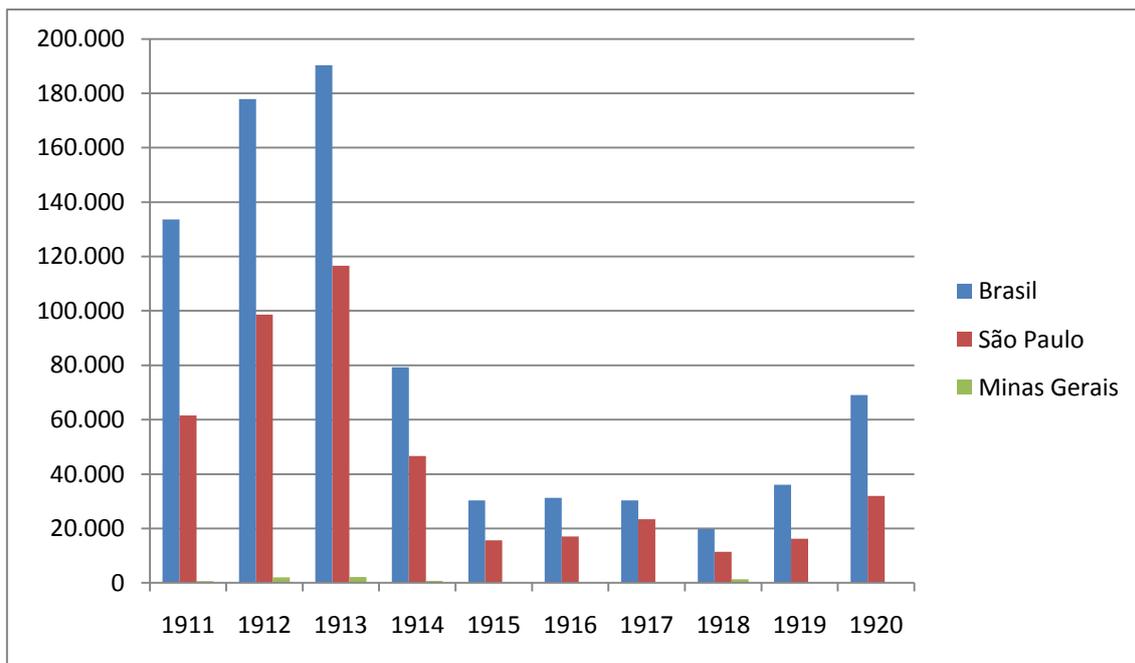
⁹¹ Relatório da Província de Minas Gerais de 1923 (P. 88) e Relatório da Província de Minas Gerais de 1924 (P. 66). Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil>. Acessado em: 30/04/2012.

⁹² Relatório da Província de Minas Gerais de 1925 e Relatório da Província de Minas Gerais de 1926. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil>. Acessado em: 30/04/2012.

⁹³ Relatório da Província de Minas Gerais de 1930. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil>. Acessado em: 30/04/2012.

Gráfico IV: Comparativo do Fluxo de Imigrantes no Brasil, em São Paulo e em Minas Gerais (1888-1930).





Fontes: Relatórios da Província de Minas Gerais; MONTEIRO, Norma de Góes. **Imigração e Colonização em Minas Gerais (1889-1930)**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1994; LANNA, Ana Lúcia Duarte. **A Transformação do Trabalho**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Imigração e Industrialização: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1929)**. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 1991; MARQUES, Ana Paula Dias. **Evolução da Imigração no Brasil**. Disponível em http://www.diasmarques.adv.br/artigos/Artigo_Imigracao_Estadao2.pdf. Acessado em sete de novembro de 2012.⁹⁴

⁹⁴ A diferença de fluxo é tão significativa em Minas Gerais que a ilustração quase não permite visualizar a barra referente ao estado. Em algumas ocasiões, a entrada de imigrantes foi realmente nula, porém, em outras, foi mínima. Para não transmitir a ideia de que só houve imigração em Minas Gerais em alguns anos específicos, acrescentamos uma tabela na lista de anexos (Anexo II) para detalhar os números dos gráficos acima.

1.3. Juiz de Fora e os Imigrantes

A Zona da Mata mineira teve suas primeiras explorações econômicas no início do século XIX. Mas foi só a partir da década de 1850 que o café ganhou campo para crescer em larga escala, tornando-se importante produto de exportação. O impacto do produto é tamanho na economia mineira que a região da Zona da Mata tornou-se a mais rica de toda a província. Na década de 1880, o produto era responsável pela quase totalidade da receita de Minas Gerais e seu sucesso econômico atraía o homem livre para a região, em busca de salários mais elevados. A consequência foi o aumento do contingente populacional.

Por ser a região geradora de mais renda para a província, o governo mineiro investiu muito na Zona da Mata. A região entrou no século XX mantendo o patamar de principal produtora de café em Minas Gerais durante suas três primeiras décadas. O fluxo de capital proveniente do café possibilitou também o crescimento das iniciativas industriais na região, sendo que houve uma relação muito íntima entre as atividades agroexportadoras e industriais. Segundo Anderson Pires:

A emergência e o desenvolvimento de uma estrutura urbana e industrial na economia da Zona da Mata se tornaram impensáveis fora do contexto econômico em que ocorreu e no qual houve uma visível predominância da estrutura agroexportadora, tanto na determinação da renda quanto na formação do excedente no interior da economia. Assim, o setor agroexportador vai se constituir não só como um importante espaço para a efetivação do processo de realização dos produtos e serviços oferecidos pelo setor urbano industrial, como também uma fonte geradora de recursos que direta ou indiretamente acabarão por atingir este mesmo setor, estimulando sua diversificação e crescimento econômico no seio da economia regional. De qualquer forma, evidencia-se a natureza de reciprocidade nas relações econômicas intersetoriais que se estabeleceram nesta economia, sob a égide do movimento de reprodução e do processo de acumulação de capital efetivados em seu núcleo agroexportador.⁹⁵

Foi com o vínculo entre a exportação do café e os investimentos em atividades industriais que a região da Zona da Mata incrementou sua vida urbana na década de 1880. Muitos incentivos favoreceram para a chegada de imigrantes, como a construção da rodovia União & Indústria, a construção da Hospedaria de Imigrantes Horta Barbosa e os benefícios concedidos pela província para plantação do café.

⁹⁵ PIRES, Anderson. Café e Indústria em Juiz de Fora: uma nota introdutória. In: **Juiz de Fora. História, Texto e Imagem**. José Alberto Pinho Neves, Ignácio José Godinho Delgado e Mônica Ribeiro de Oliveira (Orgs.). Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2004. (P. 46)

Todavia, a requisição de trabalhadores na região não era exclusivamente de imigrantes. A Zona da Mata seguiu um caminho diferenciado, o qual utilizou fundamentalmente o trabalhador nacional e liberto. Pela própria incapacidade da Zona da Mata de concorrer com o Oeste Paulista na atração de imigrantes para a cafeicultura, a região mineira utilizou majoritariamente o elemento nacional como força de trabalho⁹⁶.

Ao se emancipar de Barbacena, em 1850, Juiz de Fora já nasceu como um dos principais municípios cafeicultores de Minas Gerais. A construção da rodovia União & Indústria permitiu a integração econômica e a expansão das sociabilidades, elementos que ajudaram a cidade a desempenhar um papel típico de polo urbano e de capital regional no seio de uma economia agroexportadora. Mas o que consolidou definitivamente a posição de Juiz de Fora foi a introdução da malha ferroviária, a qual causou um impacto muito maior no mercado do que a rodovia União & Indústria. A dinamização econômica dinamizou também a mão-de-obra⁹⁷.

No final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, Juiz de Fora tinha uma estrutura econômica dinâmica e autônoma, pois já tinha se constituído como polo aglutinador e centralizador das atividades na Zona da Mata mineira. Nesse momento de transição para o capitalismo, a cidade representava um centro comercial que se formou, sobretudo, a partir do mercado interno⁹⁸. Já no período após a Primeira Guerra Mundial, a industrialização já havia formado um parque industrial com importância suficiente para gerar sua própria demanda e ampliar sua capacidade. Mais uma vez, Juiz de Fora estava apta a modificar e diversificar sua estrutura⁹⁹, fazendo com que a cidade consolidasse, cada vez mais, o status de polo urbano.

A abertura da estrada, a cargo da Companhia União & Indústria, foi acompanhada pela introdução de imigrantes, contratados por Mariano Procópio Ferreira Lage, para suprir a falta de técnicos e artífices na região. Os alemães constituíam a grande maioria dos trabalhadores estrangeiros contratados para construção da estrada, a qual teve início no ano de 1856.

⁹⁶ SOUZA, Sonia Maria de. **Terra, Família, Solidariedade... : estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição – Juiz de Fora (1870-1920)**. Bauru: EDUSC, 2007. (P. 161)

⁹⁷ PIRES, Anderson. **Café, Finanças e Indústria: Juiz de Fora, 1889-1930**. Juiz de Fora: FUNALFA, 2009. (P. 60)

⁹⁸ KLÔH JR., Carlos Eduardo. Estrutura Comercial e Desenvolvimento Industrial em Juiz de Fora (1888-1920). In: **Revista Virtú**. Juiz de Fora, 2010.

⁹⁹ PIRES, Anderson. **Café, Finanças e Indústria: Juiz de Fora, 1889-1930**. Juiz de Fora: FUNALFA, 2009. (P. 106)

A construção da rodovia União & Indústria facilitaria o escoamento do produto gerado nas lavouras de café, mas trouxe consigo também o grupo pioneiro de imigrantes em Juiz de Fora. Assim, foi fundada na cidade a colônia Dom Pedro II para abrigar esses trabalhadores estrangeiros envolvidos com a construção da estrada. O primeiro momento de imigração na cidade foi bem marcado pela introdução de mão-de-obra que atendia às necessidades da Companhia União & Indústria, tanto que no ano de 1858 o Presidente da Província de Minas Gerais, Carlos Carneiro de Campos, publicou uma circular procurando saber se havia algum fazendeiro em Juiz de Fora interessado em contratar imigrantes e não foi correspondido¹⁰⁰.

Imagem I: Colônia Dom Pedro II em 1865.



Fonte: LISBOA, Jakeline Duque de Moraes Lisboa. **Turnerschaft: Clube Ginástico de Juiz de Fora (1909-1979)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da UFJF. Juiz de Fora, 2010. (P. 40)

A colônia Dom Pedro II era o reduto dos trabalhadores alemães que vieram para construir a rodovia União & Indústria. Enquanto esta reduzia os custos do escoamento da produção, facilitava o comércio com a capital do Império, proporcionava o crescimento da lavoura cafeeira permitindo a acumulação de capital na Zona da Mata

¹⁰⁰ Circular do Palácio da Presidência de Minas Gerais – 13/08/1858. Fundo Câmara Municipal no Período Imperial do Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora.

mineira, a colônia Dom Pedro II permanecia ativa em uma região de alta concentração escravista, caso raro no cenário nacional¹⁰¹. Os alemães desenvolveram suas próprias plantações, comercializando os produtos para aproveitar as riquezas geradas pelo café e complementar a renda desses trabalhadores estrangeiros. Mas as atividades da colônia Dom Pedro II não eram suficientes e culminaram no fracasso da mesma. Ao longo da década de 1860, os alemães passaram a atuar no comércio e setor de serviços da área urbana de Juiz de Fora, embora se mantivessem concentrados ainda na zona rural. Os alemães já não estavam mais tão ligados à construção da rodovia União & Indústria e os lucros auferidos em atividades urbanas pelos colonos permitiram outras iniciativas. A Companhia União & Indústria permaneceu ativa ainda até a década de 1870, quando uma crise afetou os negócios de Mariano Procópio. Este recorreu por diversas vezes ao Governo Imperial em busca de subsídios para manter as atividades da companhia, mas, em 1876, Mariano Procópio abandonou a direção e pediu a rescisão de todos os contratos, decretando o fim das atividades.

Com o fim das obras da rodovia, a maioria dos colonos contratados para as obras já tinha se erradicado em Juiz de Fora. Alguns aproveitaram as poupanças conquistadas ao longo dos anos para se associarem montando pequenas fábricas, ou estabelecerem-se no ramo comercial e de serviços, mas são casos bem específicos. Muito ajudou nessas empreitadas o investimento de famílias alemãs mais abastadas de Petrópolis¹⁰². Alguns fazendeiros tentaram ainda cooptar esses ex-colonos para suas lavouras, aproveitando a dispensa dos custos de imigração. Era um momento de crescimento do incentivo à imigração. Em 1883, uma Circular do Palácio da Presidência estimulava os fazendeiros de Juiz de Fora a contratar imigrantes oriundos das Ilhas Canárias e Açores para substituir o trabalho escravo¹⁰³. Da mesma forma, os jornais também tentavam convencer os fazendeiros das qualidades do imigrante, ressaltando a necessidade de realização de contratos¹⁰⁴.

¹⁰¹ ARANTES, Luiz Antônio Valle. Caminhos Incertos, Conflitos Religiosos e Empreendimentos: a trajetória dos alemães na cidade. In: **Solidariedades e Conflitos: História de vida e trajetória de grupos em Juiz de Fora**. BORGES, Célia Maia (Org.). Juiz de Fora: EDUFJF, 2000. (P. 93)

¹⁰² GIROLETTI, Domingos. **Industrialização de Juiz de Fora (1850/1930)**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1988. (P. 64-65)

¹⁰³ Circular do Palácio da Presidência de Minas Gerais de 1883. Fundo Câmara Municipal no Período Imperial do Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora.

¹⁰⁴ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Imigração e Industrialização: os italianos em Juiz de Fora – Minas Gerais (1888-1920). In: **A Presença Italiana no Brasil**, Vol. III. BONI, Luis A. de. (Org.). Porto Alegre: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. (P. 173)

O trabalho dos homens livres foi condicionado pela exploração característica de uma sociedade escravista. Luiz Eduardo de Oliveira demonstra que os salários dos trabalhadores livres nas lavouras tinham como referência a carga de trabalho escravo, o que empurrou os imigrantes para os centros urbanos¹⁰⁵. E, segundo Fernando Lamas e Luís Eduardo de Oliveira, mesmos os alemães, portugueses e brasileiros que trabalhavam na Companhia União & Indústria viviam um cotidiano de brutalidades muito próximas ao modelo escravista¹⁰⁶. Assim, a lavoura cafeeira de Juiz de Fora permaneceu por muito tempo baseada no trabalho compulsório sustentado especialmente pelo comércio de mão-de-obra com as regiões Oeste e Alto Parnaíba¹⁰⁷, e, quando a escravidão foi abolida, os ex-escravos permaneceram nas atividades da região trabalhando ao lado de diversas categorias de trabalhadores livres pobres¹⁰⁸.

Era a zona urbana que atraía mais trabalhadores em busca de melhores condições de vida, de modo que a imigração, a partir da década de 1880, se inseriu num contexto de passagem de uma estrutura agroexportadora para uma estrutura urbano-industrial, segundo Mônica Ribeiro de Oliveira¹⁰⁹. As maiores oportunidades para os imigrantes estavam na zona urbana, onde tinham mais vantagem por possuírem experiência técnica. Logo se formou um contingente de trabalhadores juiz-foranos predominantemente constituído de estrangeiros, de acordo com Silvia Maria Belfort Vilela de Andrade¹¹⁰. Mas, embora a historiografia destaque a presença dos estrangeiros nas zonas urbanizadas da cidade, Leandro Pereira Matos lembra que parte dos imigrantes foi mesmo para as zonas rurais trabalhar em ofícios relacionados à

¹⁰⁵ OLIVEIRA, Luís Eduardo de. **Os Trabalhadores e a Cidade: a formação do proletariado de Juiz de Fora e suas lutas por direitos (1877-1920)**. Juiz de Fora: FUNALFA; Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

¹⁰⁶ LAMAS, Fernando G. & OLIVEIRA, Luís Eduardo. As Vicissitudes da Escravidão e da Imigração em Minas Gerais: a Companhia União & Indústria, os escravos e os alemães (1852-1879). In: **Anais do III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. UFSC: Florianópolis, 2007.

¹⁰⁷ ANDRADE, Rômulo. Havia um Mercado de Famílias Escravas? In: **Locus**. Juiz de Fora, v. 4, n. 1, 1998. (P. 95)

¹⁰⁸ CHRISTO, Maraliz de Castro Viera. Trabalho, Enriquecimento e Exclusão: italianos em Juiz de Fora (1870-1940). In: **Solidariedades e Conflitos: História de vida e trajetória de grupos em Juiz de Fora**. BORGES, Célia Maia (Org.). Juiz de Fora: EDUFJF, 2000. (P. 128)

¹⁰⁹ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Imigração e Industrialização: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1929)**. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 1991. (P. 30)

¹¹⁰ ANDRADE, Silvia Maria Belfort Vilela de. **Classe Operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912-1924)**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1987. (P. 35)

cafeicultura¹¹¹. Condição esta que não cessou, pois ainda em 1952 chegavam trabalhadores italianos para trabalhar na lavoura juiz-forana¹¹².

Juiz de Fora elaborou uma nova política de introdução de imigrantes que se iniciou com a fundação da Associação Promotora de Imigração, em 1888, formada por indivíduos representativos da economia da Zona da Mata. Abriu-se um novo panorama para entrada de imigrantes em Minas Gerais e na Zona da Mata. No mesmo ano o Governo Provincial promulgou a Lei nº 3.417 determinando a criação de uma hospedaria de imigrantes em Juiz de Fora¹¹³, a qual suprimiria as outras da província.

A criação da hospedaria em Juiz de Fora, que recebeu posteriormente o nome de Horta Barbosa, gerou uma demanda burocrática para controle da entrada de imigrantes desde sua chegada ao porto do Rio de Janeiro. Ainda em 1888, foi criada a Inspeção Geral de Imigração que garantiria a passagem dos imigrantes e a hospedagem em Juiz de Fora por, no máximo, 10 dias, antes de serem contratados. Os primeiros imigrantes que ocuparam as instalações da hospedaria chegaram em outubro de 1888 e foram recebidos com uma festa composta por uma multidão de juiz-foranos, autoridades, banda de música e a diretoria da Sociedade Italiana de Mútuo Socorro e Beneficência Umberto I¹¹⁴.

Mesmo com a Hospedaria Horta Barbosa alojando mais imigrantes que o adequado e os esforços da nova política de imigração de Juiz de Fora, os resultados não foram os esperados, o que causou o fechamento precoce da Inspeção Geral de Imigração, em 1889. Juiz de Fora recebia vasto contingente de libertos e trabalhadores nacionais em busca de trabalho, dada a sua economia diversificada em decorrência da acumulação de capital promovida pela atividade da cafeicultura¹¹⁵.

A Hospedaria Horta Barbosa foi reestruturada em 1894, em atenção ao Decreto nº 752 que atendia a uma nova política do estado preocupada com adaptações no funcionamento da hospedaria, a qual passaria a receber, agasalhar e alimentar os

¹¹¹ MATOS, Leandro Pereira. Imigração, Conflito e Identidade: a inserção de trabalhadores europeus em um município cafeeiro de Minas Gerais (século XIX). In: **Anais do I Seminário Nacional Sociologia & Política**. UFPR, 2009.

¹¹² Diário Mercantil – 20/12/1952. Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora.

¹¹³ MONTEIRO, Norma de Góes. **Imigração e Colonização em Minas Gerais (1889-1930)**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1994. (P. 26)

¹¹⁴ LESSA, Jair. **Juiz de Fora e seus Pioneiros: do Caminho Novo à Proclamação**. Juiz de Fora: UFJF/FUNALFA, 1985. (P. 210-211)

¹¹⁵ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Mutualismo e Filantropia. In: **Revista Locus**. Juiz de Fora: v. 10, n. 1, 2003. (P. 100)

imigrantes nela instalados durante um período máximo de cinco dias¹¹⁶. Após o governo provisório republicano, foram definidas as novas diretrizes da política imigratória no estado de Minas Gerais. Os índices de imigração cresceriam consideravelmente dentro das condições do estado. A partir de 1895, todos os imigrantes que vinham para Minas Gerais passavam pela hospedaria em Juiz de Fora, de onde eram distribuídos para o resto do estado. Os que ficavam na cidade eram os dotados de algum conhecimento técnico que buscavam uma forma de criar pequenos negócios na zona urbana mais desenvolvida da Zona da Mata.

O reflexo da crise financeira a partir de 1896 foi percebido pouco a pouco em Juiz de Fora. O fluxo de indivíduos que chegava a Minas Gerais se reduziu gradativamente até ser praticamente inexistente em 1904. Neste ano, chegaram mais nordestinos que estrangeiros no estado mineiro. A Hospedaria Horta Barbosa contava com 495 retirantes do Rio Grande do Norte, de Pernambuco e da Paraíba que estavam em busca de trabalho¹¹⁷. Devido ao novo cenário, a hospedaria permaneceu ativa por apenas mais dois anos, até 1906. Uma nova elevação dos índices de imigração em Minas Gerais e em Juiz de Fora só aconteceria nos anos imediatamente antecedentes à Primeira Guerra Mundial, em função da fuga dos europeus do clima de hostilidade no Velho Mundo.

Norma de Góes Monteiro ressalta que apenas italianos, alemães e portugueses que fossem agricultores de profissão tinham o direito de integrar os núcleos coloniais mineiros. Para impulsionar a ocupação do território de Minas Gerais, exigia-se ainda que esses trabalhadores fossem acompanhados por suas respectivas famílias¹¹⁸. Isso caracterizou os três grupos como os mais numerosos no fluxo imigratório em Minas Gerais. O panorama se repetiu em Juiz de Fora, mas sírios e libaneses também marcaram suas existências na história da cidade, embora em menor quantidade. Luiz Antônio Valle Arantes relata que, no início, as relações “interétnicas” não eram tão amistosas¹¹⁹, mas o que se nota na história da cidade é o desenvolvimento de uma pacífica relação até mesmo entre sírios e libaneses, por exemplo.

¹¹⁶ MONTEIRO, Norma de Góes. **Imigração e Colonização em Minas Gerais (1889-1930)**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1994. (P. 103)

¹¹⁷ Idem (P. 111)

¹¹⁸ Idem (P. 74)

¹¹⁹ ARANTES, Luiz Antônio Valle. Caminhos Incertos, Conflitos Religiosos e Empreendimentos: a trajetória dos alemães na cidade. In: **Solidariedades e Conflitos: História de vida e trajetória de grupos em Juiz de Fora**. BORGES, Célia Maia (Org.). Juiz de Fora: EDUFJF, 2000. (P. 97)

Com o início do período republicano no Brasil, Ouro Preto, capital de Minas Gerais, recebeu um vice-consulado alemão, mas o grande número de indivíduos de origem alemã na cidade de Juiz de Fora causou a transferência do vice-consulado para esta cidade¹²⁰. A extinção da colônia Dom Pedro II, a falência da Companhia União & Indústria e a estruturação da Companhia de Fiação e Tecelagem Industrial Mineira foram eventos que contribuíram para converter grande parte desses germanos em trabalhadores urbanos. Alguns deles conseguiram acumular relativo capital para investir em iniciativas fabris na cidade. Mas suas contribuições para a industrialização juiz-forana foram muito mais no sentido de integração ao proletariado do que propriamente como capitalistas e proprietários¹²¹. De toda forma, como destaca Roberto Dilly, os alemães estiveram ligados a importantes empreendimentos industriais em Juiz de Fora, dentre os quais estavam a primeira iluminação pública, a primeira fábrica de cerveja de Minas Gerais, o primeiro curtume industrial do Brasil, a terceira fábrica de pregos do Brasil, a primeira estação telefônica de Minas Gerais, a primeira indústria de tecidos de malha de Minas Gerais e a primeira fundição de ferro Guza¹²². Embora esses exemplos só façam sentido para a estrutura produtiva quando analisados no contexto da economia do município, são utilizados aqui somente para ilustrar a presença desses germanos na sociedade.

Os alemães passaram por maus momentos em Juiz de Fora, uma vez que a realidade dos imigrantes não se parecia com o que era dito pelas agências de imigração. No início, os alemães se concentraram nas atividades agrícolas da colônia Dom Pedro II e nas obras da rodovia União & Indústria. Só depois de terminadas as atividades de construção da nova estrada que os alemães buscaram mais oportunidades na zona urbana juiz-forana e investiram suas economias em variadas atividades dos setores de serviços e comércio. A primeira entre as iniciativas particulares foi a instalação de uma fábrica de cerveja, que, como destacado nos dados de Roberto Dilly acima, foi a primeira da província mineira. Segundo dados de Luiz Antônio Valle Arantes, 43,07% das indústrias instaladas em Juiz de Fora entre 1858 e 1912 pertenciam a imigrantes

¹²⁰ COUTO, Rita de Cássia Lara. **150 Anos da Imigração Germânica em Juiz de Fora: a imprensa local e sua relação com os colonos e descendentes**. Juiz de Fora: Monografia de conclusão de curso em Comunicação Social, 2008. (P. 37)

¹²¹ OLIVEIRA, Luís Eduardo de. **Os Trabalhadores e a Cidade: a formação do proletariado de Juiz de Fora e suas lutas por direitos (1877-1920)**. Juiz de Fora: FUNALFA; Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. (P. 105-106)

¹²² DILLY, Roberto. Origens de Juiz de Fora. In: **Juiz de Fora. História, Texto e Imagem**. José Alberto Pinho Neves, Ignácio José Godinho Delgado e Mônica Ribeiro de Oliveira (Orgs.). Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2004. (P. 24)

germânicos de filiação protestante¹²³. Só que esta afirmação não distingue manufaturas e indústrias propriamente ditas. Quando se liga essa informação aos outros grupos de imigrantes, Arantes transmite a ideia de que os estrangeiros foram os impulsionadores do progresso de Juiz de Fora. Entretanto não é o número de indústrias que determina o desenvolvimento industrial, é preciso avaliar os capitais aplicados, o potencial de produção, o número de empregados e a mecanização. Anderson Pires contestou esses dados e demonstrou ter ocorrido um significativo crescimento das atividades comerciais e industriais na cidade em função de dois setores sociais distintos. Um deles seria a elite local formada pela aristocracia agrária, que direcionou seus recursos e foi a principal responsável por investimentos em infraestrutura. E, de outro lado, os imigrantes que se tornaram pequenos comerciantes e industriais canalizando seus recursos para o estabelecimento dos próprios negócios¹²⁴. Voltaremos à essa questão da participação do imigrante no desenvolvimento de Juiz de Fora mais adiante, após apresentar um panorama da presença italiana na cidade.

Os alemães estavam inseridos no crescimento da cidade e eram respeitados por suas iniciativas fabris. O jornal “O Pharol”, por exemplo, publicou um artigo no dia 11 de setembro de 1911 ressaltando a importância da colônia alemã para a cidade¹²⁵. No ano seguinte, o mesmo jornal indicou, inclusive, Altivo Halfeld, importante industrial e farmacêutico de origem germânica, para o cargo de vereador em Juiz de Fora¹²⁶. Porém eram marginalizados quando integrantes da periferia urbana. Mas a situação dos alemães em Juiz de Fora só se agravou mesmo com a Primeira Guerra Mundial, que construiu uma nova representação dos alemães no imaginário do povo juiz-forano. A reação dos mineiros foi hostil em alguns casos e alguns empresários alemães, por precaução, chegaram a mudar o nome de suas indústrias e produtos para evitar a vinculação com a Alemanha¹²⁷.

¹²³ ARANTES, Luiz Antônio Valle. Caminhos Incertos, Conflitos Religiosos e Empreendimentos: a trajetória dos alemães na cidade. In: **Solidariedades e Conflitos: História de vida e trajetória de grupos em Juiz de Fora**. BORGES, Célia Maia (Org.). Juiz de Fora: EDUFJF, 2000. (P. 104)

¹²⁴ PIRES, Anderson. **Café, Finanças e Indústria – Juiz de Fora (1889-1930)**. Juiz de Fora: Funalfa, 2009.

¹²⁵ O Pharol - 11/09/1911. (Página 10, Coluna 3). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

¹²⁶ O Pharol - 23/03/1912. (Página 2, Coluna 4). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

¹²⁷ ARANTES, Luiz Antônio Valle. Caminhos Incertos, Conflitos Religiosos e Empreendimentos: a trajetória dos alemães na cidade. In: **Solidariedades e Conflitos: História de vida e trajetória de grupos em Juiz de Fora**. BORGES, Célia Maia (Org.). Juiz de Fora: EDUFJF, 2000. (P. 98)

Em Minas Gerais era significativo o número de italianos para a imigração. Os fazendeiros tinham preferência ainda por aqueles que vinham do Norte da Itália. O trabalhador italiano era bem visto nas lavouras por sua aptidão para o trabalho manual e por ser considerado elemento dignificador das tarefas. Em Juiz de Fora eles chegaram antes mesmo da imigração subvencionada pela província, na década de 1880, para atuar na zona urbana como mascates ou negociantes. O grande fluxo de italianos para Juiz de Fora aconteceu no momento em que a produção do café já não era o grande atrativo, mas por ter se tornado um polo urbano e por possuir uma economia dinâmica que oferecia oportunidades no comércio e em manufaturas.

A presença dos italianos na cidade foi muito marcante nas atividades econômicas e na cultura. A comunidade italiana dominava as novas técnicas arquitetônicas concebidas na Europa e as reproduzia em Juiz de Fora¹²⁸. Também estiveram presentes como proprietários de pequenas oficinas e contribuindo para o crescimento de empreendimentos fabris na cidade. Alguns deles se destacaram na história de Juiz de Fora, como é o caso de Pantaleone Arcuri. Proprietário do maior estabelecimento de materiais de construção do estado, foi responsável por inaugurar a primeira fábrica na América do Sul para produção de artefatos feitos com cimento-amianto.

A política imigratória mineira financiou um livro propaganda escrito por Filippo Grossi, em 1911, para circular na Itália à época da *Esposizione Internazionale di Torino*. Na obra, o italiano erradicado em Minas Gerais descreve as maravilhas do estado e tenta influenciar a emigração para o mesmo. Quando aponta as cidades mais importantes de Minas Gerais, coloca Juiz de Fora como a segunda delas e atribui o seu desenvolvimento à presença de tantos imigrantes europeus. Trata-se de um livro com fins propagandísticos que retratam diversos aspectos de Minas Gerais e atribui grande destaque a Juiz de Fora¹²⁹.

Os alemães e os italianos ocuparam posições centrais nos debates sobre o desenvolvimento econômico de Juiz de Fora. A historiografia tradicional repetiu a imagem do imigrante germânico como agente do progresso e da ordem, além de iniciadores do processo industrial da cidade. Entretanto, foi uma seleta minoria que

¹²⁸ CHRISTO, Maraliz de Castro Viera. Trabalho, Enriquecimento e Exclusão: italianos em Juiz de Fora (1870-1940). In: **Solidariedades e Conflitos: História de vida e trajetória de grupos em Juiz de Fora**. BORGES, Célia Maia (Org.). Juiz de Fora: EDUFJF, 2000. (P. 143)

¹²⁹ GASPARETTO JÚNIOR, Antonio. “Lo Stato di Minas Geraes”: a propaganda como elemento da política imigratória. In: **Anais do III Simpósio do Laboratório de História Política e Social**. Juiz de Fora, 2010.

alcançou desenvolvimento econômico. José Luiz Stehling é autor da mais importante referência sobre a colonização germânica em Juiz de Fora. Seu trabalho é responsável pelas principais informações que temos ainda hoje, todavia é dotado de pouca análise e sua parcialidade fica evidente supervalorizando a participação da etnia para o progresso industrial local¹³⁰. Muitos anos mais tarde, Domingos Giroletti acrescentou os italianos como importantes criadores de fábricas locais. O autor analisou a expansão da cafeicultura na Zona da Mata Mineira e a relacionou com o povoamento e a ocupação da região, considerando a possibilidade de acumulação de capital com o crescimento do mercado interno estimulado pelo desenvolvimento do sistema de transporte ferroviário. Mesmo assim, Giroletti ainda manteve ligação com o mito do imigrante empreendedor¹³¹. A perspectiva tradicional sobre os dois grupos de estrangeiros em foco foi questionada, inicialmente, por Luiz Antônio do Valle Arantes, que buscou as origens étnicas, econômicas e sociais dos imigrantes. Ele atribuiu aos alemães protestantes a primazia na implantação de indústrias argumentando que o capital aplicado era proveniente da própria atividade industrial¹³². Posteriormente, Mônica Ribeiro de Oliveira inovou ao demonstrar que a presença dos germanos era mais marcante entre comerciantes, caixeiros, carroceiros e em oficinas de marcenaria. Apesar de todas as iniciativas fabris apresentadas anteriormente, Mônica destacou que somente a tecelagem de Antônio Meurer foi capaz de fazer a transição de manufatura para indústria mecanizada. Ou seja, sua pesquisa comprovou que as indústrias exaltadas pela historiografia tradicional eram, em geral, manufaturas domésticas, o que relativiza o caráter empreendedor dos germânicos. Logo, italianos e alemães ofereceram mão-de-obra mais qualificada e contribuíram para o aumento do mercado consumidor, entretanto estiveram nas bases de formação comercial e industrial, e não liderando o processo de desenvolvimento de Juiz de Fora¹³³. Por fim, Anderson Pires ampliou essas noções sobre industrialização na cidade, demonstrando que a grande maioria dos investimentos e do capital que permitiu a dinamização da economia era proveniente da

¹³⁰ STEHLING, Luiz José. **Juiz de Fora, a Companhia União & Indústria e os Alemães**. Juiz de Fora: FUNALFA edições, 1979.

¹³¹ GIROLETTI, Domingos. **Industrialização de Juiz de Fora (1850 / 1930)**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1988.

¹³² ARANTES, Luiz Antônio Valle. **As Origens da Burguesia Industrial em Juiz de Fora**. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1991.

¹³³ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Imigração e Industrialização: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1929)**. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 1991.

elite aristocrática cafeeira, que se aproveitou dos recursos acumulados com a venda do café e que efetivamente concorreu para o progresso da cidade¹³⁴.

Os portugueses, finalmente, também marcaram presença na vida social de Juiz de Fora através de suas atuações no mercado de trabalho. De acordo com o levantamento feito por Cláudia Maria Ribeiro Viscardi, eles eram provenientes principalmente das regiões de Douro Litoral, Beira Alta e Beira Litoral. Em Juiz de Fora, desenvolviam atividades de pedreiros, caixeiros, comerciários e trabalhadores de pouca qualificação que recebiam a alcunha de galegos¹³⁵. Alguns deles se destacaram como empreendedores proeminentes na vida econômica da cidade.

Como grupo majoritário em Juiz de Fora, foram os imigrantes portugueses que sofreram maior preconceito. Todos os grupos étnicos ou nacionais residentes na cidade mineira conviviam com uma sociedade excludente, que se manifestava através do preconceito e da rejeição aos imigrantes. Mas os portugueses falavam a mesma língua e tinham ligações históricas com o Brasil de longa data, gerando uma imagem diferente dos grupos que constituíam colônias em separado. Eram majoritários no mercado de trabalho e disputavam cada posto intensamente com trabalhadores nacionais e outros estrangeiros, o que aumentava a hostilidade sobre o grupo. Embora vários fossem os pontos de similitude com os nacionais, também constituíam uma colônia em separado, celebrando suas próprias datas e cultivando a cultura natal, pois, de acordo com Fredrik Barth, “as distinções étnicas não dependem da ausência de interação e aceitação sociais, mas, ao contrário, são frequentemente a própria base sobre a qual sistemas sociais abrangentes são construídos”¹³⁶.

Tabela I: População de Juiz de Fora.

Ano	População do Município	Estrangeiros
1890	55.185	4.953
1907	85.450	-
1920	118.166	6.062

Fonte: ANDRADE, Silvia Maria Belfort Vilela de. **Classe Operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912-1924)**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1987. (P. 37).

¹³⁴ PIRES, Anderson. **Café, Finanças e Indústria: Juiz de Fora 1889-1930**. Juiz de Fora: Funalfa, 2009.

¹³⁵ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O cotidiano dos portugueses de Juiz de Fora (1840-1940). In: **Solidariedades e Conflitos: História de vida e trajetória de grupos em Juiz de Fora**. BORGES, Célia Maia (Org.). Juiz de Fora: EDUFJF, 2000. (P. 22-24)

¹³⁶ BARTH, Fredrik. **O Guru, O Iniciador e Outras Variações Antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000. (P. 27)

Tabela II: Estrangeiros em Juiz de Fora em 1920.

Nacionalidade	Quantidade
Italianos	3.389
Portugueses	1.575
Turcos	348
Alemães	323
Espanhóis	178
Outros	249
Total	6.062

Fonte: ANDRADE, Silvia Maria Belfort Vilela de. **Classe Operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912-1924)**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1987. (P. 37).

Caracterizados os principais fluxos imigratórios em Juiz de Fora, passaremos, daqui em diante, às práticas dessas comunidades para manutenção de suas culturas e também na busca de condições melhores de vida na cidade mineira.

2. Associativismo Urbano: das características do mutualismo às práticas dos imigrantes em Juiz de Fora (MG).

2.1. Um Panorama até as Organizações de Socorro Mútuo de Alemães, Italianos e Portugueses em Juiz de Fora.

2.1.1. Trajetórias e Feições do Mutualismo no Brasil

Foi somente na década de 1990 que o estudo do mutualismo assumiu notoriedade na historiografia brasileira. Enquanto em outros países as associações beneficentes já eram estudadas, no Brasil eram tratadas como um protosindicalismo e somente *en passant*. Antes de fazer uma descrição específica da história e das práticas do fenômeno mutualistas, é importante diferenciar o mutualismo de outras formas de organização de trabalhadores.

Destacamos as associações mutualistas como aquelas originadas com o propósito de socorrer seus associados em momentos de necessidade, estabelecendo laços de solidariedade horizontais¹³⁷. Em geral, as mutuais ocupavam a lacuna deixada pela ausência de seguridade dos trabalhadores em caso de doenças, acidentes, aposentadoria e falecimento, concedendo, neste caso, pensão à família, embora tal prerrogativa fosse mais exceção do que regra. Os membros das sociedades de socorros mútuos participavam com alguma quantia do seu capital para obter direitos em tais situações. Entre as demais formas de organização dos trabalhadores, talvez a mais próxima tenha sido das associações filantrópicas. Estas eram destinadas à realização de atos de caridade para com as pessoas necessitadas. Procuravam oferecer socorro a quem não fazia parte do quadro de associados, logo, não era exigida contrapartida financeira dos amparados. Em geral, essas associações de caráter filantrópico se ancoravam em compromissos religiosos.

Mesmo que houvesse associações mutualistas caracterizadas por reunir trabalhadores de mesmo ofício, não funcionavam como as corporações de ofício, pois estas não englobavam todas as práticas efetuadas pelas mutuais, estavam mais ligadas ao conhecimento e a prática de uma atividade específica.

Outra distinção é em relação às seguradoras, que eram companhias privadas que vendiam seus serviços de proteção e socorro. Embora as atividades prestadas fossem muito parecidas com as das mutuais, no quesito seguridade, era a lógica do lucro que

¹³⁷ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Mutualismo e Filantropia. In. **Revista Locus**. Juiz de Fora: v. 10, n. 1, 2003. (P. 100)

predominava¹³⁸. Já os montepios, que funcionavam como seguradoras, eram sociedades em que cada participante adquiria o direito de, por morte, legar pensão para pessoas indicadas, desde que satisfizesse cotas determinadas e atendesse condições previamente estabelecidas. Essas instituições com fins lucrativos dividiram espaço com as mutuais, sobretudo, na década de 1910. Mas as seguradoras não foram capazes de substituir as mutuais porque enfrentaram crises, principalmente com os impactos da Primeira Guerra Mundial, que foram responsáveis pela redução numérica das mesmas, enquanto as mutuais continuaram crescendo até a década de 1930.

Sem dúvida, a principal confusão retratada na historiografia do fenômeno mutualista foi entre mutuais e sindicatos. É preciso ter cuidado com as aproximações entre as duas formas de organização. O mutualismo não deu origem e tampouco se confunde com o sindicalismo, pois as mutuais não eram exclusivamente operárias. Suas organizações poderiam ocorrer em torno de etnias, bairros, questões políticas ou patronais, como aponta Tânia Regina de Luca¹³⁹. As mutuais e os sindicatos, em sua maioria, coexistiram nos mesmos lugares e nas mesmas épocas, ou seja, eram contemporâneos e não excludentes. Suas fronteiras, por vezes, eram difíceis de serem percebidas. Alexandre Fortes demonstrou que o mutualismo existiu dentro dos próprios sindicatos¹⁴⁰, e, por outro lado, os sindicatos solicitavam os espaços das mutuais para promover suas atividades¹⁴¹. Situações que exemplificam a existência de uma fronteira bastante fluida entre as duas formas de associação. Entretanto o desdobramento de mutuais em sindicatos ocorreu em raras ocasiões. Cláudio Batalha argumenta que há alguns elementos de continuidade das associações mutualistas nos sindicatos quando relata, por exemplo, que algumas mutuais defendiam, ainda no século XIX, melhores condições de trabalho e melhores salários, o que faria parte fundamentalmente das funções dos sindicatos no século XX¹⁴². Embora as mutuais tenham oferecido

¹³⁸ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro & JESUS, Ronaldo Pereira. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: **A Formação das Tradições (1889-1945)**. Col. As Esquerdas no Brasil, Vol. 1. Jorge Ferreira (Organizador). (P. 25)

¹³⁹ LUCA, Tânia Regina de. **O Sonho do Futuro Assegurado**. São Paulo: Contexto Brasília, 1990. (P. 10)

¹⁴⁰ FORTES, Alexandre. Da Solidariedade à Assistência: estratégias organizativas e mutualidade no movimento operário de Porto Alegre na primeira metade do século XX. In: **Cadernos AEL – Sociedades Operárias e Mutualismo**. Edição 10/11, Volume 6. Campinas, UNICAMP/IFHC, 1999.

¹⁴¹ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro & JESUS, Ronaldo Pereira. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: **A Formação das Tradições (1889-1945)**. Col. As Esquerdas no Brasil, Vol. 1. Jorge Ferreira (Organizador). (P. 42)

¹⁴² BATALHA, Claudio H. M. Sociedades de Trabalhadores no Rio de Janeiro do Século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. In: **Cadernos AEL: sociedades operárias e mutualismo**. Campinas, v.6, n.10/11, 1999. (P. 47-50)

importantes alternativas de auxílio aos trabalhadores, o Congresso Operário de 1906 desaconselhava, inclusive, que os operários fizessem parte de associações mutualistas, solicitando que os sindicatos fossem desmembrados das mutuais¹⁴³. Logo, a conversão de uma mutual em um sindicato não era um caminho típico.

O mutualismo esteve presente em várias partes do mundo, atendendo às lógicas estruturais e conjunturais de seu ambiente. Adhemar Lourenço da Silva Júnior e Aldrin Castellucci apontam a existência e o estudo do fenômeno em países como África do Sul, Alemanha, Argélia, Austrália, Áustria, Bélgica, Benin, Burkina Faso, Burundi, Camarões, Canadá, Chile, China, Congo, Costa do Marfim, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Holanda, Hungria, Índia, Indonésia, Inglaterra, Irlanda, Itália, Madagascar, Mali, Mauritânia, Marrocos, México, Níger, Nigéria, Nova Zelândia, Polônia, Portugal, Rússia, Senegal, Suécia, Suíça, Tanzânia, Tchade, Togo e Tunísia¹⁴⁴. Não pretendemos promover um debate sobre o mutualismo em âmbito internacional ou estabelecer análises paralelas ao caso brasileiro, mas ao relacionar a ocorrência do fenômeno nos quatro continentes ressaltamos que tais organizações foram significantes entre os trabalhadores do mundo, embora só recentemente as pesquisas tenham se atentado para o mutualismo no Brasil. Por outro lado, o arrolamento de países que contaram com a presença do fenômeno mutualista serve como indicativo para futuros pesquisadores que possam se interessar, por exemplo, em comparar a ação das mutuais em países com características tão destoantes.

As associações mutualistas surgiram no Brasil no século XIX. Já na década de 1830 há registros da presença de sociedades de socorros mútuos. Mas seu verdadeiro crescimento se deu na década de 1890, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Minas Gerais viu proliferar o mutualismo apenas na década de 1910, embora contasse com tais organizações também desde a década de 1830¹⁴⁵. A constatação que a última década do século XIX foi marcante para uma guinada na ascensão do fenômeno mutualista no Brasil está ligada com a fase de transição para o capitalismo no país. Foi o

¹⁴³ DUTRA, Eliana de Freitas. **Caminhos Operários nas Minas Gerais**. São Paulo: Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia “Hueitec” Ltda., 1987. (P. 83)

¹⁴⁴ SILVA JR., Adhemar Lourenço da. Escravidão, Liberdade e Cor nas Sociedades de Socorros Mútuos (Rio Grande do Sul, 1856-1914). In: **II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Porto Alegre, 2005. / CASTELLUCCI, Aldrin A. S. A Luta Contra a Adversidade: notas de pesquisa sobre o mutualismo no Bahia (1832-1930). In: **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 2, nº 4, agosto-dezembro de 2010, p. 40-77. (P. 40)

¹⁴⁵ VISCARDI, Cláudia M. R. & GASPARETTO JÚNIOR, Antonio. O Mutualismo em Juiz de Fora: as experiências da Associação Beneficente dos Irmãos Artistas. In: **À Margem do Caminho Novo**. VISCARDI, Cláudia M. R. & OLIVEIRA, Mônica R. de. (Orgs). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. (P. 217)

fim do trabalho escravo que abriu caminho para a consolidação do capitalismo como sistema, embora, antes disso, a substituição da mão-de-obra compulsória pelo trabalhador livre já promovesse alterações nas relações de trabalho.

Aldrin Castellucci aponta que, em 1917, havia 3.505 mutuais espalhadas pelo território brasileiro, sendo que 816 estavam no Distrito Federal (que ainda ficava no Rio de Janeiro), 790 em Minas Gerais, 744 em São Paulo, 165 na Bahia, 144 no Rio de Janeiro, 104 no Rio Grande do Sul, 103 em Pernambuco e menos de 100 estariam distribuídas por outros estados¹⁴⁶. Cláudia Maria Ribeiro Viscardi e Ronaldo Pereira de Jesus identificam um aumento de mais de 1000% no número de mutuais em diversos estados brasileiros no período que vai de 1882 até 1942. Logo, é interessante notar que, a despeito dos dados já apresentados para Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, na maioria dos estados brasileiros a concentração mais elevada de associações mutualistas aconteceu ao longo das décadas de 1920 e 1930. A precocidade na proliferação e concentração de associações nos três primeiros estados é justificada por serem eles os estados mais populosos e mais urbanizados do Brasil à época¹⁴⁷.

A década de 1910 marcou a grande proliferação de associações mutualistas em Minas Gerais. Juridicamente, o Decreto nº 2.407, de 1911, concedia às mutuais a possibilidade de terem acesso ao crédito público e a isenção de impostos¹⁴⁸, o que se tornou um importante fator para o incremento no número de mutuais nas décadas seguintes. Entre as cidades mineiras, Juiz de Fora contava com muitas organizações mutualistas baseadas nas mais diversas modalidades. A cidade era ainda uma das mais industrializadas, ricas e urbanizadas no período, tanto que, por esse motivo e pela presença notória de mutuais, Juiz de Fora sediou em 1914 o *Congresso Brasileiro de Mutualismo*, evento que teve início no Paço Municipal, no dia 15 de abril, e se estendeu por três dias. O congresso foi convocado, segundo Paulino Soares, pelas sociedades juiz-foranas Garantia do Futuro, Minas Gerais, Redentora e Humanitária, e teve como

¹⁴⁶ CASTELLUCCI, Aldrin A. S. A Luta Contra a Adversidade: notas de pesquisa sobre o mutualismo no Bahia (1832-1930). In: **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 2, nº 4, agosto-dezembro de 2010, p. 40-77. (P. 41-42)

¹⁴⁷ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro & JESUS, Ronaldo Pereira. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: **A Formação das Tradições (1889-1945)**. Col. As Esquerdas no Brasil, Vol. 1. Jorge Ferreira (Organizador). (P. 36)

¹⁴⁸ VISCARDI, Cláudia M. R. Trabalho, Previdência e Associativismo: as leis sociais na Primeira República. In: **Trabalho, Proteção e Direitos: o Brasil além da Era Vargas**. LOBO, Valéria M.; DELGADO, Ignacio G. & VISCARDI, Cláudia M. R. (Orgs.). Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010. (P. 31)

resultado a formação de outras mutuais na cidade¹⁴⁹. Entretanto, as sociedades citadas eram, na verdade, seguradoras.

A Lei nº 1.083, de 1860, foi a primeira que tratou especificamente das associações mutualistas¹⁵⁰. Nela, as mutuais passavam a depender do parecer do Imperador, no Rio de Janeiro, e dos Presidentes de Província, nas demais localidades, para poder existir. Qualquer tipo de agremiação deveria fazer seu pedido de autorização na delegacia mais próxima ao local onde seria a primeira reunião e as atas desta deveriam ser enviadas ao Conselho de Estado, que julgava cada caso e permitia a impressão dos respectivos estatutos em conformidade com o parecer do Conselho Imperial. O presidente de cada província tinha o poder, inclusive, de nomear o presidente das associações. Essa lógica esteve em vigência até 1882, quando, através da Lei nº 3.150, o Conselho de Estado deixou de ter responsabilidade na autorização das atividades das associações mutualistas¹⁵¹. No ano seguinte, 1883, as mutuais ganharam terreno para expansão já que o Decreto nº 173 permitia que as sociedades de socorros mútuos assumissem personalidade jurídica, desde que registrassem seus estatutos contendo uma descrição completa e detalhada de suas atividades¹⁵².

Com o advento da República, a primeira referência legal às associações ocorreu com o Decreto nº 164, em janeiro de 1890, o qual liberava o estabelecimento de companhias ou sociedades anônimas sem a necessidade de autorização do governo. A determinação, contudo, excluía as sociedades de socorros mútuos de tamanha liberdade. No ano seguinte, Deodoro da Fonseca aprovou o regulamento que mantinha a necessidade de autorização para funcionamento de instituições como montepios e mutuais. Nova lei, em 1893, regulamentaria a obtenção de personalidade jurídica e determinaria apenas o registro dos estatutos em cartórios e a publicação dos extratos no Diário Oficial¹⁵³, permitindo uma livre organização do funcionamento e das finanças das associações. Duas décadas mais tarde, o Código Civil de 1916 reconhecera as

¹⁴⁹ SOARES, Paulino. **Efemérides Juizforanas (1698-1969)**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 1975. (P. 113-114)

¹⁵⁰ LUCA, Tânia Regina de. **O Sonho do Futuro Assegurado**. São Paulo: Contexto Brasília, 1990. (P. 13-14)

¹⁵¹ BATALHA, Claudio H. M. Sociedades de Trabalhadores no Rio de Janeiro do Século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. In: **Cadernos AEL: sociedades operárias e mutualismo**. Campinas, v.6, n.10/11, 1999. (P. 45)

¹⁵² LUCA, Tânia Regina de. As Sociedades de Socorros Mútuos Italianas em São Paulo. In: **A Presença Italiana no Brasil**, Vol. II. BONI, Luis A. de. (Org.). Porto Alegre: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. (P. 385)

¹⁵³ SILVA JR., Adhemar Lourenço da. Estado e Mutualismo no Rio Grande do Sul (1854-1940). In: HEINZ, Flávio M.; HERRLEIN JR., Ronaldo. (Org.). **Histórias Regionais do Cone Sul**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003, p. 407-434. (P. 2)

sociedades civis religiosas, pias, morais, científicas e literárias como pessoas jurídicas de direitos privados.

Na passagem do século XIX para o XX, mutuais e sindicatos atuavam em defesa dos interesses dos trabalhadores, mas, como já dito, com práticas diferenciadas. O mutualismo é tão importante para a história do movimento operário como sindicatos ou partidos políticos, mas, além disso, tem também sua grande parcela de contribuição para a história do sistema previdenciário. Havia, no Brasil, um Estado descompromissado com a questão social e, fatores como a escravidão, a grande propriedade e a ausência dos direitos sociais, atrasaram a expansão da cidadania¹⁵⁴. A assistência social permaneceu nas mãos de particulares durante a Primeira República, cenário no qual as mutuais marcavam presença como provedoras de tratamento de saúde, auxílio funeral, empréstimos e pensões. Aos poucos, foi se forjando um Estado organizado para conferir medidas de amparo aos trabalhadores, entretanto as iniciativas da Primeira República foram bem pontuais e capazes de prover apenas mínimas condições para a sobrevivência dos trabalhadores.

O Código Civil, de 1916, passou a regulamentar as associações, permitindo liberdade em sua organização, e, em 1917, o projeto de leis sobre acidentes de trabalho do senador paulista Adolpho Gordo entrou em pauta. No ano seguinte, o Congresso contava pela primeira vez com uma comissão dedicada à legislação social encarregada de discutir as questões trabalhistas. Claro que para essa abordagem é preciso levar em consideração também os reflexos das greves que aconteceram no decorrer da década.

A Lei de Acidentes de Trabalho, promulgada em 1919, obrigou a reorganização de montepios e seguradoras para atender às novas necessidades. A lei foi um importante marco para o direito dos trabalhadores, pois garantia o pagamento de indenização dos patrões aos empregados, caso fosse provado que o acidente ou a doença que impossibilitasse o trabalhador fosse decorrente do ambiente de trabalho. Essa legislação, contudo, não se aplicava a todas as categorias, amparava apenas trabalhadores da construção civil, das redes de comunicação e transporte, do saneamento e de estabelecimentos industriais e agrícolas.

As Caixas de Aposentadoria e Pensão só entraram em questão como política social em 1923, quando o deputado paulista Eloy Chaves apresentou um projeto que procurava atender somente os ferroviários. O projeto virou a Lei nº 4.682, de 1923, e foi

¹⁵⁴ CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

a segunda no campo do direito social no Brasil¹⁵⁵. Cláudia Viscardi destaca que a estrutura e a organização internas das Caixas de Aposentadoria e Pensão eram muito semelhantes às práticas das mutualistas¹⁵⁶. Uma possível evidência de que as associações mutualistas tenham influenciado na constituição de direitos sociais no Brasil. Mas, ainda assim, eram poucas as categorias que tinham acesso aos benefícios de aposentadoria e pensão, o que mantinha a sociedade atrelada às mutualistas, garantindo sua existência.

Em 1923, o Brasil sediou o *II Congresso Internacional de Mutualidade e Previdência Social*. O evento estava planejado para acontecer em Montevideú, mas a temática ganhara grande notoriedade no Brasil, o qual tinha interesse em atrair delegações americanas e europeias. As autoridades brasileiras conseguiram que o local do encontro fosse alterado e trouxeram o congresso para o país. Consolidar o mutualismo e a solidariedade social era o ponto central do evento¹⁵⁷. No mesmo ano, foi criado ainda o Conselho Nacional do Trabalho, que deveria funcionar como órgão consultivo dos poderes públicos em situações sobre a organização do trabalho e a previdência social.

A progressiva presença do Estado na questão da seguridade pode ser notada no decorrer da década de 1920, mas o ano de 1930 foi efetivamente o divisor de águas no campo dos direitos sociais. Encerrada a Primeira República, o Brasil iniciava uma nova fase que tinha Getúlio Vargas como presidente do país. Mudanças ocorreram no cotidiano dos brasileiros e o período compreendido entre 1930 e 1945 caracterizou a era dos direitos sociais, fase de implantação do grosso da legislação trabalhista e previdenciária.

Os grandes avanços da previdência começaram em 1933, com a criação do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Marítimos, o que refletiu em um processo de transformação e ampliação das Caixas de Aposentadoria e Pensão. Os novos órgãos representavam categorias profissionais amplas e contavam com o Estado como integrante do sistema. Segundo José Murilo de Carvalho, quase todos os trabalhadores

¹⁵⁵ GOMES, Angela Maria de Castro. **Burguesia e Trabalho: Política e legislação social no Brasil 1917-1937**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979. (P. 94)

¹⁵⁶ VISCARDI, Cláudia M. R. Trabalho, Previdência e Associativismo: as leis sociais na Primeira República. In: **Trabalho, Proteção e Direitos: o Brasil além da Era Vargas**. LOBO, Valéria M.; DELGADO, Ignacio G. & VISCARDI, Cláudia M. R. (Orgs.). Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010. (P. 46)

¹⁵⁷ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro & JESUS, Ronaldo Pereira. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: **A Formação das Tradições (1889-1945)**. Col. As Esquerdas no Brasil, Vol. 1. Jorge Ferreira (Organizador). (P. 39-40)

urbanos passaram a ser atendidos em um período de cinco anos¹⁵⁸. Avaliando os relatórios do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, notamos uma crescente preocupação do Estado com a previdência social que se evidencia na criação de órgãos e secretarias dedicadas a esse fim¹⁵⁹. Ângela de Castro Gomes destaca que a questão social serviu como grande marca distintiva e legitimadora da Era Vargas. Antes de 1930, os governos não priorizavam a questão social porque consideravam a pobreza inevitável e funcional para a ordem socioeconômica brasileira. E esse é um dos aspectos que muda radicalmente com o governo de Getúlio Vargas, inaugurando uma nova fase política e administrativa no Brasil. Pobreza e trabalho entraram na cena política brasileira, permitindo a criação de um direito trabalhista que concorreu para a referida legitimação da Revolução de 1930 e favoreceu, inclusive, a uma feição democrática e preocupada sobremaneira com o trabalhador do Estado Novo¹⁶⁰. Ao mesmo tempo, as concessões viabilizadas pelas políticas públicas serviam também para conter a pressão dos sindicatos e permitir ao Governo Federal um controle maior das organizações¹⁶¹.

A estrutura básica formada pelo Estado influenciou no efetivo esvaziamento das mutuais brasileiras nas décadas de 1930 e 1940. O refluxo nas associações mutualistas teve relação direta com a introdução de políticas públicas de proteção social por parte do Governo Federal. No Rio de Janeiro, em São Paulo e em Minas Gerais, estados que tinham os maiores valores em números absolutos de mutuais, verificar-se-ia a drástica queda na quantidade de suas associações. As políticas públicas esvaziaram as sociedades, transformando-as, em alguns casos, em ambientes de lazer e sociabilidade apenas. Na década de 1950, a maioria das mutuais que ainda não haviam se dissolvido iria se converter em ambientes de lazer e cultura. Outro fator que certamente influenciaria no esvaziamento de sentido na atividade das mutuais seria a Lei Orgânica de Previdência Social, publicada em 1960. Durante o período democrático pós Estado Novo, os direitos sociais quase não evoluíram. José Murilo de Carvalho comenta que houve até uma tentativa de unificar o sistema e fazê-lo abranger toda a população

¹⁵⁸ CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. (P. 113-114)

¹⁵⁹ Relatório do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio de 1935-1947. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil>. Acessado em: 30/04/2012.

¹⁶⁰ GOMES, Angela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. (P. 197-198)

¹⁶¹ FORTES, Alexandre. Revendo a Legalização dos Sindicatos: metalúrgicos de Porto Alegre (1931-1945). In: **Na Luta por Direitos: leituras recentes da história social do trabalho**. FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da; COSTA, Hélio da & FONTES, Paulo (Orgs.). Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

brasileira, porém a resistência era grande porque havia vários institutos com leis e burocracias próprias que já haviam alcançado bom nível de estruturação e se opunham à proposta. Foi Getúlio Vargas quem tentou mais uma vez organizar questões sobre a previdência, em 1953, mas essas discordâncias não permitiram avanço. Assim, a Lei Orgânica da Previdência Social aprovada em 1960 representava um compromisso pela unificação das normas. Embora a medida não unificasse o sistema, que permaneceria contando com os vários institutos e manteria os seguros de acidentes nas iniciativas privadas, serviu para ampliar a cobertura da previdência e incluir os profissionais liberais¹⁶². Uma nova ampliação da previdência aconteceria em 1963 estendendo a legislação trabalhista e previdenciária aos trabalhadores rurais. Considerando que o ano de 1960 promove certa uniformização das normas de previdência com a inclusão de profissionais liberais, parece-nos ser o momento em que é exaurida a razão para permanência das mutuais, atribuindo a essas associações, quando permaneciam ativas, funções, sobretudo, de sociabilidade e de lazer.

2.1.2. A Inserção do Mutualismo na Historiografia

Em que pese a existência de trabalhos mais antigos sobre o mutualismo, foi Tânia Regina de Luca que colocou o tema em destaque no Brasil, iniciando uma série de novas pesquisas. Sua abordagem recaiu especialmente sobre o estado de São Paulo, para o qual verificou e analisou a grande concentração de mutuais justamente a partir da década de 1890 até a década de 1920¹⁶³. Ronaldo Pereira de Jesus afirma que Rio de Janeiro e São Paulo foram os polos mais importantes do fenômeno mutualista no final do século XIX e início do XX, sendo que em São Paulo o mutualismo nasceu e cresceu nas condições “sub-humanas” que o desenvolvimento do capitalismo impunha. Já no Rio de Janeiro, o fenômeno nasceu em meio à crise dos mecanismos políticos e culturais de dominação utilizados pela classe senhorial escravista¹⁶⁴. Em outro artigo do mesmo historiador, ele afirma que a década de 1880 determinou a separação entre antigas formas de organização ligadas à realidade econômica e sócio-política e as

¹⁶² CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. (P. 152-153)

¹⁶³ LUCA, Tânia Regina de. **O Sonho do Futuro Assegurado**. São Paulo: Contexto Brasília, 1990.

¹⁶⁴ JESUS, Ronaldo Pereira de. Associativismo no Brasil do Século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado (1860-1889). In: **Revista Locus**. Juiz de Fora: v. 13, n.1, 2007. Apud: CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, Historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

manifestações mais contemporâneas do movimento operário¹⁶⁵, haja vista o novo ambiente para o desenvolvimento do capitalismo com o fim do trabalho escravo.

Cláudio Batalha indica que a produção acadêmica atual sobre o mutualismo está dividida em duas abordagens. A primeira concebe o mutualismo como fenômeno amplo e pluriclassista, privilegiando a dimensão previdenciária dessas associações. Já a segunda interpreta o fenômeno como forma de organização dos trabalhadores, visando os aspectos das intenções em suas práticas¹⁶⁶. A produção acadêmica sobre o mutualismo vem crescendo e ganhando notoriedade no Brasil. Suas bases estão estruturadas sobre conjuntos documentais completos de determinadas associações (estatutos, relatórios, livros de atas, correspondências ativa e passiva, ofícios expedidos e recebidos, livros de matrícula de sócios, livro de mensalidades etc.) e conjuntos documentais incompletos, que, normalmente, são complementados por fontes alternativas como recortes de jornais.

Tânia Regina de Luca cita que houve uma vertente com vida breve que acreditava que com a abolição do trabalho escravo as associações de socorro mútuo também desapareceriam, estabelecendo umnexo causal¹⁶⁷. Tal hipótese foi logo descartada através de uma simples consulta às fontes. Outras interpretações mostraram-se mais fortes na historiografia das associações mutualistas. Alguns defendem que a proliferação das associações de socorro mútuo correspondia a uma forma de defesa e combate às opressões do capitalismo nascente no país. A exposição a este tipo de insegurança estrutural seria o pressuposto de combate que estaria na base para criação de tais sociedades¹⁶⁸. Nesse caso, abre-se o precedente para avaliação das relações de continuidade entre as mutuais e as sociedades de resistência, como sindicatos. Outra abordagem considera tais organizações como ambientes prestadores de seguridade social, representando uma das únicas formas de proteção que os trabalhadores poderiam

¹⁶⁵ JESUS, Ronaldo Pereira de. História e Historiografia do Fenômeno Associativo no Brasil Monárquico (1860-1887). In: **Nomes e Números: alternativas metodológicas para a história econômica e social**. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho & OLIVEIRA, Mônica Ribeiro (Orgs.). Juiz de Fora: EDUFJF, 2006. (P. 295)

¹⁶⁶ BATALHA, Cláudio H. M. Relançando o Debate sobre o Mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente. In: **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 2, nº 4, agosto-dezembro de 2010, p. 12-22.

¹⁶⁷ LUCA, Tânia Regina de. **O Sonho do Futuro Assegurado**. São Paulo: Contexto Brasília, 1990. (P. 8-9)

¹⁶⁸ FORTES, Alexandre. Da Solidariedade à Assistência: estratégias organizativas e mutualidade no movimento operário de Porto Alegre na primeira metade do século XX. In: **Cadernos AEL – Sociedades Operárias e Mutualismo**. Edição 10/11, Volume 6. Campinas, UNICAMP/IFHC, 1999. (P. 174)

contar na ausência de políticas públicas¹⁶⁹. Assim, tornavam-se ambientes privilegiados de amparo contra os problemas sociais.

Nas décadas iniciais do século XXI, tem-se notado uma predominância de trabalhos sobre o mutualismo nos estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo. Para o caso fluminense, destacam-se os trabalhos de Cláudio Batalha, Cláudia Viscardi, Ronaldo Pereira de Jesus e Vitor Fonseca. O estudo do mutualismo no estado gaúcho tem como importante representante Adhemar Lourenço da Silva Júnior. Cláudia Viscardi é também a principal referência sobre o mutualismo em Minas Gerais. E, sobre o tema em São Paulo, destacam-se os trabalhos de Tânia Regina de Luca e Luigi Biondi. Este grupo de pesquisadores é referência nos estudos relacionados à historiografia do mutualismo no Brasil. A partir deles a temática ganhou força e gerou importantes representantes em outros estados brasileiros, como é o caso de Aldrin Castellucci, que se dedica ao tema na Bahia, Rafaela Leuchtenberger, referência das pesquisas em Santa Catarina, Osvaldo Batista Acioly Maciel, pesquisador do mutualismo em Alagoas, e Marcelo Mac Cord, que estudou um caso de mutualismo na cidade de Recife.

Tudo isso demonstra que havia no Brasil da virada do século XIX para o XX uma sociedade civil mais organizada do que a historiografia tradicional propagou. Em paralelo com as práticas coronelistas e clientelistas, despontava uma sociedade que buscava se organizar autonomamente para se defender das mudanças e da pobreza que se espalhava. Os trabalhos de Cláudia Maria Ribeiro Viscardi sobre o mutualismo têm ressaltado a contribuição do fenômeno para a formação de uma cultura cívica, cultura associativa e expansão da cidadania. Em publicações anteriores, já defendíamos que entendemos as experiências mutualistas como expressões inseridas no processo de organização dos trabalhadores em redes de solidariedade horizontais, que, por sua vez, agem na composição de uma cultura associativa e na expansão da cidadania¹⁷⁰.

Essa cultura associativa, segundo Cláudio Batalha, é distinta das culturas militantes e possui um duplo significado:

¹⁶⁹ LUCA, Tânia Regina de. **O Sonho do Futuro Assegurado**. São Paulo: Contexto Brasília, 1990. (P. 384)

¹⁷⁰ VISCARDI, Cláudia M. R. & GASPARETTO JR., Antonio. O Mutualismo em Juiz de Fora: as experiências da Associação Beneficente dos Irmãos Artistas. In: **À Margem do Caminho Novo**. VISCARDI, Cláudia M. R. & OLIVEIRA, Mônica R. de. (Orgs). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. (P. 211-212)

O primeiro deles remete ao hábito de associar-se, à tendência de conferir certa institucionalidade a formas de sociabilidade diversas. Embora parte significativa dessas associações não reivindique um caráter classista. O outro significado é de cultura das associações, com práticas e rituais que identificam como os membros percebem o mundo e a si mesmos.¹⁷¹

Logo, essa cultura associativa transcendeu as culturas militantes, permanecendo ativa na ausência de políticas públicas elaboradas pelo Estado e enquanto os trabalhadores mantiveram suas instituições.

Em função de toda a atuação das associações mutualistas na prestação de auxílios e como promotoras de seguridade, ambientes de lazer e sociabilidades, entendemos as mutuais como elemento de expansão da cidadania. Para justificar esta afirmação, partiremos dos pressupostos do sociólogo Thomas Humphrey Marshall.

Para Marshall, a cidadania é constituída por direitos civis, políticos e sociais. Abordando especificamente o caso inglês, o sociólogo apresenta um roteiro cronológico e cumulativo da conquista desses direitos na Inglaterra. Deste modo, a conquista dos direitos civis ocorreu no século XVIII, a conquista dos direitos políticos está ligada ao século XIX e a conquista dos direitos sociais é pertinente ao século XX¹⁷². Os direitos civis, em primeiro lugar, são direitos fundamentais à vida e à igualdade perante a lei, garantindo a igualdade e a posse de propriedades. Seu desdobramento relaciona-se com a garantia de ir e vir, manifestar pensamento, escolher o próprio trabalho, de ser respeitado quanto à inviolabilidade do lar, de se organizar e de ser preso somente por autoridades legalmente constituídas e, em caso de condenação, que seja derivada de um processo também legal. Reinhard Bendix ainda argumenta que os direitos civis são essenciais a uma economia de mercado competitiva, dando ao homem o poder de ser independente economicamente. São esses direitos que permitem a busca legítima pela união de interesses privados com os mesmos objetivos, criando o direito de associação¹⁷³. Em resumo, os direitos civis garantem uma existência civilizada com a presença de uma justiça independente, eficiente e acessível a todos. Os direitos políticos são referentes à participação do indivíduo no governo da sociedade em que vive. Consiste na capacidade de fazer demonstrações políticas, de organizar partidos, de votar e de ser votado. Possui como instituições principais os partidos políticos e um

¹⁷¹ BATALHA, Claudio H. M. *Cultura Associativa no Rio de Janeiro da Primeira República*. In: **Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. BATALHA, C. H. M.; SILVA, F. T.; FORTES, A. (Orgs.) Campinas: Editora UNICAMP, 2005. (P. 96-97)

¹⁷² MARSHALL, T. H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (P. 63-64)

¹⁷³ BENDIX, Reinhard. *Construção Nacional e Cidadania*. São Paulo: EDUSP, 1996. (P. 115)

parlamento livre e representativo que conferem legitimidade à organização política da sociedade. Por fim, os direitos sociais garantem a vida em sociedade e a participação na riqueza coletiva. Para isso, incluem o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde e à aposentadoria, por exemplo. Sua vigência depende de uma máquina administrativa eficiente por parte do Poder Executivo. Os direitos sociais permitem às sociedades amenizar as desigualdades geradas pelo sistema capitalista, oferecendo um mínimo de bem-estar para todos. É onde se encaixa a solidariedade como forma de vínculo social.

Marshall diz que a ordem de conquista dos direitos na Inglaterra, além de ser cronológica, é lógica. Foi com base nos direitos civis do século XVIII que os ingleses reivindicaram o direito de votar e de participar do governo. O que permitiu a eleição e a participação de operários na política, abrindo espaço para introdução dos direitos sociais no século XX. Mas, como já frisado, o sociólogo atentou-se ao caso da Inglaterra e não se importou com caminhos diferentes para conquista da cidadania. Naturalmente, cada país seguiu sua rota e o Brasil também não repetiu o modelo inglês. O caso brasileiro diferenciou-se por enfatizar os direitos sociais¹⁷⁴. As legislações trabalhista e previdenciária características da década de 1930 no Brasil não decorreram dos direitos civis e políticos, mas de concessões feitas por um Estado centralizador e autoritário. José Murilo de Carvalho ressalta que é possível haver direitos civis sem direitos políticos, mas não o contrário. Isso porque, embora os direitos políticos existam formalmente, eles ficam esvaziados de conteúdo e funcionam principalmente para justificar o próprio governo mais do que representar os cidadãos. Enquanto isso, os direitos sociais podem, em tese, existir sem os direitos civis e os direitos políticos, podendo até substituir o último. Mas, caso os outros dois sejam ausentes, os direitos sociais tendem a ser arbitrários¹⁷⁵. Nesse sentido, o que se processou no Brasil corrobora a assertiva de Paulo Cesar Santos Bezerra, quando destaca que a legislação produzida no país contemplava mais os interesses da administração do que os interesses da sociedade civil¹⁷⁶.

Entendendo a cidadania como o somatório dos fatores descritos acima, as mutuais relacionam-se com seu processo de expansão na medida em que atuavam com práticas típicas garantidas, principalmente, pelos direitos sociais. Como ambientes

¹⁷⁴ SANTOS, Wanderley G. dos. **Cidadania e Justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

¹⁷⁵ CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. (P. 9-13)

¹⁷⁶ BEZERRA, Paulo Cesar Santos. **A Produção do Direito no Brasil**. Ilhéus: Editus, 2008. (P. 20)

autogovernados, promoviam a cultura cívica através de suas atividades cotidianas, seja administrando suas próprias questões políticas ou as questões de seguridade, estimulando uma organização social que extrapolava seus limites institucionais. As mutuais foram, durante algumas décadas, suplantadoras dos direitos sociais, que começariam a fazer parte da vida dos trabalhadores a partir de 1930, na medida em que ofereciam o mínimo de bem-estar aos seus associados. Como ressalta o mesmo Paulo Cesar Santos Bezerra, os direitos são produzidos tanto a partir do Estado, quanto a partir da sociedade. E, neste caso, é fruto de ações de grupos socialmente organizados¹⁷⁷. Ou seja, a cidadania não é fruto de uma única ação e nem possui um plano linear de avanços. Ambos os lados dessa relação, Estado e povo, se influenciam mutuamente e a cidadania é construída também com a ação paulatina de homens e mulheres que visam transformar uma realidade específica. É na busca pela ampliação de direitos e deveres comuns que Vitor Fonseca diz que mulheres, imigrantes, minorias étnicas e nacionais fizeram a cidadania acontecer¹⁷⁸. Em resumo, a cidadania envolve práticas cotidianas de reivindicação, interesse pela coletividade, organização de associações, luta pela qualidade de vida na família, no bairro, no trabalho ou na escola e as mutuais se encaixam nesse processo participando de um aprendizado contínuo que desencadeou mudanças de condutas da sociedade.

2.1.3. Juiz de Fora, Mutualismo e Imigrantes.

Retornando o foco para Juiz de Fora, a cidade mineira contou com um aumento da população urbana que esteve ligado ao desenvolvimento do setor de serviços e comércio na cidade. Surgiram novas indústrias que atraíram o trabalhador livre e imigrante, dando impulso a um mercado consumidor amplo e diversificado. Mas as condições de trabalho não eram adequadas no município mineiro, o proletariado enfrentava condições que ofereciam dificuldades até mesmo para sobreviver, muito por causa dos baixos salários que eram praticados na região. Essas carências que excluía a seguridade do trabalhador levaram a participações em sociedades de mútuo socorro tanto os nacionais como os imigrantes.

¹⁷⁷ Idem.

¹⁷⁸ FONSECA, Vitor M. M. **No Gozo dos Direitos Cívicos: associativismo no Rio de Janeiro (1903-1916)**. Rio de Janeiro: Faperj e Muiraquitã, 2008. (P. 73-74)

Das 2.610 associações existentes no estado de Minas Gerais em 1926, 178 eram descritas, em um quadro estatístico elaborado três anos antes, como de cooperação econômica de classe e ação social¹⁷⁹. Incluindo o que chamamos de sindicatos e mutuais. Essas associações reuniam 36 mil trabalhadores em uma época que o estado possuía seis milhões de habitantes. Considerando Juiz de Fora desde sua emancipação até o ano de 1934, pudemos levantar, juntamente com Cláudia Viscardi, 63 associações de ofício, 54 filantrópicas, 36 seguradoras, 25 étnicas, 24 literárias e de lazer, 15 patronais, 12 científicas e seis mistas e regionais. Neste panorama, as associações de ofício eram as mais numerosas, representando 26,8% do total, em função do agregado de manufaturas e pequenas fábricas que reunia grande volume de trabalhadores na cidade. Enquanto isso, as mutuais de imigrantes representavam 10,63% do total e eram locais utilizados pelos trabalhadores estrangeiros para reforço da identidade, proteção mútua e promoção de atividades de lazer. A primeira mutual em Juiz de Fora foi exatamente de imigrantes, a Sociedade Alemã de Beneficência. Fundada em 1872, reunia os germanos que vieram para trabalhar na construção da Rodovia União & Indústria. Já a primeira mutual não étnica só apareceria na década seguinte, em 1885, a Sociedade Beneficente Juiz de Fora. Reunindo trabalhadores nacionais, tornou-se uma das maiores da cidade e mantém suas atividades até os dias atuais, embora tenha redefinido seus objetivos¹⁸⁰.

A união entre indivíduos de uma mesma origem étnica ou nacional ganha destaque em casos de associativismo. Formam-se representações de grupos específicos não por ofício, mas por naturalidade. Essas representações mantêm seus laços com suas tradições históricas e culturais, reforçando identidades, em primeiro lugar, e também oferecendo recursos de seguridade. As associações de imigrantes não eram restritas a ofícios determinados, mas destinadas a pessoas que comungassem de uma mesma origem nacional ou étnica. Manuel Diegues Júnior lembra que esse espírito associativo já existia na Europa, foi, então, transplantado para o Brasil e aí assumiu a nova função de reforço da identidade¹⁸¹. A proliferação desse tipo de mutual aconteceu na capital brasileira à época, Rio de Janeiro, na região de maior concentração de imigrantes no

¹⁷⁹ MINAS GERAIS. **Fatos e Números Coordenados para a Carta Comemorativa do Primeiro Centenário da Independência Nacional**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1923.

¹⁸⁰ VISCARDI, Cláudia M. R. & GASPARETTO JÚNIOR, Antonio. O Mutualismo em Juiz de Fora: as experiências da Associação Beneficente dos Irmãos Artistas. In: **À Margem do Caminho Novo**. VISCARDI, Cláudia M. R. & OLIVEIRA, Mônica R. de. (Orgs). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. (P. 218-220)

¹⁸¹ DIEGUES JR, Manuel. **Imigração, Urbanização, Industrialização**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1964. (P. 270)

Brasil, São Paulo, assim como em qualquer outra área onde houve a presença de imigrantes. Juiz de Fora que teve uma história relacionada com os imigrantes desde seu início e, especialmente, por se constituir na cidade mais urbanizada da região da Zona da Mata, teve várias associações, como apontado anteriormente.

Entre as associações de imigrantes, em geral, as mais numerosas eram as de italianos. No estado de São Paulo, por exemplo, das 91 sociedades de imigrantes existentes entre o final do século XIX e meados do século XX, 61 delas eram italianas. Especificamente na cidade de São Paulo, 34 das 73 associações com base na origem nacional dos associados eram de italianos. Elas estavam presentes em toda cidade paulista com pelo menos uma representante. No Rio de Janeiro, uma das primeiras mutuais de italianos foi fundada ainda em 1854 com o nome de Società Italiana de Beneficenza¹⁸². Em Juiz de Fora, o quadro das mutuais de imigrantes refletiu o contingente populacional de imigrantes apontado no primeiro capítulo. Ou seja, italianos, portugueses e alemães possuíam as associações mais expressivas. A comunidade portuguesa foi representada pelo Clube União Luso-Brasileira, fundada em 1882, com o objetivo de oferecer serviços consulares gratuitos aos portugueses pobres e criar espaços de lazer para os associados¹⁸³; e pela Sociedade Auxiliadora Portuguesa, cujas características serão mais detalhadas em seguida. A comunidade alemã foi responsável pela já citada primeira mutual de Juiz de Fora, a Sociedade Alemã de Beneficência, e pela Sociedade Beneficente Brasileira-Alemã, que se constituiu a partir de uma dissensão da primeira. A comunidade italiana em Juiz de Fora reproduziu o panorama apresentado no Rio de Janeiro e em São Paulo com o maior número de mutuais de imigrantes. Eles fundaram na cidade mineira a Società Operaia Italiana di Mutuo Soccorso e di Mutua Istruzione, em 1878, que congregou parte significativa dos comerciantes italianos; a Società Beneficente Umberto I, criada em 1887 e que será melhor detalhada em seguida; a Fanfarra Italiana, fundada em 1900; a Sociedade Beneficente Príncipe de Piemonte, datada do mesmo ano e formada por dissidentes da Umberto I; a União Italiana Benzo di Cavour, fundada em 1902 por italianos em parte relacionados à construção civil e que se tornou Loja Maçônica em 1915; a Irmandade São Roque, também de 1902; a Casa d'Itália, fundada em 1939 com o objetivo de

¹⁸² BIGAZZI, Anna Rosa Campagnano. **Italianos: história e memória de uma comunidade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006. (P. 98-99)

¹⁸³ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O cotidiano dos portugueses de Juiz de Fora (1840-1940). In: **Solidariedades e Conflitos: História de vida e trajetória de grupos em Juiz de Fora**. BORGES, Célia Maia (Org.). Juiz de Fora: EDUFJF, 2000. (P. 34-35)

congregar todas as demais associações de italianos; e a Sociedade Ítalo-Brasileira Anita Garibaldi, que foi fundada em 1946 e recebeu, mais tarde, os bens da dissolvida Umberto I¹⁸⁴.

Tendo em vista este panorama associativo de imigrantes em Juiz de Fora, nosso trabalho se dedica à análise das principais mutuais de italianos, portugueses e alemães na cidade. Desta forma, ao mesmo tempo em que a pesquisa pretende contribuir com o estudo de grupos étnicos ou nacionais em Juiz de Fora, insere-se, principalmente, no debate corrente sobre o mutualismo, que, embora já tenha abordado associações de imigrantes em outros locais, não se dedicou exclusivamente a elas explorando e comparando as singularidades das organizações de diferentes grupos de trabalhadores estrangeiros.

Ao nos referirmos às principais associações mutualistas de italianos, portugueses e alemães em Juiz de Fora, enfatizamos aquelas que foram as mais duradouras e que, por consequência, reuniram o maior número de associados com o passar dos anos. Foram associações que viveram tempo o suficiente para promover a cultura associativa comentada anteriormente, atuar na expansão da cidadania e influenciar na vida da cidade. Suas atividades foram significativas em vários aspectos, merecendo o enfoque que é dado neste trabalho. Assim, destacamos a Sociedade Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro Umberto I, que foi fundada no dia 30 de outubro de 1887, em Juiz de Fora. Representando certa continuidade da Società Operaia Italiana di Mutuo Soccorso e di Mutua Istruzione, já que possuía os mesmos fundadores, tornou-se a maior e mais influente associação de italianos na cidade, permanecendo ativa por várias décadas. Seus fundadores foram os imigrantes italianos Giuseppe Antonio Picorelli, Vicente Picorelli, Luigi Perri, Giuseppe Grippi, C. Adatemarco e Affonso Collucci¹⁸⁵. Assim como a grande maioria das mutuais, a Sociedade Umberto I também tinha como proposta prestar auxílio aos seus associados. Os sócios regulares e que estavam em dia com a associação tinham o direito de receber tratamentos médicos e farmacêuticos, pensões e auxílio para funeral. Entre as mutuais portuguesas, ressaltamos as práticas da Sociedade Auxiliadora Portuguesa, que foi fundada no dia primeiro de dezembro de 1891 por iniciativa de Joaquim Dias da Silva, Antônio Gomes Schmith, Daniel Pinto

¹⁸⁴ CHRISTO, Maraliz de Castro Viera. Trabalho, Enriquecimento e Exclusão: italianos em Juiz de Fora (1870-1940). In: **Solidariedades e Conflitos: História de vida e trajetória de grupos em Juiz de Fora**. BORGES, Célia Maia (Org.). Juiz de Fora: EDUFJF, 2000. (P. 151-160)

¹⁸⁵ BASTOS, Wilson de Lima. “Contribuição do Elemento Estrangeiro: italianos em Juiz de Fora”. In: **Revista do IHG/JF**. Ano III, nº 3. Juiz de Fora, 1967. (P. 38-39)

Corrêa, José Joaquim Pinheiro Machado, Joaquim Gonçalves Coelho e Joaquim Pinto Corrêa, tornou-se a principal entidade de organização dos portugueses em Juiz de Fora e foi agraciada com o título de *Real* pelo próprio rei português Dom Carlos I, em 1898. Tinha como objetivo prestar auxílio a seus associados em caso de doenças e, em caso de falecimento, arcar com os custos do funeral. Além disso, a Sociedade Auxiliadora Portuguesa oferecia aulas noturnas para os sócios e seus filhos com menos de 18 anos, tornava disponível uma biblioteca erguida através de doações das obras e também custeava a passagem de retorno a Portugal a todos os portugueses que necessitassem tratar graves doenças fora do Brasil, atendendo associados ou não. Por fim, a última associação abordada será a representante da comunidade germânica em Juiz de Fora. A *Deutscher Kranken-Unterstützungs-Verein*, ou Sociedade Alemã de Socorros Mútuos, foi a pioneira associação mutualista em Juiz de Fora, fundada em 26 de maio de 1872 por Augusto Kremer, Nicolau Scoralick, Frederico Dose, Júlio Waltemberg, João Hees, Valentin Mechler, Henrique Griese, Jacob Hees, George Becker e Henrique Locwenstein. A associação se propunha a prestar auxílio médico, farmacêutico e financeiro aos seus associados ou arcar com despesas do funeral e conceder pensões à viúva, em caso de falecimento. Reunia em seu quadro social inicial os trabalhadores alemães que imigraram para participar das obras de construção da Rodovia União & Indústria. A associação não desenvolvia funções políticas e, segundo Luiz Antônio Valle Arantes, funcionava como uma previdência privada oferecendo alguma seguridade aos trabalhadores alemães. Com a inexistência de políticas assistenciais, a Sociedade Alemã de Socorros Mútuos era como uma extensão da Colônia Dom Pedro II, ampliando os laços de solidariedade e reciprocidade¹⁸⁶. Ainda no século XIX passou a se chamar Sociedade Alemã de Beneficência, nome que seria utilizado na maior parte de sua existência. Porém, nos anos que envolveram a Primeira Guerra Mundial, o nome foi alterado para Sociedade Beneficente Mariano Procópio, que evitava fazer menção direta à naturalidade em função do desagrado que o conflito armado gerou a respeito dos alemães.

Abordar associações de imigrantes passa, inicialmente, pela questão do reforço da identidade. Segundo Dominique Wolton, identidade é o caráter do que permanece idêntico a si próprio, uma característica de continuidade que o ser mantém consigo

¹⁸⁶ ARANTES, Luiz Antônio Valle. Caminhos Incertos, Conflitos Religiosos e Empreendimentos: a trajetória dos alemães na cidade. In: **Solidariedades e Conflitos: História de vida e trajetória de grupos em Juiz de Fora**. BORGES, Célia Maia (Org.). Juiz de Fora: EDUFJF, 2000. (P. 98)

mesmo. A identidade pessoal seria a característica de um indivíduo de se perceber como o mesmo ao longo do tempo. Para Dominique a identidade é um sistema de representações que permite a construção do eu, o que faz o indivíduo se tornar semelhante a si mesmo e diferente dos outros. E é assim que a identidade pessoal passa-se à identidade cultural, que seria a partilha de uma mesma essência entre diferentes indivíduos¹⁸⁷. As mutuais de imigrantes eram um dos meios pelo qual se procurava manter viva a memória de um grupo, com a marcante presença de práticas que recordavam a terra deixada para trás. Mas o mutualismo étnico também teve sua importante função em oferecer seguridade social. Da mesma forma como o mutualismo por ofício ou misto ofertava previdências que permitiam melhores condições sociais, as mutuais de imigrantes também. Segundo Tânia Regina de Luca, as associações de imigrantes também “tentavam minorar as consequências da super-exploração da força de trabalho prestando aos seus membros os tradicionais serviços de caráter previdenciário comum a todas as sociedades de autoajuda”¹⁸⁸. Em 1912, foi realizada uma Conferência Internacional de Assistência Pública aos Estrangeiros, em Paris (FRA), na qual foi apresentada uma proposta de Estatuto Internacional das Sociedades de Beneficência com a finalidade de socorrer os estrangeiros, mas o Brasil não esteve presente no debate¹⁸⁹.

Enquanto os trabalhadores brasileiros conquistavam condições melhores no decorrer da década de 1930, os imigrantes sofriam com uma realidade diversa. A imigração havia se reduzido significativamente por razões externas e internas e a participação dos estrangeiros nas greves operárias mudara a imagem que o governo tinha dos mesmos. Em 1934, Getúlio Vargas definiu restrições à entrada de estrangeiros no Brasil visando coibir, especialmente, a entrada de japoneses. Mas as medidas serviram para reduzir os números da imigração como um todo.

A eclosão da Segunda Guerra Mundial e a participação efetiva do Brasil no conflito complicaram mais ainda a vida dos estrangeiros que viviam no país, sobretudo se fossem originários dos países que integravam o Eixo. Se as mutuais em geral perderam associados com a progressiva introdução de políticas sociais garantindo serviços de previdência e seguridade aos trabalhadores, as mutuais de imigrantes foram

¹⁸⁷ WOLTON, Dominique. **Pensar a Comunicação**. Rio de Janeiro: Difel, 1999.

¹⁸⁸ LUCA, Tânia Regina de. **O Sonho do Futuro Assegurado**. São Paulo: Contexto Brasília, 1990. (P. 389)

¹⁸⁹ Relatório do Ministro das Relações Exteriores de 1913-1914 (P. 225). Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil>. Acessado em: 30/04/2012.

diretamente impactadas pela Segunda Guerra Mundial, no caso de alemães e italianos. O governo brasileiro proibiu a atividade de suas associações, tomou seus prédios e, muitas vezes, desapareceu com seus arquivos e pertences. O Tribunal de Justiça de Minas Gerais, por exemplo, determinou a dissolução das entidades formadas por estrangeiros provenientes dos países que lutavam contra o Brasil na guerra. Depois de já terem sido impedidas de funcionar durante a Segunda Guerra Mundial, foram ainda proibidas de retomar as atividades¹⁹⁰.

O crescimento do sentimento nacionalista brasileiro legou descrédito aos estrangeiros, mudando a imagem de indivíduos desejados para auxiliar na modernização do país que houvera no final do século XIX e início do XX. A entrada de estrangeiros no Brasil e sua atuação no mercado de trabalho sofreram severas restrições, o que foi um grande golpe influente no refluxo de fundação de associações de imigrantes.

2.2. Equilíbrio das Contas: administração e dimensão econômica entre as receitas e as despesas.

As mutuais, em geral, eram organizadas para oferecer auxílios médicos e farmacêuticos, além de pensões, em casos raros. Para sustentar essa estrutura, era necessário construir uma reserva financeira suficientemente capaz de dar conta dos vários auxílios simultaneamente. O caixa delas dependia diretamente das mensalidades pagas por seus associados, correndo o risco, em caso de débitos, de ficarem incapazes de cumprir suas promessas e, assim, fragilizar a razão de sua existência.

Um investimento característico entre as mutuais era destinado à construção da própria sede social. Em algumas situações, precisava-se comprar o terreno e contratar profissionais para erguer o prédio que serviria de sede. Em outros casos, procedia-se simplesmente a compra de residências já prontas. Nos dois casos, contudo, o investimento era alto e representava um dos principais sonhos das associações. Casos como esses que serão analisados nas páginas a seguir.

Cada mutual organizava-se segundo seu próprio estatuto, o qual definia a lógica e número de membros da administração. O bom desenvolvimento de suas atividades dependia de um trabalho árduo para manter o equilíbrio das contas das entidades. A

¹⁹⁰ Diário Mercantil – 14/04/1950. Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora.

administração da Sociedade Umberto I era feita por um Conselho Administrativo composto de doze indivíduos: um presidente, um vice-presidente, um tesoureiro, um primeiro secretário, um segundo secretário, seis conselheiros e um procurador. Cabia a esse conselho assumir a cansativa e difícil missão de responder a todas as tarefas previstas no estatuto da associação. Nele residia todo o poder executivo da Sociedade Umberto I. Dentre os seis conselheiros, o presidente escolhia ainda dois indivíduos para formar a comissão permanente que atuava em busca de emprego, colocação e trabalho aos associados, além de promover a instrução e a moral de todos¹⁹¹. Não muito diferente era o caso da Sociedade Auxiliadora Portuguesa, que era gerida por uma diretoria composta de nove membros: presidente, vice-presidente, primeiro secretário, segundo secretário, tesoureiro, procurador e três conselheiros auxiliares. A diferença efetiva é que a responsabilidade estava nas mãos de menos pessoas e, tendo em vista as dificuldades de manter as associações, o esforço dessa diretoria, naturalmente, era maior. Só não foi possível verificar a composição da equipe administrativa da Sociedade Alemã de Beneficência, porém não temos motivos para acreditar que seria algo singular.

Muito embora o peso da administração fosse considerável e os membros da diretoria, em geral, não recebessem qualquer tipo de remuneração, nota-se que havia uma repetição ou permanência das mesmas pessoas nos cargos de liderança das mutualistas. A resposta para essa situação pode ser dada em duas vias: prestígio e desinteresse. Como atesta Luís Eduardo de Oliveira, eram os membros mais bem posicionados na escala social que predominavam na direção das associações mutualistas. Em geral, eram negociantes, donos de fábricas e oficinas, profissionais liberais, literatos, funcionários públicos, políticos ou proprietários urbanos e rurais. A ocupação de um cargo tão trabalhoso e não remunerado tinha, em contrapartida, a vantagem de reforçar a influência sociopolítica desses indivíduos¹⁹². Por outro lado, a grande massa de associados não tinha interesse e, tampouco, condições financeiras para ocupar tais cargos. Como as mutualistas eram compostas, em geral, por trabalhadores em busca de seguridade, o interesse principal era assegurar o sustento, expresso como

¹⁹¹ Estatuto da Sociedade Italiana de Beneficência Umberto I, 1ª versão, 1887. Capítulo 4, Artigo 52. (P. 11)

¹⁹² OLIVEIRA, Luís Eduardo de. **Os Trabalhadores e a Cidade: a formação do proletariado de Juiz de Fora e suas lutas por direitos (1877-1920)**. Juiz de Fora: FUNALFA; Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. (P. 303-304)

pensões, em vista de eventuais dificuldades como acidentes, doenças ou qualquer outro tipo de invalidez temporária em seus respectivos ofícios.

Essa característica sobre a presidência foi facilmente percebida durante nossas pesquisas. Apresentamos abaixo a relação de presidentes para a Sociedade Umberto I:

Tabela III: Relação de Presidentes da Associação Umberto I.

Ano	Presidente
1887	Luigi Perri
1888	Giuseppe Antonio Picorelli
1889-1890	Affonso Collucci
1891	Michelle Notaroberto
1892-1894	Affonso Collucci
1899	Vicente Picorelli
1900	Michelle Notaroberto ¹⁹³ / Enrico Ricci
1901	Enrico Ricci
1910	Tibério Ciampi
1911-1913	Affonso Collucci
1914-1918	Luigi Perri
1919	Pascoal Senatore
1930-1942	Antonio Passarella

Fontes: O Pharol, O Dia e Diário de Minas (Arquivo Público Municipal de Juiz de Fora / Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes).

O quadro mostra uma proeminência dos sócios Affonso Collucci, Luigi Perri e, principalmente, Antonio Passarella. Este, pelo que consta, permaneceu incríveis doze anos na presidência da Sociedade Umberto I.

A Sociedade Auxiliadora Portuguesa tinha como prática a eleição anual para o cargo de presidente. Porém, em vista das dificuldades do cargo, o desinteresse de grande parte dos sócios se tornou agudo a partir de 1917, o que levou a uma reforma estatutária no que se refere ao período de vigência do mandato de presidente¹⁹⁴. Daquele ano em diante, a presidência passou a ser ocupada por um período de dois anos. Como já era

¹⁹³ Michelle, assim como Gabrielle, Emanuelle e Andrea, são nomes masculinos no idioma italiano.

¹⁹⁴ O Dia – 18/04/1917. (P. 2. Coluna 3. Seção: Correio do Dia). Arquivo Histórico da Cidade Juiz de Fora.

normal a repetição dos mesmos indivíduos na presidência, eles passaram a representar a mutual por mais tempo com a ampliação de seus mandatos. Aconteceu, inclusive, na associação lusitana um caso emblemático de desinteresse pela presidência. O associado Manoel Pinto Corrêa chegou a publicar um comunicado no jornal O Pharol, no dia 13 de fevereiro de 1894, solicitando que seus amigos não votassem nele para qualquer cargo da diretoria, pois ele não era candidato e tampouco aceitaria qualquer posto¹⁹⁵.

O quadro abaixo apresenta a galeria de presidentes da associação:

Tabela IV: Relação de Presidentes da Sociedade Auxiliadora Portuguesa.

Ano	Presidente
1891-1893	Joaquim Dias da Silva
1894	Victorino Dias da Silva
1895	José Joaquim Pinheiro Machado
1896	Joaquim Augusto de Campos
1897	Daniel Pinto Corrêa
1898	José Joaquim Pinheiro Machado
1901	Francisco António de Macedo
1904-1905	Joaquim António de Campos
1906-1909	Francisco António de Macedo
1913	César Augusto Afonso
1915-1921	Sebastião Manuel da Costa
1923-1924	Alberto Fonseca
1927-1928	Domingos Lopes
1929-1930	João Borges de Mattos

Fontes: O Pharol, Jornal do Comércio e O Dia (Arquivo Público Municipal de Juiz de Fora / Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes).

Já para a Sociedade Alemã de Beneficência, a relação de presidentes é mínima. Não temos informações sobre como era o procedimento eletivo da diretoria, duração dos mandatos ou mesmo o grau de rotatividade nos cargos administrativos. Apenas foi possível identificar alguns indivíduos que se encarregaram da presidência:

¹⁹⁵ O Pharol 13/12/1894. (P. 2. Coluna 5). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

Tabela V: Relação de Presidentes da Sociedade Alemã de Beneficência

Ano	Presidente
1872	Augusto Kremer
1886	Francisco Rechner
1892	Francisco Rechner
1918	Eduardo Weiss
1922	Valentin Dilly
1932	Valentin Dilly

Fontes: O Pharol, Jornal do Comércio e O Dia (Arquivo Público Municipal de Juiz de Fora / Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes)

Importante, contudo, é ressaltar que foi possível identificar a ocupação profissional de alguns desses presidentes para corroborar a assertiva de que os membros da diretoria seriam os associados mais bem aquinhoados.

Tabela VI: Ocupação Profissional de Alguns Presidentes das Mutuais.

Presidente	Profissão
Luigi Perri	Em 1891, era proprietário da Fábrica de Massas Alimentícias e da Fábrica de Móveis e Tapeçarias. Em 1905, era construtor de obras e foi responsável por construir e explorar o primeiro mercado modelo da cidade.
Giuseppe Antonio Picorelli	Estabeleceu-se na cidade como acendedor de lâmpões e, mais tarde, se tornou proprietário de uma funilaria.
Affonso Collucci	Proprietário da Joalheria Collucci.
Michele Nataroberto	Carpinteiro e negociante. Um dos proprietários do Diário do Porto.
Vicente Picorelli	Caldeireiro e folheiro. Comprou, mais tarde, várias propriedades.
Enrico Ricci	Professor de Química, farmacêutico e delegado de polícia.
	Construtor de obras e comerciante.

Tibério Ciampi	Proprietário da Casa Desporto de T. Ciampi & Filho, em 1924.
Pascoal Senatore	Construtor de jazigos e mausolés, comerciante e industrial. Dominou a indústria de mármore em Juiz de Fora com seu estabelecimento de serraria e beneficiamento de mármore.
Antônio Passarella	Comerciante de secos e molhados e de tecidos. Possuía um estabelecimento na Rua São Mateus que concentrava o fluxo comercial rural da região.
Joaquim Dias da Silva	Vice-cônsul de Portugal.
Daniel Pinto Corrêa	Bem sucedido comerciante.
Francisco Antônio de Macedo	Gerente e proprietário da Casa Smidt.
Sebastião Manuel da Costa	Proprietário de indústria de fermento em pó. Diretor e presidente da Companhia Dias Cardoso.

Fontes: LEAL, Ruy do Brasil. **Portugueses em Juiz de Fora e Suas Descendências**. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1989; Revistas do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora, 1967-1971. SOARES, Paulino. **Efemérides Juizforanas (1698-1969)**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 1975.

O estudo de June E. Hahner concluiu que as condições de trabalho na virada do século XIX para o XX eram muito desfavoráveis. Os trabalhadores tinham que suportar longas horas de trabalho, salários miseráveis, pagamentos irregulares, sistemas injustos de tarefas, condições insalubres de segurança, demissões arbitrárias e multas abusivas das fábricas. Hahner especula que 40% ou 50% dos trabalhadores não sabiam ler nem escrever, formando um contingente de mão-de-obra que atendia aos interesses das proliferadas fábricas têxteis nas áreas urbanas, pois suas atividades exigiam apenas vigilância e agilidade manual¹⁹⁶. Esses trabalhadores, que formavam grande parte do quadro de associados das mutuais, não tinham preparos educacionais ou suporte financeiro para se responsabilizar pela administração das associações. O quadro acima demonstra justamente um perfil oposto dos presidentes. Corroborar o já citado

¹⁹⁶ HAHNER, June E. **Pobreza e Política: os pobres urbanos no Brasil – 1870/1920**. Brasília: Edunb, 1993.

argumento de Luís Eduardo de Oliveira que diz que os membros mais bem situados na escala social eram os que ocupavam os cargos de direção. Todos os presidentes relatados na Tabela IV conquistaram sucesso econômico na cidade de Juiz de Fora, possuindo relativa estabilidade para se dedicar à administração de uma associação. Em geral, os presidentes eram patrões, e não empregados. É interessante notar, então, como as mutuais representavam continuidade dos espaços de vivência profissional dos trabalhadores, pois imagina-se que muitos dos associados da Sociedade Umberto I e da Sociedade Auxiliadora Portuguesa fossem empregados dos mesmos indivíduos que ocupavam a presidência das mutuais. Logo, além de fortalecer o prestígio sociopolítico dos diretores, forjava-se um ambiente de controle da mão-de-obra de um mesmo grupo étnico ou nacional, ao mesmo tempo em que exonerava os patrões de compromissos com seguridade.

Por outro lado, o associativismo permitia também o aumento das interações sociais, possibilitando contatos para alargar os horizontes pessoais. Rosane Siqueira Teixeira demonstra que isso era recorrente nas mutuais de italianos em Araraquara. Muitos se usufruíam dos benefícios das associações para se tornar donos de negócios rentáveis. Neste sentido, o mutualismo teria aumentado as chances de mudança na condição social dos italianos¹⁹⁷. Não é possível calcular o grau de recorrência dos benefícios dessas interações, mas, em Juiz de Fora, temos o exemplo de Giuseppe Antonio Picorelli que chegou à cidade como acendedor de lampiões, foi fundador da Sociedade Umberto I e, mais tarde, tornou-se proprietário de uma funilaria. A presença de profissionais de diferentes áreas no interior das mutuais e o convívio com associados mais bem estruturados financeiramente certamente favoreciam aos membros, que desenvolviam relações pessoais melhores, criando possibilidades de mercado e de amparo para o próprio desenvolvimento. Não podemos afirmar em que medida a mutual foi decisiva para o sucesso profissional de Antonio Picorelli, mas sua condição de membro fundador e as interações nela existentes certamente expandiram seus horizontes de relacionamentos e, provavelmente, de expectativas. Outro fator importante também para o sucesso de alguns imigrantes em Juiz de Fora foi abordado na dissertação de Mônica Ribeiro de Oliveira, que apontou o recurso da associação de capitais, estratégia especialmente utilizada por italianos e alemães. Ao reunir as poupanças adquiridas, eles

¹⁹⁷ TEIXEIRA, Rosane Siqueira. Associação Italianas como Canais de Mobilidade Social. In: **Anais do XXXIII Encontro Anual da ANPOCS**. Rio de Janeiro, 2009.

superavam algumas dificuldades comuns aos estrangeiros¹⁹⁸. Muito provavelmente o ambiente dessas mutuais colaborou com o desenvolvimento dessas sociedades.

Por mais que houvesse nas associações a permanência de certos indivíduos nos cargos da diretoria, os rumos das mutuais não eram definidos somente por eles. Nesse momento revelava-se o peso da participação dos demais associados. Inclusive, havia situações definidas em estatuto para as decisões das respectivas associações. A Sociedade Umberto I tinha a Assembleia Geral como órgão máximo das decisões. Nela eram definidos todos os assuntos da sociedade e feitas todas as deliberações, oferecendo a quase todos o direito de se manifestar, com exceção dos inadimplentes e das mulheres. Tais assembleias, de acordo com o estatuto, só ocorriam com a presença de, no mínimo, vinte associados¹⁹⁹, e eram convocadas pelo presidente da associação através de notificações nos jornais de maior circulação na cidade.

As Assembleias Gerais também eram o *locus* de definição das principais questões da Sociedade Auxiliadora Portuguesa. As assembleias dividiam-se em ordinárias e extraordinárias, sendo que a primeira ocorria com mais frequência e a segunda era especialmente convocada por determinação da diretoria ou através de requisição assinada por, no mínimo, vinte associados para tratar de assuntos bem específicos²⁰⁰. As convocações para essas assembleias eram publicadas nos jornais de grande circulação na cidade e o estatuto determinava ainda que as Assembleias Gerais Ordinárias só teriam caráter de validade quando fossem feitos anúncios de convocação para as mesmas por três dias seguidos nos jornais. O motivo de tantas publicações se explica pela exigência de número mínimo de associados nas reuniões, a primeira convocação só tornava a assembleia válida se houvesse mais de 30 sócios quites na reunião, a segunda convocação reduzia a exigência para 20 sócios regulares e a terceira permitia a presença de número indeterminado de sócios além dos membros da diretoria²⁰¹.

Assim, verifica-se a valoração dos associados. Não por menos, afinal eram eles que constituíam a receita básica para manutenção das atividades das mutuais. Entretanto é claro que nem todos e nem sempre tinham o direito de opinar, influenciar na definição

¹⁹⁸ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Imigração e Industrialização: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1929)**. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 1991. (P. 117)

¹⁹⁹ Estatuto da Sociedade Italiana de Beneficência Umberto I, 1º versão, 1887. Capítulo VII, Artigo 56. (P. 12). Arquivo Pessoal.

²⁰⁰ Estatuto da Sociedade Auxiliadora Portuguesa, 1ª versão, 1892. Capítulo VI, Artigo 23. (P. 10). Arquivo Pessoal.

²⁰¹ Idem. Capítulo VI, Artigo 24. (P. 10).

de certas questões e obter os auxílios possíveis oferecidos por cada mutual. Os sócios estavam sujeitos a regras bem claras e, por vezes, rígidas que eram definidas em estatuto. Era preciso ser italiano residente em Juiz de Fora e região, ter entre 16 e 60 anos de idade, não ser portador de doenças incuráveis e nem inapto para o trabalho, além de não possuir condenação judicial e possuir atividade profissional honrosa. Não havia nenhuma proibição quanto ao ingresso de mulheres, entretanto estas não possuíam o direito de voto nas assembleias. Os candidatos ao quadro de sócios deveriam ser indicados por um associado e eram avaliados pelo Conselho Administrativo, que definia, através de votação, a admissão ou não. Já a exclusão de um associado só poderia ser deliberada através de votação em Assembleia Geral. Na fundação da mutual, o estatuto determinava que todos os sócios fundadores, indiscriminadamente, tinham que contribuir com uma taxa única de 10\$000. Todos os associados deveriam pagar mensalidade no valor de 2\$000, acertadas no primeiro domingo do mês. Os sócios enfermos ou desempregados também eram obrigados a estar em dia com as mensalidades como prerrogativa para receber os auxílios necessários²⁰². Em contrapartida, os sócios tinham o direito de serem eleitos para os diversos cargos da sociedade e de receber assistência médica e farmacêutica. Em caso de doença, recebiam diariamente um subsídio de 1\$000 até o médico atestar a reabilitação do enfermo. Em caso de constatação de doença crônica ou incurável, a Assembleia Geral julgava a situação e tomava as devidas decisões.

A Sociedade Umberto I não fazia outra distinção de seus associados além de sócios fundadores, honorários e beneméritos em seu primeiro estatuto. O primeiro grupo reunia os membros que se associaram até o dia primeiro de janeiro de 1887. A segunda categoria era atribuída às pessoas que praticaram ações nobres e generosas para a humanidade e especialmente para a colônia italiana em Juiz de Fora e região. E o terceiro grupo reunia os médicos e advogados que prestavam serviços gratuitos aos associados, membros que fizessem uma doação maior que 100\$000 à associação e associados que recebiam o título através de deliberação em Assembleia Geral²⁰³. No dia 19 de fevereiro de 1888 foi feita a primeira entrega de diplomas dos associados em cerimônia realizada no Hotel Petisco²⁰⁴.

²⁰² Estatuto da Sociedade Italiana de Beneficência Umberto I, 1º versão, 1887. Capítulo IV. (P. 6-7). Arquivo Pessoal.

²⁰³ Idem. Capítulo III. (P. 5-6).

²⁰⁴ O Pharol – 17/02/1888. (P. 4. Coluna 4. Seção: Publicações e Pedidos). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

Os portugueses também definiram desde cedo as regras para os associados usufruírem dos benefícios da Sociedade Auxiliadora Portuguesa. Para ser sócio, era preciso estar em pleno gozo dos direitos civis, ter idade mínima de 12 anos e ter uma ocupação honesta. A associação era composta por número ilimitado de portugueses sem fazer distinção de sexo, mas não permitia o ingresso de indivíduos com invalidez crônica²⁰⁵. Segundo Cláudia Maria Ribeiro Viscardi, a associação contava com mais de 300 sócios no seu primeiro ano de atividades, sendo que passou dos 700 membros após 15 anos de funcionamento²⁰⁶.

A sociedade fazia distinção dos associados em sete categorias: fundadores, contribuintes, remidos, beneméritos e protetores – todos incluídos na qualificação de ativos – e sócios benfeitores e honorários. Os sócios fundadores foram todos aqueles que assinaram a ata de fundação da associação até o dia 31 de março de 1892 ou os portugueses residentes em Juiz de Fora que assinaram as listas apresentadas pelos sócios propagandistas até a mesma data. Os sócios contribuintes pagavam uma taxa de 10\$000 referente ao diploma de ingresso na sociedade e mensalidades no valor de 1\$000. Os sócios remidos pagavam uma taxa inicial de 100\$000, mas tinham o direito de remir-se com 50\$000 após contribuir com as mensalidades durante cinco anos, após ter exercido cargo na diretoria por três anos seguidos ou por ter indicado, no mínimo, 40 sócios. Os sócios beneméritos contribuía de qualquer forma com 400\$000 para o cofre social da sociedade. Mas poderiam receber o título também em caso de exercerem cargos na diretoria por cinco anos – seguidos ou não –, por deliberação de Assembleia Geral em função de serviços prestados ou por ter indicado 30 sócios. Os sócios protetores eram todos aqueles que doavam para sociedade quantia igual ou superior a 1:000\$000. Foi possível identificar dois sócios que atingiram tal titularidade, eram eles Joaquim Augusto de Campos e Joaquim dos Santos Almeida, que receberam os respectivos diplomas em 1898²⁰⁷.

Em categorias especiais estavam os sócios benfeitores e honorários. Os primeiros eram representados pelas esposas, viúvas e filhos dos sócios ativos que pagassem uma taxa referente ao título no valor de 400\$000. Para ser sócio honorário

²⁰⁵ Estatuto da Sociedade Auxiliadora Portuguesa, 1ª versão, 1892. Capítulo II. (P. 4-5). Arquivo Pessoal.

²⁰⁶ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O cotidiano dos portugueses de Juiz de Fora (1840-1940). In: **Solidariedades e Conflitos: História de vida e trajetória de grupos em Juiz de Fora**. BORGES, Célia Maia (Org.). Juiz de Fora: EDUFJF, 2000. (P. 36)

²⁰⁷ Jornal do Comércio – 29/03/1898. (P. 2. Coluna 3. Seção: A Pedidos). Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora.

não havia distinção de nacionalidade, cabia à associação decidir pela concessão de tal título a indivíduos merecedores.

Adhemar Lourenço da Silva Júnior verificou que as mutuais étnicas no Rio Grande do Sul tinham as joias, ou diplomas de ingresso, mais caras entre as associações mutualistas. Sobretudo quando possuíam hospitais²⁰⁸. Não dispomos de valores de joias de outras mutuais para contextualizar esse argumento na cidade, apenas as cifras exigidas pela Sociedade Auxiliadora Portuguesa e pela Sociedade Umberto I. Levando em consideração o tipo de profissional que, em geral, fazia parte das associações, podemos considerar alguns salários da época. Luís Eduardo de Oliveira analisou a folha de pagamento da Companhia de Fiação e Tecelagem Industrial Mineira, que empregava grande número de trabalhadores nacionais e estrangeiros em Juiz de Fora, no ano de 1897. Após verificar o vencimento para cada posto, chegou a um salário médio de 63\$120 mensais²⁰⁹. Já em um período anterior, em 1878, quando só existia a Sociedade Alemã de Beneficência das três mutuais analisadas nesta pesquisa, o mesmo Luís Eduardo indica uma média salarial em Juiz de Fora de 38\$392. Desta vez, considerou como base de cálculo os profissionais que tipicamente faziam parte da maioria das mutuais, ou seja, alfaiates, carpinteiros, jornaleiros, marceneiros, pedreiros, pintores, sapateiros e tipógrafos, por exemplo²¹⁰. Acrescido a esses dados, que dizem somente a porcentagem dos salários que correspondia às mensalidades nas mutuais e desconsidera crises, inflações e variações cambiais no período, deve-se lembrar que Juiz de Fora era uma cidade de elevado custo de vida e que esses trabalhadores ainda tinham gastos com outras despesas básicas. Paula Cristina Bin Nomelini especula que em Campinas o associado de uma mutual deveria ganhar, no mínimo, 4\$000 diários para dar conta das demandas de uma associação²¹¹. Logo, esses valores corroboram o que já foi dito sobre os membros da diretoria. Como a presidência das associações era um cargo não remunerado e a grande maioria dos associados tinha salários modestos, é compreensível encontrar na presidência das mutuais membros mais abastados do quadro social. No entanto, não significa dizer que era uma condição *sine qua non*. Não possuímos

²⁰⁸ SILVA JÚNIOR, Adhemar Lourenço. **As Sociedades de Socorros Mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940)**. Tese de Doutorado apresentada na PUC/RS. Porto Alegre, 2004. (P. 172)

²⁰⁹ OLIVEIRA, Luís Eduardo de. **Os Trabalhadores e a Cidade: a formação do proletariado de Juiz de Fora e suas lutas por direitos (1877-1920)**. Juiz de Fora: FUNALFA; Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. (P. 463-64)

²¹⁰ Idem (P. 175)

²¹¹ NOMEINI, Paula Cristina Bin. **Associações Operárias Mutualistas e Recreativas em Campinas (1906-1930)**. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 2007.

informações sobre o conjunto de presidentes das associações mutualistas de Juiz de Fora para atestar tal fato.

A Sociedade Alemã de Beneficência, por sua vez, admitia sócios sem distinção de sexo, mas era, naturalmente, destinada aos imigrantes alemães. Falar o idioma alemão era fundamental para participar das atividades da associação. Os documentos verificados foram sempre emitidos em língua germânica. Apenas as publicações feitas em jornais de grande circulação na cidade eram veiculadas em português, já que a utilização do idioma alemão restringiria a capacidade da propaganda por ser muito distinto da língua portuguesa. Segundo o jornal *O Pharol*, no ano de 1911 a sociedade contava com aproximadamente 200 associados²¹².

Tendo em vista os demais trabalhos já publicados sobre associações mutualistas, a distinção feita pela Sociedade Auxiliadora Portuguesa a respeito da qualificação hierárquica de seus associados é a mais recorrente. Em Juiz de Fora, as associações também tenderam a se aproximar muito desse modelo. A Sociedade Umberto I, por exemplo, incorporou maiores distinções entre os associados com as seguintes reformas estatutárias. A Sociedade Beneficente Brasileira-Alemã, fundada pouco anos depois da mutual portuguesa, também já apresentava a mesma divisão em seu primeiro estatuto²¹³. Por se tratar de uma dissensão da Sociedade Alemã de Beneficência que previa as mesmas práticas, embora aceitasse sócios de outras nacionalidades, podemos supor que tenha reproduzido também o mesmo esquema de qualificação dos associados.

A Sociedade Auxiliadora Portuguesa nos é importante também para apresentar um panorama da composição do quadro social das mutuais de imigrantes no período aqui proposto, pois foi a única associação que nos forneceu um conjunto documental com características detalhadas de seus sócios²¹⁴.

Foram encontradas 30 fichas de registro de associados entre a fundação da Sociedade Auxiliadora Portuguesa, 1891, e o ano de 1930. Sabemos que é um universo muito pequeno para definir o perfil de uma instituição que chegou a contar com mais de 700 associados no respectivo período, como apontado anteriormente. Entretanto, a avaliação desses registros nos permite esboçar alguns traços sobre a composição da

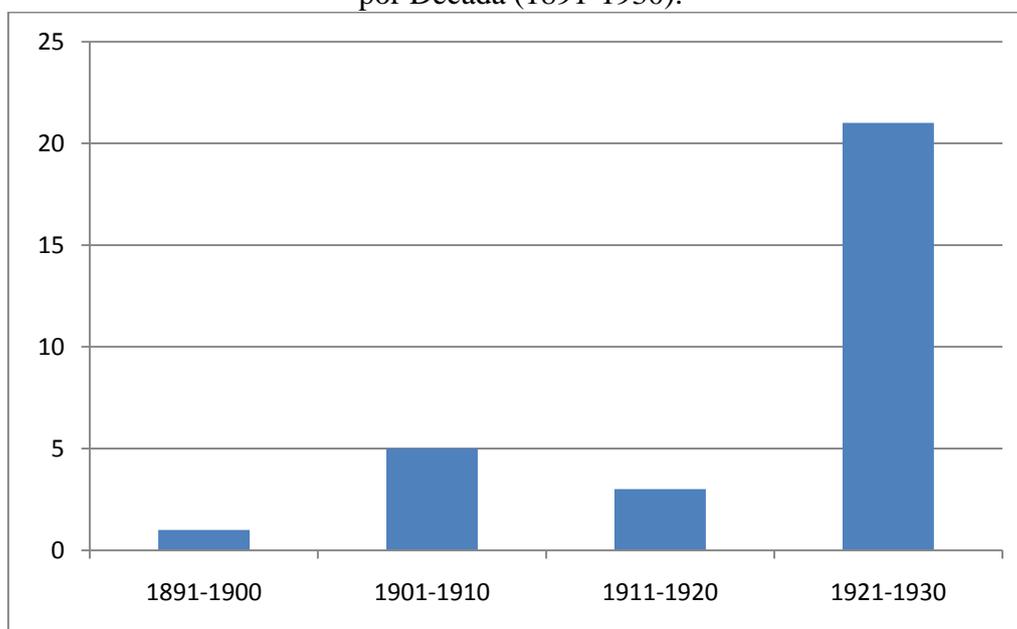
²¹² *O Pharol* – 11/09/1911. (P. 10. Coluna 7). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

²¹³ Estatuto da Sociedade Beneficente Brasileira-Alemã, 1ª versão, 1895. Capítulo III, p. 5-6. Arquivo particular de Salcio del Duca.

²¹⁴ Livro de Registro de Associados da Sociedade Auxiliadora Portuguesa. Arquivo da Sociedade Portuguesa, em Juiz de Fora.

mutual no período abrangido pela pesquisa e permite um contato mais próximo com o associado. O gráfico abaixo demonstra, então, como ocorre essa distribuição de registro de entrada dos associados entre 1891 e 1930:

Gráfico V: Registros de Entrada de Associados da Sociedade Auxiliadora Portuguesa por Década (1891-1930).

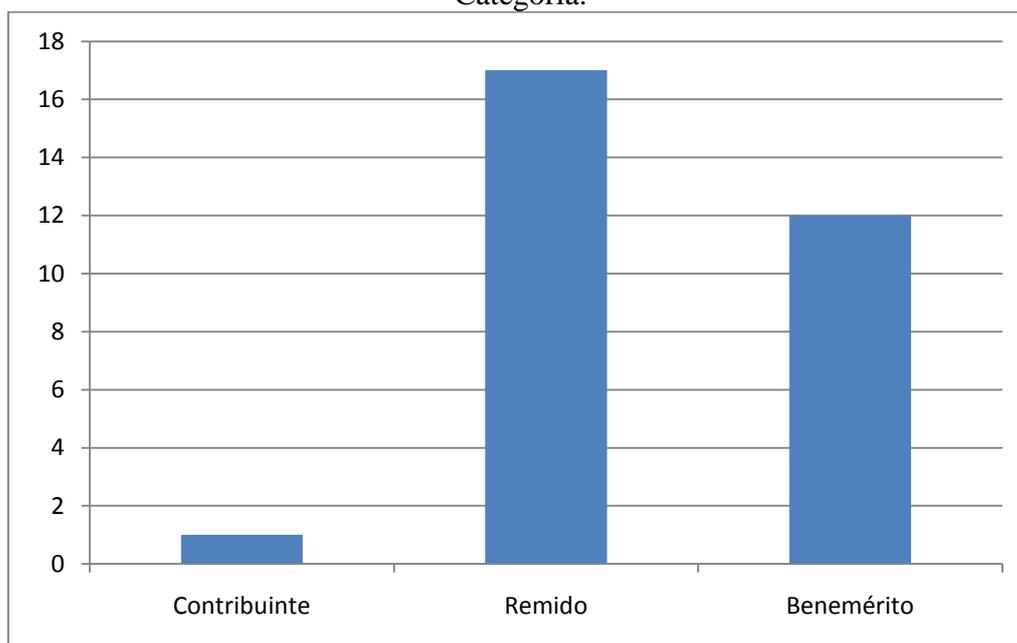


Fonte: Livro de Registro de Associados da Sociedade Auxiliadora Portuguesa. (Arquivo da Sociedade Portuguesa)

A divisão por décadas do número de ingressos na Sociedade Auxiliadora Portuguesa pode induzir à ideia de que houve um crescimento da mutual inclusive para os anos 1930. Porém, deve-se ressaltar, mais uma vez, que a questão aqui refere-se mais à escassez de registros do que um panorama do quadro evolutivo do número de sócios. É preciso ficar claro ao leitor que este gráfico apenas demonstra a característica dos registros que foram possíveis de se trabalhar e que as observações a seguir estão dentro desse mínimo universo, distribuído como se vê.

Dos 30 associados no período indicado, a grande maioria se enquadrava na classificação de sócios remidos. Como demonstra o gráfico abaixo:

Gráfico VI: Disposição dos Associados na Sociedade Auxiliadora Portuguesa por Categoria.



Fonte: Livro de Registro de Associados da Sociedade Auxiliadora Portuguesa. (Arquivo da Sociedade Portuguesa)

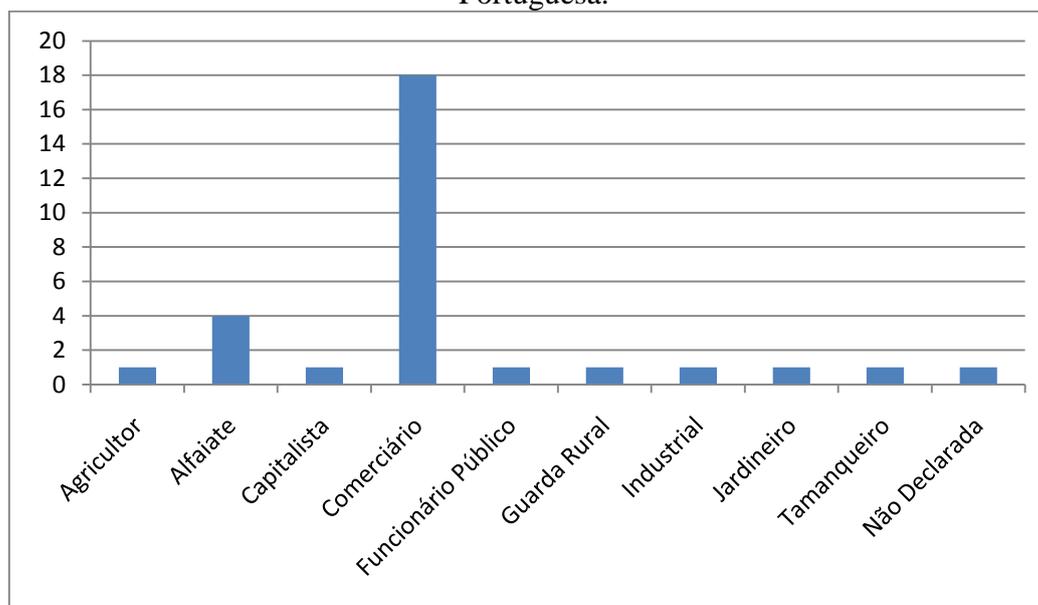
Este gráfico também aponta para uma realidade inesperada, se lido sem atenção. A divisão na classificação dos associados muito se explica pelas altas taxas que deveriam ser pagas para pertencer a classificações mais nobres na sociedade. Os elevados números de sócios remidos e beneméritos poderiam indicar um quadro de sócios abastados financeiramente, o que não é o caso. Em geral, os associados ingressavam na Sociedade Auxiliadora Portuguesa, além da afinidade pela identidade, em busca de seguridade, já que não dispunham de recursos financeiros suficientes para sustento próprio ou familiar em caso de doenças ou acidentes que os impedissem de trabalhar por algum período. Neste gráfico, consideramos a condição máxima que os associados no período 1891-1930 atingiram. Ou seja, embora o grande número de beneméritos possa sugerir que, em maioria, os associados eram bem aquinhoados, sua quantidade é justificada, mais uma vez, pela escassez dos registros encontrados. Por outro lado, o estatuto assegurava que o associado poderia se enquadrar na categoria de benemérito quando servisse por cinco anos seguidos ou não na diretoria, quando a assembleia geral atestasse o exercício de serviços valiosos pela instituição ou quando o associado propusesse 30 sócios ativos ou não ativos²¹⁵. Infelizmente, não é possível

²¹⁵ Estatuto da Sociedade Auxiliadora Portuguesa, 1ª versão, 1892. Capítulo II, Artigo 59, parágrafo cinco. (P. 5). Arquivo Pessoal.

verificar detalhadamente a situação que levou cada associado a uma posição mais nobre na mutual, mas sabemos que muitos deles alcançaram condições mais destacadas depois de bons anos de associação.

O próximo gráfico demonstra o enquadramento profissional desses associados:

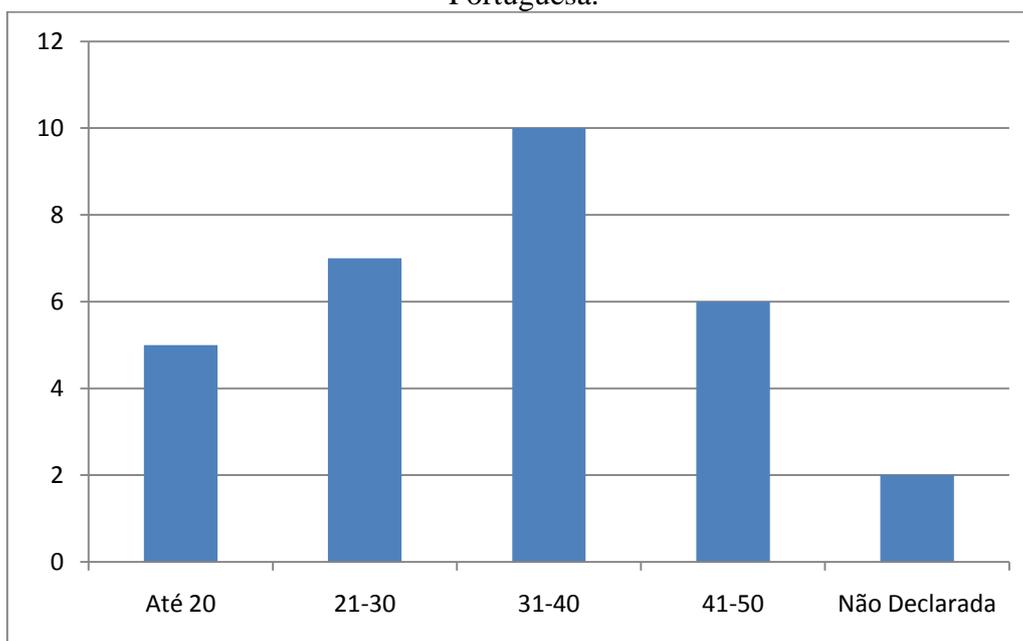
Gráfico VII: Enquadramento Profissional dos Associados da Sociedade Auxiliadora Portuguesa.



Fonte: Livro de Registro de Associados da Sociedade Auxiliadora Portuguesa. (Arquivo da Sociedade Portuguesa)

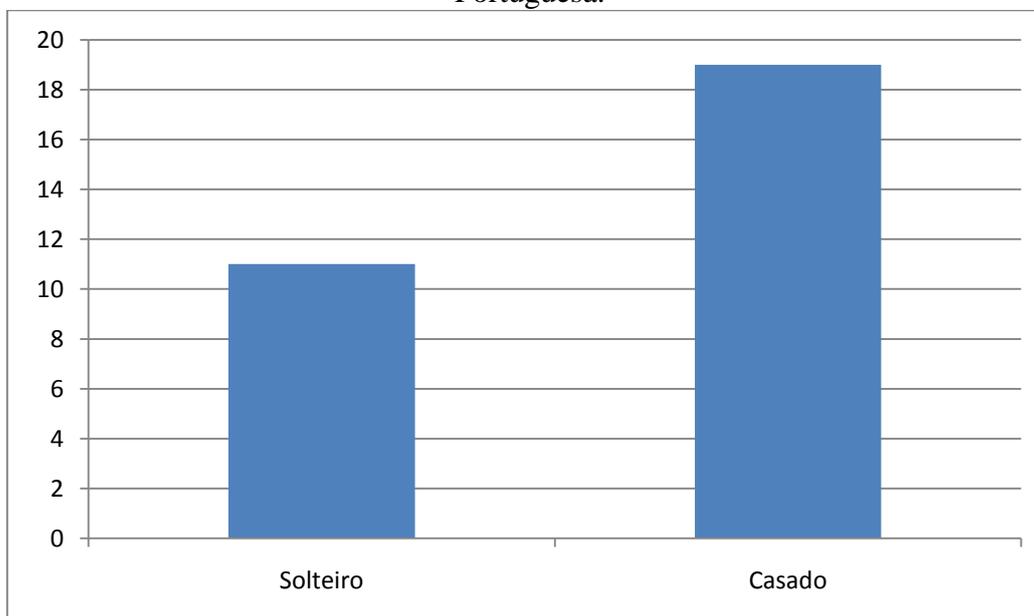
Este gráfico justifica os argumentos anteriores. Pode-se perceber que há profissionais tecnicamente qualificados para o desempenho de funções variadas como agricultor, alfaiate, jardineiro e tamanqueiro. Em geral, eram atividades que atendiam ao dinâmico polo urbano juiz-forano – acrescentando ainda capitalista, comerciante, funcionário público e industrial – e lhes ofereciam recursos para manterem-se em dia com as mensalidades da associação. O gráfico acima confirma que a maioria dos sócios desenvolvia atividades eminentemente urbanas, com destaque para os comerciantes, com 18 associados dentre os registros encontrados. Esses indivíduos ainda apresentavam as seguintes características quanto à idade e ao estado civil:

Gráfico VIII: Divisão por Faixa Etária dos Associados da Sociedade Auxiliadora Portuguesa.



Fonte: Livro de Registro de Associados da Sociedade Auxiliadora Portuguesa. (Arquivo da Sociedade Portuguesa)

Gráfico IX: Divisão por Estado Civil dos Associados da Sociedade Auxiliadora Portuguesa.



Fonte: Livro de Registro de Associados da Sociedade Auxiliadora Portuguesa. (Arquivo da Sociedade Portuguesa)

Os gráficos demonstram uma maioria de indivíduos jovens, até 40 anos, que já haviam constituído família. Como o período 1891-1930 precede a expansão dos direitos sociais, tudo indica que as filiações na Sociedade Auxiliadora Portuguesa pautavam-se

também pelos serviços de seguridade praticados pela associação, os quais vinham em paralelo com o reforço da identidade portuguesa. Tendo em vista o enquadramento funcional desses associados específicos, a mutual era uma segurança familiar e para o próprio trabalhador em momentos de carência causados por doenças ou acidentes laborais.

Dentre os 30 registros de associados, apenas um indivíduo ingressou na associação declarando-se brasileiro no período abordado. É o caso de Antonio de Almeida Cardão, que se filiou à mutual como contribuinte em 1900, quando o estatuto vigente permitia o ingresso apenas de portugueses. O comerciário foi admitido na associação com apenas 17 anos e era solteiro. Infelizmente, não conseguimos encontrar informações no livro de registros ou em outras fontes que explicassem o motivo pelo qual foi aberta exceção para o brasileiro em questão, mas tudo leva a crer que era filho de portugueses estabelecidos há mais tempo na cidade. Participando, assim, de um momento inicial de introdução de descendentes nas organizações de imigrantes.

Ao que tudo indica, o quadro de sócios da Sociedade Umberto I e da Sociedade Alemã de Beneficência não era muito diferente do relatado pela Sociedade Auxiliadora Portuguesa. As mutuais, em Juiz de Fora, atendiam a esse grupo característico de profissionais liberais do meio urbano e, excluindo-se o impulso de união por laços identitários, a situação das mutuais de imigrantes seguia o mesmo percurso na prestação de seguridade. Era esse conjunto de trabalhadores estrangeiros adaptados às multifacetadas funções oferecidas pelo meio urbano que contribuía com suas mensalidades e formava a principal fonte de receita das associações.

A Sociedade Umberto I, a Sociedade Auxiliadora Portuguesa e a Sociedade Alemã de Beneficência contavam com receitas ordinárias e extraordinárias. Na primeira categoria estavam inseridas as arrecadações obtidas com as taxas de inscrição dos associados e com suas mensalidades. Já a segunda era referente às doações voluntárias ou atividades dos sócios com fins de arrecadação monetária²¹⁶. No caso da mutual de italianos, o estatuto definia que o Conselho Administrativo deveria empregar apenas o capital arrecadado com as receitas ordinárias, guardando o que fosse arrecadado com as receitas extraordinárias em um fundo de capital social da associação. Este fundo era empregado em melhoramento e reedificação da sociedade, mas sua utilização deveria ser aprovada em Assembleia Geral. Sempre que o fundo social do ano ultrapassasse a

²¹⁶ Estatuto da Sociedade Italiana de Beneficência Umberto I, 1º versão, 1887. Capítulo II. Artigo 10. (P. 4-5). Arquivo Pessoal.

quantia de 200\$000, o Conselho Administrativo deveria investir o dinheiro em questões de interesse definidas por deliberações feitas em sessão especial. Já a Sociedade Auxiliadora Portuguesa determinava que apenas a quarta parte do que era arrecadado com as receitas ordinárias era destinada ao fundo de reserva permanente que integrava o patrimônio da associação. O dinheiro acumulado pela sociedade seria empregado na aquisição de um prédio para estabelecer a sede da mesma e, enquanto houvesse dívida dessa natureza, dever-se-ia destinar por ano 25% do fundo para amortização das contas. Mas se antes do valor ser quitado a sociedade houvesse arrecadado mais de 5:000\$000, uma Assembleia Geral seria convocada para decidir sobre a liberação de 50% do que houvesse em caixa para adiantar o pagamento da dívida²¹⁷. O estatuto só permitia que o capital da sociedade fosse empregado em bancos comerciais ou em apólices da dívida pública²¹⁸.

É muito difícil esboçar a condição econômica das associações ao longo dos anos, pois não foram encontrados balancetes suficientes para exemplificar as condições financeiras em diferentes períodos. O que temos disponível são apenas dados específicos de alguns anos. Por exemplo, o jornal *O Pharol* publicou, no dia 12 de agosto de 1888, o balanço financeiro do primeiro semestre de atividade da Sociedade Umberto I que foi enviado pelo Primeiro Secretário Giuseppe Grippi indicando uma receita de 1:155\$000 e uma despesa de 521\$920. Resultando para o fundo social uma quantia de 633\$080²¹⁹. A Sociedade Auxiliadora Portuguesa, por sua vez, publicou o balanço geral da associação referente ao ano de 1897, já após ter sido construída a sede da mesma, no *Jornal do Comércio*. O periódico relatou que, naquele ano, a mutual teve uma receita de 12:187\$400, com despesa de 3:438\$840. O que resultou em um saldo de 8:748\$560 para a Sociedade Auxiliadora Portuguesa²²⁰. No ano seguinte, a mutual lusa declararia um saldo de 5:727\$980²²¹. Já a Sociedade Alemã de Beneficência declarou, em 1911, possuir um patrimônio de 70:000\$000²²². Porém esses exemplos são de um período inicial das duas primeiras mutuais, 1888, 1897 e 1898, e de uma fase em que o fluxo de imigrantes na cidade de Juiz de Fora era mais volumoso. Esse contingente de trabalhadores estrangeiros que chegava à cidade adaptava-se aos ofícios do meio urbano

²¹⁷ Estatuto da Sociedade Auxiliadora Portuguesa, 1ª versão, 1892. Capítulo IV. (P. 8). Arquivo Pessoal.

²¹⁸ Idem. Capítulo IV. (P. 8-9)

²¹⁹ O Pharol – 12/08/1888. (P. 2. Coluna 5). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

²²⁰ Jornal do Comércio – 26/02/1898. (P. 1. Coluna 1. Seção: A Pedidos). Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora.

²²¹ Jornal do Comércio – 31/03/1898. (P. 2. Colunas 4-5. Seção: A pedidos). Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora.

²²² O Pharol – 11/09/1911. (P. 10. Coluna 7). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

e não recebia qualquer seguridade do Estado, completamente ausente na questão das políticas sociais. Mas, principalmente, é esperado que o número de associados fosse alto, gerando receitas altas, pois tratavam-se de mutuais fundamentadas em relações de identidades. Mais do que as dificuldades do mundo do trabalho, esses indivíduos procuravam se reunir em espaços de mesma origem cultural, como alternativa contra a marginalização.

De acordo com os dados apresentados no primeiro capítulo, as duas décadas iniciais do século XX ainda foram favoráveis ao crescimento das mutuais de imigrantes. Ainda assim, sabemos que, nessa fase próspera no cenário nacional, as mutuais de imigrantes abordadas passaram por dificuldades. A inadimplência era problema recorrente nas associações mutualistas, agravando as questões financeiras. Mas, certamente, o que mais afetou o quadro de associados das mutuais de imigrantes foi o conjunto de leis que restringiram as atividades dos estrangeiros ou forçaram sua expulsão do país. Durante a primeira metade do século, vários fatores repercutiram em leis inibindo a atividade dos estrangeiros no Brasil. Inicialmente, na década de 1910 por causa da nova imagem que o imigrante havia conquistado ao liderar movimentos grevistas com bases em ideologia anarquista. Em segundo lugar, na década de 1930 com as leis varguistas que estabeleceram novas condições para entrada de pessoas no país e para a ocupação de postos de trabalho. E em terceiro lugar, sobretudo para os indivíduos provenientes de países que estavam em guerra contra o Brasil durante a Segunda Guerra Mundial, os decretos que proibiram a atividade de imigrantes no decorrer do conflito internacional. Tudo isso, além de outras questões diplomáticas e nacionalistas, por exemplo, influenciou diretamente no quadro social das associações de imigrantes, que passaram a conviver com a presença cada vez menor de associados, mesmo priorizando a sociabilidade, e com as impossibilidades de oferecer seus auxílios. Somado a tudo isso, está também a progressiva introdução de leis sociais que passou a garantir benefícios para determinadas categorias profissionais. Em certa medida, a presença do Estado nas questões de seguridade também concorreu para o esvaziamento das mutuais de imigrantes, afetando, assim, suas finanças.

Para superar as carências referentes às receitas ordinárias, as mutuais recorriam a diferentes métodos para obtenção das receitas extraordinárias. Segundo Rafaela Leuchtenberger, a forma mais rentável das mutuais para investir em capitais era através da compra de apólices da dívida pública, que valiam pelos juros semestrais que rendiam. Poderiam ser de qualquer instância do poder público e eram computadas

anualmente na prestação de contas das associações como parte do fundo social²²³. Mas as práticas mais corriqueiras eram as festividades que tinham como objetivo a arrecadação de recursos em benefício das associações. O relacionamento com órgãos públicos era cordial e em diversas ocasiões houve solicitações de isenção de impostos à Câmara Municipal – para utilização de espaços públicos, realização de obras ou para queima de fogos – que eram parcialmente atendidas, beneficiando também os cofres das associações. Por vezes vendiam-se tómbolas que também se convertiam em benefícios para a associação. As quermesses eram um recurso da Sociedade Auxiliadora Portuguesa, por exemplo, para sustentar as aulas oferecidas em sua sede e ampliar sua biblioteca²²⁴. Já a Sociedade Alemã de Beneficência promoveu diversas festas, até 1892, nas dependências da cervejaria ou da chácara de José Weiss. Este, por sinal, era muito influente entre a comunidade alemã e também em meio à comunidade juiz-forana. Não foi possível precisar quais cargos desempenhou na diretoria da Sociedade Alemã de Beneficência, embora haja indicativos suficientes para acreditar que tenha sido um dos presidentes. Mas sabemos que na ruptura ocorrida na década de 1890 da Sociedade Alemã de Beneficência, José Weiss estava entre os membros dissidentes e abrigou em sua cervejaria a reunião que marcou a fundação da Sociedade Beneficente Brasileira-Alemã. Nesta ocupou a presidência em 1911²²⁵, 1912²²⁶ e em 1913²²⁷ e continuou promovendo quermesses em suas propriedades. Nos dias 22 e 29 de julho de 1906, por exemplo, foram realizadas duas festas em benefício dos cofres da Sociedade Beneficente Brasileira-Alemã que nos permitem vislumbrar algumas cifras obtidas com as festividades. O presidente da associação, Antonio Bernardes Fraga, e o tesoureiro, Nicolau Jacob Scoralik, relataram o seguinte balanço no Jornal do Comércio: 1:255\$400 de receita, 618\$340 de despesa e saldo líquido de 637\$400. Tendo em vista o valor das joias, das mensalidades e dos amparos esboçados anteriormente, o valor arrecadado foi bastante satisfatório. Logo, além de promover sociabilidade e lazer, as festas eram importantes investidas para aumento de receita.

²²³ LEUCHTENBERGER, Rafaela. **O Lábano Protetor da Classe Operária. As associações voluntárias de socorros mútuos dos trabalhadores em Florianópolis – Santa Catarina (1886-1932)**. Campinas: UNICAMP, Dissertação de Mestrado, 2009. (P. 46)

²²⁴ O Pharol – 04/06/1896. (P. 1. Coluna 7). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

²²⁵ O Pharol – 27/01/1911. (P. 2. Coluna 1. Seção: Livre). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

²²⁶ Correspondência da Sociedade Beneficente Brasileira-Alemã enviada à Câmara Municipal de Juiz de Fora – 21/03/1912. Fundo Câmara Municipal na República Velha do Arquivo Público Municipal de Juiz de Fora.

²²⁷ O Pharol – 23/01/1913. (P. 1. Coluna 6). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

Grande parte desses recursos obtidos pelas mutuais tinha vazão com seus auxílios médicos, farmacêuticos, jurídicos e as pensões. Mas havia um alto investimento que era desejado por todas elas, a construção da própria sede social. A posse de um prédio próprio para abrigar suas atividades oferecia maior estabilidade às associações, já que se tornavam mais atraentes e, assim, abriam caminho para a longevidade. A Sociedade Umberto I expressou seu interesse em construir sua sede social já no primeiro estatuto²²⁸. Até alcançarem o objetivo, os associados realizaram suas assembleias nos mais diversos locais, como: residência dos conselheiros²²⁹, residência do presidente²³⁰, no Hotel Europa²³¹, no Hotel Petiscos²³² e na Escola Ítalo-Brasileira²³³, por exemplo. Somente no ano de 1893 que a Sociedade Umberto I conseguiu organizar uma comissão destinada a trabalhar para angariar fundos que financiassem a construção do prédio da sociedade. O jornal *O Pharol* daquele ano noticiou no dia 24 de junho que essa comissão já possuía em caixa 1:330\$000 para construir a sede em um terreno na Rua 15 de Novembro (atual Avenida Getúlio Vargas). Mas como a quantia ainda era insuficiente, os membros da comissão passariam de casa em casa, de italianos ou não, para arrecadar donativos para o andamento do projeto²³⁴. Pelo que as fontes dizem, em diversos fragmentos de jornais, a sociedade conseguiu arrecadar uma favorável quantia para a construção da sede com a população juiz-forana.

Em 1894, a Sociedade Umberto I já possuía o terreno definitivo localizado na Rua 15 de Novembro. Em correspondência enviada ao Presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora, no dia seis de abril do mesmo ano, o presidente da associação, Affonso Colluci, solicitava a necessária licença da Prefeitura para realizar o nivelamento e alinhamento do terreno²³⁵. As obras finalmente se iniciaram e avançaram pelo ano seguinte, contando com uma arrecadação extra entre os associados no total de 1:000\$000 para prosseguir com o projeto²³⁶. E, para satisfação de todos os sócios, a

²²⁸ Estatuto da Sociedade Italiana de Beneficência Umberto I, 1º versão, 1887. Capítulo II, Artigo 15. (P. 5). Arquivo Pessoa.

²²⁹ O Pharol – 19/06/1890. (P. 2. Coluna 6). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

²³⁰ O Pharol – 31/08/1890. (P. 3. Coluna 1. Seção: Declarações.). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

²³¹ O Pharol – 06/09/1890. (P. 2. Coluna 6. Seção: Declarações). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

²³² O Pharol – 04/02/1894. (P. 3. Coluna 1). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

²³³ O Pharol – 09/03/1894. (P. 2). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

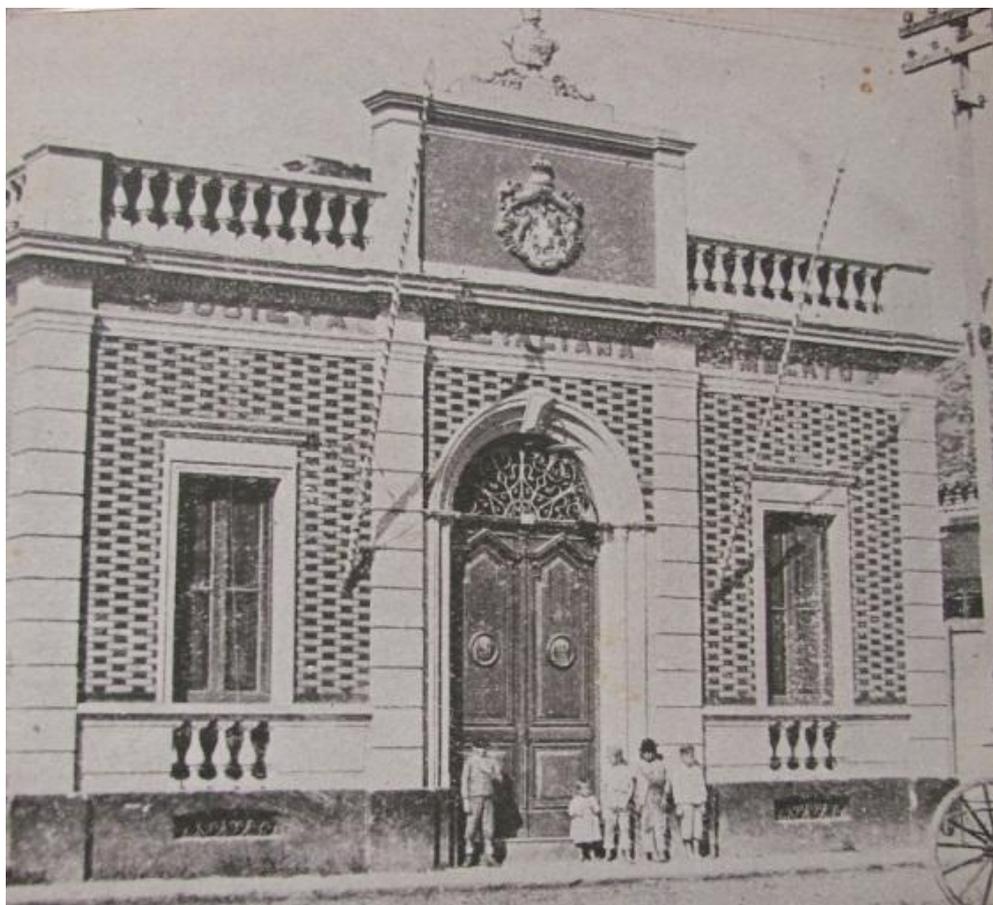
²³⁴ O Pharol – 24/06/1893. (P. 1. Coluna 2). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

²³⁵ Correspondência da Sociedade Italiana de Beneficência à Câmara Municipal de Juiz de Fora – 06/04/1894. Fundo Câmara Municipal na República Velha do Arquivo Público Municipal de Juiz de Fora.

²³⁶ O Pharol – 23/07/1895. (P. 1. Coluna 4). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

sede social da Sociedade Umberto I foi finalmente inaugurada no dia 22 de setembro²³⁷ de 1895, contando com merecidos festejos que incluíram também um espetáculo realizado no Teatro Juiz de Fora²³⁸.

Imagem II: Sede da Sociedade Umberto I.



Fonte: *Revista Em Voga*, Ano XVIII, nº 149, julho/2001.

A Sociedade Auxiliadora Portuguesa, fundada em 1891, somente ao final de 1893 é que tornou mais claras as mobilizações em prol da construção de uma sede. Em novembro, convocou uma assembleia para apresentar a planta do edifício que seria construído²³⁹. A diretoria aprovou a construção da nova sede, ciente de que os fundos da associação não eram fartos o bastante para custear todos os gastos. Por isso foi

²³⁷ O Pharol – 19/09/1895. (P. 1. Coluna 4). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

²³⁸ O Pharol – 29/09/1914. (P. 1. Seção: Notas e Novas). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

²³⁹ O Pharol – 22/11/1893. (P. 2. Coluna 3. Seção: A Pedidos). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

concedida a autorização na assembleia para se contrair empréstimo, acreditando também em ações generosas de sócios e autoridades para auxiliar no projeto²⁴⁰.

Imagem III: Fachadas do projeto de construção da sede da Sociedade Auxiliadora Portuguesa.



Fonte: Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora.

²⁴⁰ O Pharol – 07/12/1893. (P. 2. Coluna 4. Seção: A Pedidos). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

A Sociedade Auxiliadora Portuguesa foi bem correspondida pela comunidade lusitana residente em Juiz de Fora e já em dezembro de 1893 contava com recursos arrecadados para dar início às obras²⁴¹. Foi, então, aberta licitação que recebeu até o dia 23 do mesmo mês as propostas para a construção da sede²⁴². Em março do ano seguinte o projeto já estava definido e o procurador da associação, Antonio de Freitas, enviou correspondência ao Presidente da Câmara Municipal solicitando licença para alinhar o terreno que ficava na esquina da Rua do Comércio (atual Rua Batista de Oliveira) com a Rua São Sebastião, a fim de providenciar a construção do prédio²⁴³. Todavia o processo foi muito demorado e o início da construção só foi anunciado no dia primeiro de junho de 1895²⁴⁴, para, finalmente, o prédio ser inaugurado em sessão solene no dia primeiro de dezembro de 1895, data em que a associação alcançou a realização de um sonho comum às mutuais e comemorou seu quarto aniversário²⁴⁵. O prédio seria utilizado até 1954, quando foi demolido.

Imagem IV: Sede da Sociedade Auxiliadora Portuguesa.



Fonte: FAZOLATTO, Douglas. **Juiz de Fora: imagens do passado.** Juiz de Fora: FUNALFA, 2001.

²⁴¹ O Pharol – 08/12/1893. (P. 2. Coluna 4. Seção: A Pedidos). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

²⁴² O Pharol – 22/12/1893. (P. 2. Coluna 2. Seção: A Pedidos). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

²⁴³ Correspondência da Sociedade Auxiliadora Portuguesa enviada à Câmara Municipal de Juiz de Fora – 04/03/1894. Fundo Câmara Municipal na República Velha do Arquivo Público Municipal de Juiz de Fora.

²⁴⁴ OLIVEIRA, Wanderley Luiz de. “Por Mares Nunca d’Antes Navegados”. Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2006. (P. 26)

²⁴⁵ SOARES, Paulino. **Efemérides Juizforanas (1698-1969).** Juiz de Fora: Editora UFJF, 1975. (P. 232)

Muito embora não tenha sido possível verificar a amplitude dos esforços feitos pela Sociedade Alemã de Beneficência para construção de sua sede própria, sabemos que ela a possuía na atual Rua Bernardo Mascarenhas²⁴⁶, numa região caracterizada pela presença de germânicos em Juiz de Fora, a chamada Villagem.

Imagem V: Villagem em 1856. Região que seria reduto de trabalhadores alemães e abrigaria a sede da Sociedade Alemã de Beneficência e da Sociedade Beneficente Brasileira-Alemã.



Fonte: LISBOA, Jakeline Duque de Moraes Lisboa. **Turnerschaft: Clube Ginástico de Juiz de Fora (1909-1979)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da UFJF. Juiz de Fora, 2010.

Além desses investimentos comuns às mutuais, despesas com diferentes atividades eram corriqueiras. Em geral, ocorriam em função de gastos com manutenção simples como compras de equipamentos, reparos e reformas isoladas e outras necessidades do cotidiano. Mas, em determinados momentos, tratavam-se de volumosos investimentos em prol de ações de beneficência que serão exemplificadas no subcapítulo seguinte.

A Sociedade Umberto I, como exemplo de despesas extras, preparou festejos, em 1912, para comemorar a paz firmada entre Itália e Turquia²⁴⁷. Anos mais tarde, a sociedade promoveria seu maior investimento em prol da causa italiana. Almejando

²⁴⁶ O Pharol – 11/09/1911. (P. 10. Coluna 7). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

²⁴⁷ O Pharol – 07/11/1912. (P. 1. Coluna 2). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

reunir todas as sociedades italianas de Juiz de Fora em apenas uma casa, o Vice-Cônsul italiano na cidade propôs a construção de um prédio para os devidos fins. A Sociedade Umberto I mostrou-se, mais uma vez, à frente na comunidade italiana de Juiz de Fora e abrigou e chefiou as primeiras reuniões de tal organização, além de doar Cr\$30.000,00 para realização do projeto²⁴⁸.

As despesas da Sociedade Auxiliadora Portuguesa, além dos gastos com eventualidades, foram notáveis com compra de livros para enriquecimento da biblioteca e manutenção das aulas noturnas. Além disso, o estatuto só permitia que o capital da sociedade fosse investido em bancos comerciais ou em apólices da dívida pública²⁴⁹. A associação oferecia aulas noturnas para os associados e seus filhos com menos de 18 anos e disponibilizava uma biblioteca erguida através de doações das obras. Eventualmente, também custeava a passagem de retorno a Portugal a todos os portugueses que necessitassem tratar graves doenças fora do Brasil, atendendo associados ou não. Dentre todos esses gastos, ganhou destaque o esforço feito pela construção de uma robusta biblioteca. Esta, inclusive, ganhou prioridade de investimentos em relação à sede social. Houve grande movimentação dos sócios pelo seu enriquecimento, o que demonstra a importância do fator cultural para a mutual portuguesa. Quando o prédio da Sociedade Auxiliadora Portuguesa foi inaugurado, já havia uma volumosa biblioteca para abrigar.

2.3. Precariedade de Direitos: auxílio e seguridade no ambiente das associações mutualistas.

Por muito tempo, durante o século XIX, não era clara a diferença entre mutualismo e filantropia²⁵⁰. Havia grande confusão do poder público, da sociedade e dos próprios associados em distinguir as duas modalidades organizativas. Mas, como dito anteriormente, enquanto as associações filantrópicas ajudavam necessitados que não eram membros da organização, as mutuais funcionavam socorrendo seus próprios associados. Este sistema foi motivo do sucesso das associações mutualistas por bastante

²⁴⁸ BASTOS, Wilson de Lima. “Contribuição do Elemento Estrangeiro: italianos em Juiz de Fora”. In: **Revista do IHG/JF**. Ano III, nº 3. Juiz de Fora, 1967. (P. 50)

²⁴⁹ Estatuto da Sociedade Auxiliadora Portuguesa, 1ª versão, 1892. Capítulo IV. (P. 8-9). Arquivo Pessoal.

²⁵⁰ VISCARDI, Cláudia M. R. Experiências da Prática Associativa no Brasil (1860-1880). In: **Topoi**, v. 9, n. 16, jan-jun. 2008, p. 117-136.

tempo. Pesquisas recentes têm demonstrado como as carências dos trabalhadores foram relativizadas por essas organizações, inclusive fora do eixo Rio-São Paulo. Em cada um dos lugares nos quais já foram registradas as atividades de mutuais, contudo, verificam-se diferentes contextos para o mundo do trabalho. Essas pesquisas ajudam a entender melhor, além da história das próprias associações, a constituição e as carências dos trabalhadores em diferentes localidades do território brasileiro. É o que faz Osvaldo Batista Acioly Maciel²⁵¹, que explora uma associação de tecelões em Alagoas. Em Salvador, Adrian Castelucci procura demonstrar como os operários estavam envolvidos com uma ampla e complexa rede associativa que incluía práticas mutualistas²⁵². Ainda no nordeste do país, Marcelo Mac Cord pesquisou uma associação formada por mestres de obra pretos e pardos durante o século XIX na cidade de Recife²⁵³. Enquanto isso, na região sul do país, Rafaela Leuchtenberger aborda os trabalhadores catarinenses, verificando as evidências sobre as condições sociais e o desenvolvimento de uma identidade de classe em Florianópolis²⁵⁴. São apenas alguns exemplos de como o estudo do mutualismo tem auxiliado para descortinar a vida dos trabalhadores nos séculos XIX e XX.

É possível apresentar um panorama que justifica o motivo pelos quais os trabalhadores em Juiz de Fora tanto se interessaram pela seguridade dessas associações mutualistas. Em capítulo anterior, demonstramos que a Zona da Mata mineira tornou-se polo de atração de mão-de-obra em Minas Gerais e a porta de entrada da província no decorrer da segunda metade do século XIX. Entretanto, houve grande migração de trabalhadores estrangeiros para a província vizinha, São Paulo, por conta das melhores condições de trabalho que lá eram oferecidas. Luís Eduardo de Oliveira demonstrou que, com o passar do tempo, Juiz de Fora se constituiu em uma cidade repleta de mão-de-obra barata. Além disso, forjou-se localmente a cultura do trabalho como dever primordial, moral e social para os homens e as mulheres pertencentes às classes populares. Na região urbana, os contratadores empregavam muitos trabalhadores e

²⁵¹ MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. Estatutos de Sociedades Mutualistas e a História Social do Trabalho: conjecturas em torno da Sociedade Beneficente Proteção e Auxílio da Cia. União Mercantil (Fernão Velho, 1876/19879). In: **Revista Crítica Histórica**. Ano 1, nº 1, junho/2010.

²⁵² CASTELUCCI, Aldrin A. S. **Trabalhadores, Máquina Política e Eleições na Primeira República**. Salvador: UFBA, Tese de Doutorado, 2008.

²⁵³ CORD, Marcelo Mac. **Andaime, Casacas, Tijolos e Livros: uma associação de artífices no Recife, 1836-1880**. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2009.

²⁵⁴ LEUCHTENBERGER, Rafaela. **O Lábano Protetor da Classe Operária. As associações voluntárias de socorros mútuos dos trabalhadores em Florianópolis – Santa Catarina (1886-1932)**. Campinas: UNICAMP, Dissertação de Mestrado, 2009.

exploravam ao limite sua capacidade de trabalho. O setor manufatureiro, por exemplo, expunha homens, mulheres e crianças a condições inadequadas de trabalho e a longas jornadas diárias. Tudo isso com mínimas remunerações. Os inadequados ambientes de trabalho tornavam corriqueiros os acidentes que resultavam em lesões, fraturas, amputações ou mesmo óbitos. A cidade contava com apenas um hospital no século XIX, a Santa Casa de Misericórdia, que não dava conta de atender a todos esses acidentes e, por conta disso, muitos eram tratados em farmácias. Depois do procedimento hospitalar necessário, cabia à família cuidar dos acidentados ou do funeral daqueles que vinham a óbito. Naturalmente, eram medidas que demandavam investimento em dinheiro. No caso do sepultamento, o custo era concentrado em um momento, porém era elevado. Já para sustentar trabalhadores acidentados em casa, os gastos incluíam alimentação, vestimenta e ainda estavam sujeitos às imprevisibilidades do cotidiano. Neste caso, os investimentos deveriam ser constantes. O tempo de inatividade da vítima refletia em um risco muito grande ao sustento, pois, com as remunerações pífias, custear um parente improdutivo em idade adulta pesava no orçamento. Afinal, até a década de 1920 inexistia qualquer forma de previdência pública²⁵⁵.

Tendo em vista esse panorama, as mutuais agradavam muito os trabalhadores. Em 1923, por exemplo, aproximadamente 30% da população adulta masculina de Minas Gerais estava associada a alguma organização mutualista²⁵⁶. Na fase final do Império e nas primeiras décadas republicanas, foram elas que proporcionaram à uma parcela dos trabalhadores benefícios como assistência médica, farmacêutica e funerária, além de auxílios pecuniários, pensões, cultura e lazer.

Os auxílios das mutuais eram disponibilizados de acordo com as características estatutárias de cada associação. A Sociedade Alemã de Socorros Mútuos, em seus anos iniciais, era como uma extensão da Colônia Dom Pedro II, oferecia relativa seguridade para esta comunidade reforçando as raízes e os laços de solidariedade e

²⁵⁵ OLIVEIRA, Luís Eduardo de. **Os Trabalhadores e a Cidade: a formação do proletariado de Juiz de Fora e suas Lutas por Direitos (1877-1920)**. Juiz de Fora: FUNALFA; Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

²⁵⁶ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro & GASPARETTO JÚNIOR, Antonio. O Mutualismo em Juiz de Fora: as experiências da Associação Beneficente dos Irmãos Artistas. In: **À Margem do Caminho Novo**. VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro & OLIVEIRA, Mônica Ribeiro (Orgs.). Juiz de Fora: Editora FGV, 2010. (P. 218)

reciprocidade²⁵⁷. A Sociedade Umberto I e a Sociedade Auxiliadora Portuguesa detalhavam melhor em seus estatutos o conteúdo dos auxílios oferecidos. A primeira oferecia aos seus associados regulares o direito de receber tratamentos médicos e farmacêuticos, pensões e auxílio funeral. A associação portuguesa alegava prestar auxílio em caso de doenças e, em caso de falecimento, arcar com os custos do funeral. Esse era, em geral, o panorama do auxílio oferecido pelas mutuais. Obviamente, cada uma dessas práticas era guiada por uma série de normas que estabeleciam a viabilidade ou não do associado em usufruir dos benefícios. Os auxílios estavam condicionados à regularidade no pagamento das mensalidades e privilegiavam os indivíduos que tinham mais tempo de associação.

As fontes referentes à Sociedade Umberto I foram as que forneceram maiores detalhes sobre os auxílios disponíveis. Além de atender aos associados com amparos médicos e farmacêuticos, a mutual também oferecia um subsídio diário aos enfermos ou uma pensão mensal para aqueles que estavam incapacitados de trabalhar por algum problema de saúde. Em caso de doença, recebiam diariamente um subsídio de 1\$000 até o médico atestar a reabilitação do enfermo. Quando a enfermidade fosse muito grave e o médico da associação atestasse que o doente não poderia ser tratado no Brasil, a associação financiava também a passagem para que o enfermo fosse se tratar na Itália. Mas neste caso, era exigido que o mesmo possuísse no mínimo seis anos de associação e estivesse com suas responsabilidades em dia. Em caso de constatação de doença crônica ou incurável, a Assembleia Geral julgava a situação e tomava as devidas decisões. Quando o tempo de associado passava dos seis anos, os sócios que se encontravam absolutamente inaptos ao trabalho passavam a ter o direito de receber uma pensão mensal em conformidade com a disponibilidade financeira da sociedade. E, em último caso, os associados há mais de dez anos, quando falecidos, deixavam o direito à viúva ou aos filhos de receber uma pensão mensal da Sociedade Umberto I²⁵⁸. Havia ainda uma comissão permanente encarregada de promover a instrução e os bons costumes e procurar trabalho para os associados desempregados.

Para cumprir a proposta de oferecer auxílio médico e farmacêutico, a Sociedade Umberto I contava com profissionais de ambas as áreas em seu quadro de associados,

²⁵⁷ ARANTES, Luiz Antônio Valle. Caminhos Incertos, Conflitos Religiosos e Empreendimentos: a trajetória dos alemães na cidade. In: **Solidariedades e Conflitos: História de vida e trajetória de grupos em Juiz de Fora**. BORGES, Célia Maia (Org.). Juiz de Fora: EDUFJF, 2000. (P. 98)

²⁵⁸ Estatuto da Sociedade Italiana de Beneficência Umberto I, 1º versão, 1887. Capítulo V. (P. 7-9). Arquivo Pessoal.

sendo que estavam inseridos em uma condição especial, sócios beneméritos, quando prestavam seus serviços aos demais associados sem cobrar pelos mesmos. Situação que se repetia para os advogados, que prestavam serviços jurídicos aos associados.

A Sociedade Auxiliadora Portuguesa assegurava aos sócios impossibilitados de trabalhar por doença de qualquer natureza ou em outras condições de necessidade uma pensão mensal de 20\$. O auxílio era ofertado até a reabilitação do indivíduo ou durante um período máximo de seis meses. Mas a diretoria podia deliberar a extensão do prazo. Contava também com o auxílio funeral e com o custeio de passagens de volta a Portugal para tratamentos médicos, entretanto só era possível desfrutar de tais benefícios com mais de um ano de associado ou na condição de remido. Isso explica em parte também o gráfico VI apresentado com a distinção dos associados por categoria. Como a associação portuguesa proporcionava certos benefícios aos sócios remidos, é de se imaginar que mesmo os trabalhadores mais carentes faziam alguns esforços para superar a condição de contribuinte. Por fim, todos os sócios ativos tinham o direito de votar e serem votados e de receber socorro em caso de comiseração, o que era extensivo às esposas, às viúvas e aos filhos menores de 18 anos.

No caso da Sociedade Auxiliadora Portuguesa, os associados, além de pagar as taxas de ingresso e as mensalidades, deviam ser assíduos às reuniões, trabalhar pelo enriquecimento da associação e obedecer às determinações do estatuto. Os inadimplentes eram julgados em Assembleia Geral, onde podiam ser eliminados do quadro de membros da sociedade²⁵⁹. Era ainda recomendado que se evitasse discussões políticas, sob o risco de julgamento bastante rigoroso²⁶⁰. Não foi encontrada nenhuma fonte que ateste a eliminação do quadro social da associação portuguesa, porém a mutual italiana removeu 55 sócios de uma só vez por estarem inadimplentes. Infelizmente, não foi possível confirmar a data do documento, apenas sabemos que é posterior a 1930. Nesse grupo, cinco deles eram brasileiros e, curiosamente, um dos eliminados foi Antonio Scanapieco, presidente por muitos anos da Associação Beneficente dos Irmãos Artistas, uma grande mutual mista que congregou centenas de trabalhadores em Juiz de Fora²⁶¹. Por fim, era ainda recomendado que se evitasse discussões políticas, sob pena de julgamento bastante rigoroso²⁶².

²⁵⁹ O Pharol – 12/05/1904. (P. 2. Coluna 5. Seção: Livre). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

²⁶⁰ Estatuto da Sociedade Auxiliadora Portuguesa, 1ª versão, 1892. Capítulo III. (P. 6-8). Arquivo Pessoal

²⁶¹ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro & GASPARETTO JÚNIOR, Antonio. O Mutualismo em Juiz de Fora: as experiências da Associação Beneficente dos Irmãos Artistas. In: **À Margem do Caminho Novo**.

Apenas como exemplo dos valores dispendidos pelas mutuais com assistência aos seus associados, podemos citar os gastos de 1916 da Sociedade Beneficente Brasileira-Alemã. Naquele ano, a mutual gastou 530\$000 com pensões, 720\$000 com funerais e 8:536\$300 com o que chamou de beneficência. Mas a mutual em questão possuía um quadro social muito benéfico, pois contabilizava 453 sócios contribuintes, 37 sócios honorários e 85 sócios remidos²⁶³. Ou seja, atendia uma grande quantidade de trabalhadores brasileiros e alemães com a seguridade que não era oferecida pelo Estado.

Em contrapartida ao cumprimento das obrigações financeiras, os sócios tinham também o direito de serem eleitos para os diversos cargos da sociedade. Desde que estivessem em dia com as mensalidades, podiam eleger e serem eleitos, solicitar a convocação de assembleias ao presidente e participar nas deliberações da associação. E os associados faziam valer seus direitos de expressão e participação. Em 1896, por exemplo, o jornal *O Pharol* publicou uma reclamação de Emanuelle Elora, membro da Sociedade Umberto I, que contestava o fato de não ter sido atendido por um médico mesmo estando em dia com suas responsabilidades, e questionava a diretoria quem realmente estava em débito²⁶⁴. Outro caso que demonstra manifestação dos associados é o questionamento feito pelo sócio Affonso Colluci, também no jornal *O Pharol*, pressionando o então presidente da Sociedade Umberto I, Enrico Ricci, a convocar uma Assembleia Geral para discutir uma reforma no estatuto²⁶⁵.

Como já foi apresentada a ideia, a união advinda de uma mesma origem étnica ou nacional é um quesito que impulsionou a formação dessas mutuais e que ofereceu sustento para mantê-las ativas mesmo com a gradativa implantação de políticas públicas de proteção social. Porém esses trabalhadores estrangeiros também enfrentavam condições adversas de sobrevivência em terras brasileiras, assim como os trabalhadores nacionais, e necessitavam de alguma segurança para ampará-los nos momentos de dificuldade. No período em que inexistiam leis sociais, as mutuais que não eram étnicas ou nacionais tendiam a encerrar as atividades precocemente em função dos desafios de manutenção das atividades. As dificuldades enfrentadas para administrar tais organizações eram significativas e constantes. Foi por isso que o fator identidade

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro & OLIVEIRA, Mônica Ribeiro (Orgs.). Juiz de Fora: Editora FGV, 2010.

²⁶² Estatuto da Sociedade Auxiliadora Portuguesa, 1ª versão, 1892. Capítulo III. (P. 6-8). Arquivo Pessoal.

²⁶³ O Dia – 25/01/1917. (P. 2. Coluna 1. Seção: Correio do Dia). Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora.

²⁶⁴ O Pharol – 09/10/1896. (P. 2. Coluna 1). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

²⁶⁵ O Pharol – 20/11/1901. (P. 2. Coluna 4. Seção: Pedidos). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

forneceu um meio para longevidade das mutuais de imigrantes. Como já dito, as três associações enfocadas neste trabalho – Sociedade Alemã de Beneficência, Sociedade Umberto I e Sociedade Auxiliadora Portuguesa – foram escolhidas justamente por permitirem abordar a existência de mutuais em cenários diversos: o contexto marcado pela inexistência de políticas públicas e a entrada do Estado nas questões de seguridade social. Todas elas sobreviveram até, pelo menos, a década de 1940. Sendo que a Sociedade Auxiliadora Portuguesa apenas se redefiniu, tornando-se um clube recreativo que permanece ativo até hoje em Juiz de Fora.

Mas alterar a prestação de auxílio era uma questão que colocava em risco a existência das associações. Neste ponto, pode-se constatar que, embora a identidade étnica fosse fator diferencial na formação das mutuais de imigrantes, não era exclusivo. A precariedade na prestação de auxílios foi fator fundamental para levar à ruptura da Sociedade Alemã de Beneficência na década de 1890. Em 1892, a mutual dos alemães apresentou seu balanço anual revelando um déficit de 800\$000. Foi convocada uma Assembleia Geral na qual a diretoria propôs a suspensão por tempo indeterminado dos benefícios que eram concedidos aos associados. Alguns sócios posicionaram-se com extremo repúdio à proposta e solicitaram seu desligamento do quadro de membros da sociedade. Em meio a tal desentendimento, sobraram apenas 14 associados. Para evitar que a sociedade fosse definitivamente dissolvida, os membros restantes se organizaram e convidaram Francisco Rechner para assumir a presidência da Sociedade Alemã de Beneficência. O novo presidente deu início a uma política de recuperação financeira da associação. Sua primeira medida foi elevar o valor da mensalidade que era de 1\$000 para 2\$000 e oficializar a suspensão do auxílio médico e farmacêutico por tempo indeterminado. As rígidas medidas adotadas por Francisco Rechner foram fundamentais para que a Sociedade Alemã de Beneficência sobrevivesse à crise enfrentada no ano de 1892. Ele foi ainda o responsável pela criação de uma caixa econômica na associação que atendesse ao quadro de associados, o que elevou ainda mais seu prestígio²⁶⁶.

Por outro lado, há também o fator identidade nas práticas de assistência. As mutuais de imigrantes estavam sempre em contato com a terra natal e faziam o possível para ajudar seus compatriotas nos momentos de necessidade. São várias as ocasiões em que os auxílios eram destinados aos compatriotas fora do Brasil. A Sociedade Umberto I, por exemplo, organizou uma reunião para estudar os meios pelos quais poderia

²⁶⁶ STEHLING, Luiz José. **Juiz de Fora, a Companhia União & Indústria e os Alemães**. Juiz de Fora: FUNALFA edições, 1979. (P. 330-332)

arrecadar fundos para socorrer as vítimas de um terremoto ocorrido na Calábria, em 1905. Todos os italianos da cidade foram convocados para a reunião²⁶⁷. Por sinal, a associação sempre foi muito ativa na solidariedade para com os italianos. Ainda em 1892, a mutual criou e dirigiu a Cruz Vermelha que se encarregou de vários serviços de beneficência durante a Primeira Guerra Mundial²⁶⁸. A Sociedade Auxiliadora Portuguesa, por sua vez, arrecadou, em 1896, donativos para enviar às vítimas de um incêndio ocorrido em Santarém e também para as viúvas e órfãos dos soldados portugueses que morreram na África defendendo a honra nacional²⁶⁹. Da mesma forma, arrecadou donativos para as vítimas dos terremotos ocorridos em Rabatejo, no ano de 1909²⁷⁰.

Em resumo, o reforço da identidade cultural das mutuais de imigrantes era um elemento que propiciava à longevidade dessas sociedades. Porém seus integrantes eram carentes de seguridade advinda do Estado brasileiro, assim como os trabalhadores nacionais, o que tornava imprescindível a concessão de auxílios por essas associações. Todas as três mutuais exploradas neste trabalho nasceram na segunda metade do século XIX, ou seja, seus associados permaneceram por muito tempo desprovidos de amparo seja do Governo Imperial, seja do Governo Republicano. Mesmo na nova fase dos direitos sociais, a partir da década de 1930, os auxílios prestados pelas mutuais de imigrantes ainda teriam grande relevância para os trabalhadores estrangeiros em função do cenário nacionalista que seria criado e da demora do Estado para abranger em políticas sociais todas as categorias de trabalhadores.

²⁶⁷ O Pharol – 17/09/1905. (P. 1. Coluna 2). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

²⁶⁸ Documento escrito pelo presidente Felício Ciuffo no dia 09/06/1951. Arquivo da Casa d'Itália.

²⁶⁹ O Pharol – 11/04/1896. (P. 2. Coluna 1). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

²⁷⁰ O Pharol – 19/07/1909. (P. 2. Coluna 6 e 7. Seção: Livre). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

3. Aspectos Culturais e Inserção Cívica do Mutualismo Imigrante em Juiz de Fora.

3.1. Identidade, Símbolos e Rituais.

No início do Capítulo 2, estabelecemos a diferença entre as associações mutualistas e os demais tipos de associações de trabalhadores. Convém, agora, iniciar este Capítulo distinguindo as mutuais por suas especificidades. Ou mais, como a Sociedade Alemã de Beneficência, a Sociedade Umberto I e a Sociedade Auxiliadora Portuguesa se diferenciavam das demais?

No início da década de 1990, Tânia Regina de Luca frisou que as associações mutualistas não eram associações exclusivamente operárias, sua composição era fundamentada na presença de pessoas das mais diversas camadas sociais, assim como profissionais variados. Na ocasião, Luca indicou que as mutuais se organizavam em torno de setores de produção, de etnias, de credos religiosos, eram orientadas por bairros ou mesmo patronais²⁷¹. A partir de então, pesquisas revelaram práticas de associações que se enquadravam nessas modalidades, revelando também peculiaridades, novas modalidades e o intercâmbio entre elas.

Antes de desvendar essas modalidades, cabe destacar o estudo de Paula Christina Bin Nomelini, que avaliou a construção dos nomes das associações mutualistas, distinguindo, em especial, o uso dos termos “Beneficente” e “Humanitária”. Segundo Paula Nomelini, o primeiro, quando empregado, visava ressaltar a iniciativa particular de determinados grupos para solucionar problemas que poderiam abranger uma única classe social ou mesmo toda a sociedade, oferecendo-os, por exemplo, tratamento na área de saúde. Já o termo “Humanitária” representava o posicionamento de um grupo de trabalhadores para justificar sua associação com uma visão de mundo que buscava ampliar noções de justiça ao regime de trabalho assalariado. Ou seja, as associações que se declaravam “Humanitárias” tinham perfil mais combativo orientando suas organizações mutualistas, enquanto as “Beneficentes” não assumiam posições explícitas de resistência e, na maioria das vezes, segundo Paula Nomelini, mobilizavam identidades nacionais²⁷². É exatamente o que podemos verificar em Juiz de Fora. Das três associações mutualistas em destaque nesta pesquisa, duas

²⁷¹ LUCA, Tânia Regina de. **O Sonho do Futuro Assegurado**. São Paulo: Contexto Brasília, 1990. (P. 10)

²⁷² NOMELINI, Paula Cristina Bin. **Associações Operárias Mutualistas e Recreativas em Campinas (1906-1930)**. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 2007. (P. 99)

delas possuíam o termo “Beneficente”, ou com pequena variação, em seu nome: a Sociedade Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro Umberto I e a Sociedade Alemã de Beneficência. A terceira delas não utilizava o termo exato “Beneficência”, porém recorria a uma expressão correlata em seu nome, Sociedade Auxiliadora Portuguesa.

Ainda em relação ao termo “Beneficente”, é importante recordar o já citado apontamento de Cláudia Viscardi que ressalta a confusão dos contemporâneos na distinção entre mutualismo e filantropia. Talvez o caminho apontado por Paula Nomelini auxilie sua compreensão, pois, como já demonstramos até aqui, essas sociedades que se auto intitulavam “Beneficentes” prestavam seus auxílios também a pessoas que não faziam parte do quadro social, o que é típico das associações filantrópicas.

Retomando a questão das modalidades das associações mutualistas, muitas delas se organizavam por ofícios, ou seja, agregavam trabalhadores que exerciam um mesmo tipo de função no setor produtivo²⁷³. Sobre isso é preciso resgatar também a distinção estabelecida antes entre mutuais orientadas por ofícios e as mais antigas corporações de ofício. Como já dito, estas surgiram na Idade Média e dedicavam-se ao aprimoramento e controle de técnicas de produção de determinados produtos. A união desses operários qualificados criava uma defesa do conhecimento técnico e os tornava capazes de negociar suas mercadorias com mais eficiência. Já as mutuais compreendiam práticas mais amplas, prestando socorros, criando ambientes de sociabilidade e lazer etc. Quando admitiam associados de ofícios diversos, eram qualificadas como mistas. Tendiam, então, a contar com um quadro social mais amplo, o que permitia maior captação de recursos e, conseqüentemente, melhores condições para prestar auxílios²⁷⁴.

Em algumas ocasiões, as mutuais podiam se reunir em torno da localização geográfica de seus sócios, como em função de bairros e regiões, por exemplo. Neste caso, estavam abertas a diferentes ofícios e se singularizavam pelos problemas em comum que pessoas de localidades semelhantes enfrentavam²⁷⁵.

²⁷³ Como exemplo de pesquisa: MOTA, Kleiton Nazareno Santiago. **Mutualismo Ferroviário: prover e proteger na Sociedade Beneficente do Pessoal da Estrada de Ferro de Baturité de 1891 aos anos 1930**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFC. Fortaleza, 2009.

²⁷⁴ Como exemplo de pesquisa: VISCARDI, Cláudia M. R. & GASPARETTO JÚNIOR, Antonio. O Mutualismo em Juiz de Fora: as experiências da Associação Beneficente dos Irmãos Artistas. In: **À Margem do Caminho Novo**. VISCARDI, Cláudia M. R. & OLIVEIRA, Mônica R. de. (Orgs). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

²⁷⁵ Como exemplo de pesquisa: BAKER, Alan R. H. **Fraternity Among the French Peasantry: sociability and voluntary associations in the Loire Valley, 1815-1914**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

Outra modalidade de mutual que deve ser distinguida refere-se àquela orientada por credos religiosos. Diferentemente das Irmandades, que apareceram no Brasil no século XVIII e eram instituições religiosas compostas por leigos no catolicismo tradicional e que tinham o objetivo de cultuar um santo, obedecendo a regras da Igreja, as mutuais orientadas por religião reuniam membros que comungavam de uma mesma crença e, ao mesmo tempo, criavam condições para amparo mútuo. Esta é uma característica que, geralmente, estava associada à outra ou outras, mas que é muito pertinente aos alemães, por exemplo. Esses imigrantes possuíam associações mutualistas para católicos e para protestantes.

Diversas associações mutualistas eram fundadas e dirigidas por patrões, que exigiam a participação de seus funcionários nas mesmas. Essa modalidade identificada como empresarial ou orientada por fábricas servia como recurso dos empregadores em relação ao amparo de seus empregados. Os patrões eximiam-se de gastos e preocupação com socorros, transferindo o custo e os auxílios para os ambientes das mutuais. Logo, expandiam o controle sobre a mão-de-obra para outros ambientes e beneficiavam-se sobre todo o processo empregatício²⁷⁶.

Uma das modalidades mais recorrentes, que não por menos é foco desta pesquisa, diz respeito às mutuais que se organizavam por etnias. De acordo com números apresentados antes, elas eram encontradas em quantidade altamente significativa nas áreas marcadas pela presença do trabalhador imigrante. Essas associações procuravam conservar a memória coletiva de um grupo ao mesmo tempo em que prestavam auxílios não cobertos pelo Estado. As mutuais de imigrantes promoviam um claro fechamento étnico e prezavam pela moral e o bom costume de seus compatriotas. Destacavam-se das demais associações mutualistas pelo forte teor identitário. Como bem destaca Priscila da Costa Pinheiro, quando as mutuais de imigrantes assumiam suas denominações frente ao Estado brasileiro e à sociedade em geral, evidenciavam o tributo que pretendiam prestar à terra natal²⁷⁷. Assim, tornavam-se claramente excludentes, atendendo a um perfil de associado pouco maleável, estando restritas aos que comungavam de uma mesma origem étnica ou nacional. A única

²⁷⁶ Este é um caso de associação que pode se apresentar associado a outras características. A Tabela VI, por exemplo, nos mostra que havia nas mutuais analisadas nesta pesquisa muitos possíveis patrões, o que abre espaço para especulações sobre seus benefícios. Sobre a questão de interesses políticos e econômicos em mutuais, ver: SILVA JÚNIOR, Adhemar Lourenço da. Oligarquias em Sociedades de Socorros Mútuos (1854-1940). In: **Revista Mundos do Trabalho**, vol.2, nº4, agosto-dezembro de 2010, p. 78-108.

²⁷⁷ PINHEIRO, Priscila da Costa. **Estratégias de Organização da Sociedade Civil: as associações de imigrantes portugueses na corte (1860-1882)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFJF. Juiz de Fora, 2011. (P. 111)

flexibilização na admissão de associados nessas mutuais foi decorrente do tempo de fixação dos imigrantes em terras brasileiras, pois aqui construíram famílias, gerando filhos brasileiros. Com o tempo, eram os descendentes que integravam o quadro social das organizações.

Essas mutuais étnicas, em geral, não distinguiam ofícios e localidade da moradia. Mas alemães e italianos caracterizavam dois tipos de exclusão. Em função de questões culturais e religiosas, os germanos podiam se dividir entre católicos e protestantes. Já os italianos possuíam uma exclusão interna mais recorrente que era determinada pelas regiões da Itália. Foi o caso, por exemplo, da Sociedade Italiana de Socorro Mútuo Lega Lombarda, em São Paulo. Luigi Biondi demonstra que a mutual estava aberta somente aos lombardos residentes no Brasil e que esse fator regionalista foi determinante até a unificação da Itália e sua transformação em República²⁷⁸.

Pesquisas mais recentes abordaram outras modalidades das mutuais. Sérgio Augusto Vicente, por exemplo, trabalhou com sociedades científicas, literárias e de instrução. O historiador identificou o objetivo comum entre elas, o de “difundir as letras e as ciências por meio de instrução, da discussão e do estudo, contribuindo para o desenvolvimento, progresso, evolução e civilização do país”. Prossegue afirmando que elas “se valiam de um discurso progressista e civilizado muito impregnado de projeções otimistas para um futuro repleto de contínuos avanços e evoluções”²⁷⁹.

Muito mais raras eram as associações de escravos e ex-cativos. Segundo Ronaldo Pereira de Jesus, era muito mais complicado tentar criar ou preservar uma identidade baseada na escravidão. O número reduzido de tais mutuais decorria da impossibilidade legal atribuída às organizações de escravos que dificultava também a organização de libertos²⁸⁰. Em pesquisa que realizou em parceria com David Lacerda, os dois historiadores demonstram que todas as solicitações de legalização e de criação de mutuais de escravos, de libertos e de seus descendentes foram indeferidas pelo Governo Imperial²⁸¹. Com as impossibilidades de organização de mutuais de escravos e

²⁷⁸ BIODI, Luigi. Aventuras e Desventuras da Sociedade Italiana de Socorro Mútuo “Lega Lombarda”. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho de 2011. (P. 3-4)

²⁷⁹ VICENTE, Sérgio Augusto. **Sociedades Científicas, Literárias e de Instrução: dimensões da prática associativa dos homens de letras e *sciencia* na Corte (1860-1882)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFJF. Juiz de Fora, 2012. (P. 42)

²⁸⁰ JESUS, Ronaldo Pereira. **Mutualismo entre Ex-Escravos e Operários no Rio de Janeiro (1860-1889)**. In: **Trabalho, Proteção e Direitos: o Brasil além da Era Vargas**. LOBO, V. M., DELGADO, I. G. & VISCARDI, C. M. R. (Orgs.). Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010. (P. 24)

²⁸¹ JESUS, Ronaldo Pereira de & LACERDA, David. Dinâmica Associativa no Século XIX: socorro mútuo e solidariedade entre livres e libertos no Rio de Janeiro Imperial. In: **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 2, n. 4, agosto-dezembro de 2010, p 126-142.

libertos, restavam-lhes, como alternativa legal, associaram-se a mutuais que os aceitavam em seus quadros sociais. Era o caso da Sociedade Beneficente Feliz Esperança, de Pelotas (RS), que os aceitava e até mobilizava seus sócios pela alforria de homens de cor. Mas Adhemar Lourenço da Silva Júnior conseguiu rastrear 14 associações de negros no Rio Grande do Sul²⁸².

É muito importante ressaltar que todas essas distinções de modalidade representavam fronteiras muito fluidas na prática. Determinada mutual poderia englobar mais de uma modalidade, transitar entre algumas ou mesmo mudar sua orientação com o tempo. A Società Italiana di Mutuo Soccorso Christoforo Colombo, no Paraná, é um exemplo de mutual étnica que se tornou uma sociedade religiosa composta por membros de qualquer nacionalidade²⁸³. A Tabela VI, que revela a atuação profissional de alguns membros da diretoria das mutuais de imigrantes em Juiz de Fora, nos mostra que, em geral, eles eram proprietário de estabelecimentos e empregadores. O que nos leva a crer que existia certa relação patronal também no interior dessas mutuais de imigrantes. Como veremos mais adiante, essas mutuais também estavam preocupadas com a instrução de seus associados e propagação das letras e das respectivas culturas nacionais. Logo, essa distinção das modalidades mutualistas é apenas uma indicação primária no que se refere ao estímulo de associação.

Em publicação anterior, levantamos a seguinte composição das mutuais em Juiz de Fora:

Tabela VII: Quantidade e Modalidade das Mutuais em Juiz de Fora.

Modalidade	Quantidade
Ofícios	63
Patronais	15
Étnicas	25
Mistas e Regionais	6
Literárias e Lazer	24
Científicas	12
Total	145

²⁸² SILVA JR., Adhemar Lourenço da. *Escravidão, Liberdade e Cor nas Sociedades de Socorros Mútuos* (Rio Grande do Sul, 1856-1914). In: **II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Porto Alegre, 2005.

²⁸³ MASCHIO, Elaine Cátia Falcade. *Educação, Mutualismo e Nacionalização: aspectos de uma escola étnica italiana no Paraná (1905-1918)*. In: **Roteiro**. Joaçaba, v. 32, n. 2, p. 167-182, jul./dez. 2007.

Fonte: VISCARDI, Cláudia M. R. & GASPARETTO JÚNIOR, Antonio. O Mutualismo em Juiz de Fora: as experiências da Associação Beneficente dos Irmãos Artistas. In: **À Margem do Caminho Novo**. VISCARDI, Cláudia M. R. & OLIVEIRA, Mônica R. de. (Orgs). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. (P. 219)

Resta mais uma observação a se fazer em relação às mutuais em geral. Estas associações eram espaços predominantemente masculinos, reservando um espaço mínimo para a participação feminina. Além de um fator histórico-cultural de exclusão das mulheres de certos ambientes, determinando as funções e os espaços masculinos e femininos na sociedade, como aponta estudo de Michele Perrot²⁸⁴, era natural a não participação das mulheres nas mutuais porque não recebiam salários suficientes para cumprir com as despesas e eram os homens que deveriam prover o sustento da família. Nas atas pesquisadas por Paula Cristina Bin Nomelini, as mulheres eram citadas, na maioria das vezes, como vítimas da viuvez que as levaria à miséria e à degradação moral²⁸⁵. Ou seja, a presença feminina nas associações estava condicionada à atuação do homem. É o mesmo que conclui Adhemar Lourenço da Silva Júnior, as mulheres eram admitidas nas associações mutualistas como beneficiárias, sem gozar da efetiva condição de sócias e dos respectivos direitos políticos inerentes a cada organização²⁸⁶.

Parece que esta era uma situação mais ampla. Alan Baker descreve a mesma condição feminina em mutuais francesas dos séculos XVIII e XIX, embora relate a existência de uma associação formada apenas por mulheres²⁸⁷, um caso atípico. No Brasil, não há trabalhos acadêmicos ainda que investiguem o funcionamento de mutuais femininas além do clássico trabalho de Beatriz Kushnir sobre as mutuais de prostitutas judias, que, todavia, também admitiam homens²⁸⁸. Mas sabemos que a participação das mulheres nas associações mutualistas, em geral, estava ligada ao respectivo marido. Elas eram responsáveis pela organização de bailes, quermesses e peças teatrais e, em alguns casos, formava-se até uma diretoria feminina encarregada somente das

²⁸⁴ PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. (P. 178)

²⁸⁵ NOMELINI, Paula Cristina Bin. **Associações Operárias Mutualistas e Recreativas em Campinas (1906-1930)**. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 2007. (P. 100-101)

²⁸⁶ SILVA JÚNIOR, Adhemar Lourenço da. Sexo e Gênero nas Sociedades de Socorros Mútuos. In: **Anais do IX Fazendo Gêneros – Diásporas, Diversidades e Deslocamentos**. Florianópolis, 23 a 26 de agosto de 2010. (P. 1)

²⁸⁷ BAKER, Alan R. H. **Fraternity Among the French Peasantry: sociability and voluntary associations in the Loire Valley, 1815-1914**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. (P. 168-170)

²⁸⁸ KUSHNIR, Beatriz. **Baile de Máscaras: mulheres judias e prostituição. As polacas e suas associações de ajuda mútua**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

recreações, como demonstrou Paula Nomelini²⁸⁹. Mas seu estudo não pode ser generalizado, principalmente porque o apogeu das mutuais em Campinas ocorreu nas décadas de 1940 e 1950, o que nos faz considerar que já havia uma abertura maior para a participação feminina em função de mudanças estruturais ocorridas no país a partir da década de 1930. Certamente, o cenário era muito diferente daquele visualizado no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX.

Em Juiz de Fora, a Sociedade Umberto I, a Sociedade Alemã de Beneficência e a Sociedade Auxiliadora Portuguesa não explicitavam restrição de gênero dos associados em seus respectivos estatutos, mas, até aqui, não citamos nenhum nome de mulher ao falar de tais associações. Dentre todas as fontes pesquisadas, encontramos apenas dois registros com maiores detalhes acerca da presença feminina. Há um diploma de sócia ativa, conferido a Elisa Bertolina Freesz, na Sociedade Alemã de Beneficência, em 1905²⁹⁰ (Ver Imagem VIII), e um registro feminino na década de 1950 de Alcione Monteiro Viana, que ingressou na Sociedade Auxiliadora Portuguesa em 1951 com 18 anos de idade²⁹¹. Nesta época, a associação já tendia a ser um ambiente mais recreativo e instrucional do que de fato uma mutual. De todo modo, sabemos que a presença feminina se tornou mais expressiva com o passar dos anos. No aniversário de 60 anos da Sociedade Alemã de Beneficência, em 1932, a mutual contava com 181 associados em seu quadro social, dos quais 65 eram mulheres²⁹². Além disso, Juiz de Fora possuiu, pelo menos, duas associações femininas. Uma delas foi o Comitato Italiano Femile Pro Croce Rossa, fundado e mantido pela Sociedade Umberto I, mas que era regido por mulheres e tinha o objetivo de prestar serviços médicos e de beneficência. Já a Frauverein era uma sociedade religiosa organizada por senhoras evangélicas com fins beneficentes voltados para a comunidade luterana. No entanto, não há ainda pesquisas que explorem essas associações em específico.

Mais detalhes sobre a identidade das mutuais de imigrantes em Juiz de Fora podem ser verificados nas práticas culturais cotidianas das associações. Falar o idioma alemão era fundamental para ser associado na Sociedade Alemã de Beneficência, assim como falar o idioma italiano era importante para a Sociedade Umberto I. À exceção de

²⁸⁹ NOMELENI, Paula Christina Bin. Um Estudo sobre Associações Operárias Mutualistas e Recreativas em Campinas (1906-1930). In: **História Social**, nº 14/15. Campinas, 2008. (P. 93)

²⁹⁰ Diploma de Associado na Sociedade Alemã de Beneficência (1905). Arquivo Fotográfico do Instituto Teuto-Brasileiro.

²⁹¹ Livro de Registro de Associados da Sociedade Auxiliadora Portuguesa. Arquivo da Sociedade Portuguesa.

²⁹² Ata Publicada do Jubileu de 60 Anos de Existência da Sociedade Alemã de Beneficência (1932). *Namenverzeichnis der Mitglieder*, p. 41-43. Arquivo particular de Salcio del Duca.

algumas notas publicadas na imprensa, a documentação dessas duas associações era toda produzida na língua natal durante suas primeiras décadas de existência. Só com o passar do tempo que documentos bilíngues foram gerados. De toda forma, a língua mãe jamais foi abandonada.

Como não poderia deixar de ser em mutuais de imigrantes, a reverência pela terra natal estava presente em todos os momentos. A própria escolha do nome já era motivo de exaltação. A Sociedade Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro Umberto I, por exemplo, homenageava o segundo rei da Itália depois da unificação. Filho de Victor Emanuele II, Umberto I assumiu o reinado italiano em nove de janeiro de 1878 reforçando a simbologia da unificação. Era chamado por seus conterrâneos de “o Rei Bom” e era adorado. O fato da mutual juiz-forana ter escolhido o nome de um símbolo nacional que reforçava a unidade da Itália nos mostra que aquele regionalismo exemplificado através da Lega Lombarda, em São Paulo, não era fator constituinte da Sociedade Umberto I, em Juiz de Fora.

Imagem VI: Rei Umberto I.



Fonte: Italiano Brasile. Disponível em: <http://italianobrasile.blogspot.com.br>. Acessado em 06/02/2013.

A Sociedade Auxiliadora Portuguesa se reuniu no dia primeiro de janeiro de 1892 em Assembleia Geral para apresentação de seu primeiro estatuto. Na ocasião, o nome da associação ainda não havia sido definido, pois havia o intuito de chamá-la de Sociedade Portuguesa Latino Coelho. Mas os associados julgaram que o nome do importante literato português era muito vinculado com posicionamentos políticos, o que poderia causar ressentimento entre os associados ou receio de outros portugueses em ingressar na associação²⁹³. José Maria Latino Coelho integrou o Partido Regenerador e, mais tarde, o Partido Republicano Português. Destacar-se-ia como um dos fundadores do Partido Reformista, pelo qual exerceria a função de ministro.

Imagem VII: José Maria Latino Coelho.



Fonte: Portugal – Dicionário Histórico. Disponível em: <http://www.arqnet.pt/dicionario/latinocoelho.html>. Acessado em 06/02/2013.

A escolha pelo nome Sociedade Auxiliadora Portuguesa eximia a mutual de posicionamento político e transmitia a ideia de agregação de toda a comunidade lusitana residente na cidade mineira, principal objetivo. Assim, tornar-se-ia a principal entidade de organização dos portugueses em Juiz de Fora. Em 1898, contudo, a mutual foi

²⁹³ OLIVEIRA, Wanderley Luiz de. “Por Mares Nunca d’Antes Navegados”. Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2006. (P. 25)

agraciada com o título de Real pelo próprio rei português Dom Carlos I. O decreto do dia três de setembro daquele ano concedia o título à associação depois do pedido feito pelo presidente honorário da Sociedade Auxiliadora Portuguesa, Joaquim Dias da Silva²⁹⁴. A denominação como Real Sociedade Auxiliadora Portuguesa manteve-se vigente até 1913, três anos depois de a República substituir a Monarquia em Portugal. A retirada do título do nome da mutual foi proposta e defendida por José de Campos Serafino em assembleia realizada no dia 27 de fevereiro de 1913. A sugestão foi votada e apenas um associado se posicionou contra. Aproveitando o ensejo, António Luiz de Bessa propôs a retirada da coroa que adornava as armas portuguesas na fachada da sede, sugestão que foi igualmente aprovada²⁹⁵. Daí em diante, as reverências a Portugal fariam menção à República.

A Deutscher Kranken-Unterstützungs-Verein, chamada em português de Sociedade Alemã de Socorros Mútuos, teria problemas diferenciados em relação à sua identificação. A primeira mudança de nome da associação ocorreu na primeira década de existência, quando passou a ser chamada de Sociedade Alemã de Beneficência. Parece-nos que a reestruturação financeira da mutual alemã desenvolvida por Francisco Rechner no final do século XIX teve como ação subsequente a mudança de nome da associação, que passou a ser chamada de Sociedade de Beneficência Mariano Procópio, uma homenagem ao construtor da rodovia União & Indústria que trouxe os primeiros trabalhadores alemães para a cidade. Como demonstra o diploma abaixo.

²⁹⁴ Jornal do Comércio – 30/09/1898. (P. 1. Coluna: 3). Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora.

²⁹⁵ O Pharol – 01/03/1913. (P. 1. Coluna: 3). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

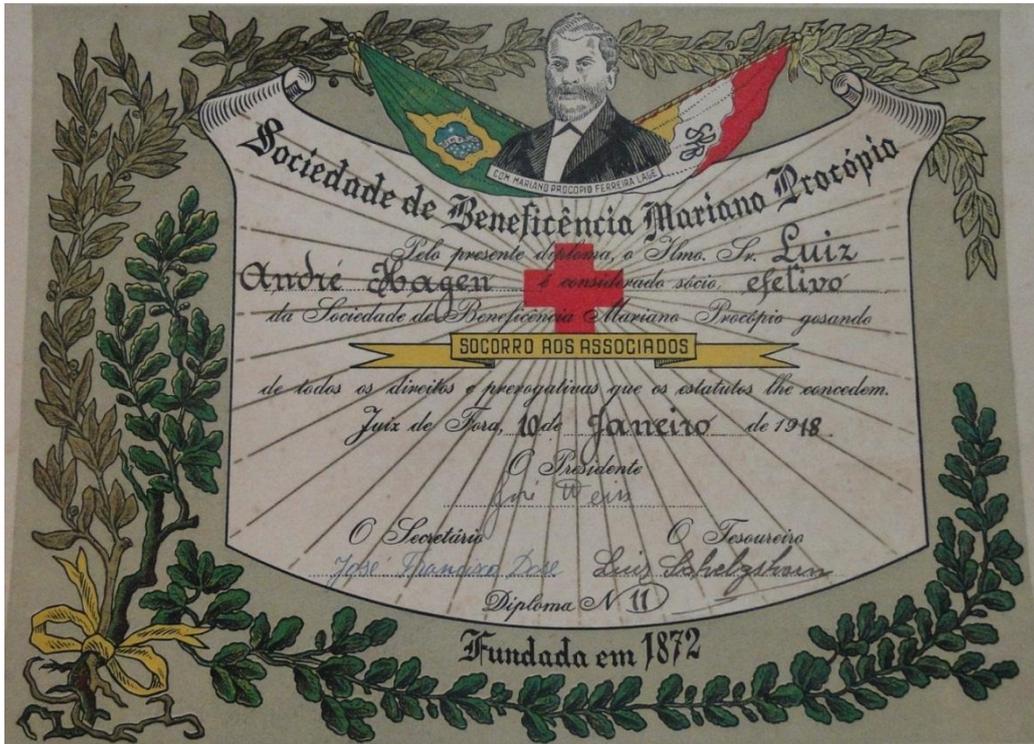
Imagem VIII: Diploma da Sociedade de Beneficência Mariano Procópio.



Fonte: Arquivo do Instituto Teuto-Brasileiro.

Outro fator que influiria na mudança de nome de organizações alemãs seria a aversão aos germanos no período que contextualiza a Primeira Guerra Mundial. Hostilizados por protagonizarem o distúrbio internacional, os alemães radicados no Brasil teriam receio de explicitar a nacionalidade. A situação se agravou especialmente quando o governo brasileiro assumiu seu posicionamento em oposição à Alemanha no conflito. Em função disso, a Sociedade Beneficente Brasileira-Alemã reduziu seu nome para Sociedade Brasileira de Beneficência. Já a Sociedade Alemã de Beneficência manteve o nome de Sociedade de Beneficência Mariano Procópio por bastante tempo. O receio da identificação germânica parece ser a melhor explicação para a elaboração duplicada de diplomas de associados. Usava-se publicamente a denominação Sociedade de Beneficência Mariano Procópio, mas os associados eram também registrados como membros da Sociedade Alemã de Beneficência para manter a tradição. As imagens abaixo demonstram essa duplicação de registro.

Imagem IX: Diploma da Sociedade de Beneficência Mariano Procópio Conferido a Luiz André Hagen em Janeiro de 1918.



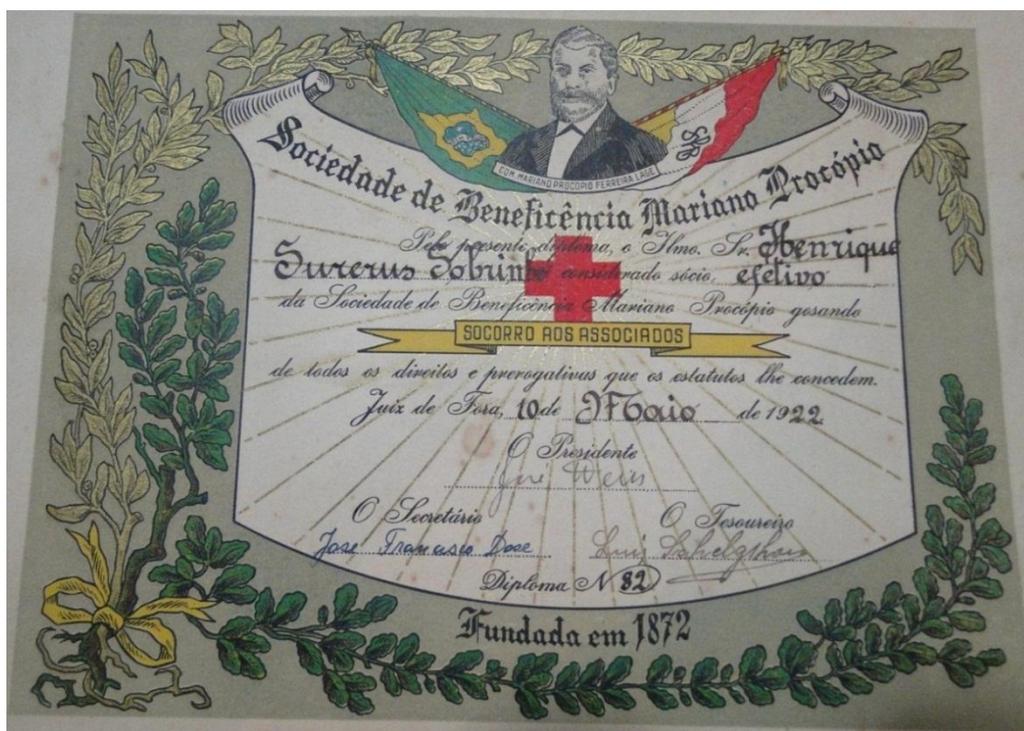
Fonte: Arquivo particular de Salcio del Duca.

Imagem X: Diploma da Sociedade Alemã de Beneficência Conferido a Luiz Andreas Hagen em Janeiro de 1918.



Fonte: Arquivo particular de Salcio del Duca.

Imagem XI: Diploma da Sociedade de Beneficência Mariano Procópio Conferido a Henrique Surerus Sobrinho em Maio de 1922.



Fonte: Arquivo particular de Salcio del Duca.

Imagem XII: Diploma da Sociedade Alemã de Beneficência Conferido a Henrique Surerus Sobrinho em Maio de 1922.



Fonte: Arquivo particular de Salcio del Duca.

Traçar um retrospecto dos anos iniciais da associação se mostrou muito complicado pela escassez de fontes. De acordo com Luiz José Stehling, os arquivos da mutual alemã foram extraviados justamente durante a Primeira Guerra Mundial²⁹⁶.

As mutuais de imigrantes estavam sempre em sintonia com a terra natal ou celebrando datas, fatos e personalidades que identificavam bem a pátria de origem. Italianos e alemães comemoravam a unificação recente de seus respectivos países. A festa do XX Setembro celebrava a unificação da Itália e era uma das mais aclamadas. Acontecia com grande euforia envolvendo toda a colônia italiana. A diretoria da Sociedade Umberto I costumava liderar os festejos e caminhar com a comunidade italiana, acompanhada por banda musical, até o Consulado Italiano na cidade para cumprimentar o Cônsul e seu secretário, e depois passavam pelas redações dos jornais para expressar sua alegria²⁹⁷. Durante a Primeira Guerra Mundial, em 1917, o Comitato Italiano informou que não ocorreriam festejos em comemoração à unificação da Itália, mas, mesmo assim, a Umberto I organizou uma festa em sua sede social. Mesmo com manifestações mais amenas que de costume, a data não foi ignorada²⁹⁸.

Os portugueses celebravam com entusiasmo a Restauração de Portugal, ocorrida em 1640. A data implica em um dos maiores motivos de orgulho nacional para os lusitanos, pois representa o fim de 60 anos de subordinação da monarquia portuguesa ao reino da Espanha. Tão importante a data que os fundadores da Sociedade Auxiliadora Portuguesa escolheram o dia primeiro de dezembro, data da comemoração anual da Restauração, de 1891 para oficializar a fundação da mutual. Entretanto, em 1910, a sociedade não comemorou a Restauração de Portugal em função da proclamação da República na terra natal. Naquele ano foi festejado apenas o aniversário da associação²⁹⁹ e nos anos seguintes passou-se a comemorar a implantação do regime republicano em Portugal³⁰⁰. As festividades pela implantação da República envolviam alvorada às 05h30min, passeata de carros e de bondes, sessões cívicas com foguetes e música conduzida pela Banda do Segundo Batalhão na sede da Sociedade Auxiliadora

²⁹⁶ STEHLING, Luiz José. **Juiz de Fora, a Companhia União e Indústria e os Alemães**. Juiz de Fora: FUNALFA edições, 1979. (P. 330-332)

²⁹⁷ O Pharol – 21/09/1899. (P. 1. Coluna 3). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

²⁹⁸ O Dia – 19/09/1917. (P. 2. Coluna 4. Seção: Correio do Dia). Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora.

²⁹⁹ O Pharol – 20/11/1910. (P. 2. Coluna 5. Seção: Livre). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

³⁰⁰ O Pharol – 06/10/1911. (P. 1. Coluna 3. Seção: Notas e Novas). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

Portuguesa³⁰¹, solenidades no Parque Halfeld com hasteamento da bandeira portuguesa, visita à Câmara Municipal e às redações dos jornais³⁰².

Outras datas e personalidades eram celebradas também. Os portugueses se orgulhavam da chegada de Vasco da Gama às Índias, do “descobrimento” do Brasil e do emblemático poeta Luís de Camões. O assassinato do rei de Portugal, Dom Carlos I, e de seu filho, Dom Luiz Felipe, em fevereiro de 1908, foi motivo também de congregação dos portugueses, que se reuniram em missa na Igreja Matriz de Juiz de Fora para rezar por suas almas³⁰³. Os italianos, claro, reverenciavam Umberto I. Quando este faleceu assassinado em 30 de julho de 1900, houve grande comoção. A mutual convocou uma Assembleia Extraordinária e convidou a todos os italianos para tratarem das honras fúnebres ao monarca³⁰⁴. Foi elaborada uma comissão composta por Affonso Collucci, Vicente Picorelli, Francisco de Paula Castello e Pantaleone Arcuri que ficou encarregada das exéquias do rei³⁰⁵. Essa comissão preparou dois desenhos do catafalco para serem erigidos na Igreja Matriz de Juiz de Fora, local onde ocorreu no dia 29 de agosto uma missa solene pela alma de Umberto I. Antes da missa, reuniram-se na Sociedade Umberto I os associados, as escolas italianas, bandas de música e outros indivíduos que saíram em caminhada até a Igreja Matriz³⁰⁶.

Entre as festividades organizadas pelas associações, uma das datas mais comemoradas, claro, era o aniversário das respectivas mutuais. Os festejos rendiam um dia todo de comemoração ou mesmo um final de semana completo. As atividades tinham início ao nascer do dia, com manifestações formais, hasteamento de bandeiras e apresentação do hino nacional referente a cada nacionalidade. A Sociedade Alemã de Beneficência, mutual pioneira e mais longeva de Juiz de Fora, realizava grandes festividades nas comemorações de décadas de vida, incluindo quermesses, leilões e bailes. No 40º aniversário, o Parque José Weiss recebeu a festividade que contava com brincadeiras, jogos e diversões variadas animadas com música ao vivo durante todo o dia. Às 19 horas procedeu-se uma sessão solene que contou com a presença de autoridades como o vice-cônsul alemão, o presidente da Câmara, deputados federais e

³⁰¹ O Pharol – 06/10/1911. (P. 1. Coluna 3. Seção: Notas e Novas). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

³⁰² O Pharol – 02/10/1912. (P. 1. Coluna 5). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

³⁰³ O Pharol – 07/03/1908. (P. 2. Coluna 4). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

³⁰⁴ O Pharol – 31/07/1900. (P. 1. Coluna 5). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

³⁰⁵ O Pharol – 08/08/1900. (P. 1. Coluna 5). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

³⁰⁶ O Pharol – 28/08/1900. (P. 1. Coluna 5). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

representantes das demais associações da cidade³⁰⁷. No 50º aniversário, uma comitiva da mutual percorreu o Largo do Riachuelo, o Morro da Gratidão (atual Avenida dos Andradas) e a Rua Bernardo Mascarenhas soltando fogos e comemorando com salvas de palmas a fundação da associação³⁰⁸. Já a comemoração do 60º aniversário da Sociedade Alemã de Beneficência contou com a presença do conselheiro da embaixada alemã, Dr. Hardlin, representando o Ministério da Alemanha no Brasil, e as solenidades foram transmitidas pela Rádio Sociedade³⁰⁹. Antes, os jornais O Lince, Diário Mercantil, Jornal do Comércio, Jornal de Minas, Diário da Mata, Gazeta Comercial e Correio de Minas já haviam divulgado toda a programação do evento convidando a sociedade juiz-forana a comparecer. O aniversário foi comemorado no bosque da Cervejaria Americana no dia 22 de maio de 1932 contando com a presença de 200 sócios e diversas autoridades que proferiram discursos³¹⁰.

Imagem XIII: Diretoria da Sociedade Alemã de Beneficência no Aniversário de 60 Anos da Mutual³¹¹.



³⁰⁷ O Pharol – 21/05/1912. (P. 1. Coluna 3-4). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

³⁰⁸ Correspondência da Sociedade Alemã de Beneficência enviada à Câmara Municipal de Juiz de Fora – 02/04/1922. Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora.

³⁰⁹ Diário Mercantil – 21/05/1932. (P. 1. Coluna 5-6). Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora.

³¹⁰ Livro Ata do Jubileu de 60 Anos da Sociedade Alemã de Beneficência. Arquivo do Instituto Teuto-Brasileiro.

³¹¹ Estão presentes nesta foto: Valentin Dilly (Presidente), Philipp Griese (Vice), Luiz Eberle (Escrivão), Philipp Schaefer (Tesoureiro), Franz Haider, Luiz Dilly, Hermann Stiegert, Cesar Loevenstein, Anton Hittenhofer, Balthasar Scoralick e Eduard Schlaucher (Conselheiros).

Fonte: Livro Ata do Jubileu de 60 Anos da Sociedade Alemã de Beneficência. (Arquivo do Instituto Teuto-Brasileiro).

A Sociedade Auxiliadora Portuguesa também promovia grandes festividades em seus aniversários. Especialmente porque a data de fundação foi escolhida propositalmente para o dia primeiro de dezembro, quando se comemora a Restauração da Monarquia Portuguesa, ou seja, o fim dos 60 anos de domínio da Espanha sobre Portugal na União Ibérica, entre 1580 e 1640. Assim, a sede da associação reunia portugueses de toda a colônia em Juiz de Fora para celebrar uma importante data na terra natal e festejar mais um ano de atividades da mutual. As festividades começavam ao alvorecer do dia com o hino português tocado pela banda de música do Batalhão de Polícia, acompanhado por salva de 21 tiros e fogos. Uma sessão solene para receber convidados costumava ser realizada às 12 horas e, a partir das 17 horas, a sede ficava aberta para quem desejasse conhece-la e participar dos festejos que duravam até às 22 horas³¹².

Além de seus ritos, a identidade das mutuais era construída também através do grande aparato simbólico que construíam. Esses símbolos envolviam desde a própria sede até estandartes, diplomas e fotografias em geral. Nas palavras de Paula Nomelini, eram formas de dignificar “os associados, evidenciando suas habilidades e suas capacidades para exercer a cidadania”³¹³.

O fetiche pelas sedes já foi descrito no Capítulo anterior. Possuir um local próprio para realização das reuniões e demais atividades da associação era motivo de orgulho e demonstrava o poderio e a capacidade da mutual de ser longeva. Sua repercussão era comemorada desde a colocação da pedra fundamental da construção³¹⁴. Exibir a sede da sociedade era motivo de orgulho e, no caso dos imigrantes, marcava profundamente a presença dos estrangeiros na cidade, criando espaços de grande identificação entre eles e representando a colônia. Por outro lado, contribuía com o crescimento da cidade, que se enaltecia com a presença de trabalhadores e construções que representavam a modernidade e a urbanização. A Imagem X é proveniente de um cartão postal que estampava a Real Sociedade Auxiliadora Portuguesa e a Imagem XI é

³¹² O Pharol – 24/11/1895. (P. 2. Coluna 1. Seção: Livre). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

³¹³ NOMELINI, Paula Christina Bin. Mutualismo em Campinas no Início do Século XX: possibilidades para o estudo dos trabalhadores. In: **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 2, n. 4, agosto-dezembro de 2010. (P. 171)

³¹⁴ O Pharol – 02/01/1909. (P. 2. Coluna 2. Seção: Livre). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

uma exibição da sede da Sociedade Umberto I e de sua amplitude administrativa que envolvia a instrução escolar.

Imagem XIV: Sede da Real Sociedade Auxiliadora Portuguesa (1903)



Fonte: Coleção *Lembranças de Juiz de Fora* distribuída pelo jornal *Tribuna de Minas* em 2001.

Imagem XV: Sede da Sociedade Umberto I.



Fonte: *Revista Em Voga*, Ano XVIII, nº 150, agosto/2001.

Essas sedes eram tomadas por fotografias que compunham o imaginário simbólico de cada etnia ou nacionalidade. Retratos estampavam personagens históricos, membros da diretoria, sócios honorários, protetores e beneméritos, e autoridades que contribuíam com o crescimento das respectivas mutuais. Figurar nas paredes das associações criava mitos, laços de identidade, aumentava a influência sócio-política e, certamente, permitia aos estampados conquistas maiores na sociedade juiz-forana. Essas imagens também estavam em consonância com a situação histórica e política do país de origem. A Sociedade Auxiliadora Portuguesa, por exemplo, retirou o retrato do rei Dom Carlos I de sua sala de sessão quando a República substituiu a Monarquia. O retrato foi trocado pelo do presidente português à época, Manoel de Arriaga³¹⁵.

Imagem XVI: Dom Carlos I de Portugal.



Fonte: Portugal – Dicionário Histórico. Disponível em: <http://www.arqnet.pt/dicionario/latinocoelho.html>. Acessado em 06/02/2013.

³¹⁵ O Pharol – 01/03/1913. (P. 1. Coluna 3). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

Imagem XVII: Presidente Manuel de Arriaga.



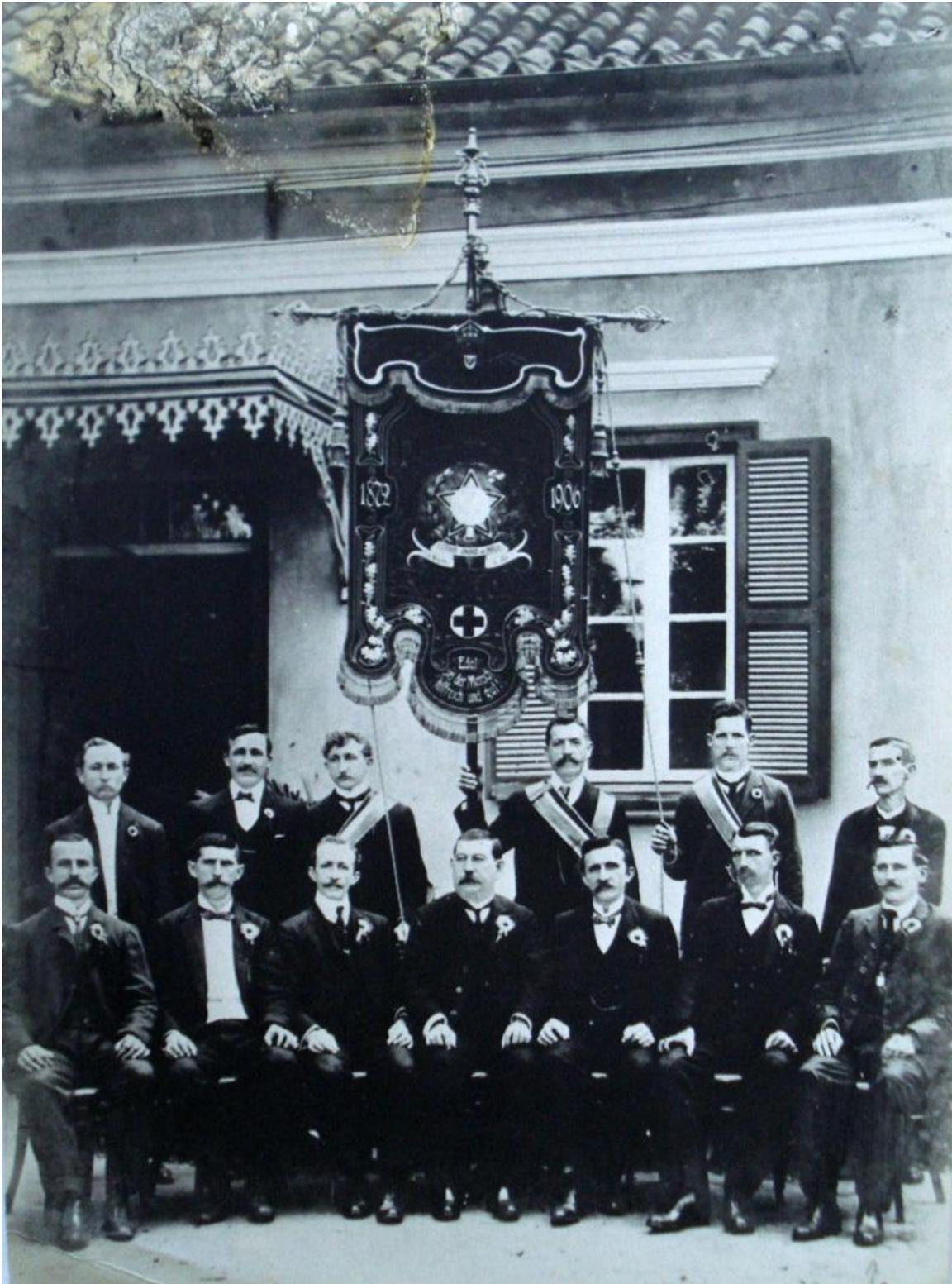
Fonte: Portugal – Dicionário Histórico. Disponível em: <http://www.arqnet.pt/dicionario/latinocoelho.html>. Acessado em 06/02/2013.

O estandarte, também chamado de bandeira social, era outro elemento simbólico que representava a associação em sua totalidade. Possuir um estandarte era necessário e honroso para caracterizar a presença da mutual em localidades e oportunidades diversas. A reverência a símbolos como esse era parte fundamental do ritual de afirmação da associação. A Sociedade Alemã de Beneficência mandou confeccionar na Alemanha, em 1895, um rico e respeitável estandarte que era todo bordado em ouro. Este foi apresentado em fevereiro de 1896 em uma cerimônia aberta para a qual foi convidada toda a sociedade juiz-forana³¹⁶. A benção ao novo estandarte aconteceu no dia oito de março em missa encomendada pela diretoria na Igreja da Glória³¹⁷. Nas imagens abaixo, as respectivas diretorias exibem com orgulho o estandarte.

³¹⁶ STEHLING, Luiz José. **Juiz de Fora, a Companhia União e Indústria e os Alemães**. Juiz de Fora: FUNALFA edições, 1979. (P. 332)

³¹⁷ O Pharol – 29/02/1896. (P. 1. Coluna 1). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

Imagem XVIII: Diretoria da Sociedade Alemã de Beneficência em 1905.



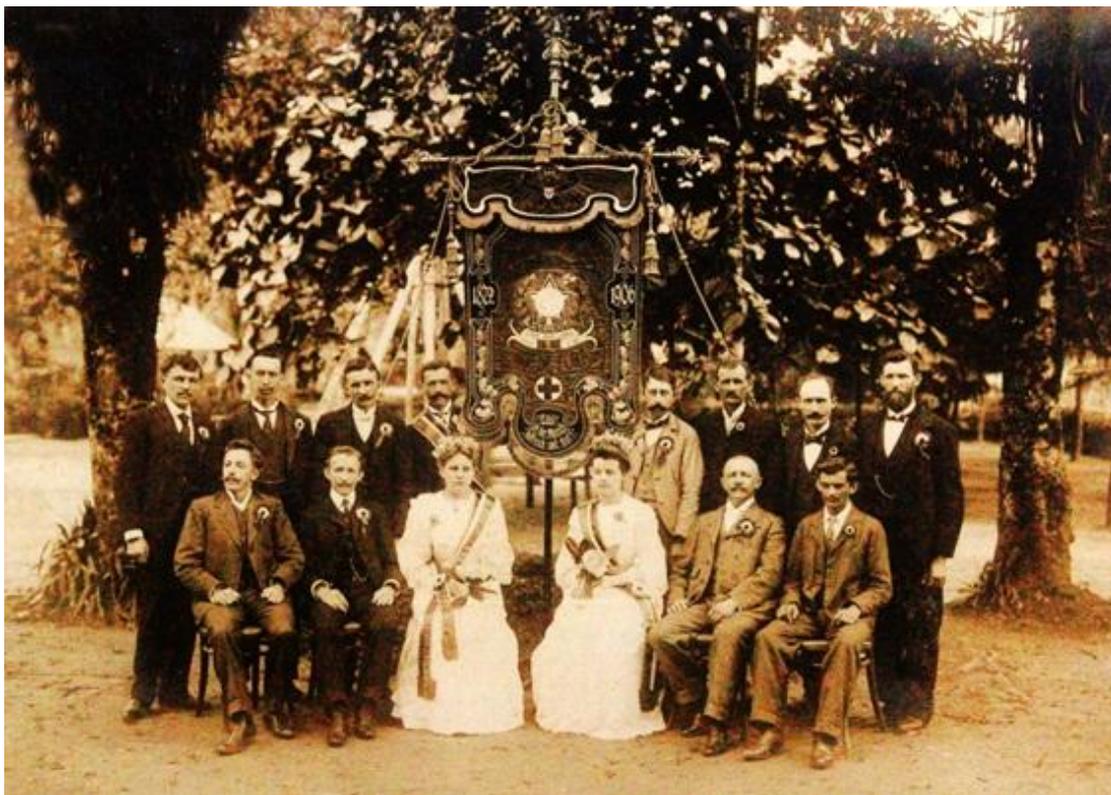
Fonte: Arquivo do Instituto Teuto-Brasileiro.

Imagem XIX: Diretoria da Sociedade Alemã de Beneficência em 1919.



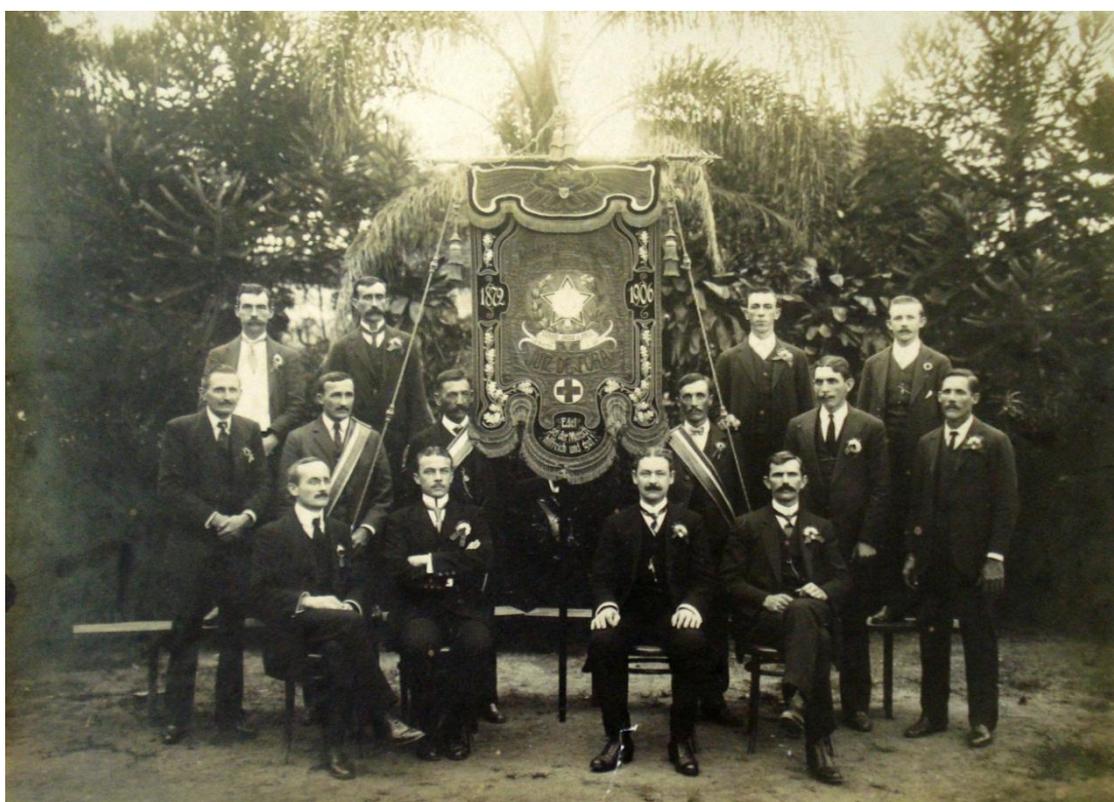
Fonte: Arquivo do Instituto Teuto-Brasileiro.

Imagem XX: Diretoria da Sociedade Alemã de Beneficência em 1921.



Fonte: Arquivo do Instituto Teuto-Brasileiro.

Imagem XXI: Diretoria da Sociedade Alemã de Beneficência em 1925.



Fonte: Arquivo do Instituto Teuto-Brasileiro.

Podemos imaginar que figurar em uma fotografia como estas era de grande relevância social tanto entre os membros da Sociedade Alemã de Beneficência, como entre a sociedade juiz-forana. É interessante também notar a evolução das imagens da associação. A primeira imagem é a única que sobrepõe o estandarte aos diretores da mutual. Ele aparece em posição central, como em todas as outras fotos, mas em nível superior. Uma representação de que a associação está acima de seus membros. Se voltarmos ao Capítulo anterior, lembraremos que, anos antes dessa foto, a associação passou por uma grave ruptura que resultou na permanência de poucos associados. Logo, faz sentido se imaginarmos que a representação de tal modo é também uma mensagem de autoridade e capacidade da Sociedade Alemã de Beneficência. Nas outras imagens, os membros da diretoria estão todos rodeando o estandarte, mas em nível semelhante. Neste caso, uma mensagem simbólica importante de que são eles que garantem o funcionamento da associação. Há também uma distinção clara entre os poucos que compõem essas fotografias. Em todas as imagens aparecem homens utilizando faixas que cruzam o peito em sinal de distinção na administração da mutual. Muito provavelmente eram eles os membros hierarquicamente mais elevados da diretoria, presidente, vice-presidente, secretário ou tesoureiro. Por último, a Imagem XVI traz uma notável exceção, a presença de mulheres. A fotografia corrobora que essas associações de imigrantes não vetavam a participação feminina. São elas, as mulheres, que estão portando faixas nessa imagem, mas seus trajes parecem demasiadamente alegóricos, sugerindo que foram incorporadas na fotografia para ilustração da presença feminina. Tanto que as outras duas imagens de anos próximo, 1919 e 1925, não fazem nenhuma menção a elas.

Por fim, os diplomas eram conferidos a todos os associados de suas respectivas mutuais. Era como uma carteira de identidade que legitimava o pertencimento de um indivíduo a uma associação mutualista. Seu valor simbólico era importantíssimo para os associados, especialmente quando distinguia a categoria em que se enquadrava. Ou seja, era símbolo de inclusão, pertencimento, mas, ao mesmo tempo, símbolo de distinção. Receber um diploma de sócio benemérito, protetor ou honorário em sessão solene era tão imperativo quanto estampar fotografias nas paredes das mutuais.

Imagem XXII: Diploma da Sociedade Alemã de Beneficência em 1903.



Fonte: Arquivo do Instituto Teuto-Brasileiro.

3.2. Sociabilidade e Instrução

O Ato Adicional de 1834 retirou do Estado a obrigação de fornecer educação primária, como atestava a Constituição de 1824, atribuindo estas funções às províncias do Império. Anos mais tarde, a primeira Constituição republicana, de 1891, manteve a determinação³¹⁸. Neste sentido, Maysa Gomes Rodrigues aponta que a instrução pública precisava ser radicalmente transformada, pois, naturalmente, a educação era importante para o crescimento do país. As reformas anteriores ainda não haviam dado conta dos problemas relativos à instrução e à organização do serviço. Em Minas Gerais, os investimentos se balizaram pela extensão das escolas a todos os rincões do estado, com preocupação relativa à formação dos professores, à mobília, ao material didático e aos

³¹⁸ GONDRA, José Gonçalves. **Educação, Poder e Sociedade no Império Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008. (P. 34)

prédios escolares³¹⁹. Mas, antes da atuação do Estado republicano, os imigrantes já tinham como costume prezar pela instrução de seus conterrâneos oferecendo aulas variadas e criando suas próprias escolas étnicas. De acordo com a mesma Maysa Rodrigues, a educação étnica foi possível graças às sociabilidades que permitiam a preservação da identidade natal e as associações mutualistas foram muito importantes nesse processo. Logo, a reconstrução da cultura em novas terras se dava através da linguagem, do lugar social, das festas e também das escolas³²⁰.

As escolas étnicas mantidas por associações de socorro mútuo eram, geralmente, laicas e de boa qualidade. O currículo atendia às exigências nacionais e era complementado com aspectos da cultura do grupo étnico mantenedor da escola. Foram muito importantes na formação educacional em um momento de grande debilidade de alfabetização. Normalmente, elas eram pouco numerosas, mas havia uma escola fundada e mantida por cada etnia residente no local. O Estado só expandiria o ensino público gratuito efetivamente a partir da campanha de nacionalização promovida durante a Primeira Guerra Mundial³²¹. Até lá, era outra lacuna que as mutuais de imigrantes preenchiam na ausência de políticas públicas, prestando um serviço educacional que vislumbraria parte do que chamamos de direitos sociais. Foram importantes canais de educação que não só atendiam aos associados de uma mutual, mas, geralmente, à comunidade como um todo.

Em Juiz de Fora, os alemães foram os primeiros imigrantes a compor significativamente a cidade. Logo após a chegada do primeiro grupo, em 1861, foi fundada a Escola Alemã, que visava educar e instruir os membros da comunidade germânica que se estabeleciam na cidade. A Sociedade Alemã de Beneficência foi fundada somente em 1872, mais de uma década depois, porém a mutual viria a assumir o controle da escola anos mais tarde. Ela permaneceria ativa e muito significativa para a colônia alemã por muitos anos, até 1945³²². A escola e a associação tinham um vínculo muito grande, pois a primeira era o ambiente de instrução dos filhos dos imigrantes

³¹⁹ RODRIGUES, Maysa Gomes. Imigração e Educação em Minas Gerais: os casos de Juiz de Fora e Belo Horizonte. In: **IX Congresso Ibero-Americano de História da Educação Latino-Americana**. Rio de Janeiro, 2009. (P. 5-6).

³²⁰ Idem. (P. 18)

³²¹ LUCHESE, Terciane Ângela. Singularidades na História da Educação Brasileira: as escolas comunitárias étnicas entre imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (final do século XIX e início do XX). In: **Cuadernos Interculturales**, segundo semestre, ano/vol. 6, número 11. Viña del Mar, 2008. (P. 77-87)

³²² LISBOA, Jakeline Duque de Moraes Lisboa. **Turnerschaft: Clube Ginástico de Juiz de Fora (1909-1979)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da UFJF. Juiz de Fora, 2010. (P. 55)

nascidos no Brasil, permitindo o acesso à língua germana e à cultura da terra natal, elementos que compunham a base do entendimento do que era celebrado e praticado no interior da mutual alemã.

Imagem XXIII: Escola Alemã em 1921.



Fonte: LISBOA, Jakeline Duque de Moraes Lisboa. **Turnerschaft: Clube Ginástico de Juiz de Fora (1909-1979).** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da UFJF. Juiz de Fora, 2010.

Assim como as associações mutualistas de italianos eram mais numerosas pelo país, suas escolas étnicas também eram. No Rio Grande do Sul, Terciane Ângela Luchese verificou que quase toda sociedade italiana possuía sua própria escola³²³. Na zona urbana eram sempre iniciativas das associações de socorros mútuos. Foram fundamentais na instrução de italianos e da sociedade em geral, mas quando os recursos da mutual mantenedora ficavam escassos, a respectiva escola também passava por dificuldades. Algumas escolas eram efêmeras assim como as mutuais que as criavam³²⁴. O serviço educacional era o básico que poderia ser oferecido e os professores nem eram remunerados pelo ofício, mas, ainda assim, constituía uma iniciativa de grande efetividade para a comunidade.

³²³ LUCHESE, Terciane Ângela. As Sociedades de Mútuo Socorro e suas Escolas Étnicas Italianas: a circulação de saberes e as conformações identitárias. In: **Anais do XVII Congresso de Leitura do Brasil**, UNICAMP – Campinas: 2009.

³²⁴ LUCHESE, Terciane Ângela. “Leggere, Scrivere e Calcolare”: escolas comunitárias étnicas italianas no Rio Grande do Sul. In: **Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: percursos e desafios da pesquisa e do ensino de História da Educação**. Uberlândia: EDUFU, 2006, p. 1422-1430.

Bem como as associações mutualistas eram espaços de manutenção de laços culturais, as escolas étnicas também eram. Com o passar do tempo, o governo italiano percebeu que essas escolas eram importantes centros de formação cultural e mesmo política e ideológica. A princípio, o governo italiano subsidiava as escolas com livros e materiais de ensino, sem prever nenhum pagamento aos professores³²⁵. Mas a ascensão do fascismo viu nas escolas uma possibilidade de expansão da ideologia que se impunha na Itália. As escolas passaram a ser canais do fascismo pela América, formando e moldando novas gerações de acordo com o regime de Benito Mussolini, ditador italiano.

Em Juiz de Fora não foi diferente. A Sociedade Umberto I fundou sua própria escola no final do século XIX propondo-se a ensinar a língua italiana e as belas artes. Não se tratava de um ensino elementar regular, mas um centro de instrução e cultura. A expansão do currículo passou a oferecer aulas de italiano, francês, geometria, aritmética, caligrafia e história antiga e moderna. As aulas eram oferecidas na sede da associação de manhã e à noite e eram frequentadas por filhos de associados. A escola dependia das mensalidades para se manter ativa, porém a inadimplência era preocupação constante. Passou também a contar com auxílio do governo e, segundo Maysa Rodrigues, contava com 57 alunos em 1908. A frequência nas aulas também não era como se esperava, pois, em 1910, a escola tinha 50 alunos inscritos, entretanto somente 35 frequentavam com regularidade³²⁶.

Nas décadas de 1920 e 1930, o fascismo interferiu diretamente no funcionamento da escola mantida pela Sociedade Umberto I. O governo italiano sugeriu a criação de uma entidade em Juiz de Fora que congregasse toda a comunidade italiana. Muito atuante no projeto, a Sociedade Umberto I vendeu sua sede, onde as aulas eram oferecidas, para investir o dinheiro na construção desse centro que reuniria todos os italianos radicados na cidade. A chamada Casa d'Itália, que foi recorrente no Brasil desta época, foi inaugurada em 1939, passando a abrigar as atividades da escola. Só que a eclosão da Segunda Guerra Mundial e a consequente entrada do Brasil no conflito contra a Itália levariam à interrupção das atividades na escola, culminando com a

³²⁵ LUCHESE, Terciane Ângela. Singularidades na História da Educação Brasileira: as escolas comunitárias étnicas entre imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (final do século XIX e início do XX). In: **Cuadernos Interculturales**, segundo semestre, ano/vol. 6, número 11. Viña del Mar, 2008. (P. 85).

³²⁶ RODRIGUES, Maysa Gomes. Imigração e Educação em Minas Gerais: os casos de Juiz de Fora e Belo Horizonte. In: **IX Congresso Ibero-Americano de História da Educação Latino-Americana**. Rio de Janeiro, 2009. (P. 8-11).

apropriação por parte do governo brasileiro do prédio construído pela comunidade italiana.

Imagem XXIV: Escola Italiana Umberto I e a Turma da Professora Teresa E. Brevigheri na Década de 1910.



Fonte: GROSSI, Felippo. *Lo Stato di Minas Geraes*. Editores: S. Nesi e F. Grossi, 1911.

A Sociedade Auxiliadora Portuguesa também manteve aulas regulares em sua sede social sustentadas com o dinheiro proveniente das quermesses³²⁷. As aulas noturnas eram oferecidas para os sócios e seus filhos com menos de 18 anos. Em 1897, a mutual chegou até a cogitar a construção de um prédio próprio para abrigar as aulas e a biblioteca³²⁸. Mas, em relação ao caráter instrucional, a biblioteca foi, sem dúvida, o grande investimento da associação portuguesa. Os lusitanos se orgulhavam muito de seu passado literário e celebravam com entusiasmo seus grandes poetas, especialmente Luís de Camões.

A biblioteca era tida com muito apreço pelas diretorias da Sociedade Auxiliadora Portuguesa. O esforço que se empregou para constituí-la foi muito intenso e

³²⁷ O Pharol – 04/06/1896. (P. 1. Coluna 7). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

³²⁸ Jornal do Comércio – 14/04/1898. (P. 2. Coluna 4. Seção: A Pedidos). Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora.

teve início antes mesmo de haver uma sede própria. Em várias ocasiões foram publicadas notícias nos jornais solicitando doações de obras e quaisquer donativos que pudessem auxiliar no crescimento da biblioteca³²⁹. A diretoria relatava com grande satisfação o recebimento de livros literários, folhetos, obras diversas, mesa, estante, quantias em dinheiro, lampião, tintureiro, carimbos, quadros com moldura, cadeiras, artifícios de decoração e materiais de construção. A diversidade de donativos, por outro lado, demonstra o envolvimento da comunidade portuguesa com o erguimento da biblioteca.

A construção da biblioteca fez até parecer secundário o interesse de possuir uma sede própria. As ações e doações para enriquecer a biblioteca foram bem mais presentes nos dois anos iniciais da sociedade. Somente no final de 1893 que as movimentações em prol da construção de um prédio que abrigasse a sociedade portuguesa tornaram-se mais claras. O procurador da Sociedade Auxiliadora Portuguesa, João Cardoso Corrêa de Almeida, se encarregou de receber e administrar as doações de obras para a biblioteca. A afeição pelo projeto era tamanha que o presidente da mutual publicou diariamente, entre 15 e 20 de janeiro de 1893, notas no jornal *O Pharol* solicitando doações³³⁰. Tanta insistência fez prosperar o projeto. Em junho do mesmo ano, a biblioteca já contava com 50 exemplares de livros literários, 44 fascículos de revista médica, dez folhetos sobre a relação Portugal com a Inglaterra, sete obras diversas³³¹ e artefatos para o ambiente, como mesa, estante, cavalete, cadeiras austríacas, quadro com moldura, lampião belga, tintureiro, penas, tinta e borracha³³². Em julho, além de mais 112 volumes de diversas obras, a sociedade receberia volumosas doações de material de construção, sendo nove carros de pedra, cinco carros de areia e mais dez carroças de areia. Receberia ainda doação em dinheiro no valor de R\$1:110\$000.

A associação mantinha ainda sempre aberta sua biblioteca aos seus associados e, posteriormente, à comunidade em geral. Diferentemente do que ocorria com a comunidade italiana em relação às divergências por causa de regionalismos, os elos de solidariedade garantiam o apoio mútuo entre os portugueses.

Finalizado o projeto de construção da sede social que abrigaria a biblioteca, a Sociedade Auxiliadora Portuguesa abriu suas aulas e acervo à sociedade juiz-forana

³²⁹ *O Pharol* – 18/01/1893. (P. 3. Coluna 4). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

³³⁰ *O Pharol* – 15-20/01/1893. Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

³³¹ *O Pharol* – 30/06/1893. (P. 2. Coluna 3. Seção: A Pedidos). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

³³² *O Pharol* – 04/07/1893. (P. 2. Coluna 6. Seção: A Pedidos). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

oferecendo serviços gratuitos entre 19 e 21 horas. Em 1901, a biblioteca já contava com mais de três mil exemplares de livros sobre diversos temas. A organização da mesma ficou a cargo de Heitor Guimarães e sob direção do poeta Luiz de Oliveira³³³.

Próxima da comemoração do 40º aniversário, o presidente honorário perpétuo da Sociedade Auxiliadora Portuguesa, Joaquim Dias da Silva, que estava morando em Portugal, presenteou a mutual com mais 67 volumes de importantes obras e mais 500\$000³³⁴. Depois, foi a vez de José Francisco Ribeiro doar à biblioteca 18 fascículos de uma obra sobre o centenário da Independência do Brasil que possuía vasta descrição histórica, muitas fotografias e material sobre personalidades políticas de destaque³³⁵. A biblioteca foi reorganizada pelo bibliotecário José Garcia Soares e reinaugurada com funcionamento às sextas-feiras apenas, entre 19 e 22 horas. O acesso continuava liberado a todos, não só aos associados³³⁶.

A instrução cultural e educacional não ocorria apenas nesses ambientes, salas de aulas e bibliotecas. Muitas vezes ocorria simultaneamente a sociabilidades diversas, e, como dito no início deste tópico, era em função destas que se preservava também a identidade natal e cultura.

As festividades eram recorrentes práticas das associações, não ocorriam somente em torno de datas representativas como as comentadas acima. Já demonstramos que as festas e quermesses eram importantes fontes de captação de renda para as mutuais. Ao mesmo tempo em que proporcionavam ambientes de sociabilidade aos associados e integrava os membros das respectivas colônias, enriqueciam os cofres sociais das associações, construindo status e angariando recursos para o cumprimento das atividades. Ao que as fontes indicam, as quermesses eram rotineiras entre as associações. Estas festas eram organizadas através de doações da população em geral, que fazia das quermesses eventos diversificados. A Sociedade Alemã de Beneficência, por exemplo, alegou ter recebido em agosto de 1902 os seguintes donativos: um par de xícaras de granito, uma lata de doces, um cachimbo, um salame especial, um par de sapatos de lã, uma caixa de sabonetes, duas garrafas de vinho do Porto, um espelho, um boné, uma garrafa de licor, um bilhete inteiro da loteria Esperança, uma lata de biscoitos, uma lata de marmelada, um porta-retratos, uma bengala, uma boneca, uma lata de conservas, uma cigarreira, um chapéu para senhoras e uma garrafa de vinho

³³³ O Pharol – 30/08/1901. (P. 1. Coluna 2). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

³³⁴ Jornal do Comércio – 18/03/1928. (P. 1. Coluna 6). Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora.

³³⁵ Diário Mercantil – 05/03/1930. (P. 1. Coluna 2). Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora.

³³⁶ Diário Mercantil – 02/12/1930. (P. 1. Coluna 2). Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora.

Barbera³³⁷. Ou seja, havia espaço para todos os gostos e diversões. Donativos como esses poderiam ser constituintes de prêmios de tombolas ou comercializados de maneiras diversas. As festividades também ofereciam atividades esportivas variadas, como tiro ao alvo, jogo de bolas³³⁸, corridas e boliche³³⁹.

Os momentos de sociabilidade eram diversos. A Sociedade Umberto I promovia encontros dos italianos no Restaurante Nicola Porró, em 1899³⁴⁰, oferecia espetáculos circenses do Circo Lusitano³⁴¹ e peças de teatro encenadas pelo grupo Companhia Dramática de Dilettanti³⁴² e bailes embalados pela banda Garibaldina. Por vezes, a Sociedade Auxiliadora Portuguesa conseguia utilizar o teatro gratuitamente, contando ainda com a isenção de impostos sobre a iluminação elétrica, concedida por Bernardo Mascarenhas, para a apresentação de peças como o drama *Conde de Monte Cristo*³⁴³. Em outras ocasiões foram promovidos espetáculos circenses³⁴⁴ e bailes, nos quais a banda mais requisitada era a Euterpe Mineira.

Assim, a sociabilidade ocorria nas escolas étnicas, nas sedes sociais, nas bibliotecas ou nas festividades. Em todos esses ambientes que os imigrantes compartilhavam com seus compatriotas, aprendiam e reforçavam valores culturais da terra natal. Criavam por conta própria condições mais agradáveis e sustentáveis de vida longe do país de origem, que nunca era esquecido.

3.3. Dimensão Cívica: relações com o poder público e com associações de resistência, recreativas e de assistência social.

O relacionamento das mutuais de imigrantes com a pátria não acontecia apenas através do simbolismo ou da reverência às datas e aos nomes que caracterizam a história da terra natal. Muitas vezes, o contato era direto com o governo do respectivo país ou

³³⁷ O Pharol – 06/08/1902. (P. 1. Coluna 5). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

³³⁸ Jornal do Comércio – 19/10/1906. (P. 3. Coluna 4. Seção: A Pedidos). Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora.

³³⁹ Jornal do Comércio – 21/08/1906. (P. 2. Coluna 4). Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora.

³⁴⁰ O Pharol – 20/09/1899. (P. 2. Coluna 3). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

³⁴¹ Correspondência da Sociedade Italiana de Beneficência Umberto I enviada à Câmara Municipal de Juiz de Fora – 30/11/1891. Fundo Câmara Municipal na República Velha do Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora.

³⁴² O Pharol – 28/08/1902. (P. 1. Coluna 5). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

³⁴³ O Pharol – 17/09/1898. (P. 1. Coluna 4). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

³⁴⁴ O Pharol – 25/08/1900. (P. 2. Coluna 2. Seção: Diversões). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

com seus intermediadores. As associações estavam presentes em todas as manifestações possíveis referente à sua nacionalidade. No Brasil ou fora dele. A Sociedade Auxiliadora Portuguesa, por exemplo, foi representada na comemoração dos 400 anos de descoberta da Índia através de Joaquim Dias da Silva, que estava em Lisboa participando das festividades³⁴⁵. Por sinal, a mutual alcançaria várias conquistas naquele ano em função de seu representante dialogar diretamente com o reino de Portugal. Joaquim Dias da Silva solicitou diretamente ao rei Dom Carlos I o reconhecimento da Sociedade Auxiliadora Portuguesa como uma instituição Real. Pedido que foi prontamente atendido e oficialmente publicado no Diário Oficial do Reino de Portugal. Joaquim era muito mais que um simples representante da associação mutualista juiz-forana no Velho Mundo, agia como um diplomata. Relacionava-se diretamente com o rei, fazia pedidos e indicava nomeações. Naquele ano, a Sociedade Auxiliadora Portuguesa recolheu assinaturas da colônia lusitana em Juiz de Fora para endossar o pedido que foi encaminhado ao rei de Portugal solicitando a nomeação de José de Sá Oliveira Camello Lampreia ao cargo de ministro português no Brasil. Foi Joaquim também que entregou o pedido ao monarca, cumprindo a agenda de sua viagem na Europa³⁴⁶.

Os portugueses contavam com um vice-consulado de Portugal em Juiz de Fora, onde faziam questão de registrar seus filhos como portugueses. Satisfazendo uma boa relação entre associações e governo da terra natal, as autoridades de ambos os lados participavam de cerimônias públicas umas das outras a fim de demonstrar o companheirismo e a gratidão pela manutenção dos laços. José de Sá Oliveira Camello Lampreia tornou-se ministro português no Brasil graças ao esforço da Sociedade Auxiliadora Portuguesa. Por isso, estava sempre presente em suas festividades e celebrações. Como o aniversário desta mutual era no mesmo dia das comemorações pela Restauração da Monarquia Portuguesa, o ministro costumava representar Portugal nas solenidades realizadas em Juiz de Fora, o que era motivo de muito orgulho para a mutual e de engrandecimento representativo³⁴⁷.

A presença do ministro português na cidade mineira era motivo de muita comemoração para a comunidade lusitana juiz-forana. A fim de se manter próxima ao Governo Real, a Sociedade Auxiliadora Portuguesa preparava uma grande recepção,

³⁴⁵ O Pharol – 04/04/1898. (P. 1. Coluna 4). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

³⁴⁶ Jornal do Comércio – 30/09/1898. (P. 1. Coluna 3). Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora.

³⁴⁷ O Pharol – 01/12/1905. (P. 2. Coluna 7). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

composta por autoridades civis, militares e consulares, além de contar com a presença de outras associações que compareciam à estação de trem para os devidos cumprimentos. Em 1905, por exemplo, o ministro foi recebido com salva de tiros e músicas executadas pela banda Lyra Guarany, que também executou formalmente o hino português e brasileiro. Logo após, o ministro foi saudado pelo Presidente da Câmara Municipal e seguiram para a sede social da Sociedade Auxiliadora Portuguesa, onde autoridades representantes de clubes, lojas maçônicas e estabelecimentos de ensino também o aguardavam³⁴⁸.

A Sociedade Alemã de Beneficência também interagiu com representantes da Alemanha a todo o momento. O governo alemão, por sua vez, se preocupava com a situação e procurava manter-se perto de seus compatriotas de alguma forma. Com o início do período republicano no Brasil, Ouro Preto, capital de Minas Gerais, recebeu um vice-consulado alemão, mas o grande número de indivíduos germanos e a amplitude de suas associações na cidade de Juiz de Fora causaram a transferência do vice-consulado para esta cidade, em 1904³⁴⁹. Instalado em seu novo município, foi nomeado para exercer a função de vice-cônsul George Francisco Grande, o qual ficou no cargo até o fechamento da instituição em 1917 por causa das implicações da Primeira Guerra Mundial.

A Sociedade Alemã de Beneficência possuía muita afinidade com o vice-cônsul alemão, o qual comparecia aos eventos e às celebrações organizadas pela associação. George era a principal autoridade germânica que costumava comparecer às cerimônias públicas da mutual. Em 1932, esta associação esperava a presença do ministro alemão no Brasil, o Barão Knipping, na comemoração do aniversário de 60 anos de fundação da mutual, mas, impossibilitado de comparecer, foi representado pelo conselheiro da embaixada alemã no Brasil, Dr. Hardlin³⁵⁰.

Quando o governo italiano determinou a supressão do Consulado em Juiz de Fora, em 1902, a Sociedade Umberto I organizou os italianos descontentes com a medida para protestarem no Consulado Italiano³⁵¹. A existência de um órgão oficial na cidade era muito importante para a comunidade italiana e a mutual era a principal força

³⁴⁸ O Pharol – 02/12/1905. (P. 2. Coluna 4. Seção: Expediente). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

³⁴⁹ COUTO, Rita de Cássia Lara. **150 Anos da Imigração Germânica em Juiz de Fora: a imprensa local e sua relação com os colonos e descendentes**. Juiz de Fora: Monografia de conclusão de curso em Comunicação Social, 2008. (P. 37)

³⁵⁰ Diário Mercantil – 21/05/1932. (P. 1. Colunas 5-6). Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora.

³⁵¹ O Pharol – 23/02/1902. (P. 2. Coluna 6. Seção: A Pedidos). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

de manifestação coletiva desse grupo. A manifestação conquistou o pretendido e a Sociedade Umberto I saiu fortalecida. A mutual representava bem a comunidade italiana no contato e intermédio com autoridades, foi ela quem recebeu o encarregado de negócios do governo italiano Ricardo Borgletti em sua sede, quando veio ao Brasil em 1910³⁵². No mesmo ano, a associação distribuiu 50\$000 aos italianos pobres residentes em Juiz de Fora, dinheiro que foi oferecido pelo Vice-Cônsul Massimo Gafredo³⁵³.

Como já destacado, o relacionamento das sociedades de socorro mútuo italianas com a terra natal tornou-se mais intenso em função da política fascista iniciada na década de 1920. O governo italiano valeu-se das associações mutualistas e suas possíveis escolas para disseminar a ideologia fascista que extremava o amor à pátria. Renata Garcia Campos Duarte comenta que o esforço do governo italiano para agrupar os italianos e suas associações em torno do fascismo não foi nada democrático. As associações que não se sujeitavam ao fascismo sofriam com boicotes, ações violentas e pressões que forçavam a submissão³⁵⁴. Em Juiz de Fora este esforço não foi necessário. A ideia de reunir todas as organizações italianas da cidade em uma só casa foi muito bem aceita. O Vice-Cônsul italiano na cidade propôs a construção de um prédio para os devidos fins. Foi a Sociedade Umberto I que abrigou e chefiou as primeiras reuniões de elaboração do projeto. Quando o governo italiano colocou em prática o projeto Casa d'Itália, a Sociedade Umberto I subscreveu com C\$30.000,00 para a compra do terreno, em 1933. Seus associados contribuíram com mais C\$306.980,00 e o presidente da mutual à época, Antonio Passarela, fez um acordo com o cônsul italiano estabelecendo que a compra do terreno seria feita em nome do governo italiano, mas a administração ficaria por conta da Sociedade Umberto I, que manteria uma escola, uma biblioteca, um hospital e todos os serviços de beneficência tradicionais. Quando o prédio foi concluído, a mutual vendeu sua sede social por C\$85.000,00 e investiu a quantia na continuidade da Casa d'Itália, perfazendo um total de C\$721.980,00 de investimento³⁵⁵.

A Casa d'Itália juiz-forana abrigaria a Società Italiana de Mutuo Soccorso e Beneficenza Umberto I, a Associação Nacional dos ex-Combatentes, a Associação Dopolavoro, o Comitato da Sociedade Dante Alighieri, o Fascio e o Instituto Ítalo-

³⁵² O Pharol – 23/04/1910. (P. 2. Coluna 1 e 2). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

³⁵³ O Pharol – 20/09/1910. (P. 1. Coluna 3). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

³⁵⁴ DUARTE, Renata Garcia Campos. “Uma Outra Consciência de Classe”: a alternativa política e ideológica da Sociedade Operária Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro em Belo Horizonte.. In: **Revista História em Curso**, v.1, n.1. Belo Horizonte, 2009. (P. 100).

³⁵⁵ BASTOS, Wilson de Lima. “Contribuição do Elemento Estrangeiro: italianos em Juiz de Fora”. In: **Revista do IHG/JF**. Ano III, nº 3. Juiz de Fora, 1967. (P. 50)

Brasileiro de Alta Cultura. A escola que era mantida pela Sociedade Umberto I em sua antiga sede também ganhou espaço nas dependências da Casa d'Itália.

O relacionamento cordial das mutuais com o poder público local era muito benéfico. Elas exerciam suas atividades celebrando suas datas e nomes marcados pela nacionalidade e recebiam amparo e tratamento diferenciando da Câmara Municipal porque se apresentavam como sociedades beneficentes. À exceção do fascismo e do cenário crítico para os imigrantes que se formaria em função da Segunda Guerra Mundial a partir da década de 1930, o relacionamento das associações juiz-foranas com o poder público foi pacífico e vantajoso. A Sociedade Umberto I, por exemplo, assumiu personalidade jurídica em 1915, o que lhe garantiu maiores direitos.

Desde a fundação de cada mutual, solicitava-se à Câmara Municipal a isenção de impostos em torno de suas atividades. Quando a sociedade conseguia o terreno para edificar sua sede, era concedida a devida licença para alinhar o terreno e preparar a obra. O levantamento das correspondências trocadas entre associações e a Câmara Municipal permite não só avaliar o grau de empatia entre os personagens, mas também esboçar a evolução das sedes sociais e identificar algumas dificuldades que encontraram no período proposto.

Após a finalização da obra da sede social da Sociedade Auxiliadora Portuguesa, a associação solicitou à Câmara Municipal o ligamento de uma pena d'água³⁵⁶ para atender os consumos na época. A água, por sinal, traria muitos malefícios para o prédio da mutual. Em 1906, a sede social da associação portuguesa sofreu com uma enchente que destruiu boa parte do acervo da biblioteca. Na ocasião, o Presidente da Câmara Municipal auxiliou doando 625\$000 para a reparação do que foi danificado e para a construção de nova estrutura³⁵⁷. A Câmara também concedeu a licença para o procedimento dos reparos. Mais tarde, foram realizadas novas melhorias, incluindo reforma do telhado e conserto do assoalho³⁵⁸. Durante a década de 1910, o governo municipal promoveu obras de retificação das ruas centrais. A medida alterou o nivelamento do leito da Rua São Sebastião, em 1917, o que deixou a área do edifício da

³⁵⁶ Correspondência da Sociedade Auxiliadora Portuguesa enviada à Câmara Municipal de Juiz de Fora – 15/11/1897. Fundo Câmara Municipal na República Velha do Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora.

³⁵⁷ Correspondência da Sociedade Auxiliadora Portuguesa enviada à Câmara Municipal de Juiz de Fora – 28/02/1906. Fundo Câmara Municipal na República Velha do Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora.

³⁵⁸ Correspondência da Sociedade Auxiliadora Portuguesa enviada à Câmara Municipal de Juiz de Fora – 19/04/1913. Fundo Câmara Municipal na República Velha do Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora.

Sociedade Auxiliadora Portuguesa mais baixa que o terreno, impedindo o devido escoamento das águas. A mutual portuguesa solicitou, então, a troca do encanamento de quatro polegadas por outro de seis a oito polegadas para que pudesse dar vazão na saída da água. A situação colocava em risco a solidez e a conservação do prédio, exigindo que o problema fosse rapidamente sanado³⁵⁹.

Imagem XXV: Enchente em 1906. Rua do Comércio (Atual Rua Batista de Oliveira).



Fonte: VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; GASPARETTO JÚNIOR, Antonio; SOUZA, Thiago Firmino. **Juiz de Fora – Imagens da História.** Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 2011.

No decorrer da década de 1920, a sede da Sociedade Auxiliadora Portuguesa passou por boas reformas. Foram realizados reparos em muros, portões e janelas nas faixadas da Rua do Comércio, da São Sebastião e no fundo do terreno, em 1923³⁶⁰. Dois anos depois, a associação solicitou licença para reforma do calçamento, dos peitoris das janelas e das soleiras do prédio que estavam muito baixas e precisavam de

³⁵⁹ Correspondência da Sociedade Auxiliadora Portuguesa enviada à Câmara Municipal de Juiz de Fora – 03/09/1917. Fundo Câmara Municipal na República Velha do Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora.

³⁶⁰ Correspondência da Sociedade Auxiliadora Portuguesa enviada à Câmara Municipal de Juiz de Fora – 20/04/1923. Fundo Câmara Municipal na República Velha do Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora.

melhoramento³⁶¹. No mesmo ano, levantou-se novo portão e novas janelas na sede³⁶². Em 1926, a Sociedade Auxiliadora Portuguesa já necessitava de quatro penas d'água para atender à demanda de seu consumo, mas permanecia com só uma disponível, a mesma que havia sido ligada em 1897³⁶³. No final da década, em 1929, a Sociedade Auxiliadora Portuguesa se adequou às exigências da Inspetoria de Hygiene e cimentou as paredes da cozinha e do banheiro e caiu todo o interior do prédio³⁶⁴. A associação sofreria com outra grande enchente no ano de 1940, forçando novas reformas. A sede seria desvalorizada com o acúmulo de estragos e também em função da instalação de inúmeros cabarés na região. A depreciação por causa de fatores acumulados levaria à demolição do prédio em 1954³⁶⁵.

Imagem XXVI: Enchente em 1940. Esquina da Avenida Getúlio Vargas com a Rua Batista de Oliveira.



³⁶¹ Correspondência da Sociedade Auxiliadora Portuguesa enviada à Câmara Municipal de Juiz de Fora – 23/11/1925. Fundo Câmara Municipal na República Velha do Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora.

³⁶² Correspondência da Sociedade Auxiliadora Portuguesa enviada à Câmara Municipal de Juiz de Fora – 23/11/1925. Fundo Câmara Municipal na República Velha do Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora.

³⁶³ Correspondência da Sociedade Auxiliadora Portuguesa enviada à Câmara Municipal de Juiz de Fora – 26/01/1926. Fundo Câmara Municipal na República Velha do Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora.

³⁶⁴ Correspondência da Sociedade Auxiliadora Portuguesa enviada à Câmara Municipal de Juiz de Fora – 19/07/1929. Fundo Câmara Municipal na República Velha do Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora.

³⁶⁵ FAZOLATTO, Douglas. **Juiz de Fora: imagens do passado**. Juiz de Fora: FUNALFA, 2001. (P. 52).

Fonte: VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; GASPARETTO JÚNIOR, Antonio; SOUZA, Thiago Firmino. **Juiz de Fora – Imagens da História.** Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 2011.

A documentação trocada entre a Sociedade Umberto I e a Câmara Municipal também demonstrou um pouco das modificações sofridas pela sede da mutual. Em 1919, a mutual solicitou licença para modificação de seu arranjo interno, pois desejava mudar uma parede de local na sede social e limpar o terreno³⁶⁶. No ano seguinte, uma obra realizada pelos vizinhos da sede causou insatisfação e preocupação. A mutual italiana solicitou à Câmara Municipal uma vistoria na cobertura feita no terreno que ficava entre a sede social da associação e a propriedade dos vizinhos. A obra teria sido realizada sem os necessários preceitos e estaria prejudicando a propriedade da Umberto I³⁶⁷. Parece que o problema foi contornado, mas novos consertos seriam realizados na sede em 1922³⁶⁸, e, logo em seguida, melhorias dariam um novo visual com a varanda levantada em 1924³⁶⁹. O prédio que abrigou a sede social da Sociedade Umberto I foi vendido na década de 1930 para arrecadar fundos de investimento no projeto que envolvia a Casa d'Itália.

Realizar todas as festividades que as mutuais desejavam seria muito caro ou mesmo inviável se não fossem os benefícios concedidos pelo poder público em Juiz de Fora. Todas as manifestações públicas eram taxadas, por isso a grande quantidade de correspondências enviadas à Câmara Municipal era solicitando isenção de impostos para realização das quermesses, para salva de tiros, para soltar fogos, para as festividades de aniversário e para realização de espetáculos. Neste quesito, quem mais se destacava era a Sociedade Auxiliadora Portuguesa, que oferecia muitas opções de lazer. A mutual solicitava isenção de impostos ocorria em ocasiões como as de apresentação do Circo Lusitano³⁷⁰ e da Companhia Teatral Dias Braga³⁷¹.

³⁶⁶ Correspondência da Sociedade Italiana Umberto I enviada à Câmara Municipal de Juiz de Fora – 27/03/1919. Fundo Câmara Municipal na República Velha do Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora.

³⁶⁷ Correspondência da Sociedade Italiana Umberto I enviada à Câmara Municipal de Juiz de Fora – 07/06/1920. Fundo Câmara Municipal na República Velha do Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora.

³⁶⁸ Correspondência da Sociedade Italiana Umberto I enviada à Câmara Municipal de Juiz de Fora – 16/10/1922. Fundo Câmara Municipal na República Velha do Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora.

³⁶⁹ Correspondência da Sociedade Italiana Umberto I enviada à Câmara Municipal de Juiz de Fora – 09/08/1924. Fundo Câmara Municipal na República Velha do Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora.

³⁷⁰ Correspondência da Sociedade Auxiliadora Portuguesa enviada à Câmara Municipal de Juiz de Fora – 16/03/1892. Fundo Câmara Municipal na República Velha do Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora.

Se, por ventura, alguma cobrança fosse feita às associações, rapidamente elas reagiam alegando a isenção de impostos para instituições de caráter beneficente. A realização dos espetáculos exigia, normalmente, o pagamento de um imposto prévio de liberação. Mas, depois de realizado o espetáculo, a associação solicitava a restituição da taxa paga. Em 1897, a Sociedade Auxiliadora Portuguesa preparou uma lista com assinaturas do conselho administrativo para atestar que mais da metade dos lucros com o espetáculo beneficente da Companhia Teatral Dias Braga havia sido gasto com o imposto³⁷². Outro documento, desta vez de 1903, demonstra que a taxa era de 21\$000³⁷³, quantia da qual as associações não podiam abrir mão. Na verdade, essas mutuais nem estavam acostumadas a ser taxadas, como demonstra uma correspondência de 1916 que afirmava que a Sociedade Auxiliadora Portuguesa nunca pagara impostos municipais de qualquer natureza por ser uma associação beneficente³⁷⁴. Em meados da década de 1920, contudo, a Câmara Municipal tentou cobrar impostos normais das mutuais, só que elas não estavam preparadas para isso. A mutual portuguesa, por exemplo, acumulou uma dívida entre 1925 e 1927 de 374\$000 e mais 74\$800 de multa. O presidente da associação, João Borges de Mattos, apelou para o caráter beneficente mais uma vez e lembrou que os impostos eram relevados em outros momentos³⁷⁵.

A correspondência transcrita abaixo ilustra bem como era o relacionamento de troca de cortesias:

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor,
A Sociedade Auxiliadora Portuguesa, reconhecida a Ilustre Câmara de que Vossa Excelência é digníssimo presidente, vem, por intermédio do abaixo assinado, em virtude da deliberação tomada, agradecer a Vossa Excelência, como legítimo representante da Excelentíssima Câmara Municipal desta cidade, o dito por ela praticado, concedendo à sociedade que represento o uso e gozo de uma pena d'água a título gratuito para abastecimento do edifício social. O amparo que a Sociedade Auxiliadora Portuguesa recebe dos poderes

³⁷¹ Correspondência da Sociedade Auxiliadora Portuguesa enviada à Câmara Municipal de Juiz de Fora – 05/04/1897. Fundo Câmara Municipal na República Velha do Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora.

³⁷² Correspondência da Sociedade Auxiliadora Portuguesa enviada à Câmara Municipal de Juiz de Fora – 29/07/1897. Fundo Câmara Municipal na República Velha do Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora.

³⁷³ Correspondência da Sociedade Auxiliadora Portuguesa enviada à Câmara Municipal de Juiz de Fora – 10/11/1903. Fundo Câmara Municipal na República Velha do Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora.

³⁷⁴ Correspondência da Sociedade Auxiliadora Portuguesa enviada à Câmara Municipal de Juiz de Fora – 29/06/1916. Fundo Câmara Municipal na República Velha do Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora.

³⁷⁵ Correspondência da Sociedade Auxiliadora Portuguesa enviada à Câmara Municipal de Juiz de Fora – 30/04/1930. Fundo Câmara Municipal na República Velha do Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora.

constituídos muito é para agradecer, Excelentíssimo Senhor, pois não só prova ele o auxílio tão magnanimamente prestado aos hóspedes, como ainda a fidalguia do acolhimento que, embora em escala muito limitada, fazem o possível para corresponder, de modo condigno, hipotecando todo o seu respeito, amor e carinho ao abençoado torrão em que se encontram e em que a Sociedade Auxiliadora Portuguesa oferece graças às liberdades que para isso encontra, a par do prestígio e favor, aos distintíssimos brasileiros. Assim, peço permissão por intermédio de Vossa Excelência a dirigir à Câmara Municipal os mais sinceros agradecimentos de toda a comunidade pelo auto tão serenamente praticado pela corporação sob sua digna e distinta presidência.

Excelentíssimo Senhor,

Cumprindo meu dever, tomo a liberdade de rogar a Vossa Excelência o particular, digno de assistir, podendo vir, a humilde festa que esta sociedade projeta fazer no próximo primeiro de dezembro, realizando uma sessão solene em comemoração à gloriosa data da Restauração de Portugal, dignando-se, assim, dar certo brilhar ao dito com sua respeitosa presença e que, de antemão agradeço a Vossa Excelência.

Ao Ilustríssimo Senhor Doutor Presidente e Agente Executivo da Câmara Municipal de Juiz de Fora³⁷⁶.

Quando os anseios das associações não eram alcançados pelo apelo beneficente, recorria-se a uma enorme bajulação, cheia de respeito e admiração pelo representante do poder público. Naturalmente, o beneficiado por tantas graças sentia-se confortável para atender pedidos. Mas, além disso, o bom relacionamento com essas associações era fundamental para quem vislumbrava uma carreira política longa. Atender pedidos e agradar diretoria e associados de mutuais eram boas condutas para conquistar votos. Assim como as mutuais colaboravam para o engrandecimento sócio-político de seus respectivos presidentes, colaboravam também para o sucesso de administradores públicos. Podemos dizer que este era um dos motivos pelos quais as autoridades estavam sempre presentes em cerimônias das mutuais. Fazer-se conhecer e tornar-se popular é um artifício político muito significativo. Francisco Valadares, por exemplo, que foi associado e presidente da Sociedade Beneficente Brasileira-Alemã tornou-se uma figura muito popular a partir de sua associação e beneficiou-se dos cargos de diretoria para alçar voos mais altos na carreira política, elegendo-se deputado federal. Francisco Valadares era popular e atuante não apenas na associação que foi presidente, mas transitava por todas elas. Era orador em discursos oficiais de cerimônias da Sociedade Auxiliadora Portuguesa e na Sociedade Beneficente Brasileira-Alemã. Em algumas ocasiões, fazia doações públicas de quantias elevadas, como os 300\$000

³⁷⁶ Correspondência da Sociedade Auxiliadora Portuguesa enviada à Câmara Municipal de Juiz de Fora – 15/11/1897. Fundo Câmara Municipal na República Velha do Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora.

doados à sua associação em 1909³⁷⁷. Atitudes assim garantiram sua popularidade e sucesso político. Outro exemplo de como as associações podiam oferecer benefícios políticos aconteceu em 1912, quando a Sociedade Alemã de Beneficência e a Sociedade Beneficente Brasileira-Alemã fizeram campanha, em nome da comunidade alemã da cidade, em favor de Altivo Halfeld. As associações indicavam o farmacêutico e industrial, que era candidato pelo Partido Civilista, ao cargo de vereador³⁷⁸.

Casos como esses ajudam a entender a amplitude da inserção cívica das mutuais, o motivo pelo qual suas celebrações eram frequentadas por diversas autoridades públicas. Arrolando alguns exemplos temos Presidentes da Câmara Municipal e políticos diversos, juízes, comandantes da Guarda Municipal, delegados de polícia, juízes de paz, jornalistas não só de Juiz de Fora, demais autoridades civis e militares e os cônsules das respectivas nacionalidades.

Da mesma forma como as associações recebiam as autoridades em suas cerimônias públicas, as mutuais também eram representadas em celebrações e festividades promovidas pelo poder público. Essa troca de cortesias pautava a relação cordial e mutuamente benéfica.

Vale lembrar que, embora esta pesquisa seja focada em três associações de imigrantes em Juiz de Fora, elas não eram as únicas existentes e, tampouco, isoladas no contexto social. Todas interagiam entre si e eram espaços compartilhados pelos trabalhadores. Desde a fundação da Sociedade Alemã de Beneficência, muitas outras mutuais, associações recreativas e de resistência foram criadas para oferecer aos trabalhadores lazer e alguma segurança ou para lutar por direitos. No final de 1877, os portugueses criaram uma associação com fins recreativos e mutualista, a Sociedade de Música e Beneficência Dom Luiz I, que recebia homens e mulheres, e o Club União Luso Brasileiro, que agregou a extinta Sociedade Dramática em 1882³⁷⁹ e auxiliava os portugueses com serviços consulares. Nuno Telmo apresentou a proposta de transformar o clube em associação beneficente, no dia dois de outubro de 1884, mas a proposta foi recusada³⁸⁰ e as atividades foram encerradas no ano seguinte. Mais tarde, os portugueses fundaram o Centro de Cultura Física Força e Coragem.

. Em 1878, os italianos fundaram a Società Operaia Italiana di Mutuo Soccorso e di Mutua Instruzione in Juiz de Fora, esta auxiliava os trabalhadores necessitados e

³⁷⁷ O Pharol – 25/07/1909. (P. 1. Coluna 4). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

³⁷⁸ O Pharol – 23/03/1912. (P. 2. Coluna 4). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

³⁷⁹ O Pharol – 12/07/1882. (P. 1. Coluna 2). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

³⁸⁰ O Pharol – 04/10/1884. (P. 1. Coluna 3). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

manteve-se ativa até 1883³⁸¹. Em 1890, foi fundado o Círculo Recreativo Musical Italiano, uma sociedade que também possuía fins recreativos, mutualistas e instrucionais à colônia italiana³⁸². Outra sociedade musical que fazia muito sucesso entre os italianos era a Garibaldina, que, rotineiramente, cedia sua banda para apresentação nas festividades da colônia. Havia também a Società Italiana Recreativa Principe di Napoli, fundada em 1892, e o Club Italiano Recreativo XX Settembre, ambas as associações tinham fins beneficentes. A Sociedade Umberto I, fundada em 1887, passou por uma dissensão no final do século XIX que deu origem à Sociedade Beneficente Príncipe de Piemonte, causando a saída de alguns membros para integrar a nova associação. Todavia esta teve vida curta, funcionou entre 1900 e 1902. Ao ser extinta, seus bens foram doados para a Sociedade Umberto I³⁸³. Esta associação foi a mais significativa dos italianos em Juiz de Fora. Embora não tenha fundado um hospital, como mutuals de italianos fizeram em outros lugares, foi ela quem criou e dirigiu, a partir de janeiro de 1892, o Comitato Italiano Femine Pro Croce Rossa, ou simplesmente chamada de Cruz Vermelha, para prestar serviços médicos e de beneficência. Foi muito atuante durante a Primeira Guerra Mundial. A Sociedade Umberto I fundou também a Sociedade Nacional Dante Alighieri, em cinco de fevereiro de 1932, organizada por iniciativa e ordem do governo italiano para o desenvolvimento da cultura patriota. Em 1939, ocorreria a inauguração da já citada Casa d'Itália.

Os alemães foram os primeiros a fundar uma associação mutualista em Juiz de Fora, a Deutscher Kranken-Unterstützungs-Verein, em 1872. Conhecida, mais tarde, como Sociedade Alemã de Beneficência, a mutual foi a grande agregadora da colônia alemã na cidade por muito tempo. Na década de 1890 houve uma grave crise que foi apresentada no Capítulo 2, colocando em risco a continuidade da associação. Em 1892, houve uma dissensão interna na mutual, causando a saída da maioria dos associados. Os dissidentes da Sociedade Alemã de Beneficência se organizaram para fundar outra associação de mútuo socorro em Juiz de Fora. No dia 26 de janeiro de 1894 eles se reuniram no salão da Cervejaria José Weiss e fundaram a Sociedade Beneficente Brasileira-Alemã. Na ocasião, estavam presentes Pedro Nicolau Scoralick, José

³⁸¹ OLIVEIRA, Luís Eduardo de. **Os Trabalhadores e a Cidade: a formação do proletariado de Juiz de Fora e suas lutas por direitos (1877-1920)**. Juiz de Fora: FUNALFA; Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. (P. 302).

³⁸² O Pharol – 30/09/1890. (P. 3. Coluna 1. Seção: Declarações). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

³⁸³ BASTOS, Wilson de Lima. “Contribuição do Elemento Estrangeiro: italianos em Juiz de Fora”. In: **Revista do IHG/JF**. Ano III, nº 3. Juiz de Fora, 1967. (P. 39)

Valentin Mechler, Pedro Limp, Fernando Dore, Isidoro Mechler, Jacob Scoralick, Isidoro Dore, Antonio Fernandes Fraga, José Larcher, Nicolau Jacob Scoralick, Cristiano Gerheim e Guilherme Henck. A nova sociedade se propunha a prestar os mesmos serviços da Sociedade Alemã de Beneficência, mas que passaram por limitações provisórias por causa do período de crise financeira. A nova associação não fazia distinção de nacionalidade, porém localizava-se no Villagem e seus membros eram, em grande parte, alemães ou descendentes³⁸⁴.

Em 1909, foi fundada a Frauverein, uma sociedade religiosa organizada por senhoras evangélicas com fins beneficentes voltados para a comunidade luterana. Além de associações beneficentes, a comunidade alemã contava também com sociedades recreativas em Juiz de Fora, como o Club Ginástico Turnerschaft, que funcionou entre 1909 e 1979, e o Kegel Club, fundado por luteranos em 1919 e que também funcionou até 1979³⁸⁵.

Como se nota, os trabalhadores imigrantes conviviam em diversos ambientes nas décadas finais do século XIX e iniciais do século XX. Rafaela Leuchtenberger demonstrou, com base em suas fontes sobre o mutualismo em Florianópolis, que os membros da diretoria de uma associação eram membros também de outras associações e, algumas vezes, também diretores³⁸⁶. Por sua vez, Vitor Fonseca verificou que em um universo de 14.557 associados, 1.796 deles participavam de mais de uma associação³⁸⁷. Essa característica também foi notada em Juiz de Fora. Afonso Collucci, Luigi Perri e Vicente Picorelli, todos presidentes da Sociedade Umberto I, por exemplo, exerceram cargos de diretoria em outras associações. O primeiro foi secretário da precedente Società Operaia Italiana. O segundo ocupou a presidência do Círculo Recreativo Musical Italiano. E o terceiro foi presidente da Sociedade Musical Garibaldina. Além deles, vários outros indivíduos conviviam em mais de uma associação.

Ao que tudo indica, o convívio entre essas e outras associações era pacífico. Mesmo entre aquelas que eram fruto de dissensões. A Sociedade Auxiliadora

³⁸⁴ STEHLING, Luiz José. **Juiz de Fora, a Companhia União e Indústria e os Alemães**. Juiz de Fora: FUNALFA edições, 1979. (P. 334).

³⁸⁵ LISBOA, Jakeline Duque de Moraes Lisboa. **Turnerschaft: Clube Ginástico de Juiz de Fora (1909-1979)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da UFJF. Juiz de Fora, 2010.

³⁸⁶ LEUCHTENBERGER, Rafaela. **O Lábaro Protetor da Classe Operária. As associações voluntárias de socorros mútuos dos trabalhadores em Florianópolis – Santa Catarina (1886-1932)**. Campinas: UNICAMP, Dissertação de Mestrado, 2009.

³⁸⁷ FONSECA, Vitor M. M. **No Gozo dos Direitos Cívicos: associativismo no Rio de Janeiro (1903-1916)**. Rio de Janeiro: Faperj e Muiraquitã, 2008.

Portuguesa utilizou a sala da Sociedade Benéfica de Juiz Fora para suas reuniões antes de sua sede ser construída. A mutual lusitana, em 1930, cedeu sua sede para a realização dos trabalhos do Corpo de Bombeiros Voluntários, fundado naquele ano³⁸⁸. A associação chegou a integrar a Federação de Sociedades Portuguesas no Brasil, extrapolando os limites municipais de sociabilidade³⁸⁹.

A Sociedade Umberto I também manteve contato com associações de outras cidades. No batismo de seu estandarte, em junho de 1888, a associação foi prestigiada pela Società Confederazione Italiana di Rio de Janeiro e pela Società Benéfica Italiana di Barbacena³⁹⁰. Em várias ocasiões eram promovidas viagens da “bandeira social” para representar a sociedade em outras cidades. Como em 1889, quando uma expedição foi até Mar de Espanha³⁹¹ saudar outras entidades.

Havia grande interação entre as associações também. As festividades e celebrações costumavam ser ambientes compartilhados entre elas. No sepultamento do vice-presidente da Sociedade Auxiliadora Portuguesa, Joaquim Pinto Corrêa, em 1906, estavam presentes a Sociedade Benéfica de Juiz de Fora, o Clube Sete de Setembro, a Associação Tipográfica Benéfica Mineira, representantes de clubes esportivos e de sociedades religiosas³⁹². No mesmo ano, José Weiss, membro da Sociedade Benéfica Brasileira-Alemã, realizou no parque de sua cervejaria um grande festival para inaugurar o novo estandarte de sua associação. Para a solenidade de colocação dos pregos foram convidados os presidentes da Sociedade Benéfica de Juiz de Fora, da Sociedade Umberto I e da Sociedade Auxiliadora Portuguesa³⁹³. José Weiss costumava ceder o parque de sua cervejaria também para festas da Sociedade Alemã de Beneficência. Algumas vezes, essas associações se encontravam em cerimônias públicas, como no lançamento do monumento em homenagem a Mariano Procópio no Largo do Riachuelo, em 1912, que contou com a presença da Sociedade Alemã de

³⁸⁸ Diário Mercantil – 04/02/1930. (P. 3. Coluna 2). Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora.

³⁸⁹ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O cotidiano dos portugueses de Juiz de Fora (1840-1940). In: **Solidariedades e Conflitos: História de vida e trajetória de grupos em Juiz de Fora**. BORGES, Célia Maia (Org.). Juiz de Fora: EDUFJF, 2000. (P. 36-37)

³⁹⁰ O Pharol – 06/06/1888. (P. 2. Coluna 4. Seção: Declarações). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

³⁹¹ Diário de Minas – 14/09/1889. (P. 3. Coluna 4. Seção: Declarações). Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora.

³⁹² Jornal do Comércio – 08/07/1906. (P. 1. Coluna 6). Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora.

³⁹³ Jornal do Comércio – 19/10/1906. (P. 3. Coluna 4. Seção: A pedidos.). Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora.

Beneficência, a Sociedade Beneficente Brasileira-Alemã, a Sociedade Beneficente de Juiz de Fora e a Sociedade Umberto I³⁹⁴.

É difícil identificar ideologias em associações que não se declaravam de resistência. Às vezes, alguns membros podem ser identificados como militantes do movimento operário e seguidores de determinadas vertentes ideológicas, mas não é o caso de atribuir uma conduta ao caso geral de uma associação. As mutuais, acima de tudo, faziam questão de definir em estatuto a proibição de discussões políticas. Não eram ambientes com esses fins. Já sabemos que, em Juiz de Fora, a Sociedade Auxiliadora Portuguesa evitou até mesmo ser nomeada com o nome do poeta lusitano Latino Coelho em função de sua postura política ao longo da vida.

Para Simon Cordery, o estudo do associativismo está dividido entre historiadores sociais, que colocam as sociedades no meio do movimento da vida da classe trabalhadora; historiadores políticos, que colocam as sociedades no centro de debates políticos em torno de pensões e planos de seguro; e um pequeno grupo de estudiosos que examinam as operações internas das sociedades e as coloca em seu contexto histórico³⁹⁵, assim como esta pesquisa se apresenta. É certo que o associativismo é uma escolha para remediar problemas do cotidiano que oferece representatividade social e o canal para mobilização dos trabalhadores. Acreditamos, contudo, que as mutuais participaram da formação da classe trabalhadora permitindo o acúmulo de experiências obtidas por práticas sociais. Como demonstrado até aqui, sua vivência inclui espaços sociais compartilhados, experiência associativa, vivência administrativa, experimentos jurídicos, a prática das assembleias, a promoção de festividades, a formalização da comunicação escrita e verbal e o relacionamento com as autoridades locais, por exemplo. As mutuais serviram para consolidar o sentido de pertencimento na organização da sociedade civil brasileira. Todos esses elementos são concorrentes para formação de uma cultura cívica. Na visão de Luís Eduardo de Oliveira, foi o agregado de experiências associativas, reivindicatórias e socioeconômicas que fizeram o proletariado juiz-forano adquirir aprendizagem política e ter dimensão de que a exploração ia, muitas vezes, além do mundo do trabalho³⁹⁶.

³⁹⁴ O Pharol – 14/05/1912. (P. 1. Coluna 4-5. Seção: Diversos). Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

³⁹⁵ CORDERY, Simon. **British Friendly Societies, 1750-1914**. New York: Palgrave Macmillan, 2003. (P. 1-2)

³⁹⁶ OLIVEIRA, Luís Eduardo de. **Os Trabalhadores e a Cidade: a formação do proletariado de Juiz de Fora e suas lutas por direitos (1877-1920)**. Juiz de Fora: FUNALFA; Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. (P. 328)

Há, contudo, diferença entre as esferas do mutualismo e do sindicalismo. A história do trabalho dedicou-se inicialmente aos estudos das organizações operárias como sindicatos e partidos. Foram as mudanças teórico-metodológicas e a descoberta de novas fontes no decorrer do século XX que permitiram mudança na abordagem e variação nas temáticas. Os operários passaram a ser investigados em aspectos diversos que incluem seu modo de vida, sua cultura e sua formação histórica. A possibilidade de novas perspectivas repercutiu na ampliação do horizonte de compreensão da vida cotidiana da classe trabalhadora³⁹⁷.

Sobre as associações mutualistas, argumentamos que incentivavam a formação de uma cultura cívica, mas, ao mesmo tempo, mantinha valores políticos paternalistas. Eram sociedades que cultivavam valores de autonomia na sociedade civil a fim de resolver seus problemas e que, simultaneamente, reforçavam valores tradicionais como a troca de favores, o enaltecimento de lideranças oligárquicas e também o paternalismo sobre quem estava de fora. As mutuais eram ambientes excludentes que reforçavam a masculinidade e a “moral pura”, socialmente imposta, que versa sobre os bons costumes e o trabalho com renda fixa. Ainda assim, as associações mutualistas foram importantes para a construção e a expansão da cidadania no Brasil.

Enquanto Renata Garcia Campos Duarte defende que as mutuais favoreciam na consciência de classe em função da reação de uma classe perante problemas que buscavam resolver³⁹⁸, preferimos concordar com Cláudia Viscardi quando diz que essas associações de socorro mútuo eram compostas por diferentes categorias sociais e promoviam a cooperação entre diferentes setores³⁹⁹. A perspectiva de Renata Duarte pode até ser pertinente para outras circunstâncias, mas, se voltarmos à Tabela VI e ao Gráfico VII, veremos a pluralidade de setores sociais. Ainda que os exemplos sejam restritos dentro de um universo bastante amplo de associados nas três mutuais enfocadas, essas informações são importantes para esboçar a convivência e a

³⁹⁷ Como exemplos clássicos de inovações na História Social, pode-se citar: HOBBSAWM, Eric J. **Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. THOMPSON, Edward P. **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. THOMPSON, Edward P. **A Formação da Classe Operária Inglesa: a árvore da liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

³⁹⁸ DUARTE, Renata Garcia Campos. “Uma Outra Consciência de Classe”: a alternativa política e ideológica da Sociedade Operária Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro em Belo Horizonte.. In: **Revista História em Curso**, v.1, n.1. Belo Horizonte, 2009. (P. 82).

³⁹⁹ VISCARDI, C. M. R. O Estudo do Mutualismo: algumas considerações historiográficas e metodológicas. In: **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 2, n. 4, agosto-dezembro de 2010, p. 23-39. (P. 34).

colaboração compartilhada entre trabalhadores de diferentes condições econômicas e sociais.

Adhemar Lourenço da Silva Júnior concluiu sua tese dizendo que a definição de mutualismo é problemática e que a escassez e a diversificação das fontes sobre o assunto permitem várias circunscrições. Sem dúvida, pois os conjuntos documentais são muito diversos e lacunosos. O historiador insistiu na proposta de desvendar as estratégias privadas e públicas das associações no Rio Grande do Sul⁴⁰⁰. Em relação às práticas comuns das sociedades de mútuo socorro no que diz respeito a certo tipo de previdência, é ainda uma inquietude entre os historiadores se essas associações teriam participado de alguma forma na formação da previdência estatal ou só mesmo contribuído com seu exemplo, o que não deixa de ser relevante e amplo, como demonstramos até aqui. Adhemar tentou responder esta questão com algumas hipóteses⁴⁰¹. A primeira delas argumenta que inexistia um meio de concentrar os interesses das sociedades de mútuo socorro, o que não concordamos por completo. Neste capítulo, até aqui, demonstramos que essas associações possuíam práticas comuns e, principalmente, compartilhavam os mesmos ambientes, interagem a todo o momento. Entendemos que havia meio ou possibilidade de se concentrar interesses, os quais, contudo, eram falhos por alguns motivos. Por, exemplo, os congressos nacionais e internacionais de mutualismo existiam, porém apresentavam debilidade. No início do século XX, atendiam mais a interesses das seguradoras do que propriamente das mutuais. Outro motivo da ineficiência de uma representação de amplitude nacional seria o próprio perfil dos associados, amplo, diversificado, e, sobretudo, desprovido de condições financeiras para encorpar projetos maiores que suas capacidades e necessidades locais. Podemos argumentar também sobre a não combatividade no perfil dessas associações, o que sedimentaria a base de ação dos sindicatos na luta por direitos e conquistas.

A segunda hipótese de Adhemar da Silva Júnior relata que as mutuais não foram explícita e institucionalmente incluídas no rol de grupos de pressão na montagem da previdência social, pois não tinham status para debater a estrutura da seguridade social no Brasil. É algo que ainda está por se verificar. Se as mutuais representavam um

⁴⁰⁰ SILVA JÚNIOR, Adhemar Lourenço. **As Sociedades de Socorros Mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940)**. Tese de Doutorado apresentada na PUC/RS. Porto Alegre, 2004.

⁴⁰¹ SILVA JÚNIOR, Adhemar Lourenço da. Mutualismo e Seguridade Social no Brasil: por que não houve ressalvas ou resistências? In: **Anais da V Jornada de Investigación da Asociación Uruguaya de Historia Económica**. Montevideu, 2011.

modelo de associação das classes conservadoras, como apontam algumas abordagens, seriam mais adequadas para dialogar na construção do sistema previdenciário, facilitariam o debate. Por outro lado, as pesquisas citadas até aqui demonstram que as mutuais estavam espalhadas pelo território brasileiro exercendo atividades similares e atingindo grande quantidade de trabalhadores. Logo, seu exemplo generalizado não era desconhecido, como demonstra a relação com poderes públicos locais. Foi neste momento que a inexistência de uma entidade que concentrasse regionalmente ou nacionalmente o mutualismo mais afetou a direta e a explícita participação das mutuais na formação do sistema previdenciário.

A terceira hipótese é a de que as marchas e as contramarchas do processo de construção da seguridade não facultaram às mutuais a possibilidade de alimentarem expectativas consistentes acerca dos nichos possíveis da operação de securitização. De fato, oferecendo o meio para a sobrevivência das associações. A última hipótese diz que a seguridade estatal colocava sempre os empregadores como contribuintes do sistema, de modo que a expectativa era de redução dos custos. Se levarmos em conta a Tabela VI mais uma vez, que demonstra muitos empregadores nos cargos da diretoria das mutuais, poderíamos supor que a não manifestação das associações de socorro mútuo na montagem da previdência estatal seria em função de interesses patronais.

A conclusão da tese de Adhemar da Silva Júnior é de que a versatilidade das mutuais para se relacionarem com grupos políticos e religiosos não permite classificar as estratégias públicas das associações de socorro mútuo. Logo, o mutualismo pode ter sido muito maior do que o definido já que as diferenças e semelhanças não eram tão óbvias. Acreditamos que esta pesquisa favorece na expansão desta compreensão na medida em que revela um pouco sobre o perfil dos atores que comandavam as mutuais.

Embora não saibamos determinar a influência das mutuais na formação do sistema previdenciário, o sentido oposto é conhecido. A crescente atuação do Estado na seguridade social esvaziou as mutuais de sentido, causando seguidas liquidações. Kleiton Nazareno Santiago Mota, por exemplo, analisou uma associação mutualista formada por ferroviários em Fortaleza que foi fundada no final do século XIX e exercia atividades semelhantes às demais. Quando foi promulgada a Lei Eloy Chaves de proteção social exclusivamente aos ferroviários, em 1923, a medida impactou o funcionamento da associação. O historiador demonstra que houve uma correlação, mesmo que indireta, entre mutualismo e previdência social e que os impactos da lei só foram sentidos, efetivamente, em 1927, quando a mutual se adaptou à nova legislação.

O impacto causou redução no número de associados e na vida associativa. Maior impacto viria ainda com a expansão do sistema previdenciário brasileiro no decorrer da década de 1930. O somatório das medidas foi diretamente influente na associação dos ferroviários, pois os trabalhadores passaram a contribuir compulsoriamente com a contribuição previdenciária estatal e voluntariamente nas mutuais. O peso causado às finanças dos trabalhadores e a similitude das finalidades ampliaram o desestímulo dos ferroviários em continuar atuantes e contribuintes na respectiva mutual. As atividades foram seguidamente reduzidas até a dissolução da associação mutualista⁴⁰².

Diferentemente da visão tradicional que se tinha sobre as mutuais, elas não representaram um protosindicalismo. São poucos os casos em que sociedades de mútuo socorro se converteram em sindicatos. Aldrin Castellucci relaciona algumas ocorrências em que mutuais assumiram postura de resistência na Bahia⁴⁰³, mas, assim como verificado até o momento, é a minoria dos casos. Sobre a relação das mutuais com as sociedades de resistência em Minas Gerais, Cláudia Maria Ribeiro Viscardi diz que:

Muito embora a maior parte das associações mutualistas mineiras não tenha evoluído para associações de resistência dos trabalhadores, elas provavelmente contribuíram para a formação de uma cultura cívica de agregação e defesa de interesses coletivos, fundamentais à emergência dos sindicatos e ao envolvimento dos trabalhadores na luta política e partidária.⁴⁰⁴

Em Juiz de Fora, temos o caso da Associação Beneficente Operária, fundada em 1918 com fins mutualistas, que se tornou engajada e ativa diretamente no movimento de greve ocorrido em 1920. Esta, por sinal, foi fundamental para o perfil da associação que, a partir de então, alterou seu nome para Federação Operária Mineira e passou a ser o canal de combatividade da classe operária juiz-forana⁴⁰⁵.

O caso da Federação Operária Mineira também nos revela outra característica, a de que o operariado juiz-forano não tem relação com o estereótipo do imigrante anarquista. Silvia Maria Belfort Vilela de Andrade demonstrou que não é possível

⁴⁰² MOTA, Kleiton Nazareno Santiago. **Mutualismo Ferroviário: prover e proteger na Sociedade Beneficente do Pessoal da Estrada de Ferro de Baturité de 1891 aos anos 1930**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFC. Fortaleza, 2009.

⁴⁰³ CASTELLUCCI, Aldrin A. S. A Luta Contra a Adversidade: notas de pesquisa sobre o mutualismo no Bahia (1832-1930). In: **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 2, nº 4, agosto-dezembro de 2010, p. 40-77..

⁴⁰⁴ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. As Experiências Mutualistas de Minas Gerais: um ensaio interpretativo. In: **Nomes e Números: alternativas metodológicas para a história econômica e social**. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho & OLIVEIRA, Mônica Ribeiro (Orgs.). Juiz de Fora: EDUFJF, 2006. (P. 321)

⁴⁰⁵ ALMEIDA, Mateus Fernandes de Oliveira. Do Mutualismo à Ação Direta – a Associação Beneficente Operária e a greve de 1920 em Juiz de Fora. In: **Anais do I Colóquio do LAHES**. Juiz de Fora, 2005.

atribuir ao operário imigrante a combatividade da classe em Juiz de Fora. Os italianos chegaram a participar de diretorias colaboracionistas, mas também estavam entre os dissidentes da Federação Operária Mineira quando esta assumiu um rumo anarquista⁴⁰⁶. Foram os nacionais que se organizaram em ações diretas para reivindicação de direitos e de melhorias na qualidade de vida. A Sociedade Alemã de Beneficência, a Sociedade Auxiliadora Portuguesa e a Sociedade Umberto I, enquanto associações, não tiveram envolvimento com manifestações de resistência.

Em geral, o relacionamento entre sindicatos e mutuais não era dos melhores. As organizações de resistência, embora utilizassem, em muitos casos, espaços cedidos pelas mutuais, defendiam a separação das atividades, o isolamento, a nítida distinção. Os Congressos Operários, segundo Paula Nomelini, orientavam os trabalhadores a não se filiarem às associações mutualistas⁴⁰⁷. Havia tolerância, às vezes, mas Adhemar Lourenço da Silva Júnior demonstrou que a maioria das organizações anarquistas e sindicais tinham um discurso condenatório das sociedades de mútuo socorro, em parte porque, de acordo com Renata Garcia Campos Duarte, acusavam as mutuais de serem propagadoras do modo de produção vigente⁴⁰⁸.

Mas a posição dos sindicatos não é generalizável. Algumas organizações de resistência desenvolviam práticas mutualistas em seu interior, outras toleravam, e outras usavam, inclusive, os espaços e recursos das mutuais. Em Juiz de Fora, o convívio pacífico parece muito claro, sendo que os sindicatos usufruíam de muitas vantagens. O encontro para orientar a fundação da União Operária de Juiz de Fora aconteceu na Sociedade Umberto I, no dia 20 de julho de 1904⁴⁰⁹. A Sociedade Auxiliadora Portuguesa hospedou, em 1912, o Centro Beneficente das Classes Operárias⁴¹⁰. Em 13 de janeiro de 1918, a Sociedade Operária de Juiz de Fora foi fundada em reunião realizada na sede da mutual lusitana⁴¹¹.

⁴⁰⁶ ANDRADE, Sílvia Maria Belfort Vilela de. **Classe Operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912-1924)**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1987. (P. 163-164)

⁴⁰⁷ NOMEINI, Paula Christina Bin. Um Estudo sobre Associações Operárias Mutualistas e Recreativas em Campinas (1906-1930). In: **História Social**, nº 14/15. Campinas, 2008.

⁴⁰⁸ DUARTE, Renata Garcia Campos. “Uma Outra Consciência de Classe”: a alternativa política e ideológica da Sociedade Operária Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro em Belo Horizonte.. In: **Revista História em Curso**, v.1, n.1. Belo Horizonte, 2009. (P. 84).

⁴⁰⁹ OLIVEIRA, Luís Eduardo de. **Os Trabalhadores e a Cidade: a formação do proletariado de Juiz de Fora e suas lutas por direitos (1877-1920)**. Juiz de Fora: FUNALFA; Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. (P. 249).

⁴¹⁰ ANDRADE, Sílvia Maria Belfort Vilela de. **Classe Operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912-1924)**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1987. (P. 70)

⁴¹¹ ALMEIDA, Mateus Fernandes de Oliveira. Do Mutualismo à Ação Direta – a Associação Beneficente Operária e a greve de 1920 em Juiz de Fora. In: **Anais do I Colóquio do LAHES**. Juiz de Fora, 2005.

Enfim, as associações mutualistas em Juiz de Fora conviviam pacificamente com o poder público, outras mutuais e também com organizações de resistência. A interação entre todos esses personagens rendia benefícios em função da harmonia predominante. Somente os eventos em função da Segunda Guerra Mundial vieram desequilibrar esses relacionamentos e, inclusive, precipitar a liquidação de duas das três associações mutualistas enfocadas na pesquisa.

Conclusão

Em 1966, durante um evento do Instituto de História e Geografia de Juiz de Fora sobre associações que faziam parte da história da cidade, João Massena fez o seguinte comentário em seu discurso:

O aparecimento de uma associação é o produto de um desequilíbrio, de uma fraqueza social; representa e indica claramente uma necessidade não satisfeita, uma aspiração de progresso irrealizado, um pedido de bem-estar que ainda não se conquistou. Significa, pois, em definitivo, um atraso a vencer, uma imperfeição a destruir. É assim, por exemplo, que a humanidade, sentindo-se atrasada, inerte e fraca na luta contra a tuberculose, esse inimigo traiçoeiro e formidável, que por enquanto desafia todas as forças sociais; sentindo-se, nesse embate, quase desamparada pela ciência, verificando não ter soado ainda a hora de progresso e de vitória, reúne as fraquezas individuais a ver se faz dela uma força coletiva. É assim também que o proletariado, sentindo-se esmagar pelas classes elevadas, pela injusta organização social do século XIX, reúne todas as suas forças e aspira violenta e desordenadamente a um bem, que nem mesmo sabe ou consegue formular. É assim que os filantropos, sentindo-se individualmente fracos contra a miséria, congregando-se, associam-se contra esse flagelo das nações, contra esse odioso produto do nosso atraso, que a civilização ainda não conseguiu eliminar. A cada necessidade, enfim, a cada aspiração corresponde um agrupamento de energias, que pretendem eliminar umas, satisfazer outras. Assim, quem fizer a descrição e o histórico das associações existentes em certa época e em certo lugar estará, por isso mesmo, indicando ao historiador futuro quais as necessidades mais palpitantes, quais as fraquezas, quais as falhas de progresso, nesse país e nesse tempo. Contudo, não será sem uma certa dose de orgulho bairrista que começaremos a fazer uma breve resenha das numerosas sociedades existentes nesta notabilíssima terra: é que, se as associações não indicam um progresso realizado, mostram pelo menos um esforço, uma tendência para o progresso.⁴¹²

João Massena foi contemporâneo de algumas associações criadas em Juiz de Fora na primeira metade do século XX. Ele prosseguiu seu discurso enumerando as principais delas, dentre as quais estão a Sociedade Alemã de Beneficência, a Sociedade Umberto I e a Sociedade Auxiliadora Portuguesa, todas fundadas no século XIX, porém ativas por todo esse tempo. Seu discurso é bem ilustrativo para o estudo do mutualismo. Não é integrante de nenhum movimento acadêmico sobre o tema, mas fundamental às pesquisas do final do século em que viveu. Suas palavras nos dizem um pouco sobre a maneira como os contemporâneos entendiam essas associações.

O início de sua fala qualifica as associações como fruto de um desequilíbrio ou de uma fraqueza social. No decorrer deste trabalho, nos atentamos exatamente a isso. Embora as mutuais enfocadas sejam de imigrantes, elas conviveram em um cenário

⁴¹² OLIVEIRA, Paulino de. **História de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: 1966. (P. 185)

comum vivido por qualquer outro trabalhador. Uma realidade desprovida de assistência do Estado brasileiro, que levou muito tempo para se preocupar com a seguridade e o mínimo de bem-estar dos braços que alimentavam sua economia. A herança escravista que o Brasil Império recebeu de sua metrópole fundamentou profundamente as relações trabalhistas de nossa história no século XIX e na primeira metade do século XX. Por mais que houvesse movimentos em prol da abolição do trabalho compulsório, a elite que administrava o Estado política e economicamente não comungava do mesmo interesse. A efetiva eliminação da mão-de-obra escrava foi decorrente de um longo processo que se arrastou por todo o período imperial. A escravidão serviu de parâmetro às relações trabalhistas durante e depois de sua legalidade. Se o trabalho compulsório não existia mais, a exploração do trabalhador persistiu em níveis elevados. E foi nesse cenário de pós-abolição que as associações mutualistas proliferaram. Havia ainda um atraso a vencer, uma necessidade não satisfeita e um pedido de bem-estar, usando as palavras de João Massena. Essa necessidade era a segurança do trabalhador, que só receberia a atenção do Estado de modo a construir um aparato mais abrangente, porém básico, de assistência a partir da década de 1930.

Mostramos que os trabalhadores não esperaram pela atuação do Estado, pois suas carências não poderiam também esperar. Suas associações cobriam uma grave lacuna social, prestando serviços médicos e jurídicos, concedendo pensões em variadas possibilidades, criando espaços de sociabilidade compartilhados e oferecendo lazer e instrução aos seus associados. Atividades que contribuíram para a formação de uma ampla cultura associativa, que acumulou experiência através da vivência administrativa, de assembleias, de debates, da comunicação escrita e verbal e do relacionamento formalizado com outras entidades.

Não só a tuberculose foi um inimigo dos trabalhadores, como exemplifica João Massena. Na verdade, existiam muitos outros problemas que eram mais comuns e, em geral, decorrentes da atividade profissional exercida. Seus patrões, contudo, não se responsabilizavam pelo amparo. Foram as associações mutualistas que ocuparam também este espaço durante muito tempo. Suas pensões, seus medicamentos e seus tratamentos médicos eram fundamentais para a sobrevivência do trabalhador e também de sua família. As mutuais de imigrantes ainda financiavam o retorno do associado enfermo à terra natal para tratar seus problemas de saúde.

João Massena, todavia, se equivocou ao dizer que o proletariado se reunia desordenadamente em busca de um bem que não sabia formular. Suas práticas

demonstram exatamente o contrário. As associações mutualistas possuíam uma organização estatutária muito bem definida e determinada em assembleias nas quais todos os associados que estavam em dia com as suas respectivas organizações, à exceção das mulheres, tinham direito de opinar e votar. Esses trabalhadores estavam muito bem organizados, se auto administrando e prestando serviços inexistentes no âmbito dos poderes públicos. O bem que os trabalhadores buscavam era claramente formulado, envolvia uma vida com mais qualidade, segurança no trabalho, educação e lazer. Só não sabiam eles que chamaríamos o somatório desses elementos de direitos sociais.

Mas o encerramento do discurso de João Massena é emblemático para os pesquisadores do fenômeno mutualista. Ao apresentar seu histórico e descrever suas atividades, estamos identificando as necessidades mais palpitantes de uma época. “Se as associações não indicam um progresso realizado, mostram, pelo menos, um esforço, uma tendência para o progresso”. E este esforço realizado ao longo de décadas gerou resultado em longo prazo. O Estado se estruturou para exercer as mesmas atividades básicas das associações mutualistas criando um sistema previdenciário capaz de oferecer, ainda que minimamente, bem-estar aos trabalhadores. A tendência ao progresso das associações mutualistas foi associada através de políticas sociais que hoje nos garantem direitos e amparos básicos da administração pública. Em sua época e à sua maneira, as associações mutualistas permitiram inclusão social e expansão da cidadania.

Este trabalho não se propôs a ser puramente descritivo, mas, ao detalhar as práticas e processos cotidianos das associações, respondemos a grande questão da pesquisa, como se deu a construção da cidadania nesses ambientes. Assim, a resposta está diluída por todo o texto. A descrição foi importante também para demonstrar que as experiências das mutuais abordadas não foram iguais e que a interação entre elas e outras instituições contribuiu em muito para a expansão da cidadania, forjando o que chamaríamos de direitos sociais. Há de se destacar que Juiz de Fora, apesar de importante referência da Zona da Mata mineira, é uma cidade do interior. Diferentemente da amplitude populacional e territorial das capitais, esse município alcançou conquistas através das variadas formas de relacionamento entre os diversos grupos étnicos.

No que se refere às mutuais de imigrantes, suas práticas eram, em geral, muito semelhantes às outras categorias mutualistas. Ressalta-se, contudo, o valor que o fator identidade possuía nessas instituições. Além de amparar trabalhadores, reuniam

indivíduos que estavam muito distante da terra natal, criando pequenos espaços de representação de suas respectivas nações em terras brasileiras. As mutuais analisadas em Juiz de Fora se notabilizaram no contexto urbano através de suas diversificadas expressões e atividades. O terceiro capítulo da dissertação explorou todo o aparato simbólico que constituía o cotidiano dessas associações, destacando o fator identitário em suas sedes sociais, os símbolos, os rituais, as escolas, as festividades e o relacionamento com diferentes organizações. A existência de grupos étnicos variados em Juiz de Fora, à luz do que diz Fredrik Barth, perpetuou as notórias diferenças culturais através de critérios e sinais de identificação e através da própria interação entre esses diferentes grupos⁴¹³.

Se as mutuais em geral perderam associados com a progressiva introdução de políticas sociais garantindo serviços de previdência e seguridade aos trabalhadores, as mutuais de imigrantes sofreriam com as consequências das medidas nacionalistas do governo de Getúlio Vargas e com a Segunda Guerra Mundial, sobretudo aquelas que eram formadas por imigrantes provenientes dos países do Eixo. O Decreto-Lei nº 383, de 18 de abril de 1938, proibiu propagandas políticas nas associações, restringindo a ação de nazistas, fascistas e comunistas. Proibia também a subvenção de governos estrangeiros e nacionalizava as associações, proibindo que brasileiros natos ou naturalizados participassem de organizações estrangeiras. A medida da administração Vargas foi um grande golpe às associações de imigrantes. Só as cidades grandes com número suficiente de estrangeiros poderiam prover o número necessário de associados para manter as mutuais ativas⁴¹⁴. Nesta ocasião, a Sociedade Umberto I, por exemplo, contava com mais de um terço de brasileiros natos ou naturalizados em seu quadro social. Não significa dizer que os imigrantes não desfrutavam dos direitos ofertados no Brasil na década de 1930. Na verdade, muitos deles já eram naturalizados brasileiros e as associações eram formadas por muitos filhos de estrangeiros nascidos no país, o que lhes garantia as conquistas sociais do governo Getúlio Vargas. No entanto, simultaneamente, formulavam-se leis que dificultavam a chegada do imigrante e a sua atuação profissional no Brasil, mantendo viva a necessidade dos amparos prestados

⁴¹³ BARTH, Fredrik. **O Guru, O Iniciador e Outras Variações Antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000. (P. 35).

⁴¹⁴ SILVA JR., Adhemar Lourenço da. Estado e Mutualismo no Rio Grande do Sul (1854-1940). In: HEINZ, Flávio M.; HERRLEIN JR., Ronaldo. (Org.). **Histórias Regionais do Cone Sul**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003, p. 407-434. (P. 5).

pelas associações mutualistas. Para os imigrantes, as conquistas sociais caminhavam ao lado de retrocessos.

A eclosão da Segunda Guerra Mundial e a participação efetiva do Brasil no conflito complicaram mais ainda a vida dos estrangeiros que viviam no país, especialmente para italianos e alemães. Suas associações foram diretamente impactadas. O governo brasileiro proibiu a atividade de suas associações, tomou seus prédios e, muitas vezes, desapareceu com seus arquivos e pertences. O Tribunal de Justiça de Minas Gerais determinou a dissolução das entidades formadas por estrangeiros provenientes dos países que lutavam contra o Brasil na guerra. Depois de já terem sido impedidas de funcionar durante a Segunda Guerra Mundial, foram ainda proibidas de retomar as atividades⁴¹⁵.

A Sociedade Alemã de Beneficência, fundada em 1872, perdeu grande parte de sua história durante a Segunda Guerra Mundial. Revivendo o contexto do primeiro conflito internacional, porém de modo mais intenso, a associação teve seus bens apreendidos pelo governo e foi impedida de exercer suas atividades. O desprestígio que os alemães radicados em Juiz de Fora receberam nesta época influenciou para que recuassem em suas manifestações. Para os germanos, a Segunda Guerra Mundial foi um desastre em todos os aspectos. A hostilidade dos nacionais no período da Primeira Guerra Mundial foi ampliada na década de 1940 com a notícia de que submarinos alemães haviam naufragado navios brasileiros. Logo, construiu-se um cenário inaceitável de manifestações culturais germânicas. O pós-guerra não permitiu que a Sociedade Alemã de Beneficência fosse como outrora. Seus bens já haviam sido extraviados e as atividades da associação não eram mais oficiais e efetivas. Pelo que consta, o último suspiro da sociedade aconteceu em 1961, quando seu espólio foi dividido entre os sócios remanescentes.

A Sociedade Umberto I era outra associação de estrangeiros que, no decorrer da Segunda Guerra Mundial, representava inimigos da pátria. Foi forçada a fechar e teve seus bens apreendidos pela Delegacia de Ordem Política e Social. Seus bens patrimoniais foram bloqueados pelo Banco do Brasil. A sociedade parou de se reunir após os decretos que determinaram a condição de guerra, seus diretores ainda tentaram administrar o patrimônio e manter o auxílio aos associados, porém sem sucesso. O fim do conflito internacional também não melhorou a situação. Enquanto o Estado brasileiro

⁴¹⁵ Diário Mercantil – 14/04/1950. Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora.

não se pronunciava sobre a liberação das atividades de imigrantes, tentou-se apenas preservar o patrimônio ainda acessível. Contudo, um processo movido pelos próprios associados da Sociedade Umberto I intensificou a dissolução da mutual. Em 1948, liderados por Nicola Felice Granato, alguns associados entraram na justiça solicitando a liquidação da associação que não funcionava em sua plenitude desde 1942. O juiz Raimundo Gonçalves da Silva, da comarca de Juiz de Fora, declarou a extinção da sociedade⁴¹⁶.

Tentando contornar a situação, a diretoria da Sociedade Umberto I promoveu uma modificação, abrindo-a para brasileiros. A mutual passou a se chamar Sociedade Beneficente Ítalo-Brasileira Umberto I, em 1949, com os mesmos objetivos de sua organização inicial. Mas o Tribunal de Justiça de Minas Gerais decidiu, em 1950, que todas as entidades formadas por estrangeiros cujas respectivas nações estiveram em guerra contra o Brasil estavam automaticamente dissolvidas. Proibidas de funcionar durante a Segunda Guerra Mundial, a determinação não permitia sequer que elas voltassem a funcionar⁴¹⁷. Em tentativa última de manter a associação viva, alguns membros da Sociedade Umberto I apresentaram um recurso ao Ministro da Justiça atestando as possibilidades da mutual permanecer ativa. A medida também não logrou sucesso e o máximo que conseguiram foi a transferência de todo o patrimônio da Sociedade Umberto I para a recém-fundada Sociedade Cultural Beneficente Ítalo Brasileira Anita Garibaldi.

A Sociedade Auxiliadora Portuguesa teve um fim como associação mutualista muito mais tranquilo do que suas congêneres na cidade mineira. Como indicado no terceiro capítulo, o governo brasileiro não estabeleceu restrições ao imigrante português e suas instituições. A organização lusitana passou por carências estruturais naquele momento de guerra, mas nenhuma imposição de ordem legal foi verificada. No entanto, as atividades mutualistas já apresentavam nítido declínio no decorrer da década de 1940, muito em função do aparato previdenciário que o Estado havia implementado. Na década seguinte, a associação passou a se dedicar mais enfaticamente à cultura e à instrução. Por iniciativa de Cleonice Rainho Thomaz Ribeiro e de seu marido Jacy Thomaz Ribeiro, fundou-se o Departamento de Cultura Luso-Brasileira, em 1955, no interior da Sociedade Auxiliadora Portuguesa. A sede social fora vendida no ano anterior e o viés cultural daria o tom de uma nova associação. A mutual permaneceu

⁴¹⁶ Folha Mineira – sem data. Arquivo da Casa d'Itália.

⁴¹⁷ Diário Mercantil – 14/04/1950. Arquivo da Casa d'Itália.

ativa até 1958, quando passou por uma reformulação e se tornou um clube recreativo denominado Sociedade Portuguesa que se mantém ativo até hoje. Conta, em seu quadro social, com membros de qualquer nacionalidade. Já o Departamento assumiu rumo próprio e emancipou-se como Associação de Cultura Luso-Brasileira. Funciona como associação independente desde 1961⁴¹⁸.

⁴¹⁸ OLIVEIRA, Wanderley Luiz de. **“Por Mares Nunca d’Antes Navegados”**. Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2006.

Anexos

Anexo I: Entrada de Imigrantes Alemães, Italianos e Portugueses no Brasil entre 1870 e 1930.

Ano	Alemães	Italianos	Portugueses	Todos os grupos étnicos ou nacionais
1870	6	7	4.458	5.158
1871	296	1.626	8.124	12.431
1872	1.103	1.808	12.918	19.219
1873	1.082	0	1.310	14.742
1874	1.435	5	6.644	20.333
1875	1.308	1.171	3.692	14.590
1876	3.530	6.820	7.421	30.747
1877	2.310	13.582	7.965	29.468
1878	1.535	11.836	6.236	24.456
1879	2.022	10.245	8.841	22.788
1880	2.385	12.936	12.101	30.355
1881	1.851	2.705	3.144	11.548
1882	1.804	12.428	10.621	29.589
1883	2.348	15.724	12.509	34.015
1884	1.719	10.102	8.683	24.890
1885	2.848	21.765	7.611	35.440
1886	2.414	20.430	6.287	33.486
1887	1.147	40.157	10.205	55.965
1888	782	104.353	18.289	133.253
1889	1.903	36.124	15.240	65.246
1890	4.812	31.275	25.174	107.474
1891	5.285	132.326	32.349	216.760
1892	800	55.049	17.797	86.203
1893	1.368	58.552	28.986	134.805
1894	790	34.872	17.041	60.984

1895	973	97.344	36.055	167.618
1896	1.070	96.505	22.299	158.132
1897	930	104.510	13.558	146.362
1898	535	49.086	15.105	78.109
1899	521	30.846	10.989	54.629
1900	217	19.671	8.250	40.300
1901	166	59.869	11.261	85.306
1902	265	32.111	11.606	52.204
1903	1.231	12.970	11.378	34.062
1904	797	12.857	17.318	46.164
1905	650	17.360	20.181	70.295
1906	1.333	20.777	21.706	73.672
1907	845	18.238	25.681	67.787
1908	2.931	13.873	37.628	90.536
1909	5.413	13.668	30.577	84.090
1910	3.902	14.163	30.857	86.751
1911	4.251	22.914	47.493	133.575
1912	5.733	31.785	76.530	177.887
1913	8.004	30.886	76.701	190.333
1914	2.811	15.542	27.935	79.232
1915	169	5.779	15.118	30.333
1916	364	5.340	11.981	31.245
1917	201	5.478	6.817	30.277
1918	1	1.050	7.981	19.793
1919	466	5.231	17.068	36.027
1920	4.120	10.005	33.883	69.042
1921	7.915	10.779	19.981	58.476
1922	5.038	11.277	28.622	65.007
1923	8.254	15.839	31.866	84.549
1924	22.168	13.844	23.267	96.052
1925	7.175	9.846	21.508	82.547
1926	7.674	11.977	38.791	118.686
1927	4.878	12.487	31.236	97.974

1928	4.228	5.493	33.882	78.128
1929	4.351	5.288	38.879	96.186
1930	4.180	4.253	18.740	62.610
Total	168.643	1.470.966	1.226.374	4.227.921

Fonte: MARQUES, Ana Paula Dias. **Evolução da Imigração no Brasil.** Disponível em http://www.diasmarques.adv.br/artigos/Artigo_Imigracao_Estadao2.pdf. Acessado em sete de novembro de 2012.

Anexo II: Comparativo do Fluxo de Imigrantes no Brasil, em São Paulo e em Minas Gerais (1888-1930).

Ano	Brasil	São Paulo	Minas Gerais
1888	133.253	91.826	7.246
1889	65.246	27.694	-
1890	107.474	38.291	-
1891	216.760	108.688	-
1892	86.203	42.061	-
1893	134.805	81.745	-
1894	60.984	48.947	5.689
1895	167.681	139.998	6.631
1896	158.132	99.010	22.496
1897	146.362	98.134	17.578
1898	78.109	46.939	2.228
1899	54.629	31.172	674
1900	40.300	22.802	196
1901	85.306	70.348	187
1902	52.204	37.831	52
1903	34.062	16.553	-
1904	46.164	23.761	46
1905	70.295	45.839	-
1906	73.672	46.241	76
1907	67.787	28.900	-
1908	90.536	37.278	3.089
1909	84.090	38.308	800
1910	86.751	39.486	36
1911	133.575	61.508	593
1912	177.887	98.640	2.024
1913	190.333	116.640	2.145
1914	79.232	46.624	708
1915	30.333	15.614	-

1916	31.245	17.011	215
1917	30.277	23.407	214
1918	19.793	11.447	1.283
1919	36.027	16.205	-
1920	69.042	32.028	-
1921	58.476	32.678	-
1922	65.007	31.281	-
1923	84.549	45.240	840
1924	96.052	56.085	1530
1925	82.547	57.429	334
1926	118.686	76.796	995
1927	97.974	61.607	-
1928	78.128	40.847	-
1929	96.186	53.362	-
1930	62.610	30.923	-

Fontes: Relatórios da Província de Minas Gerais; MONTEIRO, Norma de Góes. **Imigração e Colonização em Minas Gerais (1889-1930)**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1994; LANNA, Ana Lúcia Duarte. **A Transformação do Trabalho**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Imigração e Industrialização: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1929)**. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 1991; MARQUES, Ana Paula Dias. **Evolução da Imigração no Brasil**. Disponível em http://www.diasmarques.adv.br/artigos/Artigo_Imigracao_Estadao2.pdf. Acessado em sete de novembro de 2012.

**Anexo III: Salário Médio de Funcionários da Companhia de Fiação e Tecelagem
Industrial Mineira em Maio de 1897.**

Função	Média de Dias Trabalhados	Ordenado Médio Mensal
Mestre	25,3	263\$044
Contramestre	28,1	131\$311
Apontador	28,1	-
Escriturário	28,1	-
Vendedor	28,1	-
Abridor	23	-
Batedor	24,8	85\$957
Cardador	20,5	65\$088
Penteador	20	37\$640
Maçaroqueiro	20,7	20\$120
Arriador	24	-
Fiandeiro	21,6	16\$373
Urdidor	20,1	45\$888
Tecelão	Variava de acordo com a metragem e o tipo de tecido produzido.	44\$440
Aprendiz	18	-
Tintureiro	23	89\$240
Mediador	24,5	-
Revistador	22,7	18\$910
Enfardador	22,7	64\$901
Estoquista	23,6	41\$130
Expedidor	27	109\$674
Operador de Turbina	25,5	100\$725
Mecânico	27,5	-
Ferreiro	19,5	-
Funileiro	19	-

Carpinteiro	25	-
Pedreiro	24	-
Trabalhador	25,7	86\$815
Vigia	28,1	115\$040
Média Geral	24	63\$120

Fonte: OLIVEIRA, Luís Eduardo de. **Os Trabalhadores e a Cidade: a formação do proletariado de Juiz de Fora e suas lutas por direitos (1877-1920)**. Juiz de Fora: FUNALFA; Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. (P. 463-464).

Anexo IV: Salário Médio de Algumas Profissões em Juiz de Fora em 1921 e 1922/25.

Profissões	1921	1922/25
Alfaiate	8\$000	9\$000
Sapateiro	8\$000	8\$000
Ferreiro	7\$000	8\$000
Carpinteiro	8\$500	9\$000
Marceneiro	8\$500	10\$000
Pedreiro	7\$500	8\$000
Média	7\$916	8\$666

Fonte: ANDRADE, Silvia Maria Belfort Vilela de. **Classe Operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912-1924)**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1987. (P. 52).

Anexo V: Valores de Joias e Mensalidades da Sociedade Auxiliadora Portuguesa,
Sociedade Beneficente Umberto I Associações de Imigrantes de Juiz de Fora.

Sociedade Auxiliadora Portuguesa		
	Joia	Mensalidade
Sócios Contribuintes	10\$000	1\$000
Sócios Remidos	100\$000	1\$000
Sócios Beneméritos	400\$000	1\$000
Sócios Benfeitores	400\$000	1\$000
Sócios Protetores	1:000\$000	1\$000
Sociedade de Beneficência e Mútuo Socorro Umberto I		
	Joia	Mensalidade
Sócios Fundadores	10\$000	2\$000
Sócios Contribuintes	-	2\$000
Sócios Beneméritos	100\$000	2\$000
Sociedade Alemã de Beneficência		
	Joia	Mensalidade
Sócio Contribuinte	-	1\$000/2\$000

Fonte: Estatuto SAP 1, UI 1. STEHLING, Luiz José. **Juiz de Fora, a Companhia União & Indústria e os Alemães.** Juiz de Fora: FUNALFA edições, 1979. (P. 330-332).

Statuti della Società Italiana di Beneficenza Umberto I in Juiz de Fora

Capitolo 1

Natureza e scopo della società

Art. 1°: È costituita in Juiz de Fora un'associazione col titolo Società Italiana di Beneficenza Umberto Primo.

Art. 3°: Il numero dei soci è illimitato.

Art. 4°: Hanno diritto di appartenere alla società tutti gli italiani e figli d'italiani ancorchè nati fuori di Italia o naturalizzati esteri.

Art. 5°: Potranno essere ammessi soci di qualsiasi nazionalità escludendoli dal diritto di votazione.

Art. 6°: Tutti coloro che si saranno iscritti nella società durante l'amministrazione del primo consiglio-amministrativo avranno il titolo di socii fondatori.

Art. 7°: Potrà essere ammesso come socio onorario, chiunque per azioni nobili e generose abbia ben meritato dalla umanità e specialmente dalla Colonia Italiana di Juiz de Fora e dintorni. La di lui nomina però sarà di competenza della assemblea generale.

Art. 9°: Lo scopo della società è:

1° Unire gl'italiani residenti in Juiz de Fora e dintorni.

2° Promuovere il benessere dei socii.

3° Soccorrere i socii che cadessero ammalati prestando loro medico e medicine ed un sussidio diario come all'articolo 33.

4° Pagare le spese di passaggio pel rimpatrio a quei socii che in conseguenza di qualche malattia dopo aver appartenuto per 4 anni consecutivi alla società, fossero dal medico della società giudicati incurabili restando in Brasile. Il rimpatrio sarà fatto col mezzo del trasporto più economico.

5° Sussidiare i socii impotenti al lavoro che da 6 anni avranno appartenuto alla società con una pensione mensile in conformità all'articolo 38.

6° Pagare le spese funerarie dei socii nelle circostanze contemplati dell'articolo 39 e col limite di spese citate allo articolo stesso.

7° Procurare impieghi e lavoro ai socii disoccupati.

8° Promuovere l'istruzione e la moralità degli associati a seconda dei mezzi di cui la società potrà disporre.

Consiglio Direttivo

Presidente: Giuseppe Antonio Picorelli

Vice-Presidente: Giuseppe Pagani

Segretario: Giuseppe Luisi di Fabio

Vice-Segretario: Vincenzo Picorelli

Tesoriere: Alfonso Colucci

Consiglieri:

-Giuseppe Grippi

-Luigi Perri

-Carlo Abatemarco

-Biagio di Giacomo

-Antonio Daniel Lamarca

-Salvatore Gogliano

Porta-Bandiera: Andrea Selaro

**Estatutos da Sociedade Auxiliadora Portuguesa em Juiz de Fora
Aprovados em Assembléa Geral de 10 de Janeiro de 1892**

Capítulo 1

Da sociedade e seus fins

Art. 1: A Sociedade Auxiliadora Portuguesa compõe-se de portuguezes reunidos em numero indeterminado, residentes em qualquer parte, quer tenham ou não accetado outra nacionalidade e para os fins seguintes:

§1: Prestar aos enfermos necessitados os recursos que em artigo d'estes estatutos serão estabelecidos, e aos que fallecerem na pobreza mandar-lhes fazer o enterro.

§2: Assistir com os meios necessários aos que tiverem de sahir do Paiz, por motivo de evidente commiserção, aos que tiverem de mudar de residência para longínquas paragens em consequências de graves moléstias.

§3: Os benefícios indicados no paragrafo antecedente são extensivos aos portuguezes em geral, sejam ou não sócios, toda a vez que assim o entendam dois terços dos membros da directoria.

Art. 2: A sociedade tem por fim igualmente:

§1: Estabelecer para os sócios e seus filhos menores de 18 annos, duas aulas nocturnas.

§2: Organisar e enriquecer na proporção dos recursos sociaes uma bibliotheca.

§3: Celebrar annualmente em 1º de Dezembro uma sessão solemne para commemorar a dacta gloriosa da historia pátria, que é ao mesmo tempo o anniversário natalício da sociedade.

Art. 3: Quando a sociedade tenha já funcionado regularmente um anno pelo menos a directoria será pela assembléa geral autorisada a contrahir um empréstimo, para cujo fim emittirá títulos hypothecarios e sem juros, destinando o producto d'essa emissão á compra e reforma ou construção d'uma casa, onde possa a sociedade realizar as suas sessões, e estabelecer as aulas, bibliotheca e outras accomodações indispensáveis.

Art. 4: Os títulos a que se refere o artigo antecedente serão subscriptos pelos sócios que possam e queiram auxiliar a sociedade e serão sorteados annualmente para resgate do maior número possível.

Paragrapho único: Deixarão de ser sorteados os títulos em geral, quando tenha havido, entre os estranhos á sociedade, quem benevolmente subscreva alguns, que n'este caso serão preferidos na amortisação immediata.

Directoria

Presidente: Joaquim Dias da Silva

Vice-Presidente: Daniel Pinto Corrêa

Primeiro Secretário: José Joaquim Pinheiro Machado

Segundo Secretário: Joaquim Gonsalves Coelho

Tesoureiro: Antonio Gomes Smith

Procurador: João C. Corrêa de Almeida

Conselheiros:

-Joaquim Pinto Corrêa

-Manoel Teixeira de Faria

-José Joaquim de Azevedo

Anexo VIII: Associações de Portugueses, Italianos e Alemães em Juiz de Fora (1872-1940).

Associações Portuguesas		
Nome	Fundação	Dissolução
Sociedade Dramática	-	1882
Sociedade de Música e Beneficência Dom Luiz I	1877	1885
Centro de Cultura Física Força e Coragem	-	-
Sociedade Auxiliadora Portuguesa	1891	1958
Associações Italianas		
Nome	Fundação	Dissolução
Società Operaia Italiana di Mutuo Soccorso e di Mutua Instruzione	1878	1883
Società di Beneficenza e Mutuo Soccorso Umberto I	1887	1950
Círculo Recreativo Musical Italiano	1890	-
Sociedade Musical Garibaldina	-	-
Società Italiana Recreativa Principe di Napoli	1892	-
Club Italiano Recreativo XX Settembre	-	-
Fanfarra Italiana	1900	1902
Società Beneficente Principe di Piemonte	1900	1902
União Italiana Benso di Cavour	1902	-

Irmandade de São Roque	1902	-
Comitato Italiano Pro Croce Rossa	-	-
Sociedade Nacional Dante Alighieri	1932	-
Casa d'Italia	1939	-
Associações Alemãs		
Nome	Fundação	Dissolução
Deutscher Kranken-Unterstützungs-Verein	1872	1961
Culto Católico de Mariano Procópio	1879	-
Sociedade Beneficente Brasileira-Alemã	1894	Final da década de 1950
Frauverein	1909	-
Turnerschaft	1909	1979
Kegel Club	1919	1979

Fonte: LISBOA, Jakeline Duque de Moraes Lisboa. **Turnerschaft: Clube Ginástico de Juiz de Fora (1909-1979)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da UFJF. Juiz de Fora, 2010; STEHLING, Luiz José. **Juiz de Fora, a Companhia União e Indústria e os Alemães**. Juiz de Fora: FUNALFA edições, 1979; VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O cotidiano dos portugueses de Juiz de Fora (1840-1940). In: **Solidariedades e Conflitos: História de vida e trajetória de grupos em Juiz de Fora**. BORGES, Célia Maia (Org.). Juiz de Fora: EDUFJF, 2000. CHRISTO, Maraliz de Castro Viera. Trabalho, Enriquecimento e Exclusão: italianos em Juiz de Fora (1870-1940). In: **Solidariedades e Conflitos: História de vida e trajetória de grupos em Juiz de Fora**. BORGES, Célia Maia (Org.). Juiz de Fora: EDUFJF, 2000; ARANTES, Luiz Antônio Valle. Caminhos Incertos, Conflitos Religiosos e Empreendimentos: a trajetória dos alemães na cidade. In: **Solidariedades e Conflitos: História de vida e trajetória de grupos em Juiz de Fora**. BORGES, Célia Maia (Org.). Juiz de Fora: EDUFJF, 2000; BASTOS, Wilson de Lima. “Contribuição do Elemento Estrangeiro: italianos em Juiz de Fora”. In: **Revista do IHG/JF**. Ano III, nº 3. Juiz de Fora, 1967; OLIVEIRA, Wanderley Luiz de. “Por Mares Nunca d’Antes Navegados”. Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2006.

Fontes Primárias

-Arquivo Casa d'Itália

Diário Mercantil – 14/04/1950.

Folha Mineira – sem data

Documento escrito pelo presidente Feliccio Ciuffo no dia 09/06/1951.

-Arquivo Instituto Teuto-Brasileiro

Diploma de Associado na Sociedade Alemã de Beneficência (1903)

Diploma de Associado na Sociedade Alemã de Beneficência (1905)

Fotografia da Diretoria da Sociedade Alemã de Beneficência (1905)

Fotografia da Diretoria da Sociedade Alemã de Beneficência (1919)

Fotografia da Diretoria da Sociedade Alemã de Beneficência (1921)

Fotografia da Diretoria da Sociedade Alemã de Beneficência (1925)

Livro Ata do Jubileu de 60 Anos da Sociedade Alemã de Beneficência (1932).

-Arquivo Histórico de Juiz de Fora

*Fundo Câmara Municipal no Período Imperial

Circular do Palácio da Presidência de Minas Gerais – 13/08/1858.

Circular do Presidente da Província de Minas Gerais – 16/02/1871.

Circular do Palácio da Presidência de Minas Gerais – 12/12/1871.

Circular do Palácio da Presidência de Minas Gerais – 12/02/1876.

Circular do Presidente da Província de Minas Gerais de 1883.

* Fundo Câmara Municipal na República Velha

Correspondência da Sociedade Alemã de Beneficência enviada à Câmara Municipal de Juiz de Fora – 02/04/1922.

Correspondência da Sociedade Auxiliadora Portuguesa enviada à Câmara Municipal de Juiz de Fora – 16/03/1892.

Correspondência da Sociedade Auxiliadora Portuguesa enviada à Câmara Municipal de Juiz de Fora – 04/03/1894.

Correspondência da Sociedade Auxiliadora Portuguesa enviada à Câmara Municipal de Juiz de Fora – 05/04/1897.

Correspondência da Sociedade Auxiliadora Portuguesa enviada à Câmara Municipal de Juiz de Fora – 29/07/1897.

Correspondência da Sociedade Auxiliadora Portuguesa enviada à Câmara Municipal de Juiz de Fora – 15/11/1897.

Correspondência da Sociedade Auxiliadora Portuguesa enviada à Câmara Municipal de Juiz de Fora – 10/11/1903.

Correspondência da Sociedade Auxiliadora Portuguesa enviada à Câmara Municipal de Juiz de Fora – 28/02/1906.

Correspondência da Sociedade Auxiliadora Portuguesa enviada à Câmara Municipal de Juiz de Fora – 19/04/1913.

Correspondência da Sociedade Auxiliadora Portuguesa enviada à Câmara Municipal de Juiz de Fora – 29/06/1916.

Correspondência da Sociedade Auxiliadora Portuguesa enviada à Câmara Municipal de Juiz de Fora – 03/09/1917.

Correspondência da Sociedade Auxiliadora Portuguesa enviada à Câmara Municipal de Juiz de Fora – 20/04/1923.

Correspondência da Sociedade Auxiliadora Portuguesa enviada à Câmara Municipal de Juiz de Fora – 23/11/1925.

Correspondência da Sociedade Auxiliadora Portuguesa enviada à Câmara Municipal de Juiz de Fora – 23/11/1925.

Correspondência da Sociedade Auxiliadora Portuguesa enviada à Câmara Municipal de Juiz de Fora – 26/01/1926.

Correspondência da Sociedade Auxiliadora Portuguesa enviada à Câmara Municipal de Juiz de Fora – 19/07/1929.

Correspondência da Sociedade Auxiliadora Portuguesa enviada à Câmara Municipal de Juiz de Fora – 30/04/1930.

Correspondência da Sociedade Beneficente Brasileira-Alemã enviada à Câmara Municipal de Juiz de Fora – 21/03/1912.

Correspondência da Sociedade Italiana de Beneficência Umberto I enviada à Câmara Municipal de Juiz de Fora – 30/11/1891.

Correspondência da Sociedade Italiana de Beneficência Umberto I enviada à Câmara Municipal de Juiz de Fora – 06/04/1894.

Correspondência da Sociedade Italiana Umberto I enviada à Câmara Municipal de Juiz de Fora – 27/03/1919.

Correspondência da Sociedade Italiana Umberto I enviada à Câmara Municipal de Juiz de Fora – 07/06/1920.

Correspondência da Sociedade Italiana Umberto I enviada à Câmara Municipal de Juiz de Fora – 16/10/1922.

Correspondência da Sociedade Italiana Umberto I enviada à Câmara Municipal de Juiz de Fora – 09/08/1924.

***Jornais**

Diário de Minas – 14/09/1889

Diário Mercantil – 04/02/1930.

Diário Mercantil – 05/03/1930.

Diário Mercantil – 02/12/1930.

Diário Mercantil – 21/05/1932.

Diário Mercantil – 14/04/1950.

Diário Mercantil – 20/12/1952.

Jornal do Comércio – 26/02/1898.

Jornal do Comércio – 29/03/1898.

Jornal do Comércio – 31/03/1898.

Jornal do Comércio – 14/04/1898.

Jornal do Comércio – 30/09/1898.

Jornal do Comércio – 08/07/1906.

Jornal do Comércio – 21/08/1906.

Jornal do Comércio – 19/10/1906.

Jornal do Comércio – 18/03/1928.

O Dia – 25/01/1917.

O Dia – 18/04/1917.

O Dia – 19/09/1917.

-Arquivo Pessoal

Estatuto da Sociedade Auxiliadora Portuguesa, 1ª versão, 1892.

Estatuto da Sociedade Italiana de Beneficência Umberto I, 1º versão, 1887.

-Arquivo Particular de Salcio del Duca

Ata Publicada do Jubileu de 60 Anos da Sociedade Alemã de Beneficência (1932).

Diploma de Associado da Sociedade Alemã de Beneficência (1918).

Diploma de Associado da Sociedade Alemã de Beneficência (1922).

Diploma da Sociedade Beneficente Brasileira-Alemã (1914).

Diploma de Associado da Sociedade de Beneficência Mariano Procópio (1918).

Diploma de Associado da Sociedade de Beneficência Mariano Procópio (1922).

Estatuto da Sociedade de Beneficência Mariano Procópio, versão de 1943.

Estatuto da Sociedade Beneficente Brasileira-Alemã, 1ª versão, 1895.

Estatuto da Sociedade Beneficente Brasileira-Alemã, 2ª versão, 1902.

-Arquivo Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes

O Pharol – 12/07/1882.

O Pharol – 04/10/1884.

O Pharol – 17/02/1888.

O Pharol – 06/06/1888.

O Pharol – 12/08/1888.

O Pharol – 19/06/1890.
O Pharol – 31/08/1890.
O Pharol – 06/09/1890.
O Pharol – 30/09/1890.
O Pharol – 15/01/1893.
O Pharol – 16/01/1893.
O Pharol – 17/01/1893.
O Pharol – 18/01/1893.
O Pharol – 19/01/1893.
O Pharol – 20/01/1893.
O Pharol – 24/06/1893.
O Pharol – 30/06/1893.
O Pharol – 04/07/1893.
O Pharol – 22/11/1893.
O Pharol – 07/12/1893.
O Pharol – 08/12/1893.
O Pharol – 22/12/1893.
O Pharol – 04/02/1894.
O Pharol – 09/03/1894.
O Pharol – 13/12/1894.
O Pharol – 23/07/1895.
O Pharol – 19/09/1895.
O Pharol – 24/11/1895.
O Pharol – 29/02/1896.
O Pharol – 11/04/1896.
O Pharol – 04/06/1896.
O Pharol – 09/10/1896.
O Pharol – 04/04/1898.
O Pharol – 17/09/1898.
O Pharol – 20/09/1899.
O Pharol – 21/09/1899.
O Pharol – 25/08/1900.
O Pharol – 30/08/1901.
O Pharol – 20/11/1901.

O Pharol – 23/02/1902.
O Pharol – 06/08/1902.
O Pharol – 28/08/1902.
O Pharol – 12/05/1904.
O Pharol – 17/09/1905.
O Pharol – 01/12/1905.
O Pharol – 02/12/1905.
O Pharol – 02/01/1909.
O Pharol – 19/07/1909.
O Pharol – 25/07/1909.
O Pharol – 23/04/1910.
O Pharol – 20/09/1910.
O Pharol – 20/11/1910.
O Pharol – 27/01/1911.
O Pharol – 11/09/1911.
O Pharol – 06/10/1911
O Pharol – 23/03/1912.
O Pharol – 07/11/1912.
O Pharol – 23/01/1913.
O Pharol – 01/03/1913.
O Pharol – 29/09/1914.

-Arquivo da Sociedade Portuguesa

Livro de Registro de Associados da Sociedade Auxiliadora Portuguesa.

-Arquivo Universidade de Chicago (<http://www.crl.edu/brazil>)

Relatório de Província de Minas Gerais de 1848.

Relatório de Província de Minas Gerais de 1859.

Relatório da Província de Minas Gerais de 1867.

Relatório da Província de Minas Gerais de 1871.

Relatório da Província de Minas Gerais de 1895.
Relatório da Província de Minas Gerais de 1897.
Relatório da Província de Minas Gerais de 1900.
Relatório da Província de Minas Gerais de 1903.
Relatório da Província de Minas Gerais de 1904.
Relatório da Província de Minas Gerais de 1906.
Relatório da Província de Minas Gerais de 1910.
Relatório da Província de Minas Gerais de 1913.
Relatório da Província de Minas Gerais de 1914.
Relatório da Província de Minas Gerais de 1917.
Relatório da Província de Minas Gerais de 1922.
Relatório da Província de Minas Gerais de 1923.
Relatório da Província de Minas Gerais de 1925.
Relatório da Província de Minas Gerais de 1926.
Relatório da Província de Minas Gerais de 1930.
Relatório do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio de 1935-1947.
Relatório do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio de 1938-1940.
Relatório do Ministério das Relações Exteriores de 1913-1914.
Relatório do Ministério das Relações Exteriores de 1944.

Referências Bibliográficas

-Artigos

ALMEIDA, Mateus Fernandes de Oliveira. Do Mutualismo à Ação Direta – a Associação Beneficente Operária e a greve de 1920 em Juiz de Fora. In: **Anais do I Colóquio do LAHES**. Juiz de Fora, 2005.

ANASTÁSIA, Carla Maria Junho. A Imigração Italiana em Minas Gerais (1896-1915). In: **A Presença Italiana no Brasil**. BONI, Luis A. de. (Org.). Porto Alegre: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.

ANDRADE, Rômulo. Havia um Mercado de Famílias Escravas? In: **Locus**. Juiz de Fora, v. 4, n. 1, 1998.

_____, Luiz Antônio Valle. Caminhos Incertos, Conflitos Religiosos e Empreendimentos: a trajetória dos alemães na cidade. In: **Solidariedades e Conflitos: História de vida e trajetória de grupos em Juiz de Fora**. BORGES, Célia Maia (Org.). Juiz de Fora: EDUFJF, 2000.

BASTOS, Wilson de Lima. “Contribuição do Elemento Estrangeiro: italianos em Juiz de Fora”. In: **Revista do IHG/JF**. Ano III, nº 3. Juiz de Fora, 1967.

BATALHA, Claudio H. M. Cultura Associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: **Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. BATALHA, C. H. M.; SILVA, F. T.; FORTES, A. (Orgs.) Campinas: Editora UNICAMP, 2005.

_____, Cláudio H. M.. Formação da Classe Operária e Projetos de Identidade Coletiva. In: **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente**. FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____, Cláudio H. M. Relançando o Debate sobre o Mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente. In: **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 2, nº 4, agosto-dezembro de 2010, p. 12-22.

_____, Claudio H. M. Sociedades de Trabalhadores no Rio de Janeiro do Século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. In: **Cadernos AEL: sociedades operárias e mutualismo**. Campinas, v.6, n.10/11, 1999.

BIONDI, Luigi. Aventuras e Desventuras da Sociedade Italiana de Socorro Mútuo “Lega Lombarda”. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho de 2011.

_____, Luigi. Associativismo e Militância Política dos Italianos em Minas Gerais na Primeira República: um olhar comparativo. In: **Locus: Revista de História**, v. 14, n. 2. Juiz de Fora, 2008.

_____, Luigi. Mão Unidas, Corações Divididos: as sociedades italianas de socorro mútuo em São Paulo na Primeira República, sua formação, suas lutas, suas festas. In: **Tempo**, Revista do Departamento de História da UFF, 2012.

BITTENCOURT, Ícaro. O Mutualismo Operário e os Desafios à História Social. In: **Aedos – Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS**. Nº 4, vol. 2. Porto Alegre, novembro 2009.

_____, Ícaro. O Mutualismo Operário em Cachoeira (RS): três abordagens possíveis. In: **Anais do IX Encontro Estadual de História ANPUH-RS**. Porto Alegre, 2008.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues; BRAGA, Mariângela Porto & Andrade, Cristina Viegas de. Imigração e Família em Minas Gerais no Final do Século XIX. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 155-176 – 2007.

CARNEIRO, Deivy Ferreira. Transcrições Públicas e Ocultas: a tentativa de sublevação alemã na colônia agrícola Dom Pedro II (Juiz de Fora – 1858). In: **Revista Locus**. Juiz de Fora: v. 10, n. 1, 2003.

CASTELUCCI, Aldrin A. S. A Luta Contra a Adversidade: notas de pesquisa sobre o mutualismo no Bahia (1832-1930). In: **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 2, nº 4, agosto-dezembro de 2010, p. 40-77.

CASTRO, Newton Barbosa de. Contribuição dos Imigrantes Alemães à Industrialização. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora**. Juiz de Fora, 2009.

CERVO, Armando Luiz. As Relações Diplomáticas Entre Brasil e Itália desde 1861. In: **A Presença Italiana no Brasil**. BONI, Luis A. de. (Org.). Porto Alegre: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.

CHRISTO, Maraliz de Castro Viera. Trabalho, Enriquecimento e Exclusão: italianos em Juiz de Fora (1870-1940). In: **Solidariedades e Conflitos: História de vida e trajetória de grupos em Juiz de Fora**. BORGES, Célia Maia (Org.). Juiz de Fora: EDUFJF, 2000.

DILLY, Roberto. Origens de Juiz de Fora. In: **Juiz de Fora. História, Texto e Imagem**. José Alberto Pinho Neves, Ignácio José Godinho Delgado e Mônica Ribeiro de Oliveira (Orgs.). Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2004.

DUARTE, Renata Garcia Campos. “Uma Outra Consciência de Classe”: a alternativa política e ideológica da Sociedade Operária Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro em Belo Horizonte.. In: **Revista História em Curso**, v.1, n.1. Belo Horizonte, 2009.

FARENZINI, Valéria Leão. Os Italianos de Juiz de Fora e as Medidas Nacionalistas do Estado Novo. In: **Anais do I Simpósio do Laboratório de História Política e Social: 70 Anos do Estado Novo**, Juiz de Fora, 2007.

FORTES, Alexandre. Da Solidariedade à Assistência: estratégias organizativas e mutualidade no movimento operário de Porto Alegre na primeira metade do século XX. In: **Cadernos AEL – Sociedades Operárias e Mutualismo**. Edição 10/11, Volume 6. Campinas, UNICAMP/IFHC, 1999.

_____, Alexandre. Revendo a Legalização dos Sindicatos: metalúrgicos de Porto Alegre (1931-1945). In: **Na Luta por Direitos: leituras recentes da história social do trabalho**. FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da; COSTA, Hélio da & FONTES, Paulo (Orgs.). Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

GASPARETTO JÚNIOR, Antonio. “Lo Stato di Minas Geraes”: a propaganda como elemento da política imigratória. In: **Anais do III Simpósio do Laboratório de História Política e Social**. Juiz de Fora, 2010.

JESUS, Ronaldo Pereira de. Associativismo no Brasil do Século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado (1860-1889). In: **Revista Locus**. Juiz de Fora: v. 13, n.1, 2007.

_____, Ronaldo Pereira de. História e Historiografia do Fenômeno Associativo no Brasil Monárquico (1860-1887). In: **Nomes e Números: alternativas metodológicas para a história econômica e social**. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho & OLIVEIRA, Mônica Ribeiro (Orgs.). Juiz de Fora: EDUFJF, 2006.

_____, Ronaldo Pereira. Mutualismo entre Ex-Escravos e Operários no Rio de Janeiro (1860-1889). In: **Trabalho, Proteção e Direitos: o Brasil além da Era Vargas**. LOBO, V. M., DELGADO, I. G. & VISCARDI, C. M. R. (Orgs.). Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010.

_____, Ronaldo Pereira de & LACERDA, David. Dinâmica Associativa no Século XIX: socorro mútuo e solidariedade entre livres e libertos no Rio de Janeiro Imperial. In: **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 2, n. 4, agosto-dezembro de 2010, p 126-142.

KLÔH JR., Carlos Eduardo. Estrutura Comercial e Desenvolvimento Industrial em Juiz de Fora (1888-1920). In: **Revista Virtú**. Juiz de Fora, 2010.

LACERDA, David P. Experiência Associativa no Império: sociedades mutuais de trabalhadores livres na cidade do Rio de Janeiro (segunda metade do século XIX). In: **Anais do XIII Encontro de História ANPUH-Rio**.

LAMAS, Fernando G. & OLIVEIRA, Luís Eduardo. As Vicissitudes da Escravidão e da Imigração em Minas Gerais: a Companhia União e Indústria, os escravos e os alemães (1852-1879). In: **Anais do III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. UFSC: Florianópolis, 2007.

LUCA, Tânia Regina de. As Sociedades de Socorros Mútuos Italianas em São Paulo. In: **A Presença Italiana no Brasil**, Vol. II. BONI, Luis A. de. (Org.). Porto Alegre: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.

LUCHESE, Terciane Ângela. As Sociedades de Mútuo Socorro e suas Escolas Étnicas Italianas: a circulação de saberes e as conformações identitárias. In: **Anais do XVII Congresso de Leitura do Brasil**, UNICAMP – Campinas: 2009.

_____, Terciane Ângela. “Leggere, Scrivere e Calcolare”: escolas comunitárias étnicas italianas no Rio Grande do Sul. In: **Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: percursos e desafios da pesquisa e do ensino de História da Educação**. Uberlândia: EDUFU, 2006, p. 1422-1430.

_____, Terciane Ângela. Singularidades na História da Educação Brasileira: as escolas comunitárias étnicas entre imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (final do século XIX e início do XX). In: **Cuadernos Interculturales**, segundo semestre, ano/vol. 6, número 11. Viña del Mar, 2008.

MACHADO, Maria Lúcia Jannuzzi. Juiz de Fora: Capital Cinecista – O desafio da educação comunitária frente às estratégias do poder. In: **Juiz de Fora. História, Texto e Imagem**. José Alberto Pinho Neves, Ignácio José Godinho Delgado e Mônica Ribeiro de Oliveira (Orgs.). Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2004.

MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. Estatutos de Sociedades Mutualistas e a História Social do Trabalho: conjecturas em torno da Sociedade Beneficente Proteção e Auxílio da Cia. União Mercantil (Fernão Velho, 1876/19879). In: **Revista Crítica Histórica**. Ano 1, nº 1, junho/2010.

MARQUES, Ana Paula Dias. **Evolução da Imigração no Brasil**. Disponível em http://www.diasmarques.adv.br/artigos/Artigo_Imigracao_Estadao2.pdf. Acessado em: sete de novembro de 2012.

MASCHIO, Elaine Cátia Falcade. Educação, Mutualismo e Nacionalização: aspectos de uma escola étnica italiana no Paraná (1905-1918). In: **Roteiro**. Joaçaba, v. 32, n. 2, p. 167-182, jul./dez. 2007.

MATOS, Leandro Pereira. Imigração, Conflito e Identidade: a inserção de trabalhadores europeus em um município cafeeiro de Minas Gerais (século XIX). In: **Anais do I Seminário Nacional Sociologia & Política**. UFPR, 2009.

NOMELINI, Paula Christina Bin. Um Estudo sobre Associações Operárias Mutualistas e Recreativas em Campinas (1906-1930). In: **História Social**, nº 14/15. Campinas, 2008.

_____, Paula Christina Bin. Mutualismo em Campinas no Início do Século XX: possibilidades para o estudo dos trabalhadores. In: **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 2, n. 4, agosto-dezembro de 2010.

OLIVEIRA, Almir de. Os Períodos Históricos de Juiz de Fora. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora**. Juiz de Fora, 2009.

OLIVEIRA, Luís Eduardo de. Sindicalismo e Luta por Direitos Sociais do Trabalho em Juiz de Fora nos Conturbados Anos dos Governos Provisório e Constitucional de Getúlio Vargas (1930-1937). In: **Virtú**, v. 1. Juiz de Fora, 2008.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Imigração e Industrialização: os italianos em Juiz de Fora – Minas Gerais (1888-1920). In: **A Presença Italiana no Brasil**, Vol. III. BONI, Luis A. de. (Org.). Porto Alegre: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.

PEREIRA, David Oliveira Ricardo. O Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral (1919-1928). In: **Revista Convergência Crítica**, v. 1, n. 1. Lisboa, 2012.

PIRES, Anderson. Café e Indústria em Juiz de Fora: uma nota introdutória. In: **Juiz de Fora. História, Texto e Imagem**. José Alberto Pinho Neves, Ignácio José Godinho Delgado e Mônica Ribeiro de Oliveira (Orgs.). Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2004.

RALLE, Michel. A Função da Proteção Mutualista na Construção de uma Identidade Operária na Espanha (1870-1910). In: **Cadernos AEL – Sociedades Operárias e Mutualismo**. Edição 10/11, Volume 6. Campinas, UNICAMP/IFHC, 1999.

RODRIGUES, Maysa Gomes. Imigração e Educação em Minas Gerais: os casos de Juiz de Fora e Belo Horizonte. In: **IX Congresso Ibero-Americano de História da Educação Latino-Americana**. Rio de Janeiro, 2009.

SANTOS, Paula Marques dos & FERREIRA, Jenifer. A Emigração do Distrito de Viseu para o Brasil Entre as Duas Guerras Mundiais (1918-1940). In: **População e**

Sociedade. PEREIRA, Conceição Meireles; SOUZA, Fernando de & MARTINS, Ismênia de Lima (Orgs.). Porto: CEPESE, nº 14/15 – Parte II, 2007.

SANTOS, Paula Marques dos. Os Portugueses no Brasil Durante a Segunda Guerra Mundial: a questão da nacionalidade e a naturalização obrigatória. In: **Deslocamentos e História: os portugueses.** MATOS, Maria Izilda; SOUZA, Fernando de & HECKER, Alexandre (Orgs.). Bauru: EDUSC, 2008.

SANTOS, Roselyz Izabel Correa dos. A Emigração Italiana Através dos Periódicos (1875-1899). In: **A Presença Italiana no Brasil.** BONI, Luis A. de. (Org.). Porto Alegre: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.

SEYFERTH, Giralda. A Assimilação dos Imigrantes como Questão Nacional. In: **Mana**, n. 3, v. 1., 1997.

SILVA JÚNIOR., Adhemar Lourenço da. Anarquismo, Sindicalismo e Sociedades de Socorros Mútuos. **VIII Encontro Estadual de História de Caxias do Sul:** São Leopoldo: Oikos, 2006.

_____, Adhemar Lourenço da. Condicionantes locais no estudo do socorro mútuo (Rio Grande do Sul: 1854-1889). In: **Revista Locus.** Editora UFJF, 1999, v. 5, n. 2.

_____, Adhemar Lourenço da. Escravidão, Liberdade e Cor nas Sociedades de Socorros Mútuos (Rio Grande do Sul, 1856-1914). In: **II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional.** Porto Alegre, 2005.

_____, Adhemar Lourenço da. Mutualismo e Seguridade Social no Brasil: por que não houve ressalvas ou resistências? In: **Anais da V Jornada de Investigación da Asociación Uruguaya de Historia Económica.** Montevideú, 2011.

_____, Adhemar Lourenço da. Oligarquias em Sociedades de Socorros Mútuos (1854-1940). In: **Revista Mundos do Trabalho**, vol.2, nº4, agosto-dezembro de 2010, p. 78-108.

_____, Adhemar Lourenço. O Mutualismo de Fechamento Étnico no Rio Grande do Sul (1854-1940). In: **MÉTIS: história & cultura** – v. 4, n. 8, jul-dez, 2005.

_____, Adhemar Lourenço da. Estado e Mutualismo no Rio Grande do Sul (1854-1940). In: HEINZ, Flávio M.; HERRLEIN JR., Ronaldo. (Org.). **Histórias Regionais do Cone Sul.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003, p. 407-434.

_____, Adhemar Lourenço da. Sexo e Gênero nas Sociedades de Socorros Mútuos. In: **Anais do IX Fazendo Gêneros – Diásporas, Diversidades e Deslocamentos.** Florianópolis, 23 a 26 de agosto de 2010.

SOUZA, Rafael de Freitas e. A Contratação de Imigrantes Europeus para o Trabalho na Mineração Aurífera em Minas Gerais na Segunda Metade do Século XIX. In: **Anais do I Encontro de Pesquisadores da História da Zona da Mata Mineira**. IFSMG: Rio Pomba, 2009.

TEIXEIRA, Rosane Siqueira. Associação Italianas como Canais de Mobilidade Social. In: **Anais do XXXIII Encontro Anual da ANPOCS**. Rio de Janeiro, 2009.

_____, Rosane Siqueira. Nacionalismo – Fascismo – Italianidade. In: **Revista Locus**. Juiz de Fora: v. 15, n. 1, 2009.

TRENTO, Angelo. Miséria e Esperanças: a emigração italiana para o Brasil (1887-1902). In: **Trabalhadores do Brasil**. ROIO, José Luiz Del. (Org.) São Paulo: Ícone, 1990.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. As Experiências Mutualistas de Minas Gerais: um ensaio interpretativo. In: **Nomes e Números: alternativas metodológicas para a história econômica e social**. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho & OLIVEIRA, Mônica Ribeiro (Orgs.). Juiz de Fora: EDUFJF, 2006.

_____, Cláudia Maria Ribeiro. Estratégias Populares de Sobrevivência: o mutualismo no Rio de Janeiro republicano. In: **Revista Brasileira de História**, v. 29, n. 58. São Paulo, 2009.

_____, Cláudia M. R. Experiências da Prática Associativa no Brasil (1860-1880). In: **Topoi**, v. 9, n. 16, jan-jun. 2008, p. 117-136.

_____, Cláudia Maria Ribeiro. O cotidiano dos portugueses de Juiz de Fora (1840-1940). In: **Solidariedades e Conflitos: História de vida e trajetória de grupos em Juiz de Fora**. BORGES, Célia Maia (Org.). Juiz de Fora: EDUFJF, 2000.

_____, Cláudia Maria Ribeiro. O Estudo do Mutualismo: algumas considerações historiográficas e metodológicas. In: **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 2, n. 4, agosto-dezembro de 2010, p. 23-39.

_____, Cláudia Maria Ribeiro. Leis Sociais e Cidadania na Primeira República: o direito de associação. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011.

_____, Cláudia Maria Ribeiro. Mutualismo e Filantropia. In: **Revista Locus**. Juiz de Fora: v. 10, n. 1, 2003.

_____, Cláudia M. R. Trabalho, Previdência e Associativismo: as leis sociais na Primeira República. In: **Trabalho, Proteção e Direitos: o Brasil além da Era Vargas**. LOBO, Valéria M.; DELGADO, Ignacio G. & VISCARDI, Cláudia M. R. (Orgs.). Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010.

VISCARDI, Cláudia M. R. & GASPARETTO JÚNIOR, Antonio. O Mutualismo em Juiz de Fora: as experiências da Associação Beneficente dos Irmãos Artistas. In: **À Margem do Caminho Novo**. VISCARDI, Cláudia M. R. & OLIVEIRA, Mônica R. de. (Orgs.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro & JESUS, Ronaldo Pereira. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: **A Formação das Tradições (1889-1945)**. Col. As Esquerdas no Brasil, Vol. 1. Jorge Ferreira (Organizador).

YAZBECK, Dalva Carolina de Menezes. A Vida Cultural e a Educação Básica em Juiz de Fora na Primeira República. In: **Juiz de Fora. História, Texto e Imagem**. José Alberto Pinho Neves, Ignácio José Godinho Delgado e Mônica Ribeiro de Oliveira (Orgs.). Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2004.

-Livros

ANDRADE, Silvia Maria Belfort Vilela de. **Classe Operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912-1924)**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1987.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites do século XIX**. São Paulo: Annablume, 2004.

BAKER, Alan R. H. **Fraternity Among the French Peasantry: sociability and voluntary associations in the Loire Valley, 1815-1914**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

BARTH, Fredrik. **O Guru, O Iniciador e Outras Variações Antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BENDIX, Reinhard. **Construção Nacional e Cidadania**. São Paula: EDUSP, 1996.

BETHELL, Leslie. **A Abolição do Comércio Brasileiro de Escravos**. Brasília: Senado Federal, 2002.

BEZERRA, Paulo Cesar Santos. **A Produção do Direito no Brasil**. Ilhéus: Editus, 2008.

BIGAZZI, Anna Rosa Campagnano. **Italianos: história e memória de uma comunidade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, Historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____, Sydney. **Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. **A “Europa dos Pobres”: Juiz de Fora na Belle-Époque mineira**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1994.

COELHO, Frederico. **A Semana Sem Fim: celebrações e memória da Semana de Arte Moderna de 1922**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2012.

CORDERY, Simon. **British Friendly Societies, 1750-1914**. New York: Palgrave Macmillan, 2003.

DIEGUES JR, Manuel. **Imigração, Urbanização, Industrialização**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1964.

DUTRA, Eliana de Freitas. **Caminhos Operários nas Minas Gerais**. São Paulo: Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia “Hueitec” Ltda., 1987.

FAZOLATTO, Douglas. **Juiz de Fora: imagens do passado**. Juiz de Fora: FUNALFA, 2001.

FONSECA, Vitor M. M. **No Gozo dos Direitos Cívicos: associativismo no Rio de Janeiro (1903-1916)**. Rio de Janeiro: Faperj e Muiraquitã, 2008.

GEBARA, Ademir. **O Mercado de Trabalho Livre no Brasil**. Brasília: Brasiliense, 1986.

GIROLETTI, Domingos. **Industrialização de Juiz de Fora (1850/1930)**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1988.

GOMES, Angela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GONDRA, José Gonçalves. **Educação, Poder e Sociedade no Império Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____, Angela Maria de Castro. **Burguesia e Trabalho: Política e legislação social no Brasil 1917-1937**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

GROSSI, Felippo. **Lo Stato di Minas Geraes**. Editores: S. Nesi e F. Grossi, 1911.

HAHNER, June E. **Pobreza e Política: os pobres urbanos no Brasil – 1870/1920**. Brasília: Edunb, 1993.

HOBBSAWM, Eric J. **Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

KOIFMAN, Fábio. **Imigrante Ideal: O Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

KUSHNIR, Beatriz. **Baile de Máscaras: mulheres judias e prostituição. As polacas e suas associações de ajuda mútua**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. **A Transformação do Trabalho**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

LEAL, Ruy do Brasil. **Portugueses em Juiz de Fora e Suas Descendências**. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1989.

LESSA, Jair. **Juiz de Fora e seus Pioneiros: do Caminho Novo à Proclamação**. Juiz de Fora: UFJF/FUNALFA, 1985.

LUCA, Tânia Regina de. **O Sonho do Futuro Assegurado**. São Paulo: Contexto Brasília, 1990.

MARAM, Sheldon Leslie. **Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro (1890-1920)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARTINS, José de Souza, **A Imigração e a Crise do Brasil Agrário**. São Paulo: Pioneira, 1973.

MARTINS, Roberto. **A Economia Escravista de Minas Gerais no Século XIX**. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1982.

MASCARENHAS, Nelson Lage. **Bernardo Mascarenhas: O surto industrial de Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Editora Aurora.

MONTEIRO, Norma de Góes. **Imigração e Colonização em Minas Gerais (1889-1930)**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1994.

OLIVEIRA, Luís Eduardo de. **Os Trabalhadores e a Cidade: a formação do proletariado de Juiz de Fora e suas lutas por direitos (1877-1920)**. Juiz de Fora: FUNALFA; Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

OLIVEIRA, Paulino de. **História de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: 1966.

OLIVEIRA, Wanderley Luiz de. **“Por Mares Nunca d’Antes Navegados”**. Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2006.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINTO, Jefferson de Almeida. **Controle Social e Pobreza**. Juiz de Fora: Editar, 2008.

PIRES, Anderson. **Café, Finanças e Indústria: Juiz de Fora, 1889-1930**. Juiz de Fora: FUNALFA, 2009.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **Mata Galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SANTOS, Wanderley G. dos. **Cidadania e Justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SOARES, Paulino. **Efemérides Juizforanas (1698-1969)**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 1975.

SOUZA, Sonia Maria de. **Terra, Família, Solidariedade... : estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição – Juiz de Fora (1870-1920)**. Bauru: EDUSC, 2007.

STEHLLING, Luiz José. **Juiz de Fora, a Companhia União e Indústria e os Alemães**. Juiz de Fora: FUNALFA edições, 1979.

THOMPSON, Edward P. **A Formação da Classe Operária Inglesa: a árvore da liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____, Edward P. **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TRENTO, Arnaldo. **Os Italianos no Brasil**. Brasília, Editora Gli, 2000.

WOLTON, Dominique. **Pensar a Comunicação**. Rio de Janeiro: Difel, 1999.

-Periódicos e materiais complementares

EM VOGA, Ano XVIII, nº 149, julho/2001.

_____, Ano XVIII, nº 150, agosto/2001.

MINAS GERAIS. **Fatos e Números Coordenados para a Carta Comemorativa do Primeiro Centenário da Independência Nacional**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1923.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; GASPARETTO JÚNIOR, Antonio; SOUZA, Thiago Firmino. **Juiz de Fora – Imagens da História**. Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 2011.

-Teses e dissertações

AMORIM, Ailana Cristina de. **Relações Intra-Classe: solidariedade e conflito na formação da classe operária no Rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRS, 2006.

ARANTES, Luiz Antônio Valle. **As Origens da Burguesia Industrial em Juiz de Fora**. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1991.

BIONDI, Luigi. **Entre Associações Étnicas e de Classe: os processos de organização política e sindical dos trabalhadores italianos na cidade de São Paulo (1890-1920)**. Tese de Doutorado apresentada na UNICAMP. Campinas, 2002.

CASTELUCCI, Aldrin A. S. **Trabalhadores, Máquina Política e Eleições na Primeira República**. Salvador: UFBA, Tese de Doutorado, 2008.

CORD, Marcelo Mac. **Andaime, Casacas, Tijolos e Livros: uma associação de artífices no Recife, 1836-1880**. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2009.

CORRÊA, Eliane Machado. **Ecoss da Reforma: Imigração alemã e protestantismo em Juiz de Fora na segunda metade do século XIX**. Dissertação de Mestrado apresentada à UFJF.

COUTO, Rita de Cássia Lara. **150 Anos da Imigração Germânica em Juiz de Fora: a imprensa local e sua relação com os colonos e descendentes**. Juiz de Fora: Monografia de conclusão de curso em Comunicação Social, 2008.

FLAUSINO, Camila Carolina. **Negócios da Escravidão: tráfico interno de escravos em Mariana, 1850-1886**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFJF. Juiz de Fora, 2006.

FURLANETTO, Patrícia Gomes. **O Associativismo como Estratégia de Inserção Social: as práticas sócio-culturais do mutualismo imigrante italiano em Ribeirão Preto (1895-1920)**. São Paulo, 2007. (Tese de Doutorado defendida na USP)

LAMOUNIER, Maria Lúcia. **Formas da Transição da Escravidão ao Trabalho Livre: a Lei de Locação de Serviços de 1879**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UNICAMP. Campinas, 1986.

LEUCHTENBERGER, Rafaela. **O Lábaro Protetor da Classe Operária. As associações voluntárias de socorros mútuos dos trabalhadores em Florianópolis – Santa Catarina (1886-1932)**. Campinas: UNICAMP, Dissertação de Mestrado, 2009.

LISBOA, Jakeline Duque de Moraes Lisboa. **Turnerschaft: Clube Ginástico de Juiz de Fora (1909-1979)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da UFJF. Juiz de Fora, 2010.

LOPES, Cristiane Fernandes. **Quod Deus Conjuxit Homo Non Separet: um estudo de gênero, família e trabalho através das ações de divórcio e desquite no Tribunal de Justiça de Campinas (1890-1938)**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2002.

MOTA, Kleiton Nazareno Santiago. **Mutualismo Ferroviário: prover e proteger na Sociedade Beneficente do Pessoal da Estrada de Ferro de Baturité de 1891 aos anos 1930**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFC. Fortaleza, 2009.

NOMELINI, Paula Cristina Bin. **Associações Operárias Mutualistas e Recreativas em Campinas (1906-1930)**. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 2007.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Imigração e Industrialização: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1929)**. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 1991.

PINHEIRO, Priscila da Costa. **Estratégias de Organização da Sociedade Civil: as associações de imigrantes portugueses na corte (1860-1882)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFJF. Juiz de Fora, 2011.

SILVA JÚNIOR, Adhemar Lourenço. **As Sociedades de Socorros Mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940)**. Tese de Doutorado apresentada na PUC/RS. Porto Alegre, 2004.

TEIXEIRA, Mariana Eliane. **Ser Italiano em São João del-Rei (1888-1914)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2011.

VICENTE, Sérgio Augusto. **Sociedades Científicas, Literárias e de Instrução: dimensões da prática associativa dos homens de letras e *sciencia* na Corte (1860-1882)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFJF. Juiz de Fora, 2012.